



RELATÓRIO DO

5^o

FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

40 anos da mesa de Santiago do Chile:
entre o idealismo e a contemporaneidade

Petrópolis - 19 a 23 de novembro de 2012



RELATÓRIO DO

5^o

FÓRUM NACIONAL
DE MUSEUS

40 anos da mesa de Santiago do Chile:
entre o idealismo e a contemporaneidade

Petrópolis - 19 a 23 de novembro de 2012

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRA DA CULTURA

Marta Suplicy

PRESIDENTE DO IBRAM

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DE MUSEUS

Eneida Braga Rocha de Lemos

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS

João Luiz Domingues Barbosa

DIRETOR INTERINO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Emerson José de Almeida Santos

COORDENADORA GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MUSEAL

Rose Moreira de Miranda

PROCURADORA-CHEFE

Eliana Alves de Almeida Sartori

SBN Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III

Brasília/DF

CEP: 70040-904

55 61 3521.4215

www.museus.gov.br

F692 Fórum Nacional de Museus (5. : 2012: Petrópolis, RJ)
40 anos da Mesa de Santiago do Chile : entre o idealismo e a contemporaneidade: relatório. – Brasília, DF: Ibram, 2014.
324 p. : il ; 23 cm

ISBN: 978-85-63078-38-4

1. Museus. 2. Fórum - debates. 3. Instituto Brasileiro de Museus. I. Título.
II. Título: Entre o idealismo e a contemporaneidade.

CDD 069

SUMÁRIO

8 **Introdução**

10 **Apresentação**

13 **Programação**

23 **Abertura Oficial**

27 **Homenagem, Lançamento e Obliteração**

33 **Conferências**

34 **I – 40 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972) – Entre o idealismo e a contemporaneidade**

Paula Assunção dos Santos, Maria Célia Teixeira Moura Santos e Tereza C. Moetta Scheiner

60 **II – Museus no século 21: práticas e ferramentas de desenvolvimento social**

The social role of museums: a European perspective

Margherita Sani

Cambio cultural dentro del nuevo modelo de desarrollo en Ecuador: el caso de la construcción de la política pública de museos

Ivette Celi Piedra

Advancing the Social Role of Museums

Dean Georges Phelus

84 **III – Homenagem aos 40 anos da mesa de Santiago do Chile**

Hugues de Varine

89	Painéis		275	Encontro Nacional dos Pontos de Memória
90	I – A importância das informações para a construção das políticas públicas culturais		279	Reuniões Paralelas
92	II – Museu e desenvolvimento humano: narrativas múltiplas		280	Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico
94	III – O que estaremos comemorando nos 50 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile?		283	V Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo de Museologia
96	IV – Memórias em movimentos		285	Reunião de Sistemas e Redes de Museus Estaduais
98	V – Desafios de integração supranacional da Agenda da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972)		291	Reunião do Conselho Internacional de Museus – ICOM
100	VI – Patrimônio Museológico em risco e seus desafios		293	Ata do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia – ENEMU
102	VII – Acervos e coleções: entre o público e o privado		295	Reunião da Rede de Educadores em Museus – REM
104	VIII – Os museus no desenvolvimento do imaginário cultural das cidades			
107	Grupos de Trabalho		297	Programação Paralela
111	I – Arquivos e Bibliotecas de Museus		298	Mesa de Autógrafo do livro: As Raízes do Futuro – Hugues de Varine
116	II – Documentação		299	Mostra de Artesanato local
119	III – Promoção e Dinâmicas Culturais		300	Espaço Conhecendo Museus
122	IV – Gestão e Sustentabilidade		301	Espaço Fundação Roberto Marinho
127	V – Expografia e Arquitetura		302	Exposição: Educação museal a serviço da diversidade cultural e da memória social: Prêmio Darcy Ribeiro e Banco Ibero-Americano de Boas Práticas em Educação e Museus
130	VI – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico		303	Exposição: Década do Patrimônio Museológico 2012-2022
137	VII – Ação Educativa		304	Estandes comerciais e institucionais
140	VIII – Formação, Capacitação e Pesquisa			
143	Ementas dos Minicursos		305	Votação de Representantes para o CNPC
144	I – Plano Museológico		309	Anexos
145	II – Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica		310	Carta Aberta do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU)
146	III – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico		312	Portaria da Comissão Organizadora do Fórum
147	IV – Ação Educativa e Museologia Social			
148	V – Gestão e Conservação de Acervos		316	Expediente
149	VI – Museus e Turismo			
150	VII – Gestão e Documentação de Acervos			
151	VIII – Comunicação e Redes Sociais em Museus			
153	Comunicações Coordenadas			
155	Apresentações Orais			
211	Pôsteres			

Introdução

Balanço de Petrópolis, entre Santiago e Belém

O Relatório do 5º Fórum Nacional de Museus, realizado em Petrópolis, em 2012, apresenta um balanço dos estudos e debates nele desenvolvidos, tendo por motivação central o quadragésimo aniversário da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Promovida pelo ICOM, sob a direção do museólogo francês Hugues de Varine, pioneiro dos ecomuseus, a reunião de 1972 representou a grande tomada de consciência do campo museal quanto aos novos caminhos da chamada museologia social.

De Varine esteve em Petrópolis para dar, em Conferência especial em homenagem aos 40 anos da Mesa de Santiago, o seu testemunho sobre aquele marco inaugural e os avanços registrados ao longo das quatro décadas, compondo, assim, uma síntese do próprio evento. Estudiosos e especialistas de vários países trouxeram contribuição valiosa para a aferição do processo evolutivo da função social dos museus, dos resultados colhidos por meio de experiências singulares e das perspectivas que se abrem no tempo atual. Os temas da diversidade cultural e da memória social, as estratégias das políticas públicas e as iniciativas ligadas à gestão das instituições museológicas enriqueceram a pauta de painéis e a atividade dos grupos de trabalho.

Dois anos depois, no contexto do 6º Fórum Nacional de Museus, é estimulante acolher este Relatório como um instrumento de apoio aos avanços e conquistas que desejamos sinalizar em Belém do Pará. Miramos o futuro. A recente Carta de Siena, que acende novas luzes sobre museus e paisagens culturais, com vistas ao congresso mundial do ICOM, em Milão, em 2016, é uma das balizas dos itinerários que adentram o primeiro século do milênio. Na bela capital paraense, queremos convergir nossas energias para as transformações a serem empreendidas pelos museus brasileiros, em consonância com a comunidade internacional.

Em carta que me enviou recentemente, Hugues de Varine enfatiza o interesse com que se acompanha, na Europa, o desenvolvimento dos museus comunitários brasileiros, como pontos referenciais da museologia com a qual se sonhava ao tempo de Santiago do Chile. A capacitação dos cidadãos para valorizarem o seu patrimônio vivo está na essência de tais iniciativas, e é preciso que elas se multipliquem e se fortaleçam. Mas a verdade é que todo museu tem, mais do que a função, uma missão social.



Daí porque desejamos museus criativos, na linha da instigante proposta que nos traz à Amazônia, em busca de rumos, ferramentas e programas que nos permitam incentivar os museus a buscarem novas dimensões, no contexto da vida social e no universo da cultura. Que todos eles se tornem um campo fértil para a sementeira do novo e a colheita generosa de expressões inéditas de conceitos museológicos sintonizados com a sociedade do amanhã.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Presidente do Ibram

Apresentação

O 5º Fórum Nacional de Museus, com o tema “40 anos da Mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade”, realizado em Petrópolis, cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, que sedia um dos museus mais visitados do Brasil, o Museu Imperial, é resultado de um amplo trabalho, que envolveu servidores do Ibram, especialistas, convidados, estudantes, autoridades e representantes do campo museal.

Realizado em parceria com a Associação Brasileira de Museus – ABM e patrocinado pela Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, representou a oportunidade de encontro e ampla discussão de temas atuais e rumos da Política Nacional de Museus.

A sessão de abertura, no dia 19 de novembro, contou com a presença da Diretoria Colegiada do Ibram e de autoridades representadas pelo Presidente da Associação Brasileira de Museologia/ABM, Antonio Carlos Pinto Vieira; pela Superintendente de Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Mariana Várzea; pela Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/ICOM, Maria Ignez Franco Montovani; pela Presidente do Movimento Internacional para a Nova Museologia – MINON, Paula Assunção dos Santos; pelo Conselho Federal de Museologia – COFEM, Eliene Dourado Bina; pelo Gerente de Patrocínios da Petrobrás, Sérgio Carvalho Bandeira de Mello, entre outros.

Na ocasião, o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO recebeu homenagem em reconhecimento aos seus 80 anos de importante contribuição para a formação do campo museológico brasileiro, seguida da leitura de Carta Aberta, resultante do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU), que destacou a importância da formação acadêmica dos museólogos. A noite ainda foi abrilhantada pela apresentação do Coral Canarinhos de Petrópolis, fundado em 1942.

Nos 5 dias do maior encontro do setor museológico brasileiro foram realizadas 3 Conferências, 8 Painéis sobre a temática do evento; 8 Minicursos de capacitação; 8 Grupos de Trabalho, XX Encontro dos Pontos de Memória e uma extensa programação das Comunicações Coordenadas, em que estudantes de diversas universidades puderam apresentar seus temas de pesquisa acadêmica, divididos em 22 Apresentações Orais presenciais e 29 Pôsteres

O 5º Fórum Nacional de Museus, como em suas edições anteriores, acolheu a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e possibilitou vários encontros paralelos à programação como o V Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia; Reunião de Sistemas e Redes de Museus Estaduais; Reunião do ICOM; Reunião da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos – REMAAE; Reunião da Rede de Educadores em Museus–REM.

O setor também se mobilizou para a escolha democrática do representante de museus e memória para compor o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão colegiado integrante da estrutura básica do ministério para propor a formulação de políticas públicas, com o início da votação marcada por apresentações culturais em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

Contamos com a presença da Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, que, no dia 22, falou aos participantes do evento, destacando os desafios de investimento e os projetos e ações em andamento para o setor museal. A Ministra participou do ato de lançamento e obliteração dos selos alusivos ao 5º Fórum Nacional de Museus. O selo do Fórum fez referência à cidade de Petrópolis, sua paisagem e palácios. Já o segundo selo, alusivo à Década do Patrimônio Museológico, é representado pelos países da Ibero-América conectados. Os carimbos confeccionados foram representados pelos mesmos motivos dos selos.

Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a exposição Educação museal a serviço da diversidade cultural e da memória social, coletânea de iniciativas selecionadas por meio do Prêmio Darcy Ribeiro e do Prêmio Ibero-Americano de Educação; a exposição Década do Patrimônio Museológico 2012-2022, do programa Ibermuseus, que abordou o diálogo entre os países da América Latina e Península Ibérica; o Espaço Fundação Roberto Marinho, que apresentou os projetos de três novos museus no Rio de Janeiro; o Espaço Conhecendo Museus, levado pelo Ibram, com documentários sobre vários museus brasileiros; mostra de artesanato local e diversos estandes comerciais e institucionais.

Com o tema “40 anos da Mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade”, não poderia faltar a presença de Hugues de Varine, escritor e museólogo francês, ex-Diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que teve importante atuação durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Sua Conferência abrilhantou o último dia do evento e proporcionou aos participantes possibilidades de reflexão e aprofundamento do tema. Hugues de Varine participou de uma mesa de autógrafos para o lançamento do livro As Raízes do Futuro. Foi ainda homenageado pelo Ibram e pelo Comitê Executivo do Ibermuseus com uma placa de agradecimento pelas contribuições relevantes que prestou ao campo museal.

A plenária final, com a apresentação dos resultados dos GT's e a leitura da Ata final do V Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia – ENEMU, ocorrido nos dias 16 a 18 de novembro de 2012, também em Petrópolis, marcaram o encerramento das atividades do 5º Fórum Nacional de Museus, que durante uma semana mobilizou intensamente os participantes com temas de relevante importância para o desenvolvimento do campo museal e da Política Nacional de Museus.

Agradeço à dedicada equipe do Instituto Brasileiro de Museus que, em parceria com a Associação Brasileira de Museologia, realizou com competência e empenho o 5º Fórum Nacional de Museus.

Eneida Braga Rocha de Lemos
Secretária Executiva do 5º Fórum Nacional de Museus
Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e
Economia dos Museus do IBRAM



Programação

Programação (Visão Sintética)

Turno	19 (segunda-feira)	20 (terça-feira)	21 (quarta-feira)	22 (quinta-feira)	23 (sexta-feira)			
Manhã	Credenciamento 8h30 – 12h	Mini Cursos 8h30 – 12h30	8 Mini cursos 8h30 – 12h30	Reuniões GTs 9h – 12h		Reuniões GTs (9h – 10h45)		
			Reunião geral – Coordenadores dos GTs 10h00 – 12h30	Comunicações Coordenadas 1 9h – 12h15	Comunicações Coordenadas 2 9h – 12h15	Comunicações Coordenadas 1 9h – 10h45	Comunicações Coordenadas 2 9h – 10h45	
Almoço (12h – 14h)								
Tarde	Mini Cursos 14h – 18h	Painel (I) A importância das informações para a construção das Políticas Públicas Culturais. 14h – 15h45	Painel (II) Museu e Desenvolvimento Humano. 14h – 15h45	14h – 18h Encontro dos Pontos de Memória	Painel (V) Desafios de integração supranacional da Agenda da Mesa Redonda de Santiago/ Chile (1972) 13h – 15h	Painel (VI) Patrimônio Museológico em risco e seus desafios. 13h – 15h	Comunicações Coordenadas 1 14h00 – 15h30	Comunicações Coordenadas 2 14h – 15h30
		Painel (III) O que estaremos comemorando nos 50 anos da Mesa Redonda de Santiago/ Chile? 16h – 17h45	Painel (IV) Memórias em movimentos 16h – 17h45	Visitação aos Museus de Petrópolis*	Fala da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, com Homenagem aos 80 anos do Curso de Museologia da UNIRIO 15h – 15h30	Painel (VII) Acervos e coleções: entre o público e o privado. 16h – 17h45	Painel (VIII) Os museus no desenvolvimento do imaginário cultural das cidades. 16h – 17h45	Reuniões GTs (14h00 – 15h30)
Noite	Abertura Oficial 18h	Conferência I – “40 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972) – Entre o idealismo e a contemporaneidade” 18h30 – 20h30		Conferência II – “Museus no século 21: práticas e ferramentas de desenvolvimento social” 18h30 – 20h30		Plenária Final – Apresentação dos resultados dos GTs e do ENEMU 15h30 – 17h00		Cerimônia de Encerramento 17h – 18h
Reuniões Paralelas	Reunião de Professores de Museologia (21/11 dia todo)							
	Reunião dos Sistemas e Redes Estaduais (21/11 à tarde)							
	Reunião ICOM (21/11 à tarde)							
	Reunião REMAAE (21/11 à tarde)							
	Reunião REM (21/11 à tarde)							

*Visitação opcional para aqueles que não participaram do Encontro dos Pontos de Memória. Deslocamento por conta do participante.

Programação (Visão Analítica)

19/11 – Segunda-feira

Manhã

8h30 às 18h00 – Credenciamento e novas inscrições

Tarde

14h00 às 18h00 – Minicursos

Noite

18h00 – Abertura Oficial

Apresentação do Coral Canarinhos de Petrópolis

20/11 – Terça-feira

9h00 às 18h00 – Votação de Representantes do CNPC

Manhã

8h30 às 12h30 – Minicursos

Tarde

14h às 15h45

Painel I – A importância das informações para a construção das políticas públicas culturais

Américo José Córdula Teixeira – Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais – SPC/MinC

Rose Miranda – Coordenadora-Geral do Sistema de Informações Museais/CGSIM – Ibram

Leandro Valiati – Economista, especialista em economia da cultura, professor universitário da UFRGS

Painel II – Museu e desenvolvimento humano: narrativas múltiplas

Luiz Antônio de Oliveira – Diretor do Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ

Silvia Alderoqui – Diretora do Museo de las Escuelas – Buenos Aires/Argentina

16h às 17h45

Painel III – O que estaremos comemorando nos 50 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile?

Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Diretor do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Maria Cristina Oliveira Bruno – Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Painel IV – **Memórias em movimentos**

Adelina Coda – Diretora de Cultura de Alta Gracia (Museu Casa de Che Guevara) – Argentina

Elenira Mendes – Diretora da Casa e Memorial Chico Mendes – Xapuri/Acre

Noaldo Ribeiro – Gerente Executivo de Resgate da Identidade Cultural – Secult/PB – Projeto de Memorial sobre a Coluna Prestes – Paraíba

Noite

18h30 às 20h30

Conferência I: **40 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972) – Entre o idealismo e a contemporaneidade**

Paula Assunção dos Santos – Presidente do Movimento Internacional para a Nova Museologia/MINON; Diretora do Programa de Mestrado Internacional em Museologia da Academia Reinwardt de Patrimônio Cultural – Holanda

Maria Célia Teixeira Moura Santos – Diretoria de Museus/DIMUS da Secretaria de Estado de Cultura da Bahia

Tereza C. Moletta Scheiner – Vice presidente do Conselho Internacional de Museus/ ICOM

18h00

Apresentações culturais em comemoração ao Dia da Consciência Negra



Apresentação cultural em comemoração ao Dia da Consciência Negra, em 20/11/2012

21/11 – Quarta-feira

9h00 às 18h00 – Votação de Representantes do CNPC

Manhã

8h30 às 12h30 – Minicursos

10h às 12h30 – Reunião Geral com os Coordenadores dos Grupos de Trabalho

Tarde

14h às 18h – Encontro dos Pontos de Memória

Visitação a museus de Petrópolis

22/11 – Quinta-feira

9h00 às 18h00 – Votação de Representantes do CNPC

Manhã

9h00 às 12h00 – Reunião dos Grupos de Trabalho

9h00 às 12h15 – Comunicações Coordenadas (atividades simultâneas – 1ª sessão)

Tarde

13h00 às 15h

Painel V – **Desafios de integração supranacional da Agenda da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972)**

Antía Vilela – Coordenadora do Programa IberMuseus/Brasil

Vivian Rivas – Presidente da Fundação de Museus Nacionais e Diretora Geral do Iartes/Sistema Nacional de Museus do Ministério do Poder Popular para a Cultura – Venezuela

Javier Royer – Coordenador do Sistema Nacional de Museus – Ministério da Educação e Cultura – Uruguai

Painel VI – **Patrimônio Museológico em risco e seus desafios**

Cristina Menegazzi – Especialista em patrimônio e estratégias de gestão de riscos – Centro de Patrimônio Mundial da Unesco

Antônio Carlos Oliveira – Meteorologista, museólogo, especialista em clima e riscos – Brasil

Major Eduardo Nocetti – Membro do Corpo de Bombeiros de São Paulo e do Comitê Paulista do Escudo Azul

Théo Salim Najm – Analista de riscos do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB Brasil Re

15h às 15h30

Homenagem aos 80 anos do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Fala da Ministra da Cultura, Marta Suplicy

Ato de lançamento e obliteração dos selos alusivos ao 5º Fórum Nacional de Museus

16h às 17h45

Painel VII – **Acervos e Coleções: entre o público e o privado**

César Oiticica Filho – Curador do Projeto Hélio Oiticica – Rio de Janeiro/RJ

Guilherme Bueno – Diretor do MAC – Museu de Arte Contemporânea de Niterói – Niterói/RJ

Alessandra Clark – Coordenadora de projetos especiais da Associação Lygia Clark – Rio de Janeiro/RJ

Painel VIII – **Os museus no desenvolvimento do imaginário cultural das cidades**

Hugo Barreto – Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho – Rio de Janeiro/RJ

Cêça Guimarães – Arquiteta, Professora doutora do PROARQ – FAU/UFRJ, onde coordena o Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus – Rio de Janeiro/RJ

Cristiana Kumaira – Gerente do Circuito Cultural da Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG

Noite

18h30 às 20h30

Conferência II – **Museus no século 21: práticas e ferramentas de desenvolvimento social**

Margherita Sani – Executiva do Instituto Beni Culturali (Itália) e da Rede da Organização de Museus Europeus (Network of European Museum Organisations – NEMO)

Ivette Celi Piedra – Subsecretária de Memória Social do Ministério da Cultura – Equador

Dean Georges Phelus – Diretor de Programas Internacionais e Eventos da Aliança Americana de Museus (American Alliance of Museum-AAM)

23/11 – Sexta-feira

Manhã

9h às 10h45

Reunião dos Grupos de Trabalho

Comunicações Coordenadas (atividades simultâneas – 2ª sessão)

11h às 12h

Homenagem a Hugues de Varine

Conferência III – **Homenagem aos 40 anos da mesa de Santiago do Chile**

Hugues de Varine – Escritor, Ensaísta, Arqueólogo e Ex-Diretor do Conselho Internacional de Museus/ICOM

Tarde

12h00 às 13h00

Mesa de autógrafo do livro *As Raízes do Futuro*, de Hugues de Varine

14h às 15h30

Reunião dos Grupos de Trabalho

Comunicações Coordenadas (atividades simultâneas – 3ª sessão)

15h30 às 17h00

Plenária Final – Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho e do ENEMU

17h00 às 18h00

Cerimônia de Encerramento

Reuniões Paralelas

Reunião da Rede de Professores Universitário do Campo da Museologia – 21/11 – dia todo

Reunião dos Sistemas e Redes de Museus Estaduais – 21/11 – à tarde

Reunião do Conselho Internacional de Museus/ICOM – 21/11 – à tarde

Reunião da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos/REMAAE – 21/11 – à tarde

Reunião Rede de Educadores em Museus/REM – 21/11 – à tarde

Mostra e Exposições

Pôsteres das Comunicações Coordenadas

Mostra de Artesanato local

Espaço Conhecendo Museus

Espaço Fundação Roberto Marinho

Exposição Década do Patrimônio Museológico: 2012-2022

Exposição Educação museal a serviço da diversidade cultural e da memória social: Prêmio Darcy Ribeiro e Banco Ibero-Americano de Boas Práticas em Educação e Museus

Estandes comerciais e institucionais

Grupos de Trabalho

I – Arquivos e Bibliotecas de Museus

II – Documentação

III – Promoção e Dinâmicas Culturais

IV – Gestão e Sustentabilidade

V – Formação, Capacitação e Pesquisa

VI – Expografia e Arquitetura

VII – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico

VIII – Ação Educativa

Minicursos

I – Plano Museológico

Ministrantes: Luciana Palmeira – Museóloga do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram
Taís Valente – Museóloga do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

II – Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica

Ministrantes: Adna Teixeira – Analista do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Átila Tolentino – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan – Paraíba

III – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico

Ministrantes: Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Diretor do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram
Carolina Pontim – Museóloga da Coordenação de Patrimônio Museológico/CPMUS do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

IV – Ação Educativa e Museologia Social

Ministrantes: Magaly Cabral – Diretora do Museu da República – Rio de Janeiro/RJ
Cláudia Rose Ribeiro – Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ

V – Gestão e Conservação de Acervos

Ministrantes: Maria do Carmo de Oliveira – Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro/RJ
Liamara Leite Fanaia – Restauradora e responsável pelo Laboratório de Restauração de Papel Museu da República – Rio de Janeiro/RJ

VI – Museus e Turismo

Ministrantes: Máira Freire – Chefe do Serviço de Comunicação Social e Atendimento ao Público do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST – Rio de Janeiro/RJ

VII – Gestão e Documentação de Acervos

Ministrantes: Rosana Nascimento – Museóloga e Professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

VIII – Comunicação e Redes Sociais em Museus

Ministrantes: André Deak – Pós-jornalista, produtor multimídia, web producer, professor, coordenador do site Jornalismo Digital.org e da iniciativa Arte Fora do Museu, juntamente com Felipe Lavignatti.



Abertura Oficial

Abertura Oficial

Petropolis, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2012



Apresentação do Coral Canarinhos de Petrópolis

A cerimônia de abertura do 5º Fórum Nacional de Museus – 40 Anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972) – Entre o idealismo e contemporaneidade”, realizado no auditório do Sesc Quitandinha, em Petrópolis (RJ), marcou oficialmente o início da sua programação.

Destaque nessa 5ª edição para as homenagens ao escritor ensaísta, arqueólogo e museólogo Hugues de Varine e ao Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que completou 80 anos, representado pelo Diretor da Escola de Museologia, Professor Dr. Ivan Coelho de Sá, em especial pela contribuição ao processo de consolidação do campo museal no Brasil e pelo fortalecimento da função social dos museus na contemporaneidade – base da Política Nacional de Museus (PNM).

A cerimônia contou com a presença de autoridades representativas do setor museal que em seus pronunciamentos ressaltaram a importância do evento, cuja 1ª edição foi em 2003, e o significado de realizar a sua 5ª edição no ano em que se completam 40 anos da Mesa de Santiago do Chile, marcando um ciclo de construção e de debate sobre as políticas públicas para o setor e sobre o papel do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram na coordenação da Política Nacional de Museus (PNM).

O presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), José do Nascimento Junior, reforçou o compromisso prático do órgão com os preceitos da Mesa de Santiago, destacando a atuação dos Pontos de Memória, que reflete uma concepção de museu voltada para a mediação, a transformação e o desenvolvimento social. Agradeceu ainda aos servidores do Ibram e à organização do 5º Fórum Nacional de Museus por sua dedicação para a realização do evento.



Solenidade da Cerimônia de Abertura: José do Nascimento Junior, presidente do Instituto Brasileiro de Museus/Ibram; Rose Moreira de Miranda, Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal/CGSIM do Ibram; Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram; Lílíana Magalhães, Gerente de Cultura do SESC Rio de Janeiro; Maria Ignez Franco Montovani, Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/ICOM; Sérgio Carvalho Bandeira de Mello, Gerente de Patrocínios da Petrobrás; Eneida Braga Rocha de Lemos, Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM do Ibram; Marcelo Helder Maciel Ferreira, Diretor Interino do Departamento de Planejamento e Gestão Interna/DPGI do Ibram; Paula Assunção dos Santos, Presidente do Movimento Internacional para a Nova Museologia – MINON; General de Divisão Eduardo José Barbosa, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação do Exército; Gilson Domingues, Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis; Antônio Carlos Pinto Vieira, Presidente da Associação Brasileira de Museologia/ABM; Mariana Várzea, Superintendente de Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro; Almirante Armando de Senna Bittencourt, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha; Tereza Scheiner, Vice-presidente do Conselho Internacional de Museus/ICOM e Eliene Dourado Bina, representante do Conselho Federal de Museologia/COFEM.

Carta Aberta

Durante a cerimônia de abertura foi apresentada a Carta Aberta resultante do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU), que aconteceu entre os dias 16 e 18 de novembro, também em Petrópolis.

O documento, apresentado na íntegra ao final do relatório, foi lido pelo estudante Hitalo Montefusco, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e trata da importância de uma formação acadêmica condizente com as necessidades requeridas pela ética profissional e o Estatuto de Museus ao mesmo tempo em que solicita apoio do Ibram a essa causa.



Homenagem, Lançamento e Obliteração

Homenagem, Lançamento e Obliteração de Selos do 5º Fórum Nacional de Museus

22/11 – 15h00-15h30

Homenagem aos 80 anos do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Fala da Ministra da Cultura:

Em participação especial para prestigiar a realização do 5º Fórum Nacional de Museus e homenagear os 80 anos do primeiro curso de museologia do Brasil, a Ministra da Cultura, Marta Suplicy, falou da importância do encontro e dos desafios do investimento ao setor museal.

“O Fórum é um espaço que estimula a criação das redes de informação entre os profissionais do setor e permite ampliar o intercâmbio entre profissionais e estudantes de Museologia. (...) Quando todo esse pessoal que trabalha na mesma área tem a possibilidade de trocar experiência, sabemos que o resultado é sempre ótimo. Às vezes criam-se muita demanda e muita pressão; mas cria-se também uma coisa boa: saber que algo está vivo, que as coisas estão acontecendo e constatar coletivamente que há muito que melhorar.”

“Nos últimos anos, os investimentos no campo museal cresceram quase mil por cento, desde o governo Lula. Conseguimos ressignificar a importância dos museus para Brasil, mostrando quão rentável é para o investidor e para a sociedade esse investimento. Nosso esforço agora é garantir e elevar o campo museal ao padrão de excelência que almejamos, profissionalizando e valorizando os agentes em todos os elos da cadeia.”

Ao mesmo tempo, a Ministra destacou importantes projetos e ações que contribuem para criar um novo patamar para atuação dos museus e dos profissionais do campo museal citando alguns programas e iniciativas relevantes para o setor.

“Ainda em relação à área museal mais especificamente ao Conhecendo Museus, série televisiva que apresenta de forma lúdica os museus brasileiros. (...) Hoje no Brasil temos 3.260 museus. Entendo-os como um serviço público, pois são revestidos de dimensão política que extrapola as funções clássicas de preservação e comunicação de bens culturais. Eles representam, no meu entender, a diversidade cultural brasileira e por isso têm de ser acessíveis ao maior número de cidadãos.”



Ministra da Cultura, Marta Suplicy

“Outro exemplo do crescente interesse por ações da cultura trata-se da Semana de Museus. A Semana teve sua primeira edição em 2003 quando contou com a participação de 57 museus que juntos realizaram 270 eventos em todo o território nacional. Com o passar dos anos mais instituições culturais foram se engajando. De modo que, a 10ª Semana de Museus teve um recorde de inscrição. Foram mais de mil instituições participantes e aproximadamente 3.500 eventos promovidos. Ou seja, foi um incremento bastante considerável, hein: de 270 eventos fomos para 3.500.”

“Também está previsto a implantação do Registro dos Museus Brasileiros em parceria com sistemas estaduais e municipais de museus. O Registro permitirá o acompanhamento das ações de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus no país. Será gratuito e contribuirá para o estreitamento das relações entre o Ibram e os museus brasileiros, através do estímulo à visibilidade social – divulgando as instituições que se encontram a serviço da memória e do conhecimento.”

Em sua fala, a Ministra propôs ainda a “Virada dos Museus”:

“[A virada dos Museus] seria a semana ou o fim de semana em que os museus teriam exposições, seriam abertos gratuitamente, funcionariam de madrugada. Nesse aspecto, algumas instituições (...) têm aberto exposições gratuitamente. (...) O público faz fila de madrugada para visitá-las. Isto que precisamos fazer: abrir a cultura pra que as pessoas que têm fome de conhecimento possam ter acesso! O Vale-Cultura irá um pouco nessa direção. Nós estamos muito satisfeitos, porque foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados a proposta do Vale-Cultura, assinada por 64 deputados. (...) Isso terá um impacto enorme!”

A Ministra também destacou a atuação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e prestou homenagem aos 80 anos do curso de Museologia da UNIRIO, pioneiro no Brasil.

“O Ibram também trabalha para preservar os cerca de 70 milhões de itens que fazem parte do patrimônio musealizado no Brasil. O programa de gestão de riscos ao patrimônio museológico brasileiro tem por objetivo subsidiar a atuação do conjunto dos museus brasileiros no que se refere ao planejamento das atividades que visam a minimizar perdas face aos riscos e às ameaças mais comuns.”

“É importante ressaltar, também, a atuação internacional do Instituto que conta com a Presidência dos Ibermuseus. (...) Um passo importante foi dado junto à UNESCO este ano, quando foi aprovada a proposta do Ibram para a criação de Instrumento Normativo Internacional voltado à proteção e à promoção do patrimônio museológico e coleções junto à UNESCO. Agora, o trabalho constitui a criação do instrumento que se somará ao conjunto de tantas outras ações voltadas ao setor.”

“Antes de encerrar, quero prestar minha homenagem ao Professor Dr. Ivan Coelho de Sá, Diretor da Escola de Museologia, e à UNIRIO, pioneira em oferecer o curso de Museologia no Brasil. Há 80 anos, essa universidade vem capacitando Museólogos para cuidar de nossos acervos e instituições. E, quero fazer uma homenagem especial a todos vocês, que se dedicam aos museus. Porque se não fosse essa determinação e carinho, um tanto do nosso patrimônio já teria ido embora. Eu sei disso e quero dizer do fundo do coração o nosso obrigado por essa dedicação.”

Lançamento e Obliteração dos selos – 5º FNM



Obliteração dos selos

Participaram do ato de lançamento e obliteração dos selos alusivos ao 5º Fórum Nacional de Museus, a Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Rattes, o Deputado Alessandro Molon, o Gerente de Vendas dos Correios, da Região Serrana Fluminense, Luís Carlos Alves da Fonseca e o Presidente do Ibram, José do Nascimento Junior.

Com essa solenidade de emissão de selos personalizados e carimbos comemorativos, os Correios deixam registrados na Filatelia Brasileira a marca permanente do seu reconhecimento a mais uma conquista do Ibram e do Ministério da Cultura.

23/11 – 11h00-12h00

Homenagem a Hugues de Varine



Homenagem a Hugues de Varine

O 5º Fórum Nacional de Museus também prestou homenagem a Hugues de Varine, ícone da museologia social mundial e destaque da Mesa de Santiago, em 1972. A Hugues de Varine foi entregue, por Natasha Mól, coordenadora do V ENEMU e estudante de Museologia do UNIRIO, placa do Instituto Brasileiro de Museus em homenagem à sua atuação em diversos países na área de desenvolvimento local e comunitário e à disseminação de suas ideias pelo mundo e em especial no Brasil em relação à função social dos museus na contemporaneidade.

“Homenagem do Instituto Brasileiro de Museus ao escritor, ensaísta, arqueólogo e museólogo Hugues de Varine Bohan pela expressiva contribuição ao longo dos últimos 50 anos no campo museal, notadamente no desenvolvimento de ideias e ações ligadas à Nova Museologia, em especial à Museologia Comunitária. Seu trabalho foi base essencial para o desenvolvimento de uma reflexão crítica a respeito do papel da memória e do patrimônio como fatores de desenvolvimento social e do fortalecimento da função social dos museus.”

Os representantes do Programa Ibermuseus, Javier Royer e Ivette Celi Piedra, entregaram ainda a publicação *Mesa redonda sobre el desarrollo y el papel de los museos en el mundo contemporáneo* e o *Troféu da Década do Patrimônio Museológico* com uma placa de agradecimento do Comitê Executivo do Ibermuseus pelas contribuições relevantes de Hugues de Varine ao campo museal no espírito da Mesa de Santiago.

“Nessa manhã de sexta-feira realizaremos homenagem ao ilustre amigo e representante de um momento importante da Museologia Social, da Museologia Internacional, como Presidente do ICOM e uma personalidade que vem contribuindo há muito tempo para a ideia de museu transformador, de museu que vai além do seu edifício e que carrega consigo a ideia de participação da sociedade e de trabalho social. Varine, os Ministros de Cultura Ibero-americanos, à luz da provocação dos representantes da área museológica ibero-americanos, bem como os Chefes de Estado em Cádiz também reforçaram isso, criando a Década do Patrimônio Museológico. A Década comemora os 40 anos da Mesa de Santiago e aponta para os seus 50 anos” (José do Nascimento Junior – Presidente do Ibram e presidente do Programa Ibermuseus). de uma reflexão crítica a respeito do papel da memória e do patrimônio como fatores de desenvolvimento social e do fortalecimento da função social dos museus.”



Conferências

Conferência I

40 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972): entre o idealismo e a contemporaneidade



20/11 – 18h30-20h30

Conferencistas:

Paula Assunção dos Santos – Presidente do Movimento Internacional para a Nova Museologia/MINON; Diretora do Programa de Mestrado Internacional em Museologia da Academia Reinwardt de Patrimônio Cultural – Holanda

Maria Célia Teixeira Moura Santos – Diretoria de Museus/DIMUS da Secretaria de Estado de Cultura da Bahia

Tereza C. Moetta Scheiner – Vice Presidente do Conselho Internacional de Museus/ICOM

Coordenador da Mesa:

Antônio Carlos Pinto Vieira – Presidente da Associação Brasileira de Museologia/ABM

PAULA ASSUNÇÃO

Boa noite a todos. Obrigado por estarem aqui. É sempre uma grande honra e acho que essa é minha maior apresentação no Fórum Nacional de Museus, o que é muita responsabilidade. Os painéis que precederam essa conferência foram tão interessantes, tão intensos, que é um grande desafio. Sinto-me honrada. Talvez um desses painelistas devesse também estar aqui. Apesar disso, espero honrar a atenção de todos. Antes de começar a minha apresentação, gostaria de fazer um pequeno preâmbulo e dizer que espero que tenha considerado corretamente a fala da Professora Maria Célia e da Professora Tereza Scheiner. Tentei criar uma apresentação que complementasse as demais e complementasse o que vi e o que creio que venha ocorrer nos próximos dias. Por isso mesmo, estou aqui como militante do Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINOM, como professora, como museóloga engajada, como amiga de várias pessoas. Mas, talvez hoje, principalmente, como militante do MINOM. Essa apresentação vai ter uma carga pesada de militância sociomuseológica. Por causa disso, dou-me o direito de não ser academicamente correta o tempo todo; no entanto, muitas dessas ideias especulativas têm alguma base empírica e acadêmica. Se houver interesse em saber mais, depois podemos conversar. Posso passar algumas referências. No entanto, eu gostaria mesmo de ter essa liberdade hoje. Esse foi o preâmbulo.

Estamos comemorando os 40 anos da Mesa Redonda de Santiago e, por isso, estamos falando muito sobre ela. Hoje mais cedo, a Professora Cristina Bruno fez uma análise interessante sobre esse fato. Enfim, estamos falando sobre pessoas importantes, grandes nomes da museologia como o próprio Hugues de Varine, que foi uma figura marcante para Mesa. Ele estará no Fórum no final da semana. Então, restrinjo-me a dizer que em 1972 o ICOM – na época dirigido por ele, que vocês terão a oportunidade de conhecer ao longo da semana –, desde 1968, organizava encontros regionais com diretores de museus em várias partes do mundo e chegou a vez de organizar um encontro na América Latina.

Porém, esse encontro, era diferente dos outros encontros, era um encontro que seria feito cem por cento em espanhol, seria organizado por latino-americanos e seria com o tema de escolha dos latino-americanos. E por causa disso, talvez, como Carlinhos já disse e as professoras vão explicar melhor que eu, o espírito da época deu origem a esse encontro que até hoje ressoa e que tem essa importância fundamental. Ou seja, não se trata de uma importância intrínseca, essa não existe, é a importância que continuamos a dar-lhe e é interessante pensar porque damos tanta importância a um encontro que, na verdade, reuniu 12 diretores de museus. Não foi um grande encontro, não compareceu a ele uma grande quantidade de observadores; foi um pequeno encontro, mas criou uma pequena revolução que até hoje ressoa pelo mundo dos museus. É um encontro que teve impacto internacional, talvez menos pontual ou um pouco menos concreto do que gostaríamos de acreditar.

O que quero dizer com isso é que o mundo inteiro não conhece a Mesa Redonda de Santiago. Talvez a conheçamos na América Latina, mas o mundo todo não sabe o que aconteceu, não conhece a Declaração de Santiago. Mesmo assim, várias ideias, por manobras de pessoas de influência, tiveram impacto, um impacto às vezes silencioso, um impacto que foi chegando devagarinho no mundo dos museus. No entanto, a Mesa Redonda tem essa importância e também, na minha forma de ver, ela é um reflexo. Ela é a nossa voz. A Mesa Redonda, como outros documentos importantes, é um resumo; mostra um espelho da nossa voz, da voz do poder latino-americano e do sangue que corre nas nossas veias.

O MINOM também tem esse sangue latino-americano correndo nas veias, apesar de ser uma organização internacional, foi criado como uma aplicação prática da Declaração de Santiago mantendo uma relação muito próxima com o Brasil. Hoje em dia, sua diretoria é constituída por seis membros, três dessas pessoas são brasileiras: sou eu, o Luís Antônio – diretor do Museu da Maré – e o Professor Mário Chagas; os outros membros também têm essa conexão muito próxima com o nosso mundo, seja por Portugal, por meio da América Latina ou de estudiosos. Essa Mesa Redonda foi aquele momento importante que entre outras coisas, na forma de ver do MINOM, pela primeira vez ou talvez de forma mais contundente, semeou um espírito transformador. Se fosse resumir a Mesa Redonda de Santiago, diria que ela semeou um espírito transformador. Um espírito que não foi posto em prática de forma maciça ou de forma contundente assim que concebido, por vários motivos: políticos ou mesmo internos ao mundo dos museus. Mas, esse espírito encontrou alguns caminhos e encontrou algumas válvulas de escape. Hoje, a Professora Cristina Bruno falou sobre os impactos da Mesa Redonda nas questões da epistemologia do campo.

Existiram também iniciativas pontuais, a Casa do Museu no México, iniciativas na Venezuela e outras iniciativas que não conhecemos, porque essa é uma área que ainda precisa ser estudada mais extensivamente. Então, estudantes, se alguém tem interesse em aprofundar essa questão deixo a sugestão. O MINOM foi uma válvula de escape do espírito de Santiago. Criado em 1984 e formalizado em 1985, ele nada mais é do que a reunião de pessoas de várias partes do mundo que nos anos 1960 e 1970 começaram a pensar uma nova forma de museu: antropólogos, militantes, líderes de movimentos sociais, líderes religiosos, como acontece hoje em dia. Elas se encontraram no mundo, descobriram que não estavam sozinhas e em 1984 se reuniram no Canadá e criaram o Movimento para a Nova Museologia, exaltando e emanando o espírito de Santiago.

Sendo assim, o MINOM é uma aplicação prática, é uma válvula de escape das ideias de Santiago, aportando-lhe um caráter muito político. Pela visão do MINOM e pela visão da Museologia Social o que existe de mais importante na referida Mesa é o posicionamento político: os museus não podem ficar alheios aos problemas sociais; os museus têm a obrigação de ajudar na resolução dos problemas sociais. Como já disse Hugues de Varine, o MINOM é o herdeiro político de Santiago. Santiago aconteceu em 1972, o MINOM foi criado em 1884 e, assim como o mundo muda, os museus mudam, o MINOM muda e a Nova Museologia muda. Na época em que foi cunhado o termo “Nova Museologia”, esse caminho de transformação encontrou espaço nos Ecomuseus, nos Museus Comunitários e, principalmente, nos Museus de Vizinhança. No entanto, como as coisas permanecem mudando, então, não significa que falar de Nova Museologia hoje ou de engajamento social seja falar de Museu Comunitário ou de Ecomuseu.

Da mesma forma, pensar o MINOM hoje em dia e na aplicação do espírito de Santiago não é só pensar no trabalho do Museu Comunitário, é pensar em um trabalho mais complexo, porque a sociedade se tornou mais complexa desde então. Por isso, hoje em dia usamos a ideia da Museologia Social e não necessariamente da Nova Museologia que, claro, faz parte da memória do MINOM e de sua filosofia, mas a tendência é seguir pelo caminho da Museologia Social. E o que é essa Museologia Social? O que mudou no mundo? O que existe hoje que permite tanto esse retorno a Santiago quanto que pensemos no futuro? O que existe hoje na sociedade? De que forma ela é diferente? De que forma? Em que situação os museus operam hoje diferentemente de há 40 anos?

Acho que são vários fatores, talvez o mais importante seja o que chamo de novo paradigma da participação social, para o bem e para o mal. Significa que existem novas formas de mobilização social que – queiram ou não queiram – têm uma influência muito direta nos museus e trazem novos desafios e possibilidades para esse espírito transformador se manifestar. Por exemplo, o próprio conceito de comunidade local muda. Esse é um exemplo de importantes museus em Oaxaca no México: museus comunitários e museus indígenas. E isso aqui foi uma visita que fiz pelo MINOM a esse museu. Aquele senhor ali do lado esquerdo é o diretor. De fato, não existe um diretor, existe um comitê de 7 pessoas – uma para cada dia da semana. Então, o museu tem um diretor diferente a cada dia. Acho que mais de oitenta por cento da comunidade já dirigiu o museu alguma vez. Faz parte dos ritos de passagem daquela comunidade.

Quando chegamos a Oaxaca – que são 6 horas de ônibus, 3 horas de carro até a estrada e mais 2 horas andando – encontramos o senhor Joaquim. Na época em que o visitei ele era diretor do museu. Acho que tinha a chave do domingo. Era uma pessoa que tinha uma importância, era nascido naquela comunidade. Mas, havia acabado de retornar dos Estados Unidos, onde morou por mais de 12 anos como imigrante ilegal e voltou para suas raízes, voltou para seu museu. E ele explicou como estava tentando garantir a sobrevivência. O que ele fazia era plantar cebolas no quintal de casa, utilizando uma técnica antiquíssima de Israel. Ou seja, mesmo naquele museu, criado nos anos 1970, a globalização chegou.

Desse modo, começamos a discutir e eu a pensar qual é a função do museu nesse contexto. É a âncora que faz com que sua comunidade não se esqueça das suas raízes? Será que esse museu também não poderia ser o canal que faz o intercâmbio de conhecimentos tradicionais? Seu Joaquim sobrevive de um conhecimento tradicional de outro povo. Sendo assim, a própria ideia de comunidade local muda ou tem mudado contemporaneamente.

Esse aqui é um exemplo de museu na Holanda que trabalha com comunidade. É um museu de psiquiatria, mas trabalha com uma comunidade de prática. São pacientes mentais, famílias e médicos. Talvez esse seja o museu mais engajado socialmente na Holanda. Não é um grupo de pessoas compartilhando o mesmo território, mas é uma comunidade.

A questão da inclusão social surgiu, dentro do mundo dos museus, no final da década de 1990. Foi uma política de governo da Inglaterra – do partido do Tony Blair, quando se tornou Primeiro Ministro. Foi, vamos dizer, uma imposição do governo não só para os museus, mas para as escolas, para as igrejas e para todas as instituições sociais. Para que continuassem recebendo dinheiro do governo tinham que contribuir para a inclusão social e os museus foram pegos de surpresa. Muitas pessoas achavam que não era função do museu trabalhar para isso. Outras pessoas aceitaram o desafio e começaram a desenvolver metodologias e um corpo teórico bastante significativo. Enfim, foi criado todo um mundo ao redor da inclusão social em museus. Muito do que fazemos hoje no Brasil nesse sentido vem das ideias inglesas. É claro que nos apropriamos e usamos ideias com criatividade, porém, não podemos nos esquecer de que muito do que é lido e feito aqui vem por meio de pessoas que vão fazer doutorado na Inglaterra, ou que leem ou fazem tradução e se inserem aqui, de forma bastante globalizada e dinâmica. Inserem-se também na nossa prática, claro que com nosso toque.

O que a inclusão social fez no final dos anos 1990 foi criar outra ideia de comunidade. Não é tecnicamente uma comunidade; mas, é outra forma de os museus se engajarem com atores sociais – que é a ideia de minoria. Quer dizer, se na comunidade local o que torna um grupo de pessoas uma comunidade é compartilhar um território ou compartilhar um patrimônio comum, quando trabalhamos com a inclusão social, o que torna um grupo de pessoas – às vezes de forma bastante imposta – em uma comunidade, em um grupo, é a sua condição social: é a condição de mulher, é a condição de desempregado. Às vezes, para o desespero dos movimentos sociais, é a condição de negro, é a condição de idoso. Essa é outra forma que os museus têm para lidar com o conceito de comunidade.

Mas, no que tange à ideia das comunidades de práticas e das comunidades de origem – que falamos hoje mais cedo na Mesa sobre os movimentos indígenas dos anos 1990 – por que, por exemplo, os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, e o Canadá transformaram os museus? Hoje em dia nos Estados Unidos existe uma lei federal que diz que todo museu que tem restos humanos tem a obrigação de tomar a iniciativa de pagar o processo e devolver ou repatriar esses restos humanos. Isso graças à luta indígena. Na Nova Zelândia, existe um museu muito conhecido chamado Tepapa que tem duas diretorias: uma diretoria branca e uma diretoria Maori. O diretor, o presidente Maori, é quem dá a palavra final, porque é ele quem aprova ou não o orçamento. Ele é quem faz as mudanças no orçamento.

Enfim, existem várias conquistas dos movimentos indígenas não só no sentido de se apropriarem de ferramentas dos museus para terem voz própria, mas também de influenciarem o trabalho dos museus com essas coleções. De certa forma, as comunidades de origem são outro tipo de comunidade que podem ser chamadas de movimento social. Os movimentos sociais, os indígenas, G-B-T-E-L-S... L-G-B-T-V. Vocês entenderam. Ah, gente, desculpa, estou defasada. Sou mãe, já defasei! Esse aqui é o exemplo de como os movimentos sociais, como diz o sociólogo Manuel Castells, não são só para o bem. São também para o mal. O Talibã é um movimento social e tem sua influência também no patrimônio, como é caso dos Budas no Afeganistão. Em 2000, foram comemorados os 500 anos do descobrimento do Brasil e nessa época eu tinha acabado de me formar.

Esse é o Museu de Porto Seguro, participei desse projeto. Mas, participei do outro lado também, que foi a Marcha dos Movimentos Sociais. Acho que algumas pessoas aqui igualmente participaram dele, que foi duramente recebido, reprimido pela Polícia Militar do estado da Bahia. Na verdade, é isso: é uma disputa de memória, uma disputa de instrumentos de memória e você vê que nas duas a utilização das ferramentas é muito diferente.

Existem outras formas de mobilização que são engraçadas, embora muito sérias. A mobilização digital, o melhor exemplo é o Cristo de Borja. Acho que todos ouviram falar, pelo menos, todos que têm Facebook, ouviram falar do Cristo de Borja. É uma brincadeira, que teve consequências bastante ampliadas. E virou um ícone pop. Há em toda mobilização, seja ela comunitária local ou de movimentos sociais, esse perigo, esse outro lado da comercialização. Com todos. Não é porque você é uma comunidade local que você não vai sofrer, participar do resto do mundo. Mas, a mobilização digital é aquela mobilização. É a sociedade civil desorganizada. Existe a sociedade civil organizada, e também a sociedade civil desorganizada. Isso pode acontecer com você amanhã. É isso que eu gostaria de dizer. Isso pode acontecer com seu museu, com seu Ponto de Memória amanhã. Então, de forma resumida, o que muda são os tipos de mobilização e o grau de interação entre essas mobilizações e os museus.

Quer dizer, não depende, como na época de Santiago, de os museus trabalharem para resolver os problemas sociais, queiram os museus ou não, a tendência é que a sociedade se aproprie deles, cada vez mais, gostem ou não gostem os diretores, os profissionais ou mesmo os militantes de museus. Nesse contexto, qual é a função social dos museus?

Porque essa é na verdade a grande pergunta do MINOM quando interpreta o espírito de Santiago. Primeiro, é importante dizer que todo museu tem uma função social: o museu colonial tem uma função social; o museu comercial tem uma função social. Todo museu tem sua função social. Mas, de que função social estamos falando? Que função social queremos? Também não pensar que todos os museus terão a mesma função social. Cada museu tem um dono e trabalha para os interesses dos seus donos. Então, um choque de realidade seja pensar se queremos transformar todos os museus. Isso é realidade? É isso mesmo? Ou talvez seja melhor transformar ou lutar por museus que atuem da forma que desejamos atuar na sociedade e deixar que os outros façam o que eles têm de fazer.

Existem vários tipos de museus hoje em dia, vários tipos de função e aqui pensei, seguindo essa linha da emancipação, em alguns temas muito recorrentes. Eu acho que todos aqui já usaram, já leram ou já pensaram em alguns destes: inclusão, educação, acessibilidade, enfim, desenvolvimento humano sustentável e local. Não são palavras, são conceitos; conceitos cheios de ideologia, conceitos cheios de limitações, de aplicações, de agência, de indústria, e de patrimônio imaterial. Não podemos pensar nisso de forma inocente e usar as palavras achando que vamos resolver todos os problemas.

Sempre me pergunto, quando vejo algumas atividades no museu: há aquela atividade que é especial ou tem aquela visita ao museu ou há aquele momento museológico que é especial. Ele é diferente. Você sente que realmente alguma coisa está acontecendo. Interessam-me muito esses momentos. A minha própria pesquisa de doutorado vai um pouco nesse caminho. E o que acho importante quando falando ou conversando com pessoas que militam ou atuam nessa área, pessoas que escrevem – os filósofos de referência da Museologia Social, Paulo Freire, Milton Santos –, é a influência da teoria crítica tão falada na Universidade, de Foucault, da teoria feminista ou da teoria pós-colonial. Onde está aquele toque de diferença? O que faz uma inclusão social funcionar e outra não funcionar? O que faz a ideia da cidadania funcionar quando você vai ao Museu da Maré, por exemplo, e sente o esforço para cidadania, enquanto vezes você vai em outro museu que se esforça, mas você sente que falta algo?

Por que não pensar, então, quando falamos de inclusão social, ou em todas essas formas de atuar socialmente nas universidades, nas nossas políticas, nos programas e nos artigos. Por que não pensamos e discutimos sobre respeito? Por que não temos um Fórum Nacional de Museus sobre o respeito? Respeito às pessoas, respeito ao seu público. E a esse respeito – na verdade função da interação humana – trazer essa humanização, humanizar os museus, trazer essa humanidade para os museus.

O grande desafio hoje é transformar instituições que, claro, já se modificaram muito ao longo do século XX e agora do século XXI, mas, são instituições que trazem o peso de um projeto moderno de museu – que foi feito em uma época em que o respeito significava outra coisa. Um exemplo prático aqui: essas são as cabeças tatuadas que existem em vários museus europeus, pelo menos – eu não sei aqui no Brasil – são cabeças reais, tatuadas, que

antigamente em alguns museus se você quisesse uma cabeça tatuada, você trazia uma cabeça para o museu. Na época, eu acho que era perfeitamente aceitável que os museus tivessem essa função. Desse modo, o respeito de ontem não é o respeito de hoje. Porém, ainda temos um legado nos museus, formas de trabalhar, de uma época que a ética era muito diferente do que é hoje. E como fazer para trazer esses museus para a ética de hoje? Isso é um museu de hoje. Esse é o Museu Du Quai Branly em Paris. Como pensar o respeito, o respeito às comunidades de origem? Essa é uma estátua da Ilha de Páscoa. Quantas estátuas há na Ilha de Páscoa? Isso é interessante, é dramático também, porque há uma cabeça, e há um corpo. O corpo ficou na Ilha de Páscoa. Então há um corpo decapitado e há uma cabeça que fica no museu. Inclusive quando o Quai Branly foi criado, essa cabeça estava decorando um restaurante. Não consigo ir a esses museus e não me emocionar, porque isso significa muito mais do que uma decoração de restaurante no lugar de onde essa estátua veio e para muitos outros povos. Trata-se de uma questão de respeito.

É uma questão de respeito pensar essa ideia de preservar culturas tradicionais nos ecomuseus – qualquer ecomuseu. É uma discussão – não estou dizendo que é boa ou ruim – mas é uma discussão em voga: a questão, por exemplo, dos ecomuseus na China. Essas instituições preservam uma cultura tradicional que garante sustentabilidade econômica. Mas, é assim que quero preservar? Aceito trabalhar com os pés de ouro? É minha função? Tenho o direito de não gostar? Por não ser chinesa, por não trabalhar lá? Qual é a nossa função? Como lidar com o respeito?

A própria questão do patrimônio imaterial é respeito. Volta e meia, na Holanda – porque as pessoas na Holanda gostam muito de organizar, botar tudo em caixinhas para depois ter que pensar em como juntar as caixinhas de novo – há a caixinha do patrimônio material e há a caixinha do patrimônio imaterial. Houve um dia muito emocionante para mim, da melhor e da pior forma, porque eu comecei a seguir as pessoas e a olhá-las. E vi um pai lendo e o filho esperando-o. E o filho perguntava: “Pai, o que é isso, pai; que que é isso, pai”. E o pai lia, lia. Voltava. Lia de novo. Voltava. Lia de novo. E o filho impaciente: “Pai, que é isso?” E eu pensava: “Eu falo ou não falo? Falo ou não falo? Eu vou ver o que vai acontecer.” Depois de, não sei, de cinco minutos, o pai baixa a cabeça, pega a mão do filho e vai embora do museu. Isso é falta de respeito. O que aconteceu ali – com todo esforço que nós profissionais fazemos, com toda vontade de pensar corretamente, fazer corretamente – o que aconteceu naquele momento foi um caso de humilhação museal. O museu humilhou as pessoas. Óbvio que não é a intenção. Mas, se pensarmos em termos de respeito – que é uma ideia simples, mas, vamos dizer, é uma luta da nossa vida, em todas as áreas da nossa vida – acho que as coisas se tornam mais evidentes e mudam de figura.

Outra ideia muito rápida, a ideia da empatia: conseguir se colocar no lugar dos outros. Na Holanda levamos os estudantes a algumas excursões. A Holanda é pequena, a Europa é pequena. Então, ir a Paris seria ir a São Paulo. Levamos os estudantes em Paris e, por coincidência, na mesma semana, visitei outro museu na Suécia – que vale a pena ser pesquisado. Chamam-se Museus das Culturas do Mundo e um dos dois museus tinha acabado de abrir. Havia a diferença de um ano entre a inauguração de um e do outro. Foi muito interessante porque o Museu do Quai Branly é um museu de peças bonitas, mas bastante criticado. Então, há várias coisas escritas sobre esse museu. É um museu que mostra a beleza das peças, possui boa iluminação, embora não exija muito contexto: não diz de onde as peças vieram, não diz quem as usa. Enfim, há essa apropriação, esse esvaziamento dos objetos do museu. O mesmo objeto que estava no museu em Paris estava no museu na Suécia. O mesmo objeto. A única

diferença era que em Paris havia um pano, um tecido muito bonito e esse tecido estava junto com 50 tecidos. Na Suécia tinha um tecido e ao lado havia um texto que dizia assim: “Não importa a beleza desse objeto, ele vai sempre lembrar minha dor”. Era um pano, um tecido utilizado para limpar as meninas depois da circuncisão. Isso é uma atitude corajosa de empatia.

Fica no ar a ideia do amor – citando um filósofo muito importante da nossa área, que é o Paulo Freire – a ideia de amor ou confiança nas pessoas. Como transformar o que criticamos no museu? Acho que essa é a grande pergunta. Talvez agora seja o momento da militância. O único jeito que consigo enxergar de fazer isso é se abrir para os outros. É se abrir, é perguntar, é experimentar. Vivemos hoje uma fase de experimentos. Errar não é problema. Temos que errar, temos que experimentar, temos que escrever sobre o assunto, falar sobre o assunto, temos que organizar uma conferência sobre erros nos museus. Por que não? Os museus tinham aquela ideia de ser perfeitos; os museus tinham aquela ideia de resolver tudo. Não precisamos mais disso. Talvez, assim, possamos, com humildade, sem a pretensão de estarmos certos e juntos, conseguir incentivar uma cultura de cooperação.

Para terminar, outro dado interessante sobre os anos 1970 é que um dos participantes da Mesa Redonda de Santiago era o Diretor do Museu de Antropologia do México, Mario Vázquez. Mais ou menos na mesma época, o Museu de Antropologia foi aberto. Na véspera de sua abertura, à noite, Vázquez levou-os ao museu – que é muito tradicional. Levou esse grupo de líderes indígenas para que pudessem ler os textos e ver se estava tudo bem, para fazer mesmo uma correção final. Foi um ato de rebeldia, um ato revolucionário, feito na calada da noite. Espero que preparar exposições na calada da noite não seja mais necessário e que sejamos mobilizados o bastante para perceber as demandas contemporâneas dos museus. Isso deixou de se referir só aos profissionais ou aos que estudam profissionalmente Museologia nas universidades e passou a incluir a sociedade civil.

Para terminar, só gostaria de deixar a reflexão de que teremos de nos abrir para os Cristos de Borja do mundo. É isso o que gostaria de dizer. Obrigada.

MARIA CÉLIA TEIXEIRA MOURA SANTOS

Boa noite a todos e a todas. É um prazer imenso dividir a mesa com colegas com quem caminho as estradas e os caminhos museológicos e a vida. É uma satisfação estar participando de mais um Fórum de Museus. Tive o privilégio de participar de todos, e este é o quinto, porque compreendo que o Fórum é uma conquista da Política Nacional de Museus. Ontem foi dito que ele é um momento de encontro. Acho que esse é um dos aspectos mais interessantes do Fórum. Nele, nos encontramos, dividimos nossas angústias, pensamos o que fazer do futuro e o que estamos fazendo no presente. Parabenizo o Ibram e toda sua equipe, na pessoa de Eneida. Sabemos do esforço que é realizar uma conferência deste tamanho. Parabenizo e agradeço o convite para estar na Mesa. Vocês nos deram o tema “40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) – entre o idealismo e a contemporaneidade”. Busquei essa imagem da Cordilheira dos Andes, um elemento da geografia da América do Sul, pelas suas peculiaridades: apresenta picos mais altos, às vezes nevados, às vezes secos. Mas, que marca todo o território dos nossos vizinhos. Ainda é significativa por ter sido a Mesa Redonda de Santiago realizada no Chile. Essa imagem vai nos acompanhar, com altos e baixos, porque considero que todo esse processo de construção da História da Museologia no Brasil e no mundo é mesmo um processo que vamos construindo e reconstruindo, ao longo da vida, como sujeitos na História.

Construirei minha fala com algumas imagens. Assim como Paula, não trouxe um discurso acadêmico. Farei um discurso a partir da minha vivência, da minha experiência com os princípios de Santiago e com a Museologia. Acredito e venho há anos na militância trabalhando na formação das pessoas que estão criando os museus. Contribuo participando na vida de instituições, na formação e em alguns projetos de construção compartilhada de museus e de Museologia mais participativa. Por falar em participação, amei ver vocês aí agora, porque não estava enxergando vocês. A luz não nos deixava vê-los. Estava nos encandeando, mas o iluminador nos deu o prazer de olhá-los. Estamos falando de diálogo, de participação e de interação. É muito bom ver vocês enquanto falo. Construí o meu discurso lançando um olhar contemporâneo e com idealismo. O título nos diz: entre o idealismo e a contemporaneidade. Acho que Santiago sem utopia ou sem idealismo fica um tanto esvaziada. Então, vai ter sim idealismo, vai ter sim muito da relação com o presente na minha fala. Esse olhar vai nos acompanhar ao longo da conferência.

Tomei como ponto de partida o momento que aconteceu no Brasil e que trouxe Santiago e outras reuniões relevantes da Museologia nacional e internacional para a discussão. Trata-se do encontro realizado em São Paulo em 1995. Para sua organização, contamos com a participação e o envolvimento dos colegas Cristina Bruno, que está presente; Marcelo Araújo, também de São Paulo; Mário Chagas; e Tereza Scheiner – que também estava lá e participou do evento. É significativo que Paula fale que é preciso retomar os discursos desses encontros no caminho da Museologia nacional e internacional porque ali, talvez pela primeira vez, tenhamos parado para fazer uma reflexão sobre a Museologia contemporânea e os reflexos disso no Brasil. Lembro-me de Hélio Oliveira, que está presente, e dividiu uma mesa comigo e com Hugues de Varine lá. No encontro de 1995, se discutiu Caracas, a Declaração de Québec; e o Encontro do Rio de Janeiro de 1958.

Lanço a proposta de buscar os bastidores e entrevistar os colegas que organizaram o referido encontro e olhar o que significou aquilo, o que significou aquele momento para a Museologia brasileira e internacional. Estávamos ali dividindo espaço e conversas de corredor com Pierre Merrain, com Mário Moutinho e com Hugues de Varine. Enfim, com todos os pioneiros da Nova Museologia. Foi um momento muito especial. Assim como aquele grande encontro de ecomuseus que aconteceu no Rio de Janeiro e que trouxe, em 1992, todos esses pioneiros para o Rio de Janeiro, com quem tivemos a oportunidade de compartilhar esses momentos.

Escrevi um texto para o encontro de 1995 e fui, com o olhar de hoje, olhá-lo. Estavam pontuadas lá as lições dos bastidores. Já tivemos a oportunidade de, no 5º Fórum, discutir o que isso significou. A organização do encontro escolheu conferencistas não só da área de museus: havia arquitetos, biólogos, urbanistas; havia, enfim, pessoas que pensavam a cidade; pensavam o território; pensavam a história; pensavam os museus; pensavam a educação. Todos juntos. Então, não se fazia à época um evento voltado só para museólogos e para pessoas que trabalham nos bastidores do museu. Provavelmente, esse tenha sido um dos dados muito interessantes para se pensar, porque quando estávamos em outra Mesa sobre Santiago, à tarde, e que Paula encerrou a fala dizendo que um dos pontos cruciais no futuro será a sociedade procurar esse museu, nesses dois momentos estava sendo chamada a sociedade – profissionais de outras áreas – para a discussão. Outro aspecto é a noção básica – que não discutiremos aqui: o museu integral, o museu integrado e que muitos já falaram e que, por não haver muito tempo, não aprofundaremos – seria o museu como instrumento de mudança social. No texto construído em 1995, Hugues de Varine diz que o marco mais interessante de Santiago foi conceber e pensar o museu como instrumento de mudança social.

Como mencionado antes, algo que nos auxilia a ter uma ação inovadora, junto com outros atores sociais, é pensar a Museologia, a vida, o patrimônio, e a identidade. Ou seja, pensar não só os acervos museológicos, mas esses acervos e histórias de vida em relação. Nesse sentido, outro aspecto de Santiago que considero significativo foi a ênfase no dia-a-dia das instituições. Ou seja, pensar o dia a dia assim como pensar sobre os saberes, os usos e os costumes já considerados nos documentos do encontro de 1995. Pensar a prática social sendo, como profissionais, capazes de musealizá-la – o que é e foi um grande desafio colocado naquele momento para todos que militamos na área de Museologia. O meio também. Temos de considerar o meio não só como algo que todos da nossa geração conhecemos. Por exemplo, quando comecei a estudar no curso de Museologia havia uma disciplina, Cultura Brasileira, na qual se discutia o conceito de cultura. Estava lá: o natural é uma coisa; a cultura é outra coisa. Olhamos isso hoje com diferentes olhares. Mas, Santiago nos apontou para a possibilidade do olhar integral, do patrimônio visto como algo que sofre interferências biopsicossociais. Ele é ecológico, mas também é ontológico, porque os seres humanos são as duas coisas. Esse é um marco importante de Santiago.

Então, só para enfatizar, além do Chile, outro marco da angústia que acomete a Museologia foram os anos 1990. Esse movimento de repensar o museu começa antes e chega a Santiago, passa pelos anos 80 com o MINOM, por 1992, com Caracas, e por todos os movimentos que vão surgindo na Museologia e eclodem nessa década. Eles foram muito importantes não só para a produção de conhecimento, mas para toda a classe museológica, no sentido de pensarmos junto; dialogarmos e enfrentarmos nossas diferenças; buscarmos nossas associações; e termos o direito de, como profissionais, exigir nossos direitos.

O pontapé inicial dado em Santiago é dizer que somos sujeitos da História, e que há a possibilidade de construir uma Museologia onde o sujeito social deixa de ser passivo e contemplativo. Está aí o cerne das reflexões que são desafios na contemporaneidade. Ou seja, não sou eu sozinho como técnico que construo um museu. Não sou eu sozinho como professor ou como produtor de conhecimento que faço uma reflexão acadêmica e construo conhecimento. Posso construir conhecimento com o outro. E esse outro talvez não seja acadêmico, mas, pode e deve ser sujeito social que produz cultura, que é cidadão, que tem o direito de participar das ações museológicas e que tem o direito de acesso aos museus. Não só como sujeito que chega e contempla um acervo que está exposto; mas, como ser atuante nesse processo. O grande desafio da Museologia contemporânea é nos transformar em sujeitos que agem e modificam as múltiplas realidades, juntos com o outro, na interlocução, num processo constante de comunicação. Mas, isso não acontece por acaso ou do nada. É preciso olhar Santiago e olhar a evolução do pensamento museológico contemporâneo como algo que é de contexto. Já foi pontuado aqui por Paula e nas falas dos painéis que isso acontece porque há um grande movimento onde se começa a questionar a fragmentação do conhecimento; um grande movimento onde se inicia a insatisfação com os modelos de academia que tínhamos. Onde se começa a pensar que é possível colocar as nossas reivindicações nos Movimentos Sociais e compreender isso como algo que é legítimo para a sociedade.

Historicamente, quando ocorreu a Mesa de Santiago, tínhamos na América do Sul os golpes militares e as ditaduras. São momentos que estávamos atravessando e a educação popular nos surpreende. Tudo isso é um lastro para que Santiago venha a acontecer. Inclusive, a própria presença e o desejo de Paulo Freire de participar da Mesa de Santiago. Colocarei para vocês um dado que acho muito interessante: a criação dos cursos de Museologia no Brasil, do curso de Museologia na Bahia, que acontece em 1960; antes disso, só existia um curso de Museologia no país – tudo faz parte desse contexto. No entanto, apesar dessas inovações no campo da Museologia, cabe mencionar que seu conteúdo foi disponibilizado esparso e tardiamente. Por exemplo, temos a reunião de dirigentes de museus, que aconteceu na Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco. Se vocês lançarem um olhar curioso sobre o documento daquele evento, encontrarão um Grupo de Trabalho que cita e que fala dos conteúdos de Santiago. Pela primeira vez, encontrei um documento no país em um evento no qual participaram dirigentes de museus do Brasil inteiro. Não por acaso, estava lá presente naquele Grupo de Trabalho o Professor Ulpiano Bezerra de Menezes, que já tivera contato com a Declaração de Santiago e levou àquele encontro suas reflexões. De forma geral e mais abrangente, até nos cursos de Museologia – na minha realidade, por exemplo, na UFBA só tivemos contato com o Documento em 1980. Portanto Santiago ficou adormecida. O seu teor não foi socializado, nem democratizado ou tampouco absorvido por grande parte dos técnicos e dos trabalhadores de museus durante muito tempo.

Bem, essa pincelada rápida sobre o contexto me leva, portanto, a pensar nos legados da Mesa de Santiago. Quais foram esses legados? Pensei alguns:

- O reconhecimento das identidades e das culturas dos agrupamentos humanos. Esse é um legado importante, tão importante que o reconhecemos e começamos a trabalhar considerando-o como herança na nossa prática museológica;

- A utilização da memória coletiva como referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade. Ou seja, há uma apropriação do ato de preservar compreendendo-o como algo que é fundamental em nossa vida e não só na vida de uma coleção ou de um objeto que preservamos no museu. Esse ato de preservação para uma coleção é importante, assim como é importante como instrumento de compreensão das múltiplas realidades e de melhorias em nossa qualidade de vida;
- Incentivo à apropriação e à reapropriação do patrimônio. O patrimônio não é do museólogo, não é do técnico que sozinho cuida da restauração da peça. É nosso. É preciso nos apropriar dele com essa dimensão integral que colocamos anteriormente;
- O desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida, além da coleção, a prática social. Passamos a musealizar problemas, passamos a trabalhar com acervo operacional, passamos a musealizar a dinâmica da vida. Tudo isso foram legados importantes desses movimentos;
- A socialização da tarefa de preservar, algo do que já falamos;
- A interpretação da relação entre homem e o seu ambiente; da influência da herança cultural e natural; e da identidade dos indivíduos e dos grupos sociais – são outros aspectos importantes;
- A ação comunicativa dos técnicos e dos grupos sociais. Ou seja, não se faz Museologia dita, entre aspas social, porque aí é outro conceito que temos de debater como área de conhecimento.

Há Museologia e há processos de musealização. O que me motivou a amar a Museologia, os museus e os seus processos foi a sua dimensão social – social e educativa. Essa Museologia e a sua herança cultural influenciam não só o meio ambiente, mas a herança cultural tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais. A ação comunicativa é o que nos faz exercer o compromisso social – outro aspecto fundamental. Do mesmo modo, a ampliação dos bens culturais a serem musealizados é um grande desafio posto inclusive aos cursos de Museologia. Como avançar no processo de musealização dessa herança social? Como já pontuamos, conseqüentemente, aparecem novas tipologias de museu; portanto, lidaremos com realidades museológicas diversificadas e com contextos mais abrangentes. Tudo isso influenciará a aplicação das ações de pesquisa, de preservação e de comunicação, porque há o movimento que nos diz que é preciso olhar a preservação, a pesquisa e a comunicação com outro olhar. Mas, considere importante apontar alguns aspectos desse campo museal em transformação que são resultados desse movimento. Realizei aquele exercício inicial, apresentando a imagem de um olhar para vocês. O movimento que está representado na figura acima foi gerado pelo processo participativo e interativo da sociedade e dos técnicos que atuam na área museal.

É bom apontar alguns avanços tanto do ponto de vista conceitual e epistemológico quanto da perspectiva dos resultados concretos que conseguimos nos últimos 30 ou 40 anos, através da militância e do nosso próprio crescimento profissional.

- Passamos a considerar os museus como um fenômeno social. Não são apenas lugares onde preservamos objetos. É um fenômeno social. Portanto, ele é um espaço relacional, ou seja, de interlocução entre técnico e sociedade. Significa que a partir dele temos que desenvolver ações em conjunto;
- Incluímos os museus na pauta por uma ordem planetária fundada no humanismo, na luta por uma sociedade mais justa e democrática. Vimos nos exemplos de Paula, e de tantos outros citados nas reuniões, que eles estão engajados nos movimentos sociais. Assumimos, portanto, a dimensão política dos museus e da Museologia. Tivemos coragem de assumir isso;
- Compreendemos a abrangência do campo museal e deixamos de acentuar as dicotomias entre a “Velha” e a “Nova Museologia”; entre o novo e o museu tradicional. Superamos tudo isso;
- Diminuímos as distâncias entre centro e periferia, e aumentamos a nossa autoestima. Hoje, olhamos de igual para igual para a produção de conhecimento da Museologia do resto do mundo. Antes, dizíamos “amém” e recebíamos pronto o pacote que nos enviavam;
- Buscamos a articulação entre os saberes científicos e populares; o diálogo entre as linguagens erudita e popular; e operamos com ciência, cultura e tecnologia de forma integrada;
- Outro avanço muito importante nesse movimento de produção de conhecimento: reconhecemos a importância de processos museológicos aplicados a museus de bairro, indígenas, comunitários, escolares e ecomuseus;
- Estimulamos o repensar dos grandes museus situados nas metrópoles. Algo muito bonito e muito interessante. Sinto-me feliz e emocionada vendo como todo esse movimento do campo museal foi influente e hoje já vemos a modificação de práticas museológicas nos ditos museus tradicionais acontecendo por conta dos resultados e do caminhar desse processo;
- Passamos a operar com o acervo operacional, ferramenta importante de aproximação com todo corpo social, como disse antes, musealizando problemas e temas de interesse da sociedade;
- Inserimos os museus na pauta das lutas das minorias e contra os preconceitos; adaptamos seus espaços, permitindo a acessibilidade e a participação;
- Criamos redes de interação entre museus e desenvolvemos uma ética de confiança em busca de um trabalho de parcerias;
- Consideramos que as ações socioculturais e educativas são a essência do trabalho museológico e da instituição museu e que não estão limitadas à educação formal. Foi outro salto importante que demos;

- Quero ressaltar como um dos pontos relevantes de conquista na realidade brasileira termos tido a coragem de incluir o Estatuto de Museus como resultado desse movimento – que é a Política Nacional de Museus, e que é nossa.

Vejo o Ibram, vejo o Fórum e todo esse movimento como resultado e consequência do compromisso social de todos esses profissionais que atuam, participam e alimentam, por exemplo, nos Fóruns as discussões em torno desse caminhar. Tivemos a coragem de colocar em nosso Estatuto – e há teses, tanto em Portugal quanto em outras partes do mundo, citando a inclusão no nosso Estatuto de Museus dos princípios que estamos vendo aqui: a valorização da dignidade da pessoa; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social do museu; a valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade de acesso; o respeito e a valorização da diversidade cultural e o intercâmbio institucional.

Então, isso é uma conquista. Ou seja, termos uma legislação e um decreto já para sair regulamentando a lei que veio, não de cima pra baixo, mas como resultado desse movimento social. A respeito do olhar curioso que estamos lançando sobre essa Museologia, não podemos nos esquecer de que a vitalidade do campo museal na contemporaneidade é decorrente do lastro construído e sedimentado ao longo dos anos. Não podemos ver o acúmulo de conhecimento na área museológica e da prática dos museus olhando Santiago como movimento isolado. Porém, trata-se de resultado de todo o contexto que veio ao longo dos anos com o nosso compromisso social construindo e reconstruindo conhecimento e transformando-o em práticas, projetos, e legislações e nos apropriando dele.

Para êxito desse momento reflexivo no Fórum, a Mesa Redonda de Santiago colaborou de forma significativa. Ela não pode estar fora deste contexto. É preciso continuar esse movimento de construção e reconstrução. Não podemos olhar Santiago só como passado e nos contentarmos com isso. É preciso reinventá-la. É preciso dar-lhe vida, e olhar o passado, olhar para os anos de 1970 e para o ano de 1972 com o olhar contemporâneo. Ou seja, este movimento, essa imagem de movimento que utilizamos desde o início é que vai continuar fazendo com que o olhemos. Temos que construí-lo e reconstruí-lo. Houve um bebê que chamou nossa atenção participando daquela Mesa: uma mãe trouxe outra vida a Santiago. Desse modo, temos que continuar construindo a Museologia e o movimento dos museus com muitas mãos reescrevendo a História de Santiago. Assim como temos que reescrever e reinventar a Política Nacional de Museus, que lançamos lá em 2003 herdeira do Chile, temos de construir e reconstruir essa política e mantermo-nos atentos, como temos feito no Fórum Nacional de Museus. Para concluir, é preciso idealismo; é preciso compromisso e determinação; é preciso inovar. Faltava a última imagem, a imagem dessa criança que reescreve; que recomeça; e que reconstrói o mundo. Esse olhar curioso é também nosso, sobre o mundo e sobre a vida. Que nos fóruns de museus consigamos – com criatividade, emoção e compromisso social – reescrever Santiago e a Museologia sem esquecer que esse passado é fundamental para sedimentar a História. Obrigada.

MARIA TEREZA SCHEINER

Bem, boa noite. Boa noite a todos. Eu agradeço muito ao Ibram, na pessoa do seu Presidente, José do Nascimento Junior, e à equipe que organizou esse Fórum – está uma beleza – agradeço pelo convite para participar do evento. Agradeço também ao Carlinhos, Presidente da ABM. A ABM está em excelentes mãos. Há vários anos eu não escuto nenhuma queixa e nenhum pedido: “Professora, por favor, nos ajude a salvar a ABM” – o que significa que está em excelentes mãos. Não precisa ser salva. Já foi salva. Então, estou muito feliz por estar aqui. Cumprimento todos os presentes, especialmente os colegas do ICOM – Internacional; do ICOM – Brasil; minhas companheiras de Mesa, Professora Paula Assunção, que lindamente saiu para cuidar do seu bebê – que é tão importante quanto a Museologia; muito mais importante neste momento –; Professora Maria Célia, companheira de longa jornada; e também os membros dessa vigorosa comunidade museológica brasileira aqui presente: museólogos, diretores e profissionais de museus, professores, alunos de Museologia da graduação e da pós-graduação.

Para mim, é uma satisfação estar novamente em Petrópolis. Petrópolis é uma cidade vocacionada para os eventos culturais. É uma cidade que tão bem vem nos acolhendo. Acolheu-nos magnificamente entre os dias 05 e 09 de novembro agora, há duas semanas, durante a realização do 4º Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola – SIAM e do 21º ICOFOM LAM, aqui no Museu Imperial. Eu aproveitei para estender, novamente, ao Professor Maurício – que não está presente, porque está lá preparando outras coisas para nós – e à sua fiel escudeira, Isabela, o meu respeito e meus calorosos agradecimentos. Retornei novamente a Petrópolis no dia 16 de novembro. Dessa vez, para a abertura do V Encontro Nacional de Estudantes de Museologia – ENEMU. Foi um convite que muito me alegrou, que proporcionou um encontro muito rico com alunos da Museologia de várias universidades brasileiras. Fiquei felicíssima com o convite. Neste mês, portanto, este é o terceiro evento em Petrópolis. Estou quase comprando uma casa aqui.

Aproveitei para falar um pouquinho do idealismo que cerca essa trajetória, toda essa nossa jornada. Nós “ralamos muito”, como dizem vocês jovens; mas, na verdade, temos, para além da nossa carpintaria diária, mãos e cabeça no idealismo. Eu tenho em casa, no corredor, uma imagem. Todo dia, várias vezes, eu olho a imagem. É muito simples: um pôster já meio velho que diz *Keep in touch with your dreams* – Fique sintonizada com seus sonhos. Faço questão de manter aquele pôster, já meio descascado, ali, para lembrar-me diariamente de que por mais que façamos um trabalho de alta racionalidade – porque a academia nos exige isso – não devemos descolar dos sonhos.

Como muitos aqui já sabem, venho há anos estudando as relações entre museus e comunidade. E também lutando para construir uma Museologia latino-americana que seja respeitada no plano internacional e que, especialmente, não se detenha, de maneira equivocada, sobre as questões teóricas e práticas que são abordadas na literatura do campo. Nesse contexto, não há como negar, claro, a importância da Mesa de Santiago. É um evento que se tornou emblemático para a Museologia mundial, mas que ainda hoje é pouco compreendido na sua real significação. Embora não queira repetir falas anteriores, venho pensando muito em Santiago, especialmente neste ano, através de falas minhas e de muitos outros colegas que se dedicam ao tema. Escolhi pontuar algumas questões que me parecem importantes para repensar essas relações. Uma delas é a relação entre Museologia e participação comunitária. Mais uma vez, lembro a necessidade, já falei isso em Belém este ano, de considerar

do modo mais amplo possível a ideia de comunidade – Paulinha falou disso também – evitando a armadilha das abordagens maniqueístas que consideram comunitárias apenas as iniciativas ligadas aos grupos de baixa renda. Aqui, uso o conceito antropológico de comunidade para lembrar que todos os grupos de indivíduos que compartilham traços identitários e/ou comportamentais constituem uma comunidade.

Outra questão a ser pontuada é a representatividade da Carta de Santiago no campo museal. Em trabalho recente, eu já mencionava a tendência de alguns profissionais em mitificá-la imputando-lhe significados inexistentes no próprio texto. Minimizando, dessa forma, o seu real significado e a sua importância para o campo. Essa tendência fica clara quando deixamos de investigar, com propriedade, as convergências e as divergências entre as matrizes teóricas que fundamentam os conceitos de museu integral, museu comunitário e ecomuseu, bem como as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social.

Uma terceira questão é o tema, hoje muito explorado pela academia, da inclusão social pela ação nos museus e dos museus. Para conduzir essa reflexão ofereço, inicialmente, alguns dados históricos. Farei também esse movimento que a Professora Maria Célia fez de voltar ao passado. O estudo teórico da Museologia permite compreender que, embora se possa mapear o início da emancipação do campo nos primeiros anos do século XX, ela se estrutura como campo disciplinar na segunda metade do século, mais especificamente a partir dos anos 1970, fundamentada em trabalhos pioneiros dos anos 1940 e 1950, complementados ao longo dos anos 1960 pelas análises críticas de autores como Rivière, Kinard, Jahn, Gruzinki, Neustupný, Vázquez, Stránsky. Nesse momento, se produziu um conjunto de documentos emblemáticos, hoje considerados constitutivos do campo, entre os quais se destacam as definições de museu do ICOM e a Carta de Santiago.

A criação do ICOFOM em 1976 influenciou de maneira decisiva no processo. Aos trabalhos já existentes somaram-se as reflexões de Cameron, Jelínek, Sofka, Stránsky (outras reflexões) e muitos outros documentos hoje considerados como a base constitutiva do campo museal. A publicação dos *Museological Working Papers* – MUWOPs e a criação dos *ICOFOMs Study Series* – ISS, esta constitui a primeira série documental dedicada à Teoria da Museologia. O 41º livro foi editado há pouco tempo e lançado agora, no dia oito, em Petrópolis. Ambas as publicações ampliaram nos anos 1980 os estudos sobre Museologia e museu, introduzindo esses estudos como questão no universo acadêmico.

Ao mesmo tempo se ampliava o debate em torno da função social dos museus. É nesse momento que André Desvallées defende a ideia de uma Nova Museologia, em 1980. Esse é um termo criado em 1980 por André Desvallées, membro do ICOFOM – termo e conceito consagrados pelos pares e que resultaram no advento do MINOM. Embora tenha se voltado desde o primeiro momento para a prática, a Nova Museologia se fundamentava, portanto, nas ideias desses teóricos já citados. A eles se somaram, entre outros, Evrard, o organizador do primeiro ecomuseu, do Creusot; Bellaigue, a primeira museóloga do primeiro ecomuseu; Varine, que vocês já conhecem muito bem; Marmout; e Pierre Mayrand. Esse é o ambiente de pensamento que permite a criação e a instalação dos primeiros ecomuseus.

Ao final dos anos 1980, a Museologia já era aceita e reconhecida como disciplina autônoma, dedicada ao estudo da relação específica entre o humano e o real, tendo como objeto de estudo o fenômeno museu. Foi nesse

contexto, que se criou e implementou o ICOFOM LAM em 1989, o primeiro e até hoje o mais importante grupo de estudos teóricos sobre Museologia da América Latina, responsável pela produção sistemática de teoria museológica em português e espanhol. Isso fez toda a diferença no respeito que a comunidade internacional, principalmente a comunidade acadêmica, passou a ter com relação à nossa produção, digo da América Latina, mas também dos países de língua portuguesa e espanhola fora da América Latina. Voltado para a consolidação da Museologia como campo disciplinar, mas sem esquecer a análise crítica das relações entre sociedade e prática museológica na região, o ICOFOM LAM vem contribuindo, de maneira crescente, para o conhecimento e a consolidação dos estudos sobre o campo museal, defendendo entre os seus princípios os valores éticos essenciais da Museologia e dos museus.

A década de 1990, como já bem falou Maria Célia, consagrou a Museologia como campo disciplinar que se desenvolve na interseção entre os demais saberes – saberes novos e já constituídos. Uma nova forma de saber científico que poderia se situar, como diria Moles, Abraham Moles, entre as *ciências do impreciso* ou uma disciplina cujos fundamentos podem ser buscados na Filosofia, como bem disse Deloche em 1989.

Hoje, a Museologia pode ser entendida como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e à análise do museu enquanto representação da sociedade humana no tempo e no espaço. A Museologia abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; ou museus digitais virtuais. Como disciplina acadêmica, ela tem metodologias próprias, específicas do trabalho relativo à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da humanidade e não apenas de coleções de objetos. Possui ainda uma terminologia específica que gerou o dicionário enciclopédico, editado em janeiro do ano passado – ora em desenvolvimento. Essa terminologia permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento tanto no campo da teoria como na prática.

Nós vemos que a Museologia como campo está profunda e inteiramente vinculada à ideia do museu integral. Mas, ainda hoje, alguns profissionais continuam acreditando que apenas a partir da Mesa de Santiago se inicia a vinculação entre Museologia e ação comunitária e entre a ideia de museu e a prática do museu integral. A evolução da prática museológica nos leva a observar que a partir dos anos 1960 os museus de modo geral começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de se abrir em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência congregando métodos de experimentação do conhecimento em processos inspirados nas iniciativas pioneiras de Jean Perrin no Palais de la Découverte, desde 1937.

Voltemos, então, às primeiras décadas do século XX cujo estudo nos permite compreender o caráter emblemático do ano de 1972, ano em que se dará a naturalização de conceitos, como integral e ação comunitária, no âmbito da Museologia. Para melhor compreendermos esses acontecimentos é preciso lembrar que a ênfase na vinculação entre museus e realidade político-social vem sendo longamente defendida na literatura das ciências humanas e sociais, pelo menos desde o final século XVIII – atendendo aos ideais iluministas de difusão do saber.

O desenvolvimento das teorias educacionais e a abertura do sistema de produção do conhecimento às diferentes classes sociais, ao longo do século XIX e início do século XX, permitiram que os museus se consagassem como instâncias produtoras e difusoras do saber e definiram a missão dos museus como agentes de câmbio social. Em 1962, há 50 anos portanto, a 7ª Assembleia Geral do ICOM já incluía no seu programa de ação para 1963 e 1964 decisões e recomendações sobre questões tais como a proteção às paisagens e aos sítios naturais e a acessibilidade aos museus. Quanto à ênfase no caráter comunitário dos museus, em 1968 a 8ª Conferência Geral de Museus já definia a responsabilidade do ICOM frente aos museus e comunidades regionais, afirmando que o ICOM espera que cada país dê a mais alta prioridade ao desenvolvimento de museus com vocação regional, provendo-os com estrutura administrativa, equipamentos e recursos técnicos, financeiros e de pessoal adaptados ao papel que tais museus devem desempenhar. Recomendava, ainda, que os museus sejam mais abertos ao público jovem, ampliando o número de programas culturais para a juventude, numa atmosfera de maior participação.

A 9ª Conferência Geral de Museus realizada em Grenoble na França em setembro de 1971, portanto em data anterior à Conferência de Santiago, já afirmava na sua Resolução Nº 01 que os museus devem estar antes de tudo a serviço de toda a humanidade. Afirmava também que a principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e do conhecimento por todos os meios disponíveis. Recomendava ainda que os museus aceitassem o fato de que a sociedade está em constante mudança, questionando o conceito tradicional de museu. A definição tradicionalista de museu perpetua valores vinculados à preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade não como manifestação de tudo o que é significativo no desenvolvimento humano, mas meramente como a posse de objetos. Ou seja, o próprio ICOM desde 1971 já faz a crítica ao modo de gestão dos museus então existentes de se preocupar, talvez exageradamente, com os objetos e não dar a devida atenção à questão social. Essa mesma Conferência definia ainda que cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera. Portanto, o ICOM já recomendava naquele momento que cada museu tem que se adequar à sua comunidade específica. Lembremos ainda que a Mesa Redonda de Santiago aconteceu em maio de 1972 no âmbito das discussões mundiais sobre o meio ambiente integral, discussão essa desenvolvida por ocasião da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em junho de 1972, em Estocolmo na Suécia.

Essa Conferência foi convocada em 1968, pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU, e teve como objetivo provocar o debate das nações sobre a degradação dos recursos naturais e genéticos do planeta e para os riscos que o uso abusivo desses recursos trazia para a sobrevivência da humanidade. Provocou em âmbito mundial uma tomada de consciência em todos os campos do conhecimento sobre os graves problemas que assolavam os países em desenvolvimento. Entre as ideias trabalhadas e difundidas pela Conferência, está a da percepção comum sobre o meio ambiente, expressa em todo o teor do documento final da Conferência. A realização dessa meta estaria obrigatoriamente vinculada à aceitação por parte de cidadãos e comunidade, empresas e instituições de todo o planeta das responsabilidades comuns sobre o meio ambiente. Essa é o que poderíamos considerar como diretriz de ação global em prol do meio ambiente e do desenvolvimento humano. Diretriz que inclui, necessariamente, a participação de todas as sociedades a partir do local, ou seja, a partir do âmbito comunitário.

Em novembro do mesmo ano, novembro de 1972, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO adotou a convenção para proteção do patrimônio natural e cultural, a Convenção chamada do Patrimônio Mundial. O documento abordava o patrimônio desde uma perspectiva universal, visando a identificar e a valorizar as referências patrimoniais de interesse comum para a humanidade. Ainda em 1972, o campo da educação definiu novas diretrizes mundiais para as relações entre ensino e aprendizagem relativizando o papel da escola como única instância onde é possível aprender, enfatizando a responsabilidade social de todos os setores na promoção do desenvolvimento educacional. Ao invés de delegar o poder educacional a uma estrutura única – dizia o documento – vertical, hierárquica, constituindo um corpo específico na sociedade, todos os grupos, associações, uniões, comunidades locais e organizações intermediárias devem assumir sua responsabilidade educacional.

Em consequência, intensificou-se a adoção de métodos indiretos de aquisição de conhecimentos. E aí, o museu passa a ter uma influência enorme nisso. Entre eles, multiplicaram-se os programas integrando educação, comunidades e museus. A educação formaria, assim, uma totalidade coordenada, integrando todos os setores da sociedade de modo universal e continuado, realizando-se de forma integral, criativa e direcionada para a realização pessoal de cada indivíduo com relação a si mesmo e no coletivo. O ano de 1972 foi, portanto, atravessado por um conjunto enorme de discussões sobre a temática da responsabilidade dos governos e das agências promotoras de desenvolvimento sobre o bem-estar da sociedade humana em todas as dimensões da sua relação com o real.

Nada mais natural, portanto, que o debate sobre a ação dos museus se tenha desenvolvido em sintonia, obviamente, com todos esses movimentos e diretrizes – porque o campo da Museologia não está alheio a todo esse ambiente cultural, a esse caldo cultural. Desse modo, seria apropriado considerar que a Mesa Redonda de Santiago, que foi um evento organizado pelo ICOM e pela UNESCO, tenha adaptado essas premissas ao âmbito da Museologia elaborando o conceito de museu integral e recomendando, como bem o sabemos, uma percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos. Não nos esqueçamos de que a 1ª Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano cria o termo *meio ambiente integral* e a Museologia se apropria dessa ideia criando o termo *museu integral*.

Cabe ainda acrescentar que a Conferência de Santiago não se originou de nenhum movimento de base. Mas sim, de uma tomada de posição da UNESCO e do ICOM relativa aos museus da América Latina, cuja situação havia sido detectada desde 1958 – Maria Célia mencionou, *en passant*, o ano de 1958. É um ano emblemático também para nós e que precisa ser melhor estudado. Essa situação já havia sido diagnosticada pelo próprio ICOM como merecedora de atenção sob todos os pontos de vista:

- organizacional – a estrutura, o funcionamento, os serviços técnicos dos museus e outros;
- profissional – formação e adequação dos profissionais de museus às tarefas necessárias;
- comunicacional – as relações dos museus com a sociedade, incluindo nisso as exposições.

Essa situação foi detectada através do diagnóstico elaborado em 1958 por Georges Henri Riviére, que era Diretor Geral do ICOM, em conclusão ao Seminário Regional da UNESCO realizado no Rio de Janeiro. Na época, o cargo era de Diretor Geral, o que corresponde hoje ao cargo de Presidente do ICOM.

Discorrendo sobre o papel educativo dos museus, ele apontava, entre outros, os seguintes pontos: o museu pode aportar à educação uma contribuição de primeira ordem, porque a importância do seu papel não cessa de crescer. O documento admite, ainda, a existência de uma *apresentação ecológica integral das exposições* (essa é a expressão que Georges Henri Riviére usa), método já então defendido pelo próprio autor como alternativa para uma melhor comunicação com os públicos tanto dos museus tradicionais, como dos parques naturais e dos museus a céu aberto. Considerada sob o ponto de vista educativo, esta é uma frase de Riviére: “a apresentação ecológica é a mais atraente e espetacular e, portanto, a mais facilmente assimilável”. Riviére defendia também a criação de museus para jovens; de museus escolares; exposições polivalentes; clubes de amigos, assim como a incorporação de recursos multimídia e da mediação educativa nas exposições. Também sugeria, entre outras coisas, alternativas para a ação educativa de base em comunidades como por exemplo – está no texto dele – um museu flutuante para região amazônica.

Vemos, então, que as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social não são originárias e nem exclusivas da Declaração de Santiago, nem do movimento que se autodenominou Nova Museologia. As premissas defendidas em Santiago não eram novas, nem uma reivindicação das comunidades locais, mas sim, uma necessidade colocada por nós, pelos profissionais dos museus latino-americanos quase duas décadas antes. Finalmente, deve-se ter em conta que, naquele momento, apenas um evento organizado por agências internacionais teria possibilidade de discutir, numa América Latina atravessada por governos autoritários de direita, as relações entre sociedade, educação, meio ambiente, e desenvolvimento. E essa discussão só poderia ter ocorrido num país onde fosse possível a ampla liberdade de expressão, como era naquele momento o Chile de Allende.

Desse modo, eu volto a uma questão que Maria Célia levantou: por que, em determinados casos, lá na Escola da Bahia e em muitos museus, a Carta de Santiago chegou muitos anos depois? Porque as pessoas tinham medo. As pessoas tinham a Carta de Santiago nas mãos, mas naquele momento, não se podia falar de comunidades, não. Eu me lembro de que quando eu comecei a dar aula em 1973, e eu tinha a Carta de Santiago nas mãos, quando eu dizia “Precisamos fazer museus para o povo” havia sempre um aluno – toda turma tinha um aluno, em especial, passava aquele aluno atrás de mim e dizia “Professora, você é tão jovem; não diga povo, diga público”. E eu, boba, aos vinte anos de idade. Agora estou entregando a minha idade, mas tem momento que a gente precisa entregar. Eu dizia: “mas, eu não quero falar público. Eu quero falar povo, mesmo”. “Professora, você é muito jovem, não se arrisque”.

Então, esse era o ambiente de trabalho dos anos 1970 no Brasil e na maior parte dos países da América Latina. Não é por acaso que o reconhecimento da Declaração de Santiago ou da ideia de ecomuseu e de participação social é tardio para nós – não é que não houvesse. Estamos vendo na documentação do ICOM que, desde 1958 se trabalha com isso, se recomenda isso. Mas, há um hiato entre os documentos e a prática que só pôde se estabelecer em certos países, quando foi politicamente possível que ela se estabelecesse. Precisamos recuperar esse dado, que é um dado histórico fundamental. Às vezes, nos esquecemos disso. Falamos muito no documento,

falamos das nossas ideias, das nossas vontades de trabalhar com o social, mas nos esquecemos de que houve um momento no qual dois conversando na calçada era um movimento de rebelião. Passava alguém e dizia “Olha, circulando, circulando...”. E nós éramos todos muito jovens e visados. Não podemos deixar de recuperar esse momento difícil que houve no Brasil e em outros países.

Devido a uma série de questões, entre as quais essa que eu acabo de citar, a Declaração de Santiago vem sendo mitificada em alguns círculos há quatro décadas como o grande documento revolucionário da Museologia mundial. A essa Declaração são erroneamente atribuídos a origem dos ecomuseus, a criação da Nova Museologia, e uma pretensa cisão entre os teóricos da Museologia a partir da qual alguns eram identificados como partidários de uma Museologia do Objeto e outros de uma Museologia da Ação.

Mas, o tempo, Maria Célia também já falou nisso, o tempo nos dá o distanciamento necessário e possível para reexaminar as reais qualidades do Documento de Santiago e avaliar seu verdadeiro impacto no universo da Museologia. E ele vai se dar, então, em três aspectos essenciais. O primeiro deles: a proposta criativa do museu integral. Embora esse termo tenha sido apropriado do âmbito do meio ambiente e desenvolvimento, ele é um termo original. É um termo criado dentro do campo e sintetiza, no âmbito da Museologia Teórica, as visões e diretrizes do campo em sintonia com as demais áreas do conhecimento. É uma ideia que já havia sido anunciada pelo menos há duas décadas antes e está presente na evolução, melhor dizendo, na definição evolutiva de ecomuseu de Riviére. Essa ideia ganha aqui corpo, forma e identidade. Isso é uma marca registrada de Santiago. Museus tradicionais também podem e devem ser integrais. Então, isso é uma questão importante que, sozinha, já merecia fazer com que a Carta de Santiago se tornasse emblemática para a Museologia.

Do ponto de vista da Museologia Aplicada, embora não apresente nenhuma proposta nova na sua essência, a Declaração foi efetivamente um documento catalisador de proposta e de ações propiciando uma tomada de consciência sobre as carências dos museus latino-americanos, especialmente no cumprimento da sua função social. Portanto, atua como um *documento-síntese* definindo a importância do meio ambiente para o campo da Museologia e definindo a urgência ética do engajamento social dos museus. Então essa chamada para a questão ética é importante no documento. A terceira é a proposta da criação de uma rede de profissionais de museus, a Associação Latino-Americana de Museus – ALAM, que foi impossível de se concretizar naquele momento, mas que impressiona pela sensibilidade de relacionar a eficácia do engajamento social dos museus com a participação dos seus profissionais.

O Documento de Santiago, portanto, ensina ao mundo que é a partir dos seus profissionais que os museus devem se abrir para a sociedade. Está então desvelada a ética de uma Nova Museologia e de um novo museu. Um campo que deve se estruturar, na teoria e na prática, pela defesa de ideais comuns e pela atuação integrada dos profissionais. Então, mais do que qualquer outra coisa, a Declaração de Santiago é uma matriz teórica e ética para o campo da Museologia. Para analisar a aplicabilidade dessa Declaração na prática social, lembremos que ela não teve influência direta no advento dos ecomuseus. Eles advêm de outra matriz – vou apenas mencionar muito rapidamente isso, porque o tempo também já está se esgotando – eles advêm dos museus a céu aberto, e isso tem uma documentação vastíssima. Quando eu publicar esta conferência vocês poderão acessar a bibliografia que estou mencionando aqui.

Os 40 anos da Declaração de Santiago nos permitem, então, recolocar em foco não apenas o conceito de museu integral, mas também a proposta de ecomuseu, que não é tão revolucionária como se imaginava nas décadas anteriores. Mas, certamente, o ecomuseu foi uma das formas de reatualização do fenômeno museu, adequada à época da sua emergência lá nos anos 1960 e 1970 – já que se trata de uma nova e criativa expressão do museu de território vinculada à participação ativa das comunidades sobre a gestão do patrimônio comum. O ecomuseu não é uma ruptura com o museu tradicional, nem a única forma de relacionar de forma ativa museus e sociedade, mas constitui sem dúvida uma alternativa interessante para a resignificação das comunidades que desejam valorizar e dinamizar as suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local.

Portanto, não há uma dicotomia entre museu tradicional ortodoxo e ecomuseu. Ambos são representações do fenômeno museu adequadas à época de sua emergência. Então, onde estaria o valor dos ecomuseus? Ora, exatamente no modo como se realiza neles a prática museológica: no seu modo de atuar nas funções básicas da Museologia, relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias. Desse modo, se transforma em ação a proposta do museu integral. Também está no reconhecimento da importância da herança intangível da linguagem, das crenças e do relacionamento humano identificando as diferenças que existem entre os lugares e suas comunidades, buscando relações mais diretas entre prática museológica e práticas sociais.

Há uma coisa que é pouco colocada com relação aos ecomuseus. A longo prazo, ecomuseus e museus comunitários passam pelo menos por uma das seguintes situações:

- a) Institucionalizam-se e passam a se parecer cada vez mais com os museus tradicionais;
- b) Compartimentam-se fazendo um discurso destoante da ação. Então, o discurso vai falar sempre de participação comunitária e a ação vai em outro sentido;
- c) Autoconsomem-se: esgotam suas propostas num incessante fluxo de debates, votações e assembleias que paralisam a ação no todo ou em parte. É o caso em que o projeto político fagocita o projeto museológico; ou
- d) Extinguem-se por desejo da própria comunidade. Seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência; por desmusealização; ou por transformação. Passam a se sedimentar e transformam-se definitivamente em museus tradicionais a céu aberto.

Nenhum desses fenômenos é exclusivo da Museologia e nenhum movimento humano pode ser revolucionário para sempre. Então, é preciso que estudemos mais os ecomuseus e os entendamos como realmente são para que não tenhamos a tendência de mitificá-los e esperar demais dessas experiências. Quanto aos vínculos entre a Museologia e participação comunitária, a análise das relações entre a prática museológica e as diferentes comunidades musealizadas vem demonstrando que sim: é possível atuar em sintonia com as propostas do museu integral, desde que profissionais e comunidade se engajem de modo intenso na experiência.

A 17ª Assembleia do ICOM realizada em 1992 no Canadá já enfatizava que os museus não têm outros limites além daqueles estabelecidos pelas pessoas. Nós é que colocamos limite na ação. Não é nenhuma forma de Museologia. Essa Assembleia já instava os profissionais a quebrarem todas as barreiras que isolam os museus das necessidades de suas comunidades e a sustentarem de forma continuada os museus, as organizações e as instituições que promovem e respeitam a diversidade cultural. Essa preocupação com a diversidade cultural, de acordo com o referido evento, deve-se ao fato de ela encontrar-se ameaçada por câmbios políticos e econômicos em todo mundo.

Na América Latina, a defesa dos ideais de Santiago vem influenciando de modo especial a prática museológica em várias instâncias. Na instância oficial, por meio de dispositivos jurídicos e burocráticos que permitem aos museus incorporar práticas mais acessíveis a todos os grupos sociais, qualquer que seja seu modelo teórico e sua vinculação administrativa. Na instância acadêmica, enfatiza-se o estudo das metodologias e teorias de ação que permitem capacitar profissionais para o exercício de uma Museologia socialmente engajada. Sim, é preciso que tenhamos treinamento para isso também. Na instância política, incorpora-se o discurso sobre museus e inclusão social. Esse também é o papel das instâncias representativas do ICOM na região. Ou seja, divulgar, analisar e atuar de acordo com os princípios da Nova Museologia.

Enfatizarei, para terminar, o papel do ICOFOM LAM na defesa dessa perspectiva lançando um olhar sobre os resultados dos 21 encontros realizados entre 1992 e a semana passada. O último encontro foi aqui em Petrópolis nos dias 08 e 09 de novembro. O ICOFOM LAM revela um forte posicionamento em favor do museu integral, da Museologia Participativa e também do reconhecimento e compreensão do caráter multicultural e pluriétnico dos países na região. Há um compromisso permanente com a inclusão social nos museus, não como questão teórica, mas como proposta ética. Esse compromisso se reflete diretamente no texto do Código de Ética internacional para museus, aprovado pela Assembleia Geral do ICOM em 2004.

A Paula estava comentando sobre a questão do respeito e do uso de determinados objetos em museus. Existe um dispositivo que foi aprovado no último texto do Código de Ética que dá conta exatamente dos despojos humanos e similares em coleções de museus. Está disponível no *site* do ICOM nas três línguas oficiais. Lembro então que a Nova Museologia, paradigma dos anos 1970 e 1980, coexiste hoje com novas práticas e novos modelos teóricos, como o museu virtual e a grande nuvem digital. Há uma nova tendência geral de compreender o museu já não mais como instituição, mas como fenômeno social capaz não apenas de atuar no estudo e na conservação da cultura, mas também de gerar novos conhecimentos e influir de modo positivo no desenvolvimento das sociedades – qualquer sociedade, qualquer grupo social, em qualquer lugar do mundo.

Um dos desafios da prática museológica é justamente compreender e aceitar o museu para além das bases institucionais. Isso significa entender o museu como fenômeno, como obra aberta, como processo, como instância simbólica, cuja identidade se constitui nas diferentes formas de relação entre homem e sociedade, cultura e natureza. A própria noção de comunidade se subverte hoje, ampliada para as incontáveis comunidades virtuais que foram mencionadas no início da fala da Paula. E se o museu é fenômeno social, todo museu é social. Não importa qual seja seu modelo conceitual e o modo como ele se revela à sociedade.

Portanto falar de Museologia Social é falar da Museologia como um todo. Eu não conheço nenhum museu que não seja social. Não apenas em certos aspectos específicos do campo museológico. Todo museu, por mais simples e despojado que seja, serve à sociedade e oferece um recorte de mundo desenhado a partir dos olhares do grupo social que o criou e o mantém. Então, cada grupo social ou cada comunidade tem os museus que pode e quer ter. Não é possível demonizar nem governos, nem ministérios, nem instâncias de direção, porque cada um de nós é responsável pelos museus que tem. Nós precisamos assumir isso em todas as instâncias.

Bom, os museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Essa é a verdadeira capacidade de inclusão que eles podem desenvolver. Eu lembro mais uma vez que está muito em moda o termo inclusão. Temos vários artigos sobre isso em várias revistas, livros e em todas as línguas possíveis, desde os últimos três ou quatro anos. Esta é a verdadeira capacidade de inclusão: ser inclusivo é integrar; abranger; trazer para si o que é diferente. Isso é principalmente uma questão de atitude, mais que de recursos materiais, políticas instituídas ou deveres legais.

Nesse sentido, todos os museus têm importância para os grupos sociais a que servem. Sejam eles presentificados sob a forma de públicos, comunidades localizadas no território ou em meio digital. Para concluir, então, lembro que toda experiência do museu integral não precisa se realizar de forma extensiva, abrangendo ricos acervos, grandes territórios geográficos ou toda nuvem virtual. Cada museu será sempre um recorte do real, uma dobra do fenômeno reconhecido pela teoria. A experiência do museu integral tem a ver não só com amplitude, intensidade e profundidade. Antes, tem a ver com a plenitude da experiência e com o engajamento total dos sujeitos envolvidos em cada processo, em qualquer tipo de museu. É disso que fala a Declaração de Santiago. Essa é a força da Carta de Santiago. Essa é sua grande mensagem. Muito obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:**Maria Célia Teixeira Moura Santos**

Essas questões que pontuamos aqui na Mesa merecem realmente continuidade, porque é preciso refletir e pensar sobre a história da Museologia. Temos todo um movimento que também é processo e que vai redundar em produção de conhecimento. Temos nossas experiências e os movimentos sociais internos à Museologia que geraram o que vivenciamos hoje. Alguns dos pontos que descrevi como conquistas foram realmente conquistas.

Portanto, é preciso lançar um olhar também com isenção e com crítica a instituições como o ICOM que, durante muito tempo, foi extremamente autoritário. Eu vivi isso na minha juventude: na carne, na pele. As barreiras da língua que nos eram impostas, por exemplo. Só muito recentemente, vamos dizer assim – porque vinte anos não são nada, do ponto de vista histórico –, tivemos o reconhecimento do espanhol como língua oficial no ICOM. O Movimento da Nova Museologia surge dentro do ICOM como inquietação de profissionais que não aceitavam mais um dado modelo de museu e, portanto, de Museologia. Isto é, naquela época nem se colocava a Museologia como uma área de conhecimento. Havia insatisfação com o modelo de museu mesmo.

Tive contato com muitos textos desse período, porque me apaixonei quando os vi naquele momento. Eram advindos da inquietação que havia dentro do próprio ICOM para que movimentos tipo o MINOM fossem reconhecidos. A sua emergência como um Comitê dentro do ICOM foi resultado de um movimento social da própria instituição, dos museus e da classe museológica. Então, temos “panos pra manga”, vamos dizer assim, para a discussão e reflexão sobre a construção do MINOM dentro ICOM. Nesse sentido, a Professora Tereza traz dados e referências importantes, que merecem um seminário. A respeito desses movimentos, cabe ressaltar que vivenciamos todas essas questões na pele. Enfim, destacamos que a Mesa suscitou e deve suscitar muitas reflexões também por parte de vocês. Obrigada.

Paula Assunção

Já tomei tempo demais. Eu também acho que é muito interessante, já estava com saudade das aulas da Professora Tereza Scheiner. São muitos anos, já. É uma questão também da qual fica a semente para que talvez nasça uma discussão depois. O que a Professora Tereza Scheiner faz brilhantemente é construir um discurso competente, rico. Mas, é um discurso. E existem vários discursos. Então na tradição do Pós-Estruturalismo não estamos aqui simplesmente falando da realidade. Nós estamos construindo discursos a partir das nossas motivações e, portanto, disputando conhecimento por meio da criação de discurso. A Mesa de Santiago não caiu do céu e não opera no vácuo. Da forma que a entendo, a crítica à Mesa de Santiago não pertence ao MINOM, não pertence à Nova Museologia. Essas tendências são também discursos.

O que existia no MINOM, hoje em dia não existe mais. Por isso, temos a ideia da Museologia Social abrindo-se. Outra questão também é a eterna discussão: é museu, não é museu, é Nova Museologia, é Museologia Social. Trata-se de uma discussão, de um problema epistemológico. Nós nos atemos ou não a termos? Nesse sentido,

a Nova Museologia já é velha. A Professora Maria Célia já escreveu isso também: já é uma velha senhora, uma velha Museologia. Enfim, os nomes são importantes. Nós vivemos da palavra. Mas, também existe uma ação por trás: a noção de que o nome não esgota as possibilidades, mas, por outro lado, também não somos reféns dos conceitos. O próprio Peter van Mensch fala em três Novas Museologias. E eu concordo com a Professora Maria Célia de que se trata de uma questão política. Existem discursos que despolitizam a política e discursos que politizam tudo.

Então, eu acho que há vários aspectos que podemos discutir: a formação do MINOM, dentro do ICOM; os críticos; e a Mesa de Santiago. Existe também algo de que não falamos muito no Brasil, que é a biografia dos fatos: quem falou o quê? Onde se falou? Acho interessante olhar as pequenas histórias: quem teve a ideia de chamar ecomuseu de ecomuseu? O que aconteceu com o termo cunhado? Quem implantou a ideia de Sociomuseologia, o nome, a marca. Por quê? E a conversa vai por aí.

Maria Tereza Scheiner

São só três pequenas questões provocativas para vocês discutirem aí no decorrer da semana. Vou entregar a idade de novo. Às vezes somos, sem querer, testemunhas oculares da História. Lembro-me de que em 1983 eu estava na Inglaterra em uma conferência geral de museus, num espaço amplo como este aqui. Entro de repente em outra sala. Eu estava falando outro assunto, com outra pessoa. Eu não lembro quem era. Mas, entro em outra sala e lá está havendo uma discussão apaixonada, dentro do ICOFOM. Era uma reunião conjunta ICOFOM/ICTOP. E as pessoas debatiam loucamente.

Esse foi o momento em que estava se criando o movimento da Nova Museologia. Eu me lembro de André Desvallées falando; Pierre Merrain, muito apaixonado, falando e, às vezes, eu fico com muita pena de não ter fotografado. Naquele momento, não apreendi bem o que era aquilo. Muitos anos depois eu fui compreender: “Nossa, eu assisti àquele momento em que a coisa estava se criando lá”. Então foi algo muito interessante e muito espontâneo. O movimento nasce dentro do ICOFOM. Num primeiro momento cria-se uma cisão. Depois, não. Houve uma negociação interna. Tanto que todos continuaram membros do ICOFOM. Muitos até morrer: Pierre até morrer; Marmor também até morrer. Essa é a primeira provocação que eu coloco aqui. Coisas para pensarmos e discutirmos em outros momentos.

A segunda questão é recuperar uma informação que Maria Célia deu a respeito do final dos anos 1980 e das transformações ocorridas no Brasil, nos anos 1990.

Em 1984, nós regulamentamos a profissão de Museólogo no Brasil. Quer dizer, para nós, a segunda metade dos anos 1980, foi resultado de lutas de décadas da nossa categoria em âmbito interno. Em outros termos, são coisas (os meados de 1980 e o início de 1990) pouco estudadas, movimentos pouco conhecidos por nós. As gerações mais novas não conhecem bem. Aquilo já veio pré-dado, foi naturalizado para os novos museólogos e, por isso, sequer imaginam a contenda pública que isso foi durante décadas. A terceira questão é perceber de maneira mais clara como é que esses movimentos, que foram tão importantes nos anos 1980 e 1990 e até a passagem do século, entrecruzam-se com as novas tecnologias, com as realidades digitais: houve ou não houve perdas? No meu entender não existiram perdas. Mas, a questão fica em aberto para que seja considerada.

Conferência II

Museus no século 21: práticas e ferramentas de desenvolvimento social



22/11 – (Quinta-feira) – 18h30-20h30

Conferencistas:

Margherita Sani – Executiva do Istituto Beni Culturali (Itália) e da Rede da Organização de Museus Europeus (Network of European Museum Organisations/NE-MO)

Ivette Celi Piedra – Subsecretária de Memória Social do Ministério da Cultura – Equador; Mestre em História Hispânica pelo Conselho Superior de Investigações Científicas/CSIC – Madri/Espanha

Dean Georges Phelus – Diretor de Programas Internacionais e Eventos da Aliança Americana de Museus /AAM

Coordenadora da Mesa:

Eneida Braga Rocha de Lemos – Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram; Secretária Executiva do 5º Fórum Nacional de Museus

MARGHERITA SANI

The social role of museums – A European perspective

The social significance of museums is an increasingly recurrent subject in the cultural debate in Europe nowadays. I am here as a representative of the Institute of Cultural Heritage of the Region Emilia Romagna in Italy (www.ibr.regione.emilia-romagna.it), as the coordinator of the European Union funded network LEM – The Learning Museum (www.lemproject.eu), but in the first place as an executive board member of NEMO, the Network of European Museum Organisations (www.ne-mo.org) and it is in this capacity that I will try to draw a picture of how museums in Europe perceive and act their role as ‘social agents’.

NEMO is a network of museum associations and similar bodies representing the museum community in Europe and beyond, which was founded in 1992 and has members in 32 European countries. Its mission is “To ensure that museums are an integral part of European life by promoting their work and value to policy makers and by providing museums with information, networking and opportunities for co-operation.”

In its policy paper, NEMO acknowledges four main values of museums:

- the Collection Value
- the Educational Value
- the Social Value
- the Economic Value

When dealing with the social value, NEMO’s document states:

“Museums are for and about people. The collections museums hold reflect the history and identity of all the citizens of Europe. The collections are owned and funded by the public. For museums to be truly accountable to past, present and future generations they must work with and for all sides of the communities they serve.”

NEMO’s aim in this regard is therefore:

- To help museums better understand and exploit their potential to contribute to the wider social agenda.
- To promote a wider understanding of what museums can accomplish outside of traditional roles, particularly for those who fund and influence museums.

This is the commitment to social objectives of an umbrella organization operating at European level, such as NEMO. But is it possible to identify a leading thread in what museums really do to serve their communities and the society at large in a multifaceted continent, such as Europe?

Europe is indeed a rather difficult geographical area to understand and grasp in just one look: 28 countries with approximately 503 million inhabitants, 23 different languages spoken, a single market, but only 18 countries using the same currency, different traditions and areas of influence, political systems ranging from the oldest democracy in the world to post Communist states, everything pointing to cultural richness and diversity.

Today Europe is a continent experiencing significant migration flows and witnessing a considerable growth of the ageing population with forecasts pointing to 2060 as the year in which those aged 80 and over will be almost as numerous as young people.

It is, as many other areas of the world, encountering difficulties due to the economic crisis, which has, of course, an impact on the funding of cultural institutions. The paradox is that of an increasing public demand for culture and unprecedented budget cuts:

- 28% in Italy between 2008-10 and -55% in 2011, -25% in the Netherlands, - 22% in Ireland, -19% in Greece and - 15% in the United Kingdom, if we look at the cuts of some Ministries of Culture since 2008.

Museums, which grew and multiplied from the 1970's onwards at the rate – it was said – of one opening every fortnight, are now experiencing heavy cuts in personnel and budget, are being restructured, merged and even closed.

Some observers maintain¹, this is not an age of crisis for Europe, but a period of transition, which will ultimately result in a change of paradigm, with the Gross National Product no longer considered (as it already is to some extent) an indicator of wealth and well being and a shift from economic to social values in society. It is clear that any discourse on the social role of museums in Europe has to be considered against this wider and general backdrop.

Given the great diversity of commitment to social values, as well as of traditions and working practices, which characterize the European museum scene, I will refer only to some cases which exemplify how museums in Europe interpret their role in society.

¹ Luca Bergamo, *A New Vision for Culture in the EU: how museums can contribute*, presentation at the NEMO annual conference Bucharest, 1-3 November 2013.
http://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/Annual_Meeting/Bucharest/presentations/Bergamo.pdf

THE NETHERLANDS MUSEUM ASSOCIATION 'MORE THAN WORTH IT – THE SOCIAL SIGNIFICANCE OF MUSEUMS' 2011

In 2009, following their annual conference in which the significance of museums for cities and regions was discussed, the Netherlands Museums Association commissioned a study to determine the social significance of the museum sector in the country, through interviews with representatives of various public sectors and the analysis of national and international research.

The results of this study were made available in 2011 in a publication describing five core values of museums, which, together, make up their social significance: Collection value; Connecting value; Educational value; Experience value; Economic value, all of which are embodied in museums, although in different ways and proportions, depending on the type and profile of the institution.

Acknowledging which values the museum embraces is essential to decide which actions to undertake and which alliances to build with the community and with external partners on the basis of the same shared values. Alliances and partnerships which are becoming even more important in times of austerity and general social change: "Identifying and promoting the public value of museums is a beginning – the next step is for the museum sector, government and the private sector to join forces and invest in the value of museums, in order to capitalise on this value in a modern and innovative way. Partnership is vital to this process. Museums are venturing beyond their own gates and are forming alliances with civil organisations that are somehow linked to the five values. This is important, as museums, their buildings, their collections and their resources are at the heart of the community. Museums and society: the sector provides many opportunities. We are reaching out to governments, civil organisations, education, cultural funds, the media and the private sector to seize these social values together and capitalise on them².

THE UK MUSEUMS ASSOCIATION MUSEUM 'MUSEUMS 2020. A DISCUSSION PAPER', 2012

In 2012 the UK Museum Association published a discussion paper which outlined four areas in which museums could give evidence of their social impact and make a difference for individuals, for communities, for societies and for the environment.³

The paper came at a time of social and economic transformation in the country, which followed years of investment on museum buildings and collections and an overall increase in visitor numbers and participation. A time where, regardless the current economic situation, museums could build on the investments and success of previous years to prove their social significance and better fulfill their potential to improve people's lives, build communities, strengthen society and protect the environment. The discussion paper invited museums to think which of the four social impacts (people, communities, society, environment) they would like to focus on by 2020 and to review their operations, programming and partnerships accordingly. The document is full of case studies, questions and examples and aimed at triggering reactions from the field.

² Netherlands Museum Association, *More than Worth it – The Social Significance of Museums*, 2011, p. 38
<http://www.museumvereniging.nl/Portals/0/6-Publicaties/Bestanden/NMV%20'More%20than%20worth%20it'.pdf>

³ <http://www.museumsassociation.org/museums2020>

For our purpose here, we could use the social values or impacts identified by the UK discussion paper as a sort of framework to present some examples which testify the social engagement of museums in Europe.

IMPACT ON INDIVIDUALS

There are endless examples of how museums in Europe impact on individuals in terms of boosting learning, offering inspiration, contributing to their well being and to the quality of their lives.

Among the many, I would like to mention the project “Stockholm Education” developed by Helena Friman for the Stockholm City Museum already at the end of the 1990’s. The project is tailored for the City’s front line staff and for all those who, in various ways, work in and around the streets of Stockholm – policemen, traffic wardens, people working in the local transport, bus and subway drivers, ticket collectors and controllers, firemen, restroom attendants, taxi drivers, street cleaners and even mobile sausage-sellers.

These people’s working place is the urban environment and the project is based on its exploration as an open air museum. Through guided walks, discussions and the study of the museum’s archives they are offered the opportunity to learn more about the city and its history, to look at it with different eyes and, ultimately, to make it a more interesting, familiar and meaningful environment, adding to their well being and possibly also increasing the quality of their work. As simple as it may sound, it is a very successful programme and reaches an audience otherwise not interested in history and museums.

Another example of how museums add value to the lives of individuals is offered by the numerous projects addressed to older people, an ever growing museum target in the old continent. Some of them are documented in the recently published report “Heritage and the Ageing Population”⁴, which, in addition, presents the outcomes of the research undertaken by one of the LEM network Working Groups, focused on the analysis of policies for the elderly in Europe, together with guidelines for practitioners and recommendations for policy makers.

From reminiscence projects to object handling, from volunteering to participatory art and the curating of exhibitions, there is evidence that older people engaged in cultural activities express positive feelings towards the programmes, in many cases showing signs of improvement and an increased sense of well being both in terms of health and quality of life and through enhanced social relationships with others.

In some cases museums go much further than offering education and entertainment or an experience enhancing the quality of life, but provide a fundamental help in building individuals’ skills and self confidence and even increasing their employability, as it is the case with the InTouch Project carried out in the UK by the Manchester Museum in collaboration with the Imperial War Museum North and the Job Centre Plus to target disadvantaged

⁴ LEM Report nr 2 Heritage and the Ageing Population, 2013 <http://www.lemproject.eu/the-project/project-partners/Partner-in-Evidence>

individuals in Greater Manchester⁵. “Funded for three years by the Heritage Lottery Fund and working in partnership with local colleges, the programme offered to participants training in a variety of museum roles, combined with an accredited Cultural Heritage Course with embedded Basic Skills.

Over a three year period, In Touch helped around 180 disadvantaged individuals access heritage, re-engage with learning and improve their prospects for employment. Through the programme, the museum also aimed at expanding the number of volunteers and to diversify its workforce, to better represent the community.

The participants recruited onto the programme were non-traditional volunteers and/or non-traditional museum goers are from one or more of the following specific target groups:

- Long-term unemployed
- People with low skills levels and outdated skills
- Young people (post 16) at risk of exclusion and/or offending
- Asylum-seekers and refugees
- Single parents
- People with disabilities

Participants took part in a ten week programme covering the history of the museum, the museum building, exhibitions, marketing, education, health and safety, collections, conservation, object handling and You as a Volunteer. The training programme included also a Basic Skills literacy curriculum and incorporated visits to other heritage sites in the North West of England. In addition, participants were offered further accredited and non-accredited training in customer care, presentation skills, disability etiquette, refugee awareness and conservation.

In Touch was very successful and widely recognised by service providers, community organisations and job referral agencies. It had an 87% retention rate, 42% of participants moved on to further learning and / or training and 85% of participants chose to volunteer with the Museum once the training programme had finished. Additionally, even though the programme was not set up to promote employability, it successfully supported 18% of participants back into work.

In Touch helped participants to develop confidence, self-esteem, key transferable skills and museum knowledge. Some commented that the course had made them feel less isolated, given a structure within which to plan their

⁵ The text is taken from Adele Finley, *The In Touch volunteer and training programme* in Cristina Da Milano; Kirsten Gibbs; Margherita Sani (eds.), *Volunteers in Museums and Cultural Heritage*, 2009, pp 68-70. <http://www.lemproject.eu/library/books-papers/volunteers-in-museums-and-cultural-heritage-a-european-handbook>

time, helped them make friends, made them aware of the opportunities available, motivated them to undertake their own study at local libraries and given them the confidence and optimism to compile a new CV and apply for jobs”.

IMPACT ON COMMUNITIES

The social role of museums with regard to their communities comprises many aspects, starting from the universally recognised museum task of conserving and handing over of the collections to future generations, to activities which are more closely connected with diversified socio-economic contexts in the different European countries: working with disadvantaged groups, with young people at risk or with people in care homes and hospitals, museums contribute to address the problems of the community where they are rooted.

In recent years European museums have increasingly tried to develop their potential as places of intercultural dialogue. Museums are by nature, places where different cultures are documented through the material evidence they produce over the centuries, where these same cultures are researched, where knowledge is made available to citizens in many different ways; they are places of research, linking past and present, distant and near; they are also places where questions are raised and debate is facilitated. The knowledge they produce can help understand cultures and cultural identities, fostering recognition and mutual respect. Museums can act as “contact zones” “bringing people and groups together. By taking on this new function, museums can become neutral spaces where differences and mutual difficulties of understanding, habitually experienced as limits and sources of conflict, become something valuable, ‘new opportunities for active citizenship’.

The European funded project ‘MAP for ID – Museums as Places for Intercultural Dialogue’, which was launched in coincidence with the European Year of Intercultural Dialogue in 2008, tried to encourage museums to undertake activities which would foster intercultural dialogue and promote a more active engagement with communities. Thirty pilot projects were funded, all of which are documented in the publication ‘Museums as places for intercultural dialogue: selected practices from Europe’⁷. “Many of these projects are devoted to helping immigrant communities better integrate into and become familiar with the history and culture of their new home, engendering a sense of belonging and shared cultural heritage. Reciprocally, they offer examples of how immigrants and other minorities can use these same resources to teach their host communities something about their own culture of origin. Through this work, projects are cultivating new audiences in addition to finding new ways to re-interpret collections, which in turn, create new purposes and meanings of the museum. Of critical importance, though, is how these new audiences are not just seen as “visitors” or cultural consumers. They are also cultural producers, participants in the process, decision makers, and protagonists in the creation and dissemination of a new museum discourse and practice”⁸. As exemplary of this approach aiming at democratizing museums and giving audiences a more active role in using and interpreting collections, one should mention the

6 see James Clifford’s essay *Museums as Contact Zones*, 1997.

7 Simona Bodo; Kirsten Gibbs; Margherita Sani (eds.), *Museums as places for intercultural dialogue: selected practices from Europe*, 2009 <http://www.lemproject.eu/library/books-papers/museums-as-places-for-intercultural-dialogue-selected-practices-from-europe>

8 Christina Kreps, Foreword in Simona Bodo; Kirsten Gibbs; Margherita Sani (eds.), *Museums as places for intercultural dialogue: selected practices from Europe*, 2009, pp 4-5.

project started in 2004 by the Manchester Museum, called ‘Collective Conversations.’⁹ The aim of the project is to work collaboratively with communities and academics to explore hidden meanings of the collections and trigger people’s responses to them. Taking the concept of the museum as a ‘contact zone’ and a meeting point between cultures, the Manchester Museum created an environment where ordinary people, representatives of local migrant communities, museum curators and researchers alike sit together and engage in conversations on museum objects and their multiple meanings, taking them as the starting point for stories and narratives, often autobiographical.

“For each conversation the Museum works intensively with the community group to explore the collection area of their interest and discuss what responses and ideas they have to the collection. These responses can be purely emotional, reminiscence, culturally-specific or ideas or theme lead. Conversations between academic researchers and community groups have explored the relationship of the Museum’s collection to the abolition of the slave trade, in particular researching where the wealth of the industrialists and merchants who contributed to the collection came from. Conversations amongst community members have explored their own cultural history, their personal experiences and their relocation from their home country to the centre of Manchester. Once the objects have been selected, the participants come back to the Museum to record their conversation in a purpose-built recording studio. Each conversation is facilitated by either a member of the community or a member of Museum staff. The resulting film is then edited, added to the collections database and finally posted onto the internet, currently through YouTube.¹⁰ A DVD copy of the full session is also passed on to the community group for their own use”¹¹.

The idea of the project began as a response to the desire of the Museum to increase access to the collections and provide the opportunity for communities to contribute to collection-related knowledge and at the same time as a reaction to the concern expressed by the Museums Community Advisory Panel that the collection was largely under-used by the surrounding local communities and lacked important information regarding their history.

Involving non museum professionals in the process of identification, documentation and interpretation of collections means to break away from the traditional role of the museum as the single voice of authority. In the words of the Manchester museum staff, Collective Conversations “forms the basis of a new collaborative interpretative and displaying process which challenges orthodoxies and introduces new values and ideas in the museum.”

IMPACTS ON SOCIETY

For some museum practitioners in Europe “Museums, like all social institutions, are embedded in society and have responsibilities to that society to meet its standards of justice.”¹² This, in the words of Mark O’Neill, Director of Policy, Research and Development in Glasgow, is one of the strongest statements acknowledging the social role

9 <http://www.museum.manchester.ac.uk/community/collectiveconversations>

10 [www.youtube.com / ManchesterMuseum](http://www.youtube.com/ManchesterMuseum)

11 Malcom Chapman, Gurdeep Thiara, *Collective Conversations*, in *The New Museum Community*, 2010

12 Mark O’Neill, *Museum Access: Welfare or Social Justice?* In *Heritage, Regional Development and Social Cohesion*, Fornvardearen 31, Ostersund, 2011, pp16-27.

of museums. O' Neill sketches three different models which inspire the functioning of museums: the Elite Model, which sees the core business of museums as that of collecting, researching and displaying in a logic of 'culture for culture's sake'; the Welfare Model which, responding to democratising pressures, adds to an elitist nucleus the provision of services – education, marketing, outreach – which however don't change the museum's dominant function of reinforcing existing structures of inequality; the Social Justice Model where the engagement with people is strategically integrated into the museum structure and represents its core business, the responsibility of all staff. A museum embracing the social justice model is true to the values of universal human rights and, acknowledging the links between museums and the structures of power, tries to rectify injustices by promoting the greatest access to all.

The evolution of Glasgow museums shows a shift from an elite model in the 19th century later to a welfare and now to a social justice approach.

In this respect it is exemplary the case of the Riverside Museum, which reopened in a new building in 2011. The museum staff used the time during which the construction was being completed to set up five advisory groups¹³ to make sure everyone could have an opportunity to express their point of view on things like the design of the building, its location, and what to display in it..

Like all Glasgow museums, which are constantly looking at ways in which to extend the principles of community engagement, the new Riverside Museum has been designed with the needs of visitors as a priority and continues to operate with an ongoing dialogue and exchange with the community.

These developments, happening in Glasgow as in many European museums, with an increased emphasis on visitor and learner-centered approaches and with an agenda focused on social inclusion, intercultural dialogue, consultation and participation, have tremendous implications on the work of museums and on the preparation of the museum staff.

On the one hand, museums must learn to cede their authority and to work with the public as co-producers of meanings. They also need to understand the importance of establishing strategic and long term partnerships both with the audience and with a wider range of social actors. On the other museum professionals must become as knowledgeable about the wider world and their potential audiences as they are about the collections and improve their negotiating and mediating skills, to be employed inside and outside the museum.

An increased social role of museums leads ultimately to a learning process which involves individuals and institutions alike and this evolution in Europe is ongoing.

¹³ A Community Panel – Comprising frequent visitors to the old Museum of Transport, community organisations and locally elected representatives; An Education Panel – Comprising educational development specialists, teachers and college lecturers, covering pre-school to further education; An Access Panel – Represents people with disabilities and special needs, and covering a range of disabilities including sensory impairments, learning difficulties, and autistic spectrum disorders; A Teen Panel – Comprising local high school students aged 13 to 17; A Junior Panel – Comprising local primary school pupils aged 7 to 12.

IVETTE CELI PIEDRA

Cambio cultural dentro del nuevo modelo de desarrollo en Ecuador: el caso de la construcción de la política pública de museos

Estimados participantes y conferencistas invitados, es la primera vez que el Ecuador presenta sus avances en torno a la construcción del Sistema Ecuatoriano de Museos y a la articulación de la política pública de museos bajo un nuevo concepto de Memoria Social y Repositorios de la Memoria. Entendemos a la memoria como una construcción social que está íntimamente relacionado a la experiencia y a las vivencias colectivas en torno a hechos pasados que toman vigencia en el presente a través del recuerdo. Dicho de un modo más sencillo, la memoria es la capacidad psíquica que tiene el ser humano para recordar.

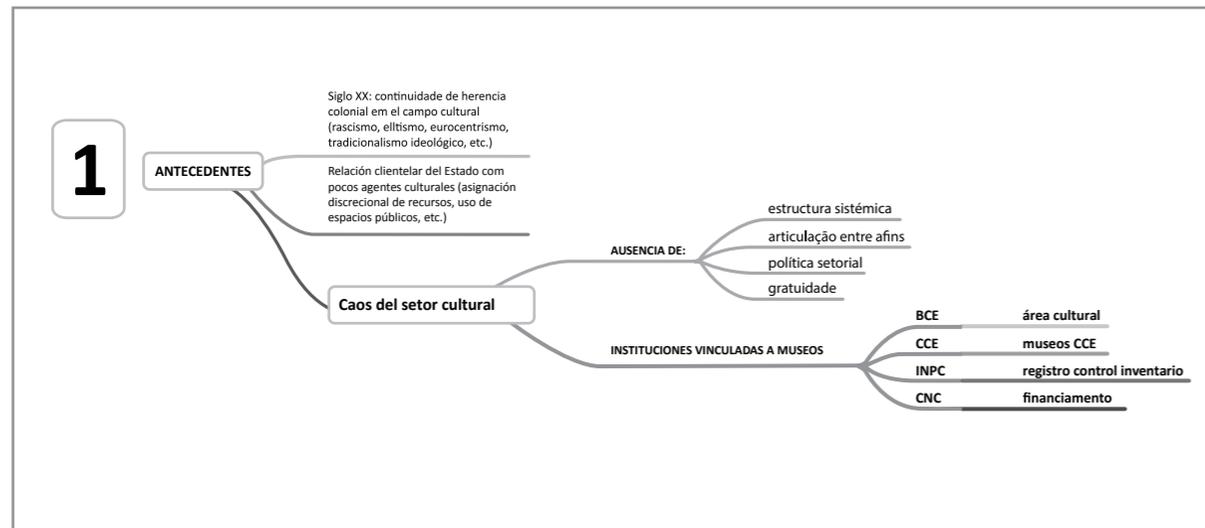
En la sociedad contemporánea, los museos cumplen un papel preponderante en la producción y circulación de memorias y contenidos simbólicos para sus comunidades, sean ellos de tipo pedagógico, histórico, social y cultural. Además, su condición de ser portadores y conservadores de legados “patrimoniales” en sus reservas, los convierten en instituciones privilegiadas de un sistema de “ritualización” que guarda, conserva y celebra el pasado desde distintas miradas y perspectivas.

Esta relación con legados históricos permiten la configuración de una “herencia política y social” en acción, donde, ciudadanos y ciudadanas necesariamente deben reconocerse y ser sujetos partícipes de la construcción de identidades sobre la relación con sus propias memorias. La labor crítica a la museología, nace precisamente de su condición comunicacional, política y de inserción en las sociedades, puesto que, más allá de concebir al museo solo desde el ejercicio y práctica expositiva de sus colecciones, este construye, legitima y hace visible significados que deben guardar pertinencia con las propias demandas de la ciudadanía y de las formas de dinamización de sus experiencias pasadas como formas de aprendizaje en el presente.

Desde esta perspectiva, el objetivo de esta ponencia es reflexionar acerca de la nueva concepción de la política museal ecuatoriana a través del Ministerio de Cultura y la creación de la Subsecretaría de Memoria Social, cuya finalidad es promover un diálogo abierto y reflexivo en los ámbitos de acción y competencia, como la gestión, análisis y generación políticas culturales, la participación comunitaria en la construcción de la institucionalidad museística, la pertinencia de la creación de una red y sistema nacional de museos, las distintas formas y políticas de cooperación internacional y la relación con otros sistemas nacionales de Latinoamérica.

El proceso de construcción de nuestra política pública y del sistema de museos, debe ser entendido desde la formulación misma del plan de gobierno que prioriza la importancia del sector cultural como herramienta fundamental de cambio social y su consecuente organización sistémica para sostener los parámetros de esa demanda. Por ello, debo retroceder un poco en el tiempo para comprender en qué se basa este cambio y cómo calza en el nuevo plan de Gobierno de la Revolución Ciudadana. Para ello, he preparado un mapa mental que muestra el proceso de construcción del Sistema y las líneas conceptuales sobre las que versa nuestro trabajo al momento

de articular y desarrollar nuestra política pública. La idea es mostrar, la vigencia de los postulados de la Mesa de Santiago (1972) en el desarrollo de conceptos contemporáneos y su incorporación en el campo de la pedagogía no formal.



Durante el siglo XX, las prácticas culturales estuvieron directamente relacionadas a lo que se conoce como “alta y baja cultura”, un esquema de eventos claramente elitistas de corte eurocéntrico que determinaron un ejercicio cultural limitado o exclusivo a las clases dominantes. Esto evidencia un saldo postcolonial que descartó la participación masiva de la ciudadanía y que descartó conceptos como diversidad, interculturalidad, igualdad o identidad. Aún cuando desde las postulaciones de la mesa de Santiago, nuestro país trabajaba en la democratización de la cultura a través de el área cultural del Banco Central del Ecuador, no logró cuajar la dinámica de la museología social dentro de una política de articulación institucional. Posiblemente porque al entregar una buena parte del ejercicio cultural a una institución financiera (método que fue utilizado en muchos países bajo el modelo neoliberal), éste no fue considerado como elemento fundamental del desarrollo o como la base de la gestión del cambio cultural. De hecho, no existía una comprensión integral del servicio museal como herramienta de educación no formal que complementa la estructura educativa formal y que desde ese mismo punto de vista, podía ser un catalizador de contenidos y conocimiento para el fortalecimiento de la memoria social y la construcción de conciencia crítica colectiva.

La historia del Banco Central es parte de nuestra memoria cultural. A partir de su nacimiento en el año de 1927, gracias a la presencia de la misión americana Kemmerer, esta entidad se encargó del control y emisión de dinero, años atrás en manos de la banca privada. Mediante Decreto Ejecutivo esta institución estuvo obligada a “mantener reservas en oro equivalente al 50% de sus billetes en circulación”, por ello, las reservas se contabilizaron con el “patrón oro”, lo que promovió la adquisición del metal. Con el transcurso de los años, las compras de oro fueron también de tipo arqueológico y por décadas se fueron acumulando objetos de nuestras “culturas ancestrales”. En aquel entonces, estas piezas eran seleccionadas y conservadas convirtiéndose en una de las primeras colecciones que, con el pasar de los años, incrementaban las reservas del Banco.

El siglo XX fue testigo del nacimiento del coleccionismo estatal en el ámbito de la cultura y, en este contexto, el papel de Hernán Crespo Toral (uno de los participantes de la Mesa de Santiago) fue preponderante. Su trabajo se vio cristalizado en la elaboración del primer inventario y la fundación de las primeras salas de exposición inauguradas en diciembre de 1969. Esta labor de crear una colección fue sostenida y continuó en las décadas siguientes, logrando recuperar innumerables monumentos y piezas arqueológicas, etnográficas, históricas y artísticas, además de la creación de museos.

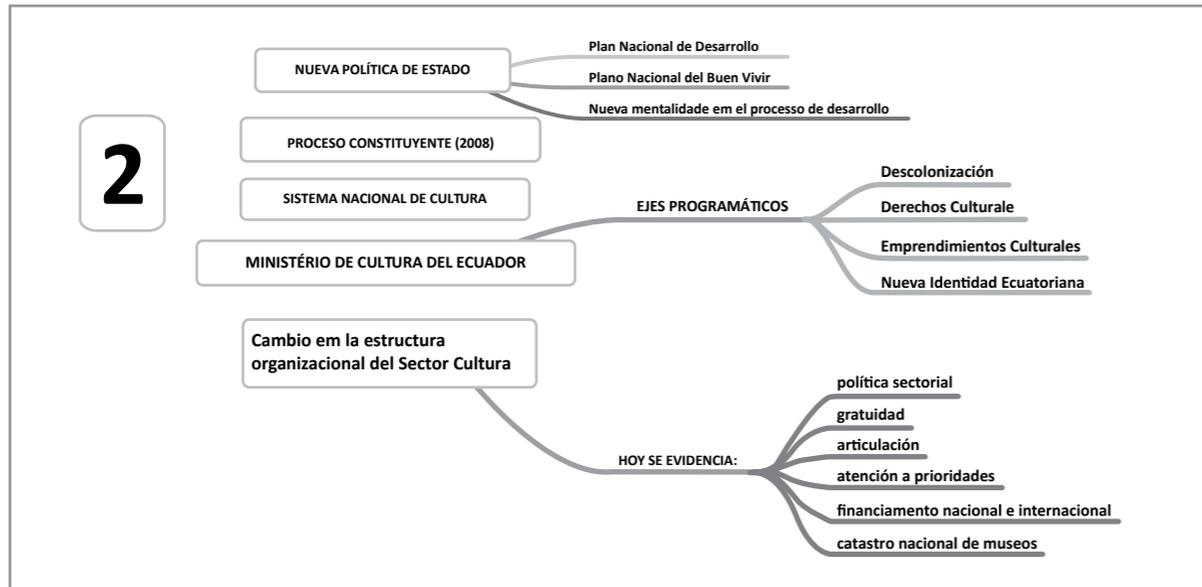
Si por un lado, el área cultural del Banco Central del Ecuador, en la segunda mitad del siglo XX, creaba grandes infraestructuras culturales para albergar su colección, por otro lado, la Casa de la Cultura Benjamín Carrión, también manejaba importantes acervos museales organizando y desarrollando programas educativos en sus museos sin una política de promoción y difusión establecida. Su presupuesto no le permitía competir con el BCE, que sí invirtió ingentes cantidades de dinero para la proyección de lo que hoy es la Red de Museos Nacionales.

A fines de la década de los 70's con la creación del Instituto Nacional de Patrimonio Cultural, se estructuró un proceso de registro, control e inventario de los bienes patrimoniales, sin embargo, dentro de sus competencias no se contemplaba la relación entre contenedor y contenido, así como tampoco la gestión de los contenidos. Por ello, pese a su enfoque patrimonial no se articuló una política de difusión y promoción de los acervos culturales.

Con el área cultural estatal encargada al sistema financiero y el trabajo de varias instituciones vinculadas a este medio, también se formó una relación clientelar entre Estado y pocos agentes culturales. Existía un manejo discrecional de recursos, en el uso de espacios públicos, en la promoción de acervos y en el proceso de socialización de la investigación museológica. Esto representó un caos del sector Cultural evidenciando la ausencia de:

- un estructura sistémica y la consecuente articulación entre afines
- una política sectorial, y, sobre todo,
- una política de gratuidad de acceso a los espacios públicos.

De este modo, a finales del siglo XX las instituciones vinculadas a la práctica museal fueron el Banco Central del Ecuador, la Casa de la Cultura Ecuatoriana, el Instituto Nacional de Patrimonio Cultural y posteriormente el Consejo Nacional de Cultura.



A partir del año 2008 se genera una nueva Política de Estado con la construcción del Plan Nacional de Desarrollo y el Plan Nacional del Buen Vivir, que representan la base conceptual de un cambio de mentalidad y un impulso a la actividad cultural en el país. Por otro lado el proceso constituyente del 2008 demanda la creación del Sistema Nacional de cultura, que da paso a la creación del Ministerio de Cultura y un cambio en la estructura organizacional del sector cultural, delimitando de este modo un proceso de articulación sistémica y metodológica que otorga la rectoría sobre el ámbito cultural al Ministerio de Cultura.

La construcción de ejes programáticos de trabajo en el Ministerio de Cultura que basan su plan de gestión en conceptos como:

1. descolonización
2. derechos culturales
3. emprendimientos culturales y
4. nueva identidad ecuatoriana

Permite delinear programas y proyectos sobre la base de una política sectorial que garantice la gratuidad al ingreso del espacio público y una articulación entre instituciones afines (repositorios de la memoria). Con la construcción del Sistema Ecuatoriano Museos, se otorga una atención a prioridades para el financiamiento tanto nacional como de cooperación internacional y la posibilidad de realizar un Catastro Nacional de Museos para la obtención de una línea base de las condiciones en las que funcionan nuestras instituciones museales.

La organización del sector cultura, aprobó además la creación de la Subsecretaría de Memoria Social dentro de un nuevo modelo de gestión, desde donde se plantean conceptual y técnicamente planes, programas y proyectos relacionados a la calidad de servicio que los Repositorios de Memoria deben brindar a la ciudadanía. Aquí quiero hacer un paréntesis para explicar desde el punto de vista teórico el por qué de canalizar el ejercicio pleno de los derechos culturales relativos a Museos, Bibliotecas y Archivos, desde el concepto de Memoria Social.

El Numeral 1 del Art. 380 de la Constitución de la República del Ecuador, dispone como responsabilidades del Estado “Velar, mediante políticas permanentes, por la identificación, protección, defensa, conservación, restauración, difusión y acrecentamiento del patrimonio cultural tangible e intangible, de la riqueza histórica, artística, lingüística y arqueológica, de la memoria colectiva y del conjunto de valores y manifestaciones que configuran la identidad plurinacional, pluricultural y multiétnica del Ecuador.” En tanto los principales contenedores de las manifestaciones culturales de una comunidad son el archivo, la biblioteca y el museo, se entiende que ellos guardan la memoria social de todo un grupo humano. Para entender la transformación conceptual de cultura/patrimonio/memoria/identidad, es importante establecer que tradicionalmente el término cultura y especialmente su significación se ha visto marcado por escenarios políticos, económicos y sociales que direccionan su apropiación por parte de élites y grupos de poder. El campo económico por ejemplo juega un papel fundamental en la exaltación de los recursos materiales que promueven las “identidades colectivas”. En la representación objetual, la reivindicación del autor, la genialidad individual, la imagen del héroe y las grandes gestas definen particularidades dentro de la producción cultural, en donde la historia se encarga de magnificar hechos y personajes cuyos testimonios se transforman en reliquias estáticas invaluable de la cultura.

En más de un caso, cultura se identificó con civilización, así como también se vio vinculada a una clasificación social determinada en función de su reconocimiento, como ya lo habíamos dicho antes, “alta cultura”, que determinó su producción y circulación. Entonces el concepto se vio ajustado a las normas establecidas por el arte y cuyas prácticas académicas fueron impulsadas desde los discursos de poder hacia un número limitado de consumidores. En el transcurso del siglo XX, la filosofía insiste en un acercamiento y estudio de la cultura a través de lo que representa para las sociedades a partir de conceptos como industria, tecnología y mercado. En este punto, la contribución de la fotografía, el cine y la moda, abren un nuevo espectro dentro de la relación cultura/sociedad y transforman también los modos de representación, identificación y registro del mundo.

Durante la primera mitad del siglo XX, la clase obrera despunta con mecanismos de reacción, subversión y generación de herramientas ligadas a nuevas experiencias culturales propias de cada colectivo social. Así el reconocimiento a un grupo, un territorio, una nación se mezcla con el registro y develamiento de lo ajeno, de lo otro, en un ir y venir de símbolos, expresiones, imágenes y secuencias que por un lado acumulan aspectos cotidianos y por otro, descubren tabúes. La cultura como parte fundamental del estudio de los pueblos, recorre un camino largo para ser comprendida y asimilada. Desde la expresión artística, hasta las manifestaciones de efervescencia colectiva y cohesión social, sumando diversidades, reconstruyendo pasados y delineando identidades.

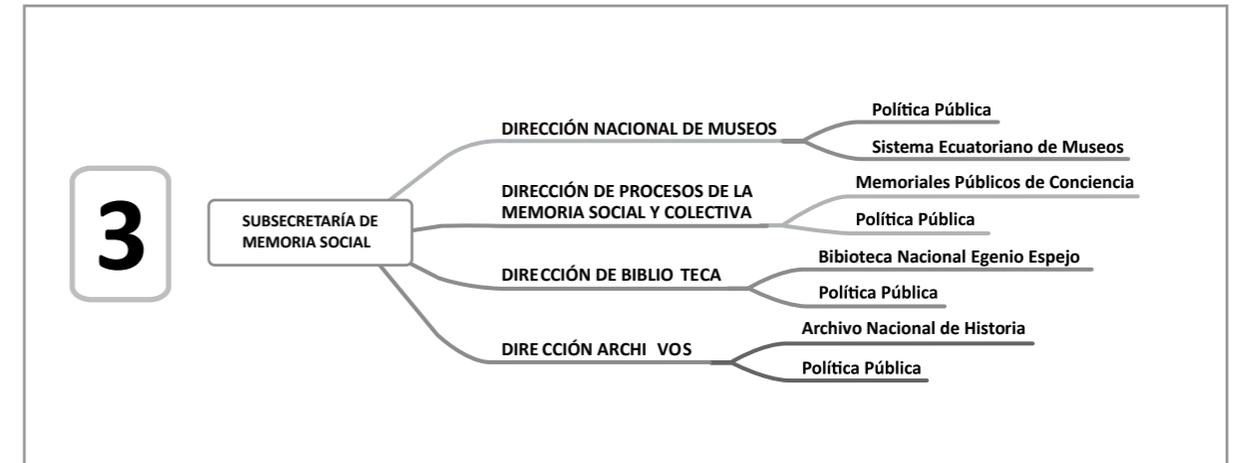
El colonialismo por su parte, se nutre de todo este proceso que empuja anhelos libertarios patrocinados por poderes hegemónicos que acuden bajo el discurso humanitario civilizatorio. La construcción de ideales nacionales

se recrea a través de la “construcción de la historia común” que casualmente es escrita desde las mismas estructuras de poder, desde los vencedores. Esto supone la “cristalización de un nuevo orden social” que se fortalece culturalmente gracias a la utilización de recursos materiales del pasado que, en muchos casos, se desprenden de sus propios contextos y son utilizados como materia prima para la creación de imaginarios que diluyen o tergiversan otras realidades. De ahí la peligrosa aproximación historicista que plantea la creación de instituciones culturales con recursos derivados de la contemplación de elementos extraídos de sus contextos socio-culturales, a los que además se incorpora un discurso planteado desde la producción de “hechos históricos”.

Por ello, el concepto de memoria se ancla a esta serie de reflexiones como fin último para la reivindicación del pasado, no desde el discurso de la historia sino desde la interpretación cotidiana de experiencias pasadas que para una comunidad pueden resultar representativa. De ahí que es importante entender que la memoria, así como el olvido, son determinantes en la configuración de identidades ya que tienen la capacidad de resignificarlas, manipularlas o simplemente ocultarlas. La memoria, tanto como el olvido son selectivos, por ello tendemos a archivar las evidencias materiales de nuestro pasado a fin de conservar aquellos recuerdos que pueden ser susceptibles de olvido. Esas evidencias a las que otorgamos central importancia, clasificadas y organizadas se convierten en repositorios de nuestra memoria y dependiendo de su condición pueden ser llamadas bibliotecas, museos o archivos.

Entonces, volviendo a la construcción de la estructura sistémica en el ámbito de la cultura que visibilice un cambio conceptual contemporáneo, la línea estratégica del Repositorio de Memoria, toma sentido en tanto la memoria es la huella del pasado, que tiene sus usos, su lugar y su tensión social y que se manifiesta en un espacio en el que los hechos y las experiencias se dan en un escenario no solo geográfico sino cosmogónico. Por ello, para articular los repositorios de memoria en el Sistema Nacional de cultura dentro de la Subsecretaría de Memoria Social, se crean cuatro direcciones:

1. Dirección Nacional de Museos y sitios arqueológicos (4 EOD's – 16 Museos Nacionales)
2. Dirección Nacional de Bibliotecas (1 EOD, 11 Bibliotecas públicas)
3. Dirección Nacional de Archivos (1 EOD, 9 archivos públicos)
4. Dirección de Procesos de la Memoria Social y colectiva (Red Nacional de Memoriales Públicos de Conciencia – 7 hasta la actualidad)



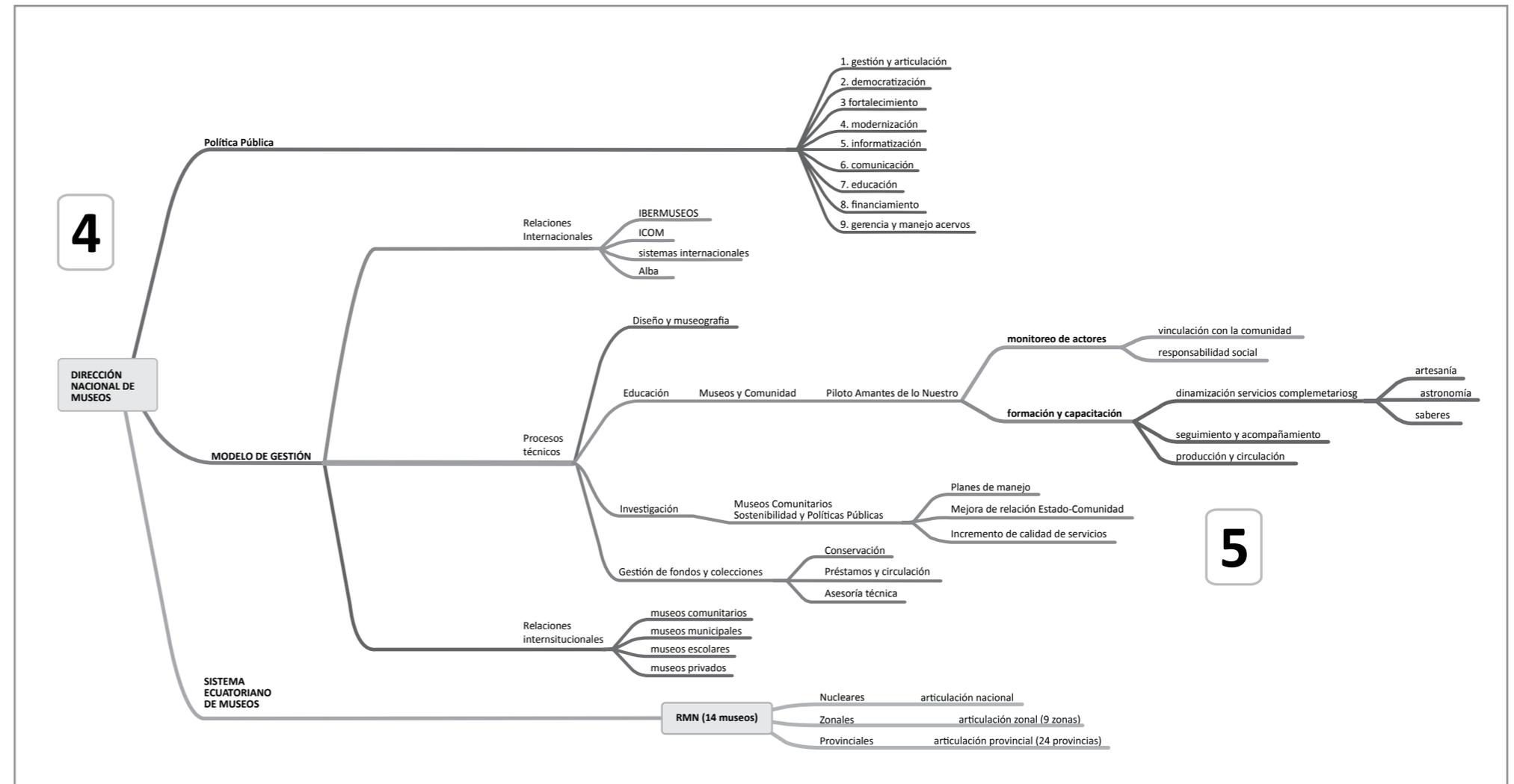
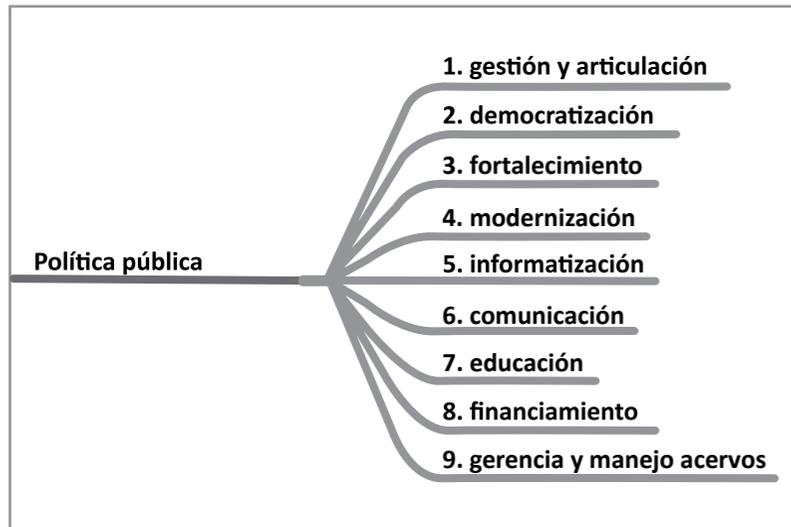
La Dirección Nacional de Museos, es la responsable del SIEM, acorde al Estatuto Orgánico de Gestión Organizacional por Procesos del Ministerio de Cultura y tiene las siguientes atribuciones y responsabilidades:

- a) Dirigir y revisar el SIEM y la RMN
- b) Desarrollar la política sectorial de museos para lograr el acceso masivo al conocimiento de nuestra memoria social y patrimonio cultural, facilitando el diálogo entre museos e instituciones afines y promover la gestión integral y sistémica que articula museología, educación, museografía, conservación, manejo y circulación de colecciones y gestión de la información.
- c) Desarrollar insumos técnicos referentes a su área para la elaboración de la normativa y reglamentación para el registro de las instituciones museísticas, la conservación preventiva de museos y sitios arqueológicos, la circulación de bienes culturales y la gestión de la información para la adecuada administración de museos e instituciones afines.
- d) Supervisar el análisis y levantamiento de viabilidad técnica de proyectos presentados por personas naturales o jurídicas a nivel nacional e internacional para fortalecer el desenvolvimiento de museos, acervos culturales y procesos museológicos con el fin de lograr el acceso masivo y democrático a la memoria social y patrimonio cultural.
- e) Analizar los indicadores de impacto, resultados de programas y proyectos a cargo de esta dirección.

Dentro de su política pública crea ejes programáticos basados en la

1. Gestión y articulación del campo museal
2. Democratización y libre acceso a los bienes culturales museales

- 3. Fortalecimiento del talento humano
- 4. Modernización de la infraestructura museal (museos nuevos)
- 5. Informatización y sistemas interactivos
- 6. Comunicación y difusión de la actividad museística
- 7. Desarrollo de estrategias pedagógicas vinculadas a museos
- 8. Financiamiento al fomento museal
- 9. Gerencia y manejo de acervos patrimoniales museales



El Modelo de Gestión de la Dirección Nacional de Museos permite el desarrollo de la política pública y su ejecución a través de la Red de Museos Nacionales que se dividen en Nucleares, Zonales y Provinciales, de acuerdo a la zonificación impuesta por la Secretaría Nacional de Planificación del Estado (SENPLADES). Paralelamente a ello, gestiona con la Unidad de Relaciones Internacionales del MC procesos de cooperación internacional con varias instituciones como Ibermuseos, ICOM, ALBA, Museos Nacionales de países amigos, etc. y organiza procesos técnicos relacionados a la actividad museal tales como educación, investigación y gestión de fondos y colecciones.

Estos procesos técnicos que actualmente se ejecutan desde la DNM han generado varios productos que pueden tomarse como ejemplo de la nueva práctica museal en torno al cambio cultural que el gobierno impulsa, uno de ellos es el programa “Amantes de lo Nuestro” que articula la apropiación del espacio museal a través de la intervención de los productores de la economía popular y solidaria que se maneja desde el Ministerio de Inclusión Económica y Social. Este piloto, trabajado en el Museo Nacional de Manta y en el Museo Nacional de Santa Elena (Amantes de Sumpa) prevé la incorporación de colectivos de economía popular al discurso museal y al mercado de artesanías, gastronomía tradicional y saberes ancestrales. Es interesante la acogida de la ciudadanía y su consecuente apropiación de nuevas formas de patrimonio. El programa Amantes de lo Nuestro, tiene dos componentes:

a) Monitoreo de actores, para conocer el universo de colectivos locales relacionados a prácticas productivas, a través de una vinculación entre museo y comunidad desde la perspectiva de responsabilidad social y sostenibilidad

b) Formación y capacitación, cuya finalidad es dinamizar la producción de servicios complementarios, su producción y circulación a través de un seguimiento técnico desde el museo.

Otro ejemplo es el programa de investigación que fue financiado por la SEGIB a través de IBERMUSEOS, para la producción de un manual de estrategias de desarrollo en Museos Comunitarios y sostenibilidad, que promueve planes de manejo, asesoría técnica, una mejora de la relación entre Estado – comunidad y por consiguiente el incremento en la calidad de los servicios.

Para el Ministerio de Cultura del Ecuador y la Subsecretaría de Memoria Social, conocer y entender la administración museal desde un enfoque histórico-dialéctico -que va más allá del establecimiento de una comunicación para la contemplación objetual por sí misma – representa un ejercicio de responsabilidad, cuyo fin es entablar una relación entre la ciudadanía y su realidad para lograr una valoración y afirmación de las diversas formas de recuperación de nuestra memoria social.

Pensemos en el rol que cumplen los museos en la actualidad y su posibilidad activa en el mejoramiento de la sociedad. Por ello, es necesario hacer una evaluación crítica de los procesos interdisciplinarios que forman parte de la práctica museal, establecer propuestas efectivas vinculadas a la conformación de redes, a la participación conjunta de nuestras experiencias y las experiencias de otros sistemas, para obtener valiosos resultados que nos permitan construir en el mediano y el largo plazo una verdadera red de museos en el Ecuador.

El cambio cultural es una herramienta para el cambio político y en esto, el museo está íntimamente relacionado a la historia, la identidad, la educación, la comunicación, el progreso científico y tecnológico, pero principalmente todo esto se funde para generar un concepto entendido como cultura y nación. Cualquier trabajo que hagamos en función a la práctica museal debe tener como consecuencia establecer una experiencia que se activa cuando otorgamos vigencia a nuestros contenidos museológicos y museográficos. El pasado enlazado con el presente nos ayuda a establecer hitos históricos, sociales y étnicos que deben servir para la producción de diálogos intergeneracionales y debates socio-culturales.

Desde el Ministerio de Cultura nos afirmamos en la necesidad de reforzar nuestros museos y otorgarles la justa cualidad de referentes dinámicos la memoria social de nuestro país, no como meros contenedores del acervo patrimonial sino como transmisores de conocimiento y como acompañantes objetivos para la interacción educativa. En este sentido, es importante pensar en la necesidad de estudiar a nuestros públicos, de buscar formas de producir exposiciones y recorridos que desarrollen prácticas de identidad en la ciudadanía. Promover propuestas relacionadas a la interculturalidad y a la diversidad, cualidades profundas de nuestra cultura. Interpretar desde la producción visual y artística la base fundamental de nuestro desarrollo que es el Buen Vivir.

DEAN GEORGES PHELUS

Advancing the social role of museums

I am delighted to be here with you today to share with you my thoughts on the social role of museums. My comments are based on some of the reading I have been doing recently as well as my interactions with museum professionals across the United States and abroad through nearly 20 years of work at the American Alliance of Museums and my observations in the field.

From their founding impulse, museums have always been mirrors to human identity, windows to diverse cultures and ways of thinking, and doors to social empowerment. One of the earliest known museums, the Museion of Alexandria, served as a sacred space for fellowship and philosophical discourse about a common humanity and political work through collections and social interaction. During the age of Enlightenment, “cabinet of curiosities” housed art, historical and scientific artifacts of private collectors to influence their identity, image and reputation. The industrialization age in the 19th century fueled the growth of public museums aimed at alleviating poverty and social inequality. Later, gave way to the civil and women’s rights movements in 1970s, which provided fertile ground for the creation of ‘ecomuseums,” which focused on the identity of a place, largely based on local participation and aiming to enhance the welfare and development of local communities.

During the past century, U.S. museums have to a large extent shifted their focus from collections to public service and community development. In his book “Making Museums Matter,” Steven Weil noted “Instead of primarily being focused inward on the growth and care of collections [the museum] shifted its focus outward to concentrate on providing primarily educational service to the public. Museums through their public service orientation use [their] special competencies in dealing with objects to improve the quality of individual lives and to enhance the well being of communities.”

Still what makes a museum experience unique from other forms of social enterprise is its focus on objects and the power of those objects to elicit a multitude of profound experiences among their visitors. But the emphasis of the museum experience is more about our relationship to museum objects. As Weil eloquently articulated many years ago, “museums have transformed from being about something to being for somebody.” Objects alone have no meaning. Their value is derived through the creators, museum practitioners and visitors, who respectively and collectively make meaning.

How these objects are interpreted determines whose voice gets heard, whose story gets told, whose truth gets revealed. Too often the story is controlled solely by the research and scholarship of a curator. And contrary viewpoints and opinions are often silenced.

A recent U.S. study conducted by the National Endowment for the Arts revealed that over the past 20 years audiences for museums, galleries, and performing arts institutions have been declining because changing demo-

graphics and visitor expectations have created greater interest for learning, dialogue and entertainment from other sources. Nina Simon in her book *The Participatory Museum* states that for museums to continue to play a prominent role in community and cultural life they must “invite people to be actively engaged as cultural participants, not passive consumers to have access to a broad spectrum of information sources and cultural perspectives and to have the ability to discuss, share, and remix what they consume.”

With the advent of the Internet and an astounding array of other social media tools, we are starting to see an increased interest in museum experiences that allow for shared authority, instant access and socialization. One example of this is through crowd-sourcing—the process of soliciting content, solutions, and suggestions from the public, which can be done online or offline. The 2012 edition of *Trends Watch* published by the American Alliance of Museums provides us with other examples. The Smithsonian American Art Museum invited the public to vote via the Web on which examples of video games to include in its “Art of Video Games” exhibit; the National Library of Finland created the *Digitalkoot* project to help digitize millions of pages of archival materials by inviting the public to transcribe old books; the U.S. Holocaust Museum in Washington, DC, has recruited citizen-historians to help them identify people in documents in the World War II collections from the Lodz Ghetto in Poland, “restoring the names and stories to those whose identities were nearly silenced.” Here in Rio de Janeiro, the Mare Museum, which documents and preserves the memory and experience of the favela, inhabitants of the favela have made suggestions and brought their personal objects to the museum as a means of participating in its collection.

While the public service role of the museum will continue to provide enlightenment, empathy, empowerment, and entertainment, museums might find their greatest value in the social interaction they engender, their potential to be an agent for social change, and their relevancy in today’s society.

Today, while there is no commonly understood practice on the social work of museums, we know that museums provide conditions and experiences that are critical to social development. They are visitor-centered and conduct visitor studies to understand and serve people of all kinds to meet basic relationship needs. Through their programs and services, they share similar principles and values of social service that celebrate tolerance and freedom, teach respect for cultural difference, and nurture an understanding of our connection to our world and each other.

There are multiple ways that museums meet the needs of individuals, families, and groups. In her insightful book *The Social Work of Museums*, Lois Silverman suggests museums serve personal needs by promoting well being, competence, identity and transcendence; family needs through cohesion and continuity and “a meaningful connection to family members who have come before us as well as those who may come after us”; and group needs by promoting a shared sense of purpose and empowerment to effect the change they seek.

Increasingly, museums are partnering with social-services organizations to offer a variety of programs. For example, the Children’s Museum in Providence, Rhode Island, has partnered with the Rhode Island Department of Children, Youth and Families to offer a bi-weekly program developed by a clinician for children under 12 years old who have been legally separated from their parents by a court order following abuse and neglect. These chil-

dren and their parents visit the museum together under the guidance of a social service worker who is employed by the museum. Ninety-eight percent of the parent participants said that they learned about better ways of being with their children as a result of the program. In England, “Project Hero” was a program offered by the Museum of Reading in collaboration with the Reading Prison Library to work with young offenders “disaffected with education” to create graphic novels and artifacts. External evaluation suggested that the project “raised the young men’s self esteem and enhanced their key skills in literacy, creativity, communication and social interaction.”

Applying the principles of social work to museum practices raises many thought provoking ideas and questions for the museum profession. What does it mean to advance the social work of museums? Is this a role that museums will want to or should assume? What kind of training and staffing would be needed? How can we find out what other museums are currently doing in this area? What benefits derive from the museum’s social role? What is the best way to share best practices, applications, and outcomes? How do we identify and articulate the social problems we want to help address? Once we have identified these, how will we know what applications to develop and, finally, how will we evaluate these applications once we have administered them?

It will require a re-imagining of the museum practice informed by multi-disciplinary perspectives on social development. Presently there is no commonly shared vocabulary on museums and social development. According to Silverman “At this juncture museums are in dire need of a more informed conception of the social work they have been doing and a meaningful framework with which to organize, integrate, and analyze how they are doing, with whom, where and to what effect.” In addition, we will need a shared set of core competencies needed to inform professional and academic training. We also will need to engage various internal and external stakeholders that shape and are shaped by multidisciplinary perspectives. In order to serve a new and useful service-oriented mission, museums must “learn what aid the community needs and fit the museum to those needs,” according to the visionary museum scholar, John Cotton Dana.

The social role offers great possibilities for all types of museums. However the extent to which any one museum embraces it will ultimately depend on its unique circumstances—its mission, governance structure and mean of support. While museums may not need to embrace all aspects of social work, they can adapt practices that meet local needs of their communities. Along the way they must evaluate the implications to museum mission, staff roles and programs in adopting this approach. We also need to consider how best to build a repository of examples and case studies that demonstrate the value of museums in social empowerment, civic engagement, identity, and inclusion to serve as a global resource.

One of the most notable examples of a U.S. museum that has more fully embraced its social service mission by giving “voice to the voiceless” through the interpretation and display of its collection, programs and community outreach is the Jane Addams Hull House. Founded in 1889, Hull House is a dynamic memorial to Jane Addams, the first American woman to win the Nobel Peace Prize for her international peace efforts during World War I and her commitment to immigrant rights. Envisioned as a place where immigrants of diverse communities gathered to learn, eat, debate, and acquire the tools necessary to put down roots in their new country, Hull House offered instruction in English language, sewing, cooking and trade skills and served as a safe haven for those seeking companionship and support from the harsh working conditions of modern urban life.

In recent years the staff at the Hull House Museum began a re-exploration of its approach to the museum's permanent collection starting with its founder, Jane Addams.

First, staff became more intentional about the display and placement of objects in the collection to provoke new meaning and thought. It positioned Addams' Nobel Peace Prize next to her U.S. Federal Bureau of Investigation file, which at the time labeled her the most dangerous person in America because she was a women's rights advocate and pacifist who opened the doors where she lived and worked to others who did not always hold mainstream beliefs. One letter in her FBI file opined "Jane is at the forefront of the battle to disarm our nation and Hull House has been the scene where communists, socialists and subversives could find shelter." Contrary to the public sentiment at the time, Addams believed the settlement house provided an opportunity for people to assemble to discuss controversial issues of social justice and cultivate a culture of civic engagement.

Another unspoken story concerned Addams's same-sex relationship with her partner Mary Roset Smith, which for many years was a painful and sensitive subject for the staff to confront. Historians differed in the naming of this relationship given the dissimilar ways women's friendships were defined in the Victorian era. Smith's family described their love as lesbian, yet Addams' family did not – while the lesbian, gay, transgender and bisexual youth who visited the museums were often puzzled that her status as a gay icon went unacknowledged.

To get to the heart of the matter museum staff initiated an alternative labeling project crafting different label texts to appear next to a painting of Roset Smith that was displayed in the museum. Each label used different language to describe the relationship Adams and Smith share and other information about their relationship. Visitors were asked to identify the label they found most meaningful through comment cards that were posted on a public response board. Through this activity the museum staff discovered they "could activate objects to politicize subjects but this required a willingness to challenge and be challenged and a commitment to create exhibits and spaces for the visitor not simply to be consumers of history as objectively presented but to engage in history as a subject and participate in the making of meaning," according to museum director Lisa Lee.

The new exhibition also acknowledges for the first time that the history of the site could not be told solely through the voice of Jane Addams but through the stories of the thousands of immigrants who came to the house weekly to take classes, build community and organize social change. A set of keys once used in an exhibit to show the scale and scope of hundreds of rooms in the House was reinterpreted to tell the story of a Greek immigrant who served as the House's lifetime caretaker; the House's wood door trim carved by convict hands ultimately told the story of the prominent role the house museum played in providing job training skills for prisoners and advocating for prisoner rights--and reaffirming the vision of the house's first owner. This reinterpretation of the collection and the questions it engendered inspired the education staff to develop a scavenger hunt and activity book for children that uses the architectural details of the house to encourage youth to discover new stories to be told in their own communities on what gets preserved and who decides.

The museum's most recent successful public program, "Rethinking Soup," has opened doors to new communities and deeper understanding of women's rights. Recent U.S. media attention on the contemporary struggle for food

justice, access, and security prompted staff inquiry on the museum's own dining hall that once served as a laboratory for early women reformers in the field of home economics through their efforts to promote public health, food safety and nutrition. Staff discovered through archival records that a soup program was started in their kitchen in 1893 and so they decided to create a modern day soup kitchen. Today, once a week they serve over 60 gallons of soup to 75-100 people who gather for a free meal made with local ingredients. Using Hull House history as a point of departure the program includes a series of community conversations with chefs, farmers, doctors, and artists on contemporary food issues related to women's rights, poverty, labor and other social causes. The program has now expanded to include the museum's own urban heirloom farm where they seek to expand a deeper understanding on the role of food on cultural and social sustainability. The excess produce from the farm is pickled and preserved and labeled with a brief biography of an important home economist. The produce is later sold in local farmers markets.

This is just one of the many examples of the important social work that museums all over the world are doing in their communities. Museums are not only educational institutions. We are also social institutions. The vital public service work that we provide in our communities every day needs to become a part of our core identity—for our public, for our governments, for the media, and for ourselves. And in this role let museum value be measured not so much in the number of visitors we welcome or the diversity of our audiences but in the many ways we offer comfort, cohesion and compassion that nurtures human respect and dignity and social justice and equality for all people.

Conferência III

Homenagem aos 40 anos da Mesa de Santiago no Chile



23/11 – 11h-12h

Conferencista:

Hugues de Varine – Escritor, Ensaísta, Arqueólogo e Ex-Diretor do Conselho Internacional de Museus – ICOM

Coordenador da Mesa:

José do Nascimento Junior – Presidente do Ibram

HUGUES DE VARINE

Bom dia e obrigado pelos elogios. Estou emocionado em ouvir sobre os 40 anos de Santiago e dos 50 anos de minha associação à Museologia. Tenho de fazer algumas correções porque, de fato, nunca fui museólogo, nunca trabalhei em museus. No ICOM, onde entrei em 1962, há 50 anos, fui administrador da organização profissional dos museus. Vocês sabem que no sistema internacional há uma diferença idiomática em relação ao português, uma diferença semântica entre a palavra “presidente” e a palavra “diretor”. O presidente do ICOM é uma figura do mundo museal; o diretor é um administrador, um técnico que administra e gerencia a organização. Fui Diretor do ICOM por 10 anos, até 1974, quando deixei o mundo dos museus tradicionais. Isso há quase 40 anos atrás. Depois, trabalhei no campo do desenvolvimento local.

O Brasil foi uma das minhas escolhas museológicas. A minha primeira experiência no país aconteceu em 1967, como Diretor do ICOM. Visitei algumas cidades nesse tempo em missão de reconhecimento. Desde 1987 até hoje, viajei pelo Brasil várias vezes, acumulei dezenas de visitas e de experiências. No mundo dos museus, do desenvolvimento local, do patrimônio e das políticas do patrimônio, o Brasil é provavelmente, não diria o país, mas um dos países mais criadores e inovadores de métodos, de ideias, posso mesmo dizer, de ideologias de utilização, de valorização, de exploração – exploração no sentido mais nobre – do patrimônio, das tradições, das memórias e do patrimônio imaterial e natural. Depois de Santiago, tornou-se um dos centros de referência na América Latina e no mundo. Hoje em dia, é referência da chamada Nova Museologia.

Preparei uma apresentação com slides, etc., mas acho que não tenho tempo hábil. Direi algumas coisas sobre Santiago e seus resultados. Santiago aconteceu em 1972, há 40 anos, mas é o resultado de vários fatores. Os anos 1960 são anos importantíssimos politicamente, anos de independência das colônias europeias, particularmente na África. Foram anos da libertação de grupos, por exemplo, das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Havia a revolução, o movimento estudantil de 1968 e muitos outros acontecimentos ocorrendo durante os anos de 1970 inclusive inovações no campo museológico: os museus nacionais do México em setembro de 1974; os museus de bairro, nos Estados Unidos – os chamados *Neighborhood Museums* entre 1965 e 1968, criados para defender as comunidades étnicas negra e latina em Los Angeles, Chicago, Nova Iorque; e o Museu de Anacostia em Washington.

Em outros termos, os anos de 1960 preparam uma mudança nas ideias, houve um aumento no fluxo de visitação aos museus dos então chamados países subdesenvolvidos – hoje países em desenvolvimento – e a descoberta dos problemas reais dessas sociedades. Em 1971, a Conferência Geral do ICOM foi a ocasião na França de uma primeira revolução interna, muito difícil. Configurou-se como conflito aberto na Conferência Geral sobre a ideia de desenvolvimento como um dos objetivos dos museus. Uma mudança, graças à influência do então Presidente do ICOM, Arthur van Schendel, dos Países Baixos, e do Presidente Jan Jelínek da Tchecoslováquia e, finalmente, da Mesa Redonda de Santiago. A Mesa Redonda era um evento meramente latino-americano. Havia um programa de mesas redondas regionais. Uma primeira mesa redonda no Rio de Janeiro em 1958 e outras mesas redondas, sendo uma delas na África em 1964 e outra em Nova Deli para a Ásia em 1966, e dez outras, entre elas uma no Iraque.

Atendi a Mesa Redonda na África e em Nova Deli e descobri que essas Mesas Redondas tinham como característica ser um curso de Museologia, melhor dizendo, de Museografia ministrado por peritos. Eram a continuação de uma Museologia europeia e norte-americana onde os museólogos do mundo eram ensinados por peritos europeus e da América Latina. Nessa época, a UNESCO, na minha pessoa, faz a proposta ao ICOM de organizar a próxima Mesa Redonda em Santiago do Chile em 1972. Minha amiga da UNESCO, Raymonde Frin, e eu tivemos a ideia de organizar a Mesa Redonda na América Latina, para América Latina, com latino-americanos – uma inovação total da UNESCO naquele tempo – sobre o tema clássico: “o papel dos museus no mundo contemporâneo”. Então, decidimos criar uma Mesa Redonda nova tratando do museu contemporâneo na América Latina daquele tempo com palestrantes latino-americanos, sobre temas como educação, agricultura e mundo rural, meio ambiente e problemas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano. A ideia inicial era convidar como palestrante principal o Paulo Freire. Eu estava trabalhando como voluntário numa ONG internacional onde Paulo Freire era presidente. E a ideia era solicitar-lhe que pensasse o museu como ele pensara a educação (o museu libertador, o novo museu). Infelizmente, a delegação diplomática do Brasil na UNESCO vetou a participação do Paulo Freire e tivemos como palestrante principal o argentino Jorge Henrique Hardoy, especialista em políticas de desenvolvimento urbano.

Não posso falar de toda Mesa Redonda, minha memória da Mesa Redonda é subjetiva, eu não falava português, não falava nem compreendia espanhol, não podia participar. Fui o administrador, o organizador da Mesa Redonda com os chilenos, vi o que aconteceu sem compreender tudo. De fato, os palestrantes e os participantes eram latino-americanos e a redação da Declaração de Santiago foi inteiramente deles. Alguns participantes, principalmente por razões políticas e de suas relações com as ditaduras na América Latina, não concordavam com o início, com o preâmbulo, mas foram unânimes ao assinar a Declaração final, ou seja, o conteúdo essencial da Declaração. Dentre os doze líderes, dois latino-americanos se destacavam na discussão: o Mario Vázquez, do México – que infelizmente está doente – e o Carlos de Sola, de El Salvador – que faleceu dez anos depois da Mesa Redonda. E o que aconteceu depois de Santiago? Nada. Ou quase nada, nos primeiros dez, vinte anos. Só o Mario Vázquez como responsável do Museu Nacional de Antropologia no México e sua equipe no Instituto Nacional de Antropologia e História – INAH realizaram uma primeira experiência no espírito de Santiago com o que ele chamou de Casa de Museus, uma tentativa de exposições em favelas da periferia do México. Foi um fracasso e o Mario fez logo um artigo na revista *Museum* da UNESCO explicando as razões, uma das poucas experiências de Museologia onde o responsável por uma experiência faz uma autocrítica. Bom, o artigo permanece.

Em 1992, um dos participantes de Santiago, o equatoriano Hernán Crespo Toral, que era Subdiretor Geral da UNESCO para a Cultura, convocou outro encontro para fazer um balanço da Declaração de Santiago, em Caracas. Houve inclusive a elaboração de outro documento, a Declaração de Caracas. Foi uma reunião muito mais ampla que Santiago, com dezenas de museólogos de toda a América Latina muito entusiasmados pela Declaração de Santiago e que escreveram a nova declaração considerando que houve poucas mudanças. Acho que uma razão era o estado político em muitos países da América Latina desse tempo, nos anos 1970 e 1980. Outra razão é que, de fato, a Mesa Redonda de Santiago foi mais a Mesa Redonda de museólogos dos grandes museus, dos museus nacionais e de museus de arte. E era muito difícil para museus de arte, para museus do ouro – por exemplo, o Museu do Equador era do Banco Central do Equador, o Hernán Crespo Toral foi o diretor do Museu do Banco

do Equador, mas um banco nacional – era difícil transformar o Museu do Ouro, o Museu Central do Banco do Equador em museu comunitário.

Acho que essas foram algumas das razões do aparente fracasso e esquecimento dos princípios de Santiago. Na verdade, tivemos de esperar até o fim de 1980 e anos 1990 para que houvesse a explosão de museus locais, dos museus mais próximos do campo, perto das realidades sociais decididos a recuperar a Declaração e as ideias de Santiago e finalmente a aplicação dos princípios do museu integral. Bom, são só algumas observações pessoais não conclusivas sobre os 40 anos posteriores à Mesa Redonda. Primeiro, a aplicação da ideia de libertação de Santiago ganhou força nos pequenos museus e nos museus de territórios. Acho que a Mesa Redonda de Santiago libertou o museu da dependência da Museologia europeia e norte-americana. Libertou-o de uma Museologia essencialmente Museologia de arte, dos museus de arte e estreitamente ligada às disciplinas acadêmicas. Meu predecessor na direção do ICOM, Georges Henri Rivière sempre deixou evidente sua doutrina, sua ideologia sobre o museu: cada museu deve pertencer a uma disciplina – museu da arte, museu de história, museu de arqueologia, museu de etnologia, antropologia, etc.

Nos anos 1980 e 1990, porque os novos museus de territórios desenvolviam iniciativas locais em concordância com os princípios de Santiago, eles descobriram que havia uma necessidade de trabalho transversal utilizando todas as disciplinas intelectuais e científicas, o que facilitava a compreensão dos problemas e das necessidades da gestão do patrimônio de territórios e de comunidades. Também falei do museu libertado e libertador e, portanto, da libertação da dependência crônica e dos modelos impostos pelos europeus e norte-americanos. Discorri acerca da classificação acadêmica e dos modelos da alta cultura. Mencionei o reconhecimento na Declaração da existência de uma cultura viva dos territórios e comunidades que faz do patrimônio representado nesses museus e territórios um patrimônio vivo e não hirtas coleções como as dos museus clássicos.

Há experiências de considerável importância, transcorridos esses 40 anos:

- Le Creusot, México, Montreal, Bergslagen na Suécia, Seixal em Portugal. São experiências isoladas dos anos 1970, 1980 e início dos anos 1990 relevantes por colocar em prática as ideias de Santiago e da Nova Museologia;
- As definições de uma Nova Museologia com a criação no início de 1980 do Movimento Internacional para uma Nova Museologia – o MINOM;
- A pesquisa por um modelo de ecomuseu, que em minha opinião não existe. Cada ecomuseu é único e diferente dos demais;
- Há a tendência em países como Itália e Japão de chamar de ecomuseu cada novo museu participativo. Na Itália e regiões há leis de ecomuseus;
- Os encontros nacionais. Há vários encontros nacionais registrados no Brasil, em Portugal com o MINOM – Portugal e como o ICOM – Portugal, na China, Itália, México, etc.;

- Uma literatura mais e mais importante, composta não só por teses de mestrado e doutoramento, mas também de livros, como as obras de Pierre Mayrand, de Peter Davis, de V. H. Bedekar na Índia, e Maurizio Maggi na Itália. Essa literatura continua construindo a Nova Museologia nos países pioneiros, inclusive no Brasil.

O problema central na herança da Mesa Redonda é que o espírito de Santiago não exclui museus e não diz se há bons e maus museus. Cada museu tem o papel de museu global, de museu integral, respeitando o patrimônio, a sociedade e o território. Mas, acho que a pergunta-chave da Nova Museologia é inquirir tanto o antigo quanto o novo museu se os seus objetivos basilares são sociais, são societais, são para a comunidade, para o território, para as comunidades do ou no território ou se é outro objetivo. Há milhares de ecomuseus. Há ecomuseus na Itália, por exemplo, que têm objetivos meramente turísticos, nada a ver com as comunidades. E há outros ecomuseus que são primeiramente orientados pelo objetivo social no sentido integral, no sentido de Santiago.

Desse modo, os museus de arte que não incluíram inicialmente em sua documentação objetivos sociais ou objetivos integrados, no sentido de Santiago, podem mudar pelo menos parte de suas atividades para desempenhar papéis de cunho social. Lembro-me da minha admiração na visita ao departamento de mediação e de educação da Pinacoteca do Estado de São Paulo quando descobri suas relações estreitas com populações da metrópole. Acho que há muitos museus no Brasil que fazem a mesma coisa; algo mais raro na Europa, infelizmente. O objetivo do trabalho com as comunidades era impressionante para mim, alguém vindo da Europa, um “salvador exterior” descobrindo como um museu de arte contemporânea e moderna pode servir não só a demandas por acessibilidade, mas também às crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social.

Há desafios e há dificuldades e temos de dimensionar o fato de que tudo é muito novo. Vou me estender, mas é necessário pensar que a palavra museu adquiriu uma certa semântica no imaginário social. Vejo muitas vezes no campo, quando falo do museu comunitário, do ecomuseu, que a palavra museu alude automaticamente à imagem do museu de arte com pinturas nas paredes, uma imagem quase normalizada que existe desde o século XIX. Algo que constitui um desafio para os museus comunitários ou para os museus que querem ter um papel comunitário. Isso demonstra também as disputas de poder, mesmo para os museus comunitários. Na França, meu país, em 2012 mesmo pela profissão museal a Nova Museologia é considerada herética.



Painéis

Painel I

A importância das informações para a construção das políticas públicas culturais



20/11 – 14h-15h45

Painelistas:

Américo José Córdula Teixeira – Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais, da Secretaria de Políticas Culturais – Ministério da Cultura/MinC

Rose Miranda – Coordenadora-Geral de Sistemas de Informações Museais/CGSIM – Ibram

Leandro Valiati – Economista, especialista em Economia da Cultura, professor universitário da UFRGS

Mediador:

Marco Estevão Mesquita Vieira – Coordenador de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Sinopse:

O painel abordou a importância das informações para a construção das Políticas Públicas Culturais, em especial as informações sobre e para o setor museal, abrangendo tanto os aspectos políticos e sociais, quanto os aspectos econômicos da cultura, para que qualquer gestor público possa tomar decisões eficientes.

Rose Miranda, representante do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), fez uma reflexão acerca do ciclo das políticas públicas e sua relação com a necessidade da existência de informações de qualidade para embasar qualquer uma das etapas (agenda, formulação, implementação e avaliação). Tratou também das iniciativas do Ibram na criação dos primeiros bancos de dados em museus, representados pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), além de outras frentes de atuação do Ibram nessa área.

O professor Leandro Valiati trouxe à discussão uma nova racionalidade econômica que procura entender o setor cultural com suas especificidades, abordando uma nova forma de enxergar a economia da cultura, por meio de conceitos como custo de oportunidade, valoração contingencial e externalidades, onde, por exemplo, a existência de um museu pode gerar uma série de efeitos positivos na economia e no bem-estar dos indivíduos que o cercam, ainda que estes não usufruam diretamente do museu.

Américo Teixeira, representante do Ministério da Cultura (MinC), contribuiu trazendo um panorama das iniciativas existentes dentro do Ministério na área de formulação de indicadores e sistemas de informação. Dentre eles, Teixeira deu destaque ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), dispositivo que tem por objetivo acompanhar, avaliar e aprimorar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura.

Painel II

Museu e desenvolvimento humano: narrativas múltiplas



20/11 – 14h-15h45

Painelistas:

Silvia Alderoqui, Diretora do Museo de las Escuelas – Buenos Aires/Argentina

Luiz Antônio de Oliveira, Diretor do Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ

Mediadora:

Mayra Resende Costa Almeida – Coordenadora de Produção e Análise da Informação – Coordenação-Geral de Sistemas de Informações Museais/CGSIM – Ibram

Sinopse:

O painel propôs uma reflexão sobre as múltiplas narrativas que o museu, como estrutura multifacetada, pode gerar a partir das várias memórias, patrimônios e discursos que ali podem ser representados. Abordou também, como subsídios para essas narrativas, a relação entre o museu e o público e entre o museu e a comunidade para a promoção da dignidade e da cidadania considerando o papel social dos museus em sociedades contemporâneas.

Silvia Alderoqui destacou que o Museo de las Escuelas é uma espécie de museu de educação, de história de escolas na Argentina, cujos visitantes são, em geral, estudantes ou professores. Abordou ainda a definição, nos diversos campos do conhecimento, do termo 'poroso', para então aplicá-lo ao museu, espaço flexível, impermeável, umbral, teatro do novo. Relacionou esse conceito com a Mesa de Santiago e a Nova Museologia, para as quais a instituição museu deve ser ligada ao público. Afirmou, no entanto, que a Nova Museologia não triunfou, pois os grandes museus não querem perder seu espaço de poder. A diretora ponderou ainda sobre a dificuldade de se incluir o público que não frequenta o museu, afirmando que a vontade de visitar museus é uma construção social, para a qual são necessárias inúmeras tarefas.

Luiz Antônio de Oliveira discorreu inicialmente sobre o Museu da Maré, composto por um centro de estudos e de ações sociais da Maré, formado a partir da história local e da memória de 16 comunidades. Afirmou que as resoluções adotadas pela Mesa do Chile não implicam a supressão dos museus atuais, nem a renúncia aos museus especializados, embora pondere que uma nova museologia pode e deve ser experimentada e vivenciada por qualquer instituição ou movimento museal, independentemente de sua tipificação. Para ele, o maior desafio para os museus é o enfrentamento das ações extramuros e a ampliação da perspectiva das funções, da missão e da contribuição para um real desenvolvimento humano, destacando que para que não sejam criados guetos museológicos, é preciso um compartilhamento de ideias e ideais.

Painel III

O que estaremos comemorando nos 50 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile?



20/11 – 16h-17h45

Painelistas:

Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Departamento de Processos Museais/ DPMUS – Ibram

Maria Cristina Oliveira Bruno – Museóloga, Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/USP

Mediador:

Márcio Rangel – Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI – Rio de Janeiro/RJ

Sinopse:

Os painelistas propuseram uma reflexão sobre o legado deixado pelas discussões da Mesa Redonda de Santiago/Chile, em especial as novas tendências, práticas e modelos resultantes da Mesa e seus desdobramentos nos próximos anos.

Cícero Almeida destacou alguns anseios que fervilhavam na sociedade, à época da realização da Mesa Redonda, e como ela foi pensada à luz de reflexões que apontavam novos tempos. Explanou sobre os pensamentos voltados às questões museais que surgiram a partir do encontro realizado em Santiago do Chile e ressaltou algumas tendências do setor museológico, como a criação dos grandes museus na cidade do Rio de Janeiro, e de como os museus contemporâneos se abrem para novos segmentos, apresentando-se como uma instituição de múltiplas possibilidades de uso e fruição.

Cristina Bruno refletiu sobre a questão epistemológica dos museus e sobre o caráter inspirador que teve, para o setor museal, a Mesa Redonda. Explanou sobre a importância de o setor museológico ter valorizado o legado do encontro em Santiago e sobre algumas das questões que estaremos comemorando nos seus 50 anos, como os diferentes modelos de tutela/gestão, a expansão da formação e da capacitação profissional e a formação de redes e a diversidade cultural.

Painel IV

Memórias em movimentos



20/11 – 16h-17h45

Painelistas:

Adelina Coda – Diretora de Cultura de Alta Gracia/Argentina – Museu Casa de Che Guevara

Elenira Mendes – Diretora da Casa Memorial Chico Mendes – Xapuri/AC

Noaldo Ribeiro – Gerente Executivo de Resgate da Identidade Cultural – Secretaria da Cultura e Turismo/PB – Projeto de Memorial sobre a Coluna Prestes

Mediador:

José do Nascimento Junior – Presidente do Ibram

Sinopse:

A mesa sobre Memórias em Movimento trouxe a experiência de implantação de três museus dedicados à memória de movimentos e personagens políticos da história. As possibilidades de interpretação do real e o papel desses museus na revivificação de movimentos políticos e seus personagens.

Adelina Coda apresentou um panorama sobre a cidade de Alta Gracia, Argentina, e o Museu Casa de Che Guevara, inaugurado em 2001 na cidade onde Ernesto Che Guevara passou parte de sua infância e adolescência. Destacou que a implantação do museu foi conflituosa, com resistência por parte dos moradores, que não concordavam com a posição política de Che. Para ela, a Mesa Redonda de Santiago do Chile e os acordos firmados permitiram que a Museologia fosse se modificando e os museus se tornassem espaços mais reflexivos. Afirmou ainda que no meio de novos paradigmas o museu foi criado para dar uma nova perspectiva à história do médico, partindo da lógica de que a comunidade se aproprie dessa proposta.

Aldo Ribeiro entende que o Projeto do Memorial sobre a Coluna Prestes irá recuperar a memória da esquerda brasileira. A proposta é de um museu vanguardista, condizente com as demandas da realidade contemporânea. O memorial nasce como um centro de estudo da história brasileira, da história da esquerda brasileira e também como um centro turístico. O processo de consolidação do projeto passará pela ação de mobilização, por meio da cavahada, e da organização de um seminário internacional para contextualizar a temática do museu.

Elenira Mendes, filha de Chico Mendes, apresentou uma proposta intimista sobre a história de seu pai e da concepção da Casa Memorial Chico Mendes. Passou pela história pessoal do líder seringueiro, revelando particularidades de seu trabalho, com destaque para o mutirão para empate de derrubada – tática de ação pacífica criada por Chico Mendes para impedir o desmatamento da floresta amazônica. Para ela, o legado do seu pai passa pela luta contra o desmatamento e propostas alternativas de preservação.

Painel V

Desafios de integração supranacional da Agenda da Mesa Redonda de Santiago/Chile (1972)



22/11 – 13h-15h

Painelistas:

Antía Vilela – Coordenadora do Programa IberMuseus/Brasil

Javier Royer – Coordenador do Sistema Nacional de Museus – Ministério da Educação e Cultura – Uruguai

Vivian Rivas – Presidente da Fundação de Museus Nacionais e Diretora Geral do Iartes/Sistema Nacional de Museus do Ministério do Poder Popular para a Cultura – Venezuela

Mediadora:

Vanessa de Britto Maluf – Assessora da Assessoria de Relações Internacionais/ASINT – Ibram

Sinopse:

O painel tratou da integração supranacional e harmonização das políticas públicas para o setor museal entre diferentes países, a partir da adoção de estruturas institucionais similares, como os Sistemas Nacionais de Museus, e de instâncias políticas supranacionais, como o Programa Ibermuseus.

Antía Vilela apresentou o Programa Ibermuseus, iniciativa de cooperação ibero-americana para o fortalecimento de políticas públicas para as áreas de museus e da museologia, compreendendo os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural; como lugares que trabalham com o poder da memória; como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa; como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e como laços de valorização de coesão social das comunidades e a sua relação com o meio ambiente.

Javier Royer relatou sobre o Projeto do Sistema Nacional de Museus, criado para fortalecer a institucionalidade, promover a cooperação e otimizar os recursos humanos e econômicos dos museus no Uruguai. O projeto executa várias linhas de ação, entre elas, diagnóstico dos museus uruguaios, formação de pessoal, capacitação internacional, publicações, criação e desenvolvimento de redes de museus, a Lei de Museus e a criação do Sistema Nacional de Museus.

Vivian Rivas destacou o trabalho do Sistema Nacional de Museus da Venezuela, órgão integrador e consultivo de planos, programas e projetos referentes a museus no país, que envolve no trabalho a responsabilidade de todos, governo e sociedade civil, sendo o tema patrimônio e memória, um problema de soberania nacional. Entre as ações mais importantes do Sistema, foi apresentado o projeto do portal de arte venezuelana, onde encontram-se informações sobre as obras e os conteúdos históricos.

Painel VI

Patrimônio Museológico em risco e seus desafios



22/11 – 13h-15h

Painelistas:

Antônio Carlos Oliveira – Meteorologista, museólogo, especialista em clima e riscos/Brasil

Major Eduardo Nocetti Holms – Membro do Corpo de Bombeiros de São Paulo e do Comitê Paulista do Escudo Azul

Cristina Menegazzi – Especialista em patrimônio e estratégias de gestão de riscos – Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO

Théo Salim Najm – Analista de riscos do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB-Brasil Re

Mediadora:

Eliene Dourado Bina – Professora, Museóloga, representante do Conselho Federal de Museologia/COFEM

Sinopse:

Os painelistas abordaram aspectos essenciais em torno de situações de risco às quais estão submetidos acervos e coleções em museus, abrangendo práticas que podem levar a minimização dos riscos e comportamentos a serem adotados em situações emergenciais quanto aos acervos e infraestruturas existentes.

Cristina Menegazzi apresentou técnicas para salvaguardar coleções através de estatísticas, fotografias e bibliografias sobre a proteção do acervo museológico após catástrofes. Defendeu que a cultura é um fio unificador nesses países, apresentando critérios de mensuração de prioridades na evacuação das obras. Para a salvaguarda dos acervos depois das calamidades, ela apontou passos como registrar os artefatos ainda durante a situação emergencial.

Antônio Carlos Oliveira apresentou informações de climatologia do estado do Rio de Janeiro que demonstram a importância desse ramo da ciência na previsão de desastres climáticos. Além disso, exibiu os resultados do estudo de caso em controle ambiental no Museu Mariano Procópio em Minas Gerais. Ele apontou que a chuva é um dos fatores climáticos que interferem na durabilidade do acervo e na conservação do edifício.

O Major Eduardo Nocetti Holms falou sobre a singularidade arquitetônica de Santana do Parnaíba e apresentou normas que padronizam as ações do Corpo de Bombeiros em situações emergenciais nos museus e instituições similares. Além das ações mais emergentes, o Tenente-Coronel também elencou ações que se estendem ao pessoal especializado em recuperação do acervo, como a verificação da estabilidade da estrutura do edifício e a disponibilização de Equipamento de Proteção Individual (EPIs).

Théo Salim Najm apresentou um diagnóstico geral dos museus e disse que em certas situações o seguro fica suspenso até que a instituição atenda condições mínimas para a cobertura securitária. Destacou ainda o plano padrão para as transportadoras e para as instituições e concluiu tecendo considerações sobre o valor da vida e dos bens históricos e culturais, enfatizando que o seguro cobre o prejuízo meramente material, e que caso a seguradora peque no rigor, contribui para estimular a negligência no que tange à proteção do patrimônio.

Painel VII

Acervos e coleções: entre o público e o privado



22/11 – 16h–17h45

Painelistas:

César Oiticica Filho – Curador do Projeto Hélio Oiticica – Rio de Janeiro/RJ

Alessandra Clark – Coordenadora de projetos especiais da Associação Lygia Clark – Rio de Janeiro/RJ

Guilherme Bueno – Diretor do MAC – Museu de Arte Contemporânea de Niterói – Niterói/RJ

Mediadora:

Vera Alencar – Diretora do Museu de Belas Artes – Rio de Janeiro/RJ

Sinopse:

Os painelistas abordaram aspectos da gestão de acervos e coleções públicas e privadas e a visibilidade e democratização de acervo, seja por meio de exposições, seja por meio de ações educativas e extramuros. Abordaram ainda as estratégias de difusão de acervos e coleções relacionadas à gestão dos direitos autorais.

César Oiticica Filho abordou, entre outros, a política de acervos públicos e privados; a questão da continuidade; a dificuldade de fazer planejamentos longos com o governo devido às mudanças políticas e a realidade da situação dos acervos no Estado do Rio de Janeiro. Acredita que a política deveria dar mais visibilidade aos acervos privados e públicos já existentes do que priorizar a construção de novos museus.

Alessandra Clark apresentou a Associação Lygia Clark, destacando a importância dos copyrights e o direito autoral como fonte de renda. Destacou que a associação cultural não tem acervo de obras, apenas documental. Realizou um livro-obra digital, propiciado pelo esquema de escambo, por meio da troca do uso dos direitos autorais por um produto/serviço.

Guilherme Bueno abordou os principais desafios do gerenciamento de museus, da política de exposições e de empréstimo de obras (divulgação do acervo) e destacou que a construção da economia criativa em cultura depende de um processo de profissionalização. Discorreu sobre as peculiaridades do MAC/Niterói, bem como o seu papel educativo – com a utilização do anexo do Museu, construído para realização de oficinas abertas à comunidade – e as ações extramuros realizadas. Destacou que a exposição de obras de artistas brasileiros no exterior é um instrumento importante de divulgação e difusão da cultura nacional, e não o menosprezo pelas ações ocorridas em nível nacional. Por fim, sugeriu a presença de um profissional jurídico versado sobre questões de direito autoral em futuras versões do fórum.

Painel VIII

Os museus no desenvolvimento do imaginário cultural das cidades



22/11 – 16h-17h45

Painelistas:

Hugo Barreto – Secretário Geral da Fundação Roberto Marinho – Rio de Janeiro/RJ

Cêça Guimarães – Arquiteta, Professora doutora do PROARQ – FAU/UFRJ, coordenadora do Grupo de Estudos de Arquitetura Museus – Rio de Janeiro/RJ

Cristiana Kumaira – Gerente do Circuito Cultural da Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG

Mediador:

Maurício Vicente Ferreira Jr. – Diretor do Museu Imperial – Petrópolis/RJ

Sinopse:

O painel tratou da requalificação de territórios e espaços urbanos por meio de museus e outros equipamentos e atividades culturais em sinergia para o fortalecimento da memória social e coletiva e da identidade territorial. Tratou ainda da relação desses espaços com a comunidade local e visitantes em geral por meio da apropriação e produção de processos criativos e de visitas que promovem experiências inovadoras e consolidam o sentimento de pertencimento.

Hugo Barreto relatou a experiência da Fundação Roberto Marinho-FRM na criação e implantação do Museu da Língua Portuguesa e do Museu do Futebol, em São Paulo, que acabaram por introduzir no Brasil uma nova tipologia de museus, conhecida como museu experiencial. Nessa linha, apresentou os conceitos principais dos museus desenvolvidos pela FRM, que oferecem experiência aos visitantes, valorizam os aspectos relacionados à cultura e à identidade nacional, usam mídia, tecnologia e interatividade como suportes de conteúdo, priorizam a instalação de equipamentos culturais em imóveis ou áreas com valor histórico e cultural, proporcionam acessibilidade física e de conteúdo, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade econômica. Em seguida, comentou sobre o trabalho que a FRM está realizando com a prefeitura do Rio de Janeiro, na criação de dois equipamentos culturais que irão atuar como “âncoras” do movimento de revitalizar o espaço urbano da cidade.

Cristiana Kumaira apresentou a “Praça da Liberdade: Circuito Cultural – Arte e Conhecimento” considerado o projeto do maior conjunto integrado de cultura do Brasil. A diversidade é a marca registrada do Circuito, que irá reunir mais de 15 espaços culturais, entre museus históricos, artísticos e temáticos, centros culturais, bibliotecas e espaços para oficinas, cursos e ateliês.

Cêça Guimarães abordou as questões relativas ao território, aprendizagem, inovação e cultura a partir da representação simbólica da cidade e da centralidade das expressões sociais como marcos instauradores de novas configurações e referências espaciais. Versou sobre a renovação de uso de espaços por meio dos museus, como instituições capazes de ressignificar os espaços urbanos e fortalecem a memória social coletiva e o desenvolvimento local, considerando o novo papel dos museus na inovação tecnológica e de recursos expositivos e na inclusão, inserção e permanência das identidades.



Grupos de trabalho

Apresentação



Reunião do GT de Arquivos e Bibliotecas

A constituição dos Grupos de Trabalho (GTs) no âmbito do evento Fórum Nacional de Museus tem como expectativa constituir espaços de debate especializado sobre temas e questões inerentes ao campo museal, em prol do desenvolvimento e consolidação da PNM.

Outro papel importante dos GTs está relacionado ao seu potencial para a constituição de redes temáticas de museus, a exemplo da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE) criada em 2008, durante as reuniões do GT Museus Arqueológicos e Etnográficos por ocasião do 3º Fórum Nacional de Museus.

Tanto na 2ª quanto na 3ª edição do Fórum, em Ouro Preto (2006) e Florianópolis (2008), os Grupos de Trabalho se reuniram em sete (7)¹ grupos setoriais, por tipologias de museus, para debater:

- a) os principais aspectos e especificidades para o desenvolvimento do setor;
- b) os principais avanços, problemas e obstáculos para a implantação da Política Nacional de Museus;
- c) as condições para implantação de redes temáticas de museus.

Em sua 4ª edição, por ocasião da construção do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM, o debate se estruturou em cinco (5) miniplenárias² e nove (9) minifóruns setoriais³, conforme o Regimento do 4º FNM, tratando, respectivamente, dos temas relativos aos cinco eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura – CNC e de nove (9) temas transversais⁴, compreendendo as especificidades das dinâmicas de determinados setores de museus.

Para o 5º Fórum Nacional de Museus propôs-se que o debate fosse organizado de forma temática, a saber:

- a) Arquivos e Bibliotecas de Museus;
- b) Documentação;
- c) Promoção e Dinâmicas Culturais;
- d) Gestão e Sustentabilidade;
- e) Formação Capacitação e Pesquisa;
- f) Expografia e Arquitetura;
- g) Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico;
- h) Ação Educativa.

¹ O 2º e o 3º FNM contemplaram GTs para atender a sete setores específicos, apresentando apenas duas variações em suas denominações, de acordo com o que se segue: Museus de Arte; Museus de História; Museus de Culturas Militares, antes denominados de Museus Militares; Museus de Ciência e Tecnologia, antes denominados de Museus Universitários e de Ciências; Museus Etnográficos e Arqueológicos; Museus Comunitários e Ecomuseus; Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias.

² As Miniplenárias realizadas no 4º FNM corresponderam aos 5 eixos estruturantes do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura, assim definidos: I – Produção Simbólica e Diversidade Cultural; II – Cultura, Cidade e Cidadania; III – Cultura e Desenvolvimento Sustentável; IV – Cultura e Economia Criativa; V – Gestão e Institucionalidade da Cultura.

³ Os minifóruns Setoriais do 4º FNM foram divididos em: Museus de Arte; Museus de História; Museus de Culturas Militares; Museus de Ciência e Tecnologia; Museus Etnográficos; Museus Arqueológicos; Museus Comunitários e Ecomuseus; Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias; Arquivos e Bibliotecas de Museus.

⁴ Os minifóruns debateram propostas para o setor museal relativas aos seguintes temas transversais: 1. Gestão Museal; 2. Preservação, Aquisição e Democratização de Acervos; 3. Formação e Capacitação; 4. Educação e Ação Social; 5. Modernização e Segurança; 6. Economia dos Museus; 7. Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental; 8. Comunicação e Exposição; 9. Pesquisa e Inovação.

Nessa ocasião, os oito GTs se reuniram no período de 22 a 23 de novembro de 2012 para debater especialmente sobre dois aspectos, as políticas públicas voltadas para o setor museal e a perspectiva de atuação em redes virtuais temáticas, pautados pelas seguintes questões:

1. Políticas Públicas:

- a) os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT;
- b) os principais avanços/contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT;
- c) as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos.

2. Atuação em redes:

- a) a viabilidade do GT em se constituir em rede temática de museu;
- b) as condições necessárias para se constituir em rede;
- c) interesse em participar de plataforma de comunicação a ser criada pelo Ibram;
- d) aspectos a serem levados em consideração na criação de uma plataforma de comunicação;
- e) conteúdos e interação devem estar contemplados na plataforma de comunicação;
- f) indicação de coordenador para um fórum virtual sobre a temática.

Os Relatórios a seguir apresentam os resultados dos GTs e discorrem sobre o desenvolvimento dos seus trabalhos.

I – Arquivos e Bibliotecas de Museus

Coordenadores:

Francisca Helena Barbosa Lima – Coordenadora de Acervos e Memória/CAM – Coordenação Geral de Sistemas de Informação/CGSIM – Ibram

Mary Komatsu Shinkado – Bibliotecária do Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro/RJ

Regina Celie Simões Marques – Responsável pelo Arquivo Histórico – Coordenação de Acervos e Memórias da Coordenação Geral de Sistemas de Informação/CGSIM – Ibram

Introdução:

O Grupo de Trabalho contou com a participação de 25 pessoas durante os dois dias de trabalho. Os participantes foram divididos em 02 (dois) grupos para pensar e articular sobre os temas propostos pautados pelas perguntas orientadoras apresentadas pelas Coordenadoras.

Resultados:

1. Quais os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT?

Avanços:

- Consolidação do conceito de bem cultural musealizado;
- Construção de indicadores sobre arquivos e bibliotecas de museus (Cadastro Nacional de Museus). Sua adoção impacta positivamente o cotidiano desses setores e serviços, e fundamenta políticas e planejamentos específicos;
- Implantação do Sistema de Gerenciamento de Informação SGI no Ibram, embora ainda restrito às práticas e rotinas de protocolo;
- Estudos em curso sobre classificação de documentos arquivísticos no Ibram.

Desafios:

- Desenvolver estudos sobre o conceito de bem cultural musealizado sob a ótica dos arquivos e bibliotecas de museus, e a situação ainda predominante nos museus de hierarquização dos acervos;
- Propiciar o respeito às especificidades dos acervos assegurando ao mesmo tempo a integração entre eles, no que concerne a metodologias e técnicas de tratamento e divulgação. Percebe-se a diferença entre eles, mas a gestão integrada dos acervos ainda está por acontecer;
- Inserir a documentação produzida/acumulada no âmbito dos museus nas práticas e metodologias de gestão arquivística de documentos.

2. Quais os principais avanços/contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT?**Avanço:**

- A inserção de arquivos e bibliotecas nos Planos Museológicos dos museus do Ibram.

Desafio:

- Ampliar a inserção de arquivos e bibliotecas no Plano Museológico a todos os museus brasileiros, considerando ser ele uma das ferramentas para integração dos acervos.

Avanço:

- A participação da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Conselho Federal de Biblioteconomia, Associação de Arquivistas Brasileiros e Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus e;
- A criação do Programa de Integração de Instituições de Memória Social (cooperação técnica entre Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Ibram em ações de capacitação e consultorias, entre outras).

Desafio:

- Provocar agilidade nos benefícios dessas iniciativas para os arquivos e as bibliotecas de museus, favorecendo a integração dos acervos.

Avanços:

- A criação do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, cujo estabelecimento será realizado pelo decreto que regulamenta o Estatuto dos Museus.
- A criação do Projeto Acervo em Rede, nova versão do Donato, como plataforma integradora dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos dos museus.

Desafio:

- Estabelecer padrões técnico-metodológicos para o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados, na plataforma Donato, para os acervos arquivísticos e bibliográficos, em curto prazo.

3. Quais são as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos?

- Criação de um GT permanente de arquivos e bibliotecas de museus, coordenado pelo Ibram e com ampla participação das esferas estaduais e municipais, de modo a consolidar canais de discussão para formular e difundir referências e orientações para o setor específico, visando a sua inserção nas políticas museais e de modo a:
 - a) Assegurar que arquivos e bibliotecas tenham suas missões estabelecidas e que sejam consonantes com a missão do museu a que pertencem;
 - b) Colaborar na atualização dos indicadores sobre arquivos e bibliotecas de museus, para aperfeiçoar o planejamento e as políticas de financiamento, aquisição, preservação, segurança, acesso etc. das áreas de arquivo e biblioteca;
 - c) Propor programas de capacitação para profissionais de arquivos e bibliotecas de museus, de caráter interdisciplinar e de forma a proporcionar ações práticas colaborativas e cooperativas em museus.

4. Existe viabilidade para o GT se constituir em rede temática de museu? Quais são as condições para se constituir em rede?

- Sim, considerando as seguintes condições:
 - a) O esforço de arregimentação de profissionais de arquivo e biblioteca de museus, de modo a garantir a presença de maior número possível de museus brasileiros;
 - b) Assegurar que a rede veicule conteúdos técnicos relevantes;
 - c) O apoio logístico e institucional do Ibram para garantir a participação da coordenadora, moderadora ou suplentes em reuniões e demais atividades de funcionamento da rede;
 - d) A indicação de coordenador, de moderador e de suplentes para atuar até junho de 2013, compreendendo esse período como de implantação da rede. Após essa data esses profissionais serão referendados nas funções ou novos nomes serão indicados.

5. Há interesse em utilizar a plataforma de comunicação criada pelo Ibram? De que forma a plataforma apresentada pode ser aperfeiçoada para atender as necessidades da atuação em rede?

- Sim. A proposta inicial parece satisfatória para deflagrar a construção da plataforma. Contudo, consideramos que as sugestões para seu aperfeiçoamento devem ser discutidas e encaminhadas posteriormente e ao longo desse processo. A princípio, destacamos as seguintes funcionalidades como desejáveis para o bom funcionamento da rede:
 - a) Possibilidade de interação com conteúdos dos bancos de dados do Ibram que possam nutrir a rede com informações e dados relevantes. (ex.: Cadastro Nacional de Museus);
 - b) Garantir uma interface que favoreça a autonomia na atualização da rede;
 - c) Assegurar, se possível, que os moderadores de todos os Grupos Temáticos estejam em contato regular durante o processo de desenho da plataforma, para compartilhar informações visando ao desenvolvimento de funcionalidades comuns às respectivas redes.

6. Que tipo de conteúdo/interação a plataforma deverá ter?

- Agenda de eventos;
- Perfil de participantes;
- Textos e documentos de referência em mídias diversas;
- Legislação setorial;
- *Links* para artigos e outros textos online;
- *Links* úteis;
- Fóruns de debate;
- Ferramenta para elaboração de textos coletivos;
- *Chat* ou ferramenta de mensagem;
- Cadastro de fornecedores, com recurso para avaliação dos cadastrados;
- Cadastro de prestadores de serviço, com recurso para avaliação dos cadastrados;
- Ferramenta de convite virtual para adesão à rede.

Deliberações:

O GT elegeu as indicações de Coordenador e Moderador para o processo de implantação da plataforma de comunicação:

Coordenadora – Ana Cristina Ferreira do Valle (Sistema Estadual de Museus – SEC-RJ);
Suplente – Maria Thereza Kahl Fonseca (MIS-RJ);

Moderadora – Gleise Cruz (Museu da República);
Suplente – Livia Murer Nacif Gonçalves (Museu da República).

II – Documentação

Coordenadores:

Noris Leal – Professora da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL – Pelotas/RS

Mônica Melhem – Chefe da Divisão de Controle e Normas/CPMUS – Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Introdução:

O Grupo de Trabalho contou com a participação de 27 pessoas durante os dois dias de trabalho, as quais se reuniram para debater sobre os temas propostos pautados pelas perguntas orientadoras apresentadas pelas Coordenadoras no início dos trabalhos, conforme segue abaixo.

Resultados:

1. Quais os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT?

Avanços:

- Criação do Ibram que trata, especificamente, do campo da museologia e dos museus;
- Lei nº 11.904, marco regulatório para a área dos museus.

Desafios:

- Buscar uma padronização de linguagem, criação de instrumentos e procedimentos a serem aplicados nas atividades inerentes à gestão do acervo (movimentação, aquisição, etc);
- Definir diretrizes para a elaboração de instrumentos normativos no que concerne a todos os modos de aquisição do acervo museológico;
- Normalizar o entendimento da legislação pertinente à área de gestão de acervo (Lei nº 11.904, Decretos, Portarias normativas etc);
- Estabelecer seminários temáticos específicos para a área de gestão de acervo;

- Regular a subseção V – uso da imagem do acervo – artigo 42, parágrafo único, e artigo 43 da Lei nº 11.904;
- Garantir a manutenção e a continuidade dos sistemas de documentação museológica, considerando a escassez de recursos humanos, tecnológicos e de investimentos financeiros.

2. Quais os principais avanços/contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT?

Avanços/Contribuições:

- Instalação de fóruns de discussão, espaços abertos para a contribuição de profissionais;
- Instalação de grupo de trabalho específico para a documentação museológica no âmbito do 5º Fórum Nacional de Museus.

3. Quais são as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos?

- Buscar o aprimoramento da formação de profissionais na área de gestão de acervo;
- Garantir o desenvolvimento de programas de capacitação de profissionais que atuam na área de gestão de acervo.

4. Existe viabilidade para o GT se constituir em rede temática de museu? Quais são as condições para se constituir em rede?

- O grupo de trabalho considera que o estabelecimento de redes temáticas para museus se constitui em uma importante ferramenta de integração, socialização e disseminação de informações. No entanto, reivindica uma especificidade da temática abordada passando a se denominar de documentação museológica;
- Como proposta para as novas edições do grupo de trabalho de documentação, sugere a obrigatoriedade de participação de diretores de museus nos vários GTs oferecidos no Fórum, como forma de assegurar o amplo debate, em várias instâncias administrativas, bem como propiciar o comprometimento institucional com as questões discutidas.

5. Há interesse em utilizar a plataforma de comunicação criada pelo Ibram? De que forma a plataforma apresentada pode ser aperfeiçoada para atender as necessidades da atuação em rede?

- O grupo ratifica as considerações da questão anterior e deliberou, por votação unânime, a proposta para a coordenação da rede.

6. Que tipo de conteúdo/interação a plataforma deverá ter?

- O grupo deliberou pelas seguintes propostas:

- a) Publicação de documentos e imagens;
- b) Possibilidade de transferência de arquivos em outras mídias;
- c) Fóruns virtuais de discussão *online*;
- d) Socialização de conhecimento e das práticas da documentação;
- e) Acesso a vários *links*;
- f) Disponibilização de outras ferramentas.

Deliberações:

Unidades da federação representadas: BA, RS, RJ, MG, AL, SP, SC, SE, PE, AM;

Os membros do GT de Documentação têm interesse em aderir à plataforma de interação virtual proposta pelo Ibram. Por isso, anexou cópia da ata de adesão e lista de presença com o e-mail, telefone e instituição a qual pertencem os membros.

Ficou acordado na ocasião que a comunicação entre os membros será realizada por e-mail até que a plataforma virtual fornecida pelo Ibram esteja em pleno funcionamento.

O GT elegeu por unanimidade as indicações de coordenador e suplente para o processo de implantação da plataforma de comunicação virtual:

- Coordenador titular: Rosana Nascimento;
- Coordenador suplente: Noris Leal.

III – Promoção e Dinâmicas Culturais

Coordenadores:

Simone Flores – Coordenadora de Projetos Museológicos do Museu de Ciências e Tecnologia – PUCRS – Porto Alegre/RS

Ricardo Alberton Fernandes – Museólogo da Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional/CPGII – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Introdução:

O Grupo de Trabalho contou com a participação de dezoito pessoas durante os dois dias de trabalho. Os participantes do grupo se reuniram para debater os temas propostos à luz dos apontamentos apresentados por Simone Flores sobre o Plano Nacional Setorial de Museus e o Estatuto de Museus no que se refere à temática específica e às perguntas orientadoras apresentadas pelos Coordenadores, dando início aos trabalhos.

Resultados:

1. Principais avanços e desafios inerentes à promoção e à dinâmica cultural

Avanços:

- As redes de museus;
- O debate sobre a economia criativa e as iniciativas nesta área;
- A ampliação de parcerias no desenvolvimento do trabalho do Ibram;
- O aumento da visibilidade dos museus devido à atuação do Ibram;
- Tomada de consciência dos museus no papel de integração com a comunidade.

Desafios:

- Capacitação técnica do setor administrativo e financeiro da iniciativa privada;

- Fomento de parcerias e estreitamento de relações da linguagem museal com as outras linguagens (ex: Música, cinema, dança, artes cênicas etc.);
- Fomento à criação e desenvolvimento das redes de museus e também à cadeia criativa de museus;
- Propiciar uma interlocução mais fluida entre o poder público e a iniciativa privada para o entendimento do que seja promoção cultural e os mecanismos de funcionamento;
- Simplificar os editais;
- Facilitar o acesso às informações sobre os mecanismos e recursos disponíveis nas regiões;
- Descentralização de recursos;
- Promover os museus como espaços privilegiados de residência artística;
- Constituição de setores de comunicação, promoção e dinâmicas culturais nos museus.

2. Principais avanços e contribuições das políticas públicas para o setor museal no âmbito da promoção e das dinâmicas culturais:

- Os fundos de cultura;
- O edital de Modernização de Museus;
- O prêmio Mário Pedrosa de trabalhos jornalísticos;
- O Plano Nacional Setorial de Museus;
- Os Pontos de Memória;
- A criação de mecanismos de incentivo fiscal;
- A criação dos Sistemas de Museus estaduais e municipais

3. As expectativas de transformação para a área de promoção e dinâmicas culturais para os próximos anos:

- Desenvolvimento do fluxo de informações
- Criação de uma rede de comunicação para impulsionar a participação dos agentes sociais
- Construção de ferramentas e instrumentos para o desenvolvimento de ações na área de promoção e difusão cultural
- Implantação de programas de mapeamento de canais de comunicação

- Implantar de programas de capacitação para a identificação de parceiros;
- Promover e integrar os Ministérios e as Secretarias de Estado.

Quanto à proposição de estimular a criação de redes virtuais temáticas do setor museal para o intercâmbio de conhecimento e a troca de experiências, o Grupo de Trabalho de Promoção e Dinâmicas Culturais apresentou as seguintes deliberações:

- Aprovou a sugestão de criação de uma rede virtual de Promoção e Dinâmicas Culturais;
- Aprovou o uso de uma plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ibram;
- Elegeu para a coordenação da rede a Senhora Simone Flores;
- Deliberou que o prazo da primeira coordenação é de até 06 (seis) meses, tendo como linha de sucessão da coordenação a Senhora Vera Bittencourt.

O grupo não fez sugestões à Plataforma.

IV – Gestão e Sustentabilidade

Coordenadores:

Marco Estevão Mesquita Vieira – Coordenador de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade/CESES – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Renata Passos da Silva – Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas – Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade/CESES – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Pedro Turbay – Economista da Coordenação de Estudos Socioeconômicos e Sustentabilidade/CESES – Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Introdução:

Marco Estevão Vieira abriu os trabalhos fazendo uma apresentação sobre o panorama da Gestão e Sustentabilidade no âmbito do setor museal. A fala contemplou conceitos e análise sobre sustentabilidade sob 3 prismas: ambiental, econômico e social, frutos da Agenda 21, e aspectos relacionados ao tema presentes no Plano Nacional de Cultura (PNC) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM).

O GT, composto por 28 pessoas, foi dividido em três subgrupos, cada um com um assunto, sendo que todos contemplam, de forma transversal, o tema da gestão.

As seguintes indagações nortearam a discussão de cada subgrupo:

1. O que o museu, de forma autônoma e independente, pode executar em relação ao tema do grupo?
2. Como o Estado, em termos de políticas públicas, pode auxiliar o setor no desenvolvimento da sustentabilidade?
3. Quais são as expectativas e desejos do grupo em relação ao futuro da temática? Quais são as principais mudanças que devem ocorrer para garantir a evolução e a consolidação da área no médio e longo prazo?

Houve debate de uma hora acerca de cada tema. Cada grupo designou um relator para sistematizar as discussões, propostas e encaminhamentos para apresentação ao GT.

Resultados:

1) Princípios basilares

- Trabalhar com quatro eixos: econômico, social, ambiental e cultural;
- A museologia deve estabelecer uma relação mais cotidiana entre todos os atores envolvidos nos processos museais, sempre atenta à funcionalidade das ações frente à comunidade;
- O Estado deve assumir a preservação e resguardo dos acervos evitando a dicotomia entre público e privado, pois todos os museus estão a serviço da sociedade e são instituições sem fins lucrativos que representam o patrimônio nacional. Também deve entender que é interessante investir nos museus por serem geradores de emprego e renda, assim como agentes de desenvolvimento social local;
- Os museus não são apenas “para” a comunidade, mas “com” ela.

2) Sustentabilidade Ambiental

- Promover ações educativas extramuros para a compreensão do espaço do museu;
- Fomentar parcerias e termos de cooperação com instituições ambientais visando à implementação dos princípios e diretrizes da Agenda 21;
- Compartilhar com as comunidades, universidades e outras instituições afins os resultados decorrentes das pesquisas e outras ações realizadas nos museus;
- Estabelecer temas norteadores com a comunidade local para a valorização dos recursos renováveis – água, solo e biomas brasileiros – possibilitando a preservação das identidades locais e garantindo a herança cultural;
- Qualificar em educação ambiental todo o corpo funcional do museu;
- Garantir técnicas de construção, reforma e restauro sustentável nas instituições museológicas.

3) Sustentabilidade Econômica

- Institucionalizar o museu como unidade gestora; dotada de personalidade jurídica;
- Incentivar a inserção dos museus nos circuitos turísticos através de parcerias entre setor público e privado;
- Promover editais para a qualificação de pessoal, infraestrutura e comunicação voltados para o turismo;
- Flexibilizar a legislação relacionada à comercialização de produtos e serviços oferecidos pelos museus;

- Incentivar políticas públicas para elaboração de projetos executivos,
- Capacitar os gestores para operar o Siconv, solicitar ao Ibram a divulgação dos cursos existentes na Administração Pública;
- Incentivar a elaboração de editais voltados à manutenção dos museus;
- Formar multiplicadores sobre a elaboração de projetos (Diálogo com o Conexões Ibram) nos estados;
- Incentivar a realização de concursos internos para a área de produtor cultural;
- Estabelecer contrapartidas no empréstimo de acervo, exposições itinerantes e cessão de imagem;
- Formar grupos estaduais para captação de verbas para projetos;
- Ampliar editais para manutenção e conservação de acervo;
- Criar banco de investidores nacional para captação de recursos;
- Criar editais de fomento à pesquisa, incluindo publicação e divulgação (diálogo com GT de Ação Educativa e Rede de Professores e Pesquisadores da área museológica).

4) Sustentabilidade Social

- Promover a interlocução com lideranças das comunidades envolvidas;
- Incentivar programas de voluntariado como política pública;
- Priorizar a comunidade do entorno nos programas de estágio e capacitação;
- Incentivar a participação da comunidade no Conselho Gestor do museu;
- Aplicar o princípio universal da acessibilidade; democratização do acesso;
- Promover o museu como instrumento de articulação local – ponto de encontro;
- Desenvolver modelos e manuais de pesquisa de público e avaliação de retorno;
- Promover a divulgação institucional para que o museu chegue ao seu público e não público;
- Institucionalizar o museu no mundo virtual (redes sociais, fóruns de discussão);
- Reduzir entraves burocráticos para permitir uma gestão mais flexível e autônoma ao museu da esfera pública.

Deliberações:

Adesão unânime do grupo à Rede proposta pelo Ibram;

Continuidade da discussão em grupo até que a plataforma da rede esteja implementada;

Consenso acerca do documento a ser apresentado na plenária final.

O GT elegeu as indicações de Coordenador e Moderador para o processo de implantação da plataforma virtual:

Coordenadores:

Fátima Regina Nascimento – Museu Nacional/UFRJ

Carlos Vitor Silveira de Sousa – Ouro Preto/MG

Mediador:

Pedro Turbay – Economista da Coordenação de Estudos Sócioeconômicos e Sustentabilidade – CESES/Ibram

Agenda da Rede/Grandes Temas:

A – Casos de sucesso	Sustentabilidade ambiental
A – Compartilhando experiências	Sustentabilidade cultural
B – Experiências que não deram certo	Ações de fomento
B – Compartilhando dificuldades	Inovação em gestão
Compartilhando conhecimento	Gestão compartilhada
Sustentabilidade econômica	Vocações Produtivas Locais
Sustentabilidade social	Economia Criativa e da Cultura

V – Expografia e Arquitetura

Coordenadores:

Roberta Saraiva – Diretora executiva da Expomus – São Paulo/SP

Flávia Pedrosa – Chefe de Divisão de Arquitetura e Expografia – Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia – Ibram

Introdução:

As coordenadoras apresentaram os respectivos temas relativos ao GT no intuito de estimular os debates que viriam na sequência. Apresentação da temática Arquitetura:

- Apresentação sobre arquitetura de museus;
- Conceito de museus de acordo com o Estatuto de Museus; Pergunta chave no GT; Diretrizes do FNM e Temas Estruturantes e transversais do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM; Planos Museológicos como ferramenta mais próxima dos museus para que se integrem às demais instâncias; metodologia para desenvolvimento do programa arquitetônico-urbanístico nos planos museológicos.

Apresentação da temática Expografia:

Museu da Imigração de São Paulo

Vídeo sobre o projeto da nova exposição de longa duração. Foram abordados os seguintes temas: o plano museológico, o conceito gerador da exposição, o trabalho multidisciplinar, os desafios de um prédio tombado, o percurso expositivo, as questões de fluxo de público e acessibilidade, a iluminação, o uso da tecnologia a favor da pesquisa e da interatividade, o uso de materiais simbólicos na expografia.

Impressionismo: Paris e a Modernidade, Obras do Museu d’Orsay

Apresentação do projeto da exposição em seus dois locais de itinerância, as sedes do Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo e no Rio de Janeiro. A apresentação foi iniciada com imagens do projeto original de revitalização do Museu d’Orsay de Paris, a nova marca da instituição revelada em seu projeto expográfico e a exploração desses valores na política de exposições itinerantes do Museu. Foram apresentadas as especificidades dos dois prédios do Rio de Janeiro e de São Paulo, condicionantes físicos do fluxo, da curadoria e da relação do público com o acervo. Foram abordados ainda temas como a relação entre o projeto expográfico e as questões de segurança do público e do acervo, conservação das obras, iluminação, e adequação dos textos dos instrumentos de mediação para o público brasileiro.

O GT, composto por 32 integrantes, foi dividido em 3 subgrupos. Cada subgrupo debateu sobre uma pergunta e propôs subtemas relacionados a esta:

Resultados:

1. Quais os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT?

Avanços:

O aumento do número de editais para a área (Ibram, Petrobrás, entre outros);

Previsão de um Programa de Arquitetura e Exposições no Plano Museológico.

Desafios:

Carência de formação para profissionais da área;

Museus com equipes reduzidas;

Falta de dotação orçamentária própria e a consequente dificuldade para a criação de um programa de exposições e manutenção da estrutura física dos museus;

Todas as instituições deveriam elaborar seus planos museológicos;

A discussão e a implantação de projetos de acessibilidade.

2. Quais os principais avanços/contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT?

Avanços:

- As políticas existem, mas muito ainda deve ser feito;
- A criação da Política Nacional de Museus;
- A criação de editais;
- A valorização de prédios históricos;
- O Plano Museológico como estratégia fundamental.

Desafios:

- Acessibilidade ao público e a acessibilidade aos acervos;
- Programas de emergência e planos de fuga;
- Importância dos cursos e da formação;
- Carência de laboratórios que permitam o estudo multidisciplinar;
- Necessidade de aprofundar os estudos de público;
- A importância da circulação dos acervos nacionais e internacionais em todo o Brasil;
- Incentivo ao fomento dos Pontos de Memória;
- A importância da pesquisa histórica para além dos documentos oficiais;
- A importância da história oral.

3. Quais são as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos?

- Programa eficiente de acessibilidade física nas instituições;
- Estabelecimento de uma rede de transporte que garanta o acesso às instituições;
- Engajamento entre as instituições e a sociedade;
- Importância do intercâmbio de exposições entre museus e de um circuito de exposições internacionais;
- A importância da relação dos museus com as comunidades;
- Reconhecimento do papel dos museus como referência simbólica das cidades.

4. Existe viabilidade para o GT se constituir em rede temática de museu?/Quais são as condições para se constituir em rede?

- Sim, existe viabilidade por se tratar de um dos temas transversais da Política Nacional de Museus abordados no Estatuto de Museus;
- A constituição em rede se daria a partir do interesse comum nos temas debatidos, e do intercâmbio de experiências na área;
- Fomento à participação por meio da divulgação do GT;
- Abertura do GT para outros profissionais do setor museal;
- A plataforma deve estar preparada para todas as mídias e tipologias de arquivos a serem postados;

- A manutenção da ferramenta deve ser garantida pelo Ibram;
- Sugestão de modelo de plataforma: www.FÓRUMculturateresopolis.com.br.

5. Há interesse em utilizar a plataforma de comunicação criada pelo Ibram?/De que forma a plataforma apresentada pode ser aperfeiçoada para atender as necessidades da atuação em rede?

- Sim, há interesse por ser uma nova ferramenta para a promoção do crescimento e intercâmbio na área.

Sugestões

- Incentivo das instituições de ensino no fomento à participação de seus alunos;
- A rede deve ser um ambiente de troca de experiências, lições aprendidas, estudos de caso, e de informações como divulgação de eventos, cursos, exposições, publicações, artigos, sugestões de fornecedores, *sites*, *links* de interesse, etc;
- Cada usuário pode ter marcado em seu perfil assuntos de interesse para a melhor conexão entre os participantes;
- Estabelecimento de uma agenda integrada a um sistema que notifique os eventos de interesse para cada usuário, conforme seu perfil.

6. Que tipo de conteúdo/interação a plataforma deverá ter?

- Um cadastro qualificado do usuário com um breve currículo que sistematize seus interesses;
- A plataforma deve notificar os usuários de acordo com seu interesse;
- O cadastro dos usuários pode ser divulgado para fins profissionais;
- Ambiente para fóruns e salas de *chat*, exibição de vídeos (Youtube, Vimeo), e possibilidade de integração com visualizadores de maquetes 3D;
- Reuniões entre coordenadores e moderadores para avaliação do GT;
- Exibir projetos expográficos, promover enquetes *online* para divulgar os trabalhos e atrair o interesse dos participantes;
- Uma agenda *online* de eventos com mecanismos de busca por assuntos de interesse, local e data;
- A plataforma deve ser um ambiente de divulgação de oportunidades institucionais, ofertas de emprego, cursos; bem como de divulgação de materiais de referência.

Deliberações:

Foi definida a ata de adesão do coordenador do fórum virtual.

VI – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico

Coordenadores:

Bruna Queiroz – Coordenadora da Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro – SEC/RJ

Luciana Palmeira – Museóloga do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Introdução:

Com o objetivo de consolidar a atuação do GT de Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado como espaço especializado de reflexão e de proposição de políticas públicas voltadas para o setor museal, as discussões do grupo, composto por 30 pessoas, se deram em consonância com a proposta de implantação do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro da Coordenação do Patrimônio Museológico (CPMUS), do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do Instituto Brasileiro de Museus.

Resultados:

A proposta de implantação do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro recomenda:

1. Definição de um Modelo de Plano de Gestão de Riscos a ser adotado pelos museus do Brasil, composto pelos seguintes pontos: contexto institucional, conceitos básicos, conduta e procedimentos essenciais para a normatização da gestão de riscos e requisitos para a implantação do plano;
2. Criação de um Comitê Gestor, no âmbito do Ibram, para gerenciamento do Plano de Gestão de Risco;
3. Criação e gestão de um Sistema de Registro e Cadastramento de Voluntários, em parceria com a Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM/Ibram, por região do país, em consonância com os sistemas estaduais, distrital e municipais para atuarem em caso de sinistro e emergência;
4. Implementação do Monitoramento das Situações de Risco, através da criação de um Relatório das Situações de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro e da criação de uma Central de Atendimento, canal de contato direto entre os museus, secretarias de cultura (diretorias, coordenações de museus) e o Ibram para registro de ocorrências e emergências;

Subsidiados pelas proposições acima e fundamentalmente pelas questões orientadoras (Quais os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT? Quais os principais avanços/contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT? Quais são as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos?) indicadas na metodologia, o GT de Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado apontou temas, diretrizes, estratégias e ações.

As discussões relacionadas à atuação em rede também, se deram a partir das seguintes questões orientadoras:

1. Existe viabilidade para o GT se constituir em rede temática de museu? Quais são as condições para se constituir em rede?
2. Há interesse em utilizar a plataforma de comunicação criada pelo Ibram? De que forma a plataforma apresentada pode ser aperfeiçoada para atender as necessidades da atuação em rede?
3. Que tipo de conteúdo/interação a plataforma deverá ter?

Nesse sentido, o GT ratificou a importância da atuação em rede para o desenvolvimento das proposições referentes à Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado e reconheceu como imprescindível o estímulo à criação de redes virtuais temáticas do setor de museus para o intercâmbio de conhecimento e trocas de experiências e práticas.

As propostas do Ibram para o fomento da atuação em rede consistem na criação de uma plataforma de interação virtual, na composição de um Grupo Técnico no âmbito do Instituto para propor modelo de gestão da plataforma, no acompanhamento e suporte para seu uso e moderação dos grupos de discussão.

Por fim, foram elencadas as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos:

- Sensibilizar os secretários estaduais, distrital e municipais de cultura e gestores de museus para a importância do Plano de Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado;
- Sensibilizar a comunidade museológica quanto à necessidade de elaborar o plano de gestão de risco e sua eficiência enquanto ferramenta de trabalho para o estabelecimento de metas e ações para o combate e controle dos fatores e agentes de risco ao patrimônio;
- Conscientização da comunidade museológica quanto à importância da elaboração do plano de gestão de risco de forma transparente identificando as especificidades e particularidades da instituição quanto aos pontos de vulnerabilidade aos agentes de risco;
- Mapear e identificar no campo museológico brasileiro as vulnerabilidades aos agentes de risco ao patrimônio a partir dos dados fornecidos e coletados no plano de gestão de risco elaborado por cada instituição;
- Elaboração do cadastro regional de voluntários para ações de salvamento do patrimônio musealizado brasileiro a partir do mapeamento citado acima;

- Elaboração e implementação de campanha para o chamamento de voluntários para as ações de salvamento do patrimônio musealizado;
- Acompanhamento da elaboração e da aplicação de programas de capacitação e treinamento do corpo de voluntários a serem adotados no âmbito de cada instituição ou em esferas mais amplas;
- Acompanhamento e verificação das respostas ao programa de uso de força-tarefa para o salvamento do patrimônio museológico brasileiro no que se refere à participação do corpo de voluntários da sociedade civil.

Deliberações:

Coordenador da Plataforma Virtual:

Bruna Queiroz – Coordenadora da Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro – SEC/RJ

Agenda da Rede / Grandes Temas:

TEMAS, DIRETRIZES, ESTRATÉGIA E AÇÕES PARA A GESTÃO DE RISCO AO PATRIMÔNIO MUSEALIZADO

01		
EIXO (MUSEUS): Modernização e Segurança/Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro		
TEMA TRANSVERSAL: Elaboração, implantação e gestão do Plano de Gestão de Risco pelos museus brasileiros		
PROPOSTA		
Diretriz: Incentivar a elaboração, implantação e gestão do Plano de Gestão de Risco pelos museus brasileiros		
Estratégia 1: Assegurar, entre os recursos previstos para o Ibram no Plano Plurianual, a viabilização de planos de gestão de riscos pelos museus vinculados.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporal
Assegurar a realização de visitas técnicas a museus, consultorias, etc., com fins à elaboração de diagnósticos de preservação e segurança, análise e avaliação de riscos, à elaboração de planos de emergência e demais ferramentas necessárias à implementação do plano de gerenciamento de riscos pelos museus.		
Estimular a criação de uma rede de troca de informações e experiências, por meio da implantação de um canal virtual de comunicação/portal, envolvendo profissionais de museus, instituições de estudo e pesquisa, órgãos e entidades de segurança pública, etc.		1 ano (contínuo)
Articular parcerias com as secretarias de cultura, órgãos de segurança e de monitoramento, controle e gestão de risco, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para que possam atuar junto aos museus, de acordo com a sua região.		

Estratégia 2: Viabilizar a implantação do plano de gestão de riscos para os museus brasileiros.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporal
Sensibilizar os secretários Estaduais, Distrital e Municipais de cultura e gestores de museus, para a importância do Plano de Gestão de Riscos do Patrimônio Museológico.		Na reunião dos Secretários de Cultura.
Estimular a realização de visitas técnicas a museus, consultorias, etc., com fins à elaboração de diagnósticos de preservação e segurança, análise e avaliação de riscos, à elaboração de planos de emergência e demais ferramentas necessárias à implementação do plano de gerenciamento de riscos pelos museus.		
Estimular a criação de uma rede de troca de informações e experiências, por meio da implantação de um canal virtual de comunicação/portal, envolvendo profissionais de museus, instituições de estudo e pesquisa, órgãos e entidades de segurança pública, etc.		1 ano (contínuo)
Articular parcerias com as secretarias de cultura, órgãos de segurança e de monitoramento, controle e gestão de risco, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para que possam atuar junto aos museus, de acordo com a sua região.		
Estratégia 3: Garantir o envio e a leitura da cartilha de gestão de riscos.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporal
Que o Ibram envie aos gestores de museus e outros afins, um comunicado <i>enfatizando</i> a importância da cartilha de gestão de riscos.		
Envio da cartilha virtual para todos os museus brasileiros com link que confirme o recebimento e questionário simples de avaliação do documento, de forma que garanta contabilizar a leitura do documento pelas instituições.		
Cada secretaria de cultura estadual e distrital, receberá uma cópia impressa da cartilha com o comunicado solicitando que as mesmas sejam repassadas às instituições que não tiveram acesso ao documento virtual e com questionário simples de avaliação do documento, de forma que garanta contabilizar a leitura do documento pelas instituições.		

02		
EIXO (MUSEUS): Modernização e Segurança/Gerenciamento de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro		
TEMA TRANSVERSAL: Formação e capacitação em gerenciamento de risco de acervos musealizados		
PROPOSTA		
Diretriz: Promover um programa de capacitação, atualização e treinamento de caráter interdisciplinar, voltado a profissionais de museus que atuam na área de preservação e segurança (como arquitetos, museólogos, conservadores, etc.) em parceria com demais profissionais e gestores da área de segurança pública estadual e municipal (corpo de bombeiros, defesa civil, dentre outros), de forma a qualificar os profissionais de museus para as ferramentas conceituais e práticas do gerenciamento de risco aos acervos musealizados.		
Estratégia 1: Assegurar, entre os recursos previstos para o Ibram no Plano Plurianual, a inserção de cursos de capacitação, atualização e treinamento de gerenciamento de risco de acervos musealizados, voltados aos profissionais de museus que atuam na área de preservação e segurança.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporal
Elaborar diagnóstico visando ao mapeamento das necessidades de capacitação de profissionais de museus que atuam na área de preservação e segurança, nas esferas federal, estadual e municipal.	1 vez a cada 5 anos	
Viabilizar cursos de capacitação, atualização e treinamento para profissionais de museus que atuam na área de preservação e segurança e com as ferramentas conceituais e práticas do gerenciamento de risco de acervos musealizados.	2 vezes por ano	
Viabilizar reuniões técnicas e encontros sobre gerenciamento de risco aos acervos musealizados reunindo técnicos da área de preservação e de segurança em museus bem como de profissionais e gestores da área de segurança pública, das esferas federal, estadual e municipal (Polícia Federal, DELEMAPHS, corpo de bombeiros, defesa civil, etc.) para estudos e discussões.	1 vez por ano	
Estratégia 2: Estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de segurança e de monitoramento, controle e gestão de risco nos âmbitos federal, estadual e municipal, para que possam atuar junto aos museus visando ao aprimoramento de competências profissionais.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporais
Realizar eventos técnico-científicos, articulando ensino e pesquisa em torno de questões atuais que impactam a área de preservação e segurança em museus, especialmente a questão da gestão de risco em acervos musealizados.	2	1 ano (contínuo)
Realizar convênios com universidades, instituições de pesquisa, e demais órgãos e entidades cujo campo de atuação ou de pesquisa seja a área de preservação e segurança em museus, especialmente a gestão de risco em acervos musealizados a fim de articular teoria e prática no âmbito dos museus.	1 convênio por Estado	Vigência de 5 anos cada

Fomentar a construção de conhecimentos afins e o reconhecimento dessa mesma produção através de concurso que viesse premiar monografias e outras pesquisas na área de Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado.	1 por ano	
Incentivar a inserção do tema gerenciamento de risco para acervos musealizados nas ementas dos cursos ministrados nas instituições; a estruturação de linhas de pesquisa específicas; e, ainda, incentivar o acolhimento de publicações vinculadas a essas instituições sobre a Gestão de Risco ao Patrimônio Musealizado.		
Diretriz: Promover um programa de sensibilização e treinamento com a comunidade do entorno ao museu e empresas públicas e privadas de forma a colaborar com a implementação do Plano de Gestão de Riscos.		
Estratégia 3: Envolver a sociedade a partir de realizações de palestras informativas sobre a importância do museu para a sociedade.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporal
Mapear os moradores, associação de moradores, empresas públicas e privadas e demais instituições para o estabelecimento de parcerias.	1 vez a cada 3 anos	
Promover treinamentos e encontros destinados ao Programa de Voluntariado.	2 vezes por ano	
Elaborar cartilha explicativa sobre a importância do patrimônio museológico apresentando o Plano de Gestão de Riscos.	Contínuo	
Questões orientadoras para o preenchimento da tabela:		
1. Quais os principais avanços e desafios inerentes à temática trabalhada pelo GT?		
2. Quais os principais avanços e contribuições das políticas públicas voltadas para o setor museal em relação à temática trabalhada pelo GT?		
3. Quais são as expectativas de transformação do cenário atual para os próximos dois anos?		

03		
EIXO (MUSEUS): Modernização e Segurança / Gerenciamento de Risco ao Patrimônio Musealizado Brasileiro		
TEMA TRANSVERSAL: Salvamento de acervos musealizados		
PROPOSTA		
Diretriz: Incentivar ações de salvamento de acervos musealizados: estruturação de forças-tarefas regionais, de corpo de voluntariado e de vigilância do patrimônio musealizado.		
Estratégia 1: Estimular ações de salvamento de acervos musealizados através da estruturação de forças-tarefas regionais, do corpo de voluntariado e da vigilância do patrimônio musealizado.		
Ações	Metas	
	Quantitativas	Temporais
Elaborar campanhas de divulgação e ações socioeducativas destinadas a estimular a participação da sociedade civil, de instituições e de órgãos públicos nas ações de preservação do patrimônio cultural do país.	1	
Estimular a criação de grupos de voluntários formados por membros da sociedade civil para a atuação nas atividades de salvamento de acervos musealizados.		
Estimular a criação de sistemas de monitoramento das situações de risco através da implementação de Centrais de Atendimento regionais e da realização de diagnósticos e da elaboração de relatórios das situações de risco ao patrimônio musealizado.		
Viabilizar formação e capacitação das forças-tarefas regionais, voltada para o aprimoramento das ações de salvamento dos acervos musealizados.		

VII – Ação Educativa

Coordenadores:

Alice Bemvenuti – Museu do Trem São Leopoldo – Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul e Coordenadora da 1ª RM – SEM/RS

Mônica Padilha – Técnica em Assuntos Educacionais da Coordenação de Museologia Social e Educação – Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Introdução:

O debate do GT Ação Educativa, composto por 45 participantes, desenvolveu-se com atividades em grande grupo e subgrupos. Inicialmente com uma avaliação do contexto, onde o grupo apontou avanços com relação a importante atuação do Ibram, editais, Política Nacional de Museus (PNM), Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), Estatuto de Museus, Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), o fomento às Redes (educadores em museus) e Pontos de Memória. Também foram identificados desafios ainda a serem solucionados no setor.

Resultados:

Foram identificadas necessidades e faltas relacionadas: a) à gestão e ao educativo; b) à concepção de educação em museu e à qualificação dos técnicos; c) à equipe multidisciplinar; d) às ferramentas de financiamento; e) às políticas públicas culturais específicas; f) ao repasse financeiro de órgãos públicos municipais e estaduais; g) ao apoio das secretarias de educação na área museal; h) à falta de programas de estágios; e, i) à aproximação efetiva com universidades, entre outros.

Destacou-se, ainda: a) a necessidade de enfatizar o museu como potencial educador para além de um complemento escolar, enxergando-os como equipamento cultural a serviço da sociedade; b) a importância de permanecer com as diretrizes já debatidas em encontros anteriores e registradas no PNSM, endossando as selecionadas abaixo:

- Garantir que cada instituição possua setor educativo, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, que tenha definido um projeto pedagógico que fomenta a relação museu-sociedade, assegurando seu status de ferramenta educativa para o desenvolvimento social;

- Implantar e fomentar políticas institucionais que promovam a interculturalidade por meio das ações educativas e sociais;
- Assegurar ações socioeducativas que ampliem o conceito e a prática da educação vigente, e valorizem o saber popular, considerando as potencialidades, especificidades e diversidades dos territórios socioculturais e ambientais.

Para isso, o GT de Educação propõe:

- Garantir formação continuada para profissionais e gestores através de cursos ou oficinas presenciais e/ou virtuais na área de educação em museus;
- Buscar parcerias com instituições de educação formal e não formal para desenvolver projetos educativos nos museus;
- Incentivar a criação de cursos de pós-graduação com temática em educação em museal;
- Estimular linhas de pesquisas de educação em museus nos cursos de pós-graduação existentes;
- Reformular e ampliar o programa de qualificação do Ibram de forma a atender os diversos níveis de aprofundamento (básico, intermediário e avançado);
- Criar um cadastro no Ibram de profissionais de diferentes práticas museológicas para ministrar oficinas de capacitação nos seus estados e nos estados vizinhos;
- Fortalecer e criar programas de diversos tipos de estágios nas áreas de atuação nos museus, com diferentes formas de parcerias;
- Garantir e ampliar a participação dos educadores no processo de concepção e montagem de exposições/curadorias e em outras atividades no museu;
- Estimular o desenvolvimento de programas que visem à acessibilidade universal;
- Implantar espaço de diálogos entre educadores de museus tanto presenciais quanto virtuais;
- Apoiar e fomentar as organizações da sociedade civil na área de educação em museus;
- Estimular a pesquisa a partir da sistematização de práticas e metodologias educativas em museus;
- Estimular o uso das ferramentas virtuais na participação e divulgação dos processos educativos;

- Fomentar parcerias com secretarias de educação e escolas para aproximação entre educadores em museus e professores das escolas, como também garantindo para a Educação Básica a visita aos museus locais, regionais e nacionais;
- Desenvolver um programa nacional de formação de público garantindo verba de transporte para que grupos de educação formal, não formal e informal tenham acesso aos museus;
- Implantar política de cargos técnicos através de concurso para museólogo e educadores em museus públicos nos estados e municípios;
- Assegurar às áreas educativas nas instituições museológicas profissionais e técnicos capacitados de acordo o Estatuto de Museus;
- Assegurar fomento para as ações educativas, sobretudo, onde essas ainda não existem;
- Fomentar políticas públicas de educação para o patrimônio cultural aos diferentes grupos sociais nas esferas municipal, estadual e federal.

Deliberações:

Foi apontada proposta para continuidade do GT de Ação Educativa, inicialmente através do PNEM e posteriormente através da Rede Virtual de Conexões.

VIII – Formação, Capacitação e Pesquisa

Coordenadores:

Márcio Rangel – Professor da UNIRIO e funcionário do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST – Rio de Janeiro/RJ

Mayra R. C. Almeida – Coordenadora de Produção e Análise da Informação – Coordenação-Geral de Sistemas de Informações Museais/CGSIM – Ibram

Introdução:

Os participantes do grupo se reuniram para debater sobre os temas propostos na metodologia de trabalho dos grupos à luz dos apontamentos apresentados pelos Coordenadores sobre a Política Nacional de Museus onde estão previstas ações de pesquisa, formação e capacitação na área. O Grupo de Trabalho, que contou com a participação de 15 pessoas durante os dois dias de trabalho, foi dividido em três subgrupos para discorrer acerca das questões orientadoras apresentadas pelos Coordenadores, dando início aos trabalhos.

Resultado:

1. Avanços e contribuições das políticas públicas:

- Criação de 12 novos cursos de graduação, juntando-se aos outros dois cursos mais antigos, somando 14 cursos de Graduação em Museologia em todo o Brasil;
- Criação de 2 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo um em nível de mestrado e Doutorado (UNIRIO) e outro de Mestrado (USP);
- Discussão do tema Patrimônio nas pautas do Congresso Nacional, no MinC e nos Estados e Municípios. Os temas Museu, Patrimônio e Memória passaram por um processo de maior reconhecimento social: transformação dos temas Museu, Patrimônio e Memória em Política de Estado;
- Discussão e construção participativa de documentos e legislações norteadoras do campo: Política Nacional de Museus (PNM), o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), bem como outras ações propostas pelo próprio Ibram;

- Lançamento do Estatuto de Museus;
- Oferecimento de oficinas de capacitação pelo Ibram;
- Organização de Fóruns Nacionais e Estaduais para discussão de políticas, ações e estudos que contemplaram o campo museal.

Perspectivas e desafios:

- Consolidação dos Cursos de Graduação em Museologia: apoio através de editais para melhoria das instalações físicas dos cursos (laboratórios/equipamentos);
- Ampliação da atuação dos COREMs e COFEM com o apoio do Ibram, junto às graduações em Museologia existentes no país, para a melhoria da qualidade dos cursos;
- Garantir o apoio do Ibram no reconhecimento do museu enquanto instituição de pesquisa e produtora de conhecimento científico, buscando legitimidade junto a órgãos de fomento à pesquisa (CNPq, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, dentre outras);
- Criação de um Programa de Fomento à pesquisa em museus e em Museologia, visando o fortalecimento dos museus enquanto espaços de produção de conhecimento científico, contemplado nas seguintes ações:
 - a) Elaboração pelo Ibram de uma ferramenta que disponibilize informações sobre a Pesquisa em Museologia incluindo a difusão de pesquisas produzidas em meios físicos e virtuais;
 - b) Criação de edital de fomento à pesquisa realizada por museus e aquisição de equipamentos e financiamento através de bolsas/prêmios de pesquisa;
 - c) Estabelecimento de uma rede de pesquisadores de museus que trabalhe com temas transversais;
- Estruturar uma ferramenta/mecanismo de avaliação e acompanhamento no Ibram para monitoramento de temáticas sobre formação, capacitação e pesquisa constantes na PNM, no PNSM e no Estatuto de Museus;
- Retomada de pesquisas sobre público em museus e demais atividades concernentes ao Observatório de Museus;

- Estimular o aumento da oferta de cursos de pós-graduação (*stricto sensu*);
- Criação de cursos em Museologia utilizando ferramenta de Ensino à Distância (EAD);
- Estímulo à formação e à titulação dos profissionais de museus;
- Inserção da Rede de Professores de Museologia nessa rede do setor museal;
- Produção de estudo pelo Ibram sobre cenário do campo da Museologia em relação às graduações (número de formados) e ao mercado de trabalho (inserção, etc.);
- Fomentar mobilidade entre docentes e discentes dos cursos de Museologia do país;
- Incentivo à capacitação de profissionais de museus não apenas em atividades técnicas, mas em ações que possam ser multiplicadas para as comunidades atingidas pelos museus.

No segundo dia de encontro do GT, foi apresentada ao grupo a proposta de atuação em rede virtual dando início a discussão sobre a plataforma de interação proposta pelo Ibram. O grupo confirmou o interesse de constituição de uma rede relativa ao tema formação, capacitação e pesquisa e em aderir a plataforma virtual, considerando os seguintes aspectos necessários para a viabilização da proposta:

- Viabilidade do GT se tornar rede se houver parceria com outras redes mais consolidadas;
- Aproximação do GT com a Rede de Educadores de Museus – REM e com a rede de estudantes, devido à convergência dos aspectos relacionados à formação;
- Criação de rede de pesquisadores;
- Necessidade de estabelecer um protocolo de convivência entre o Ibram e a rede para dar autonomia à rede;
- Sugestão de que o moderador produza enquetes, estatísticas e avaliações da participação dos integrantes da rede;
- Plano de atualização periódica de informação da rede;
- Ampliar a difusão dos resultados de pesquisa no tema;
- A rede seria espaço de discussão sobre o tema e não somente de divulgação;
- Por fim, foram indicados para a coordenação da rede virtual o Sr. Francisco Pereira e a Srª Gabriela Alevato.



Ementa dos Minicursos

I – Plano Museológico



Inscritos: 60

Ministrantes:

Luciana Palmeira – Museóloga do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Taís Valente – Museóloga do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Ementa:

Apresentação dos instrumentos de gestão do Estatuto. Conexões entre Plano Museológico, a Política Nacional de Museus (PNM) e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Processo jurídico de criação das instituições museológicas. Conceitos de Planejamento estratégico. Conceitos de Planejamento e gestão dos museus. Conceito, estrutura e elaboração do Plano Museológico: diagnóstico institucional; elaboração de programas e a abordagem transversal de temas estruturantes para a construção dos projetos.

II – Elaboração de Projetos e Fomento para a área museológica



Inscritos: 103

Ministrantes:

Adna Teixeira – Analista do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/DDFEM – Ibram

Átilla Tolentino – Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico/Iphan – Paraíba

Ementa:

Elaboração de Projeto para fomento e financiamento: conceitos básicos. O passo a passo para elaboração de projetos. A política de editais: exemplos práticos. A importância do planejamento e aplicação de metodologia para otimizar o acesso aos recursos disponibilizados via editais. Fontes de financiamento e captação de recursos: Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac (Fundo Nacional da Cultura e Mecenato). Utilização das ferramentas governamentais Salicweb e Sistema de Convênios – Siconv.

III – Gestão de Risco ao Patrimônio Museológico



Inscritos: 44

Ministrantes:

Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Diretor do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Carolina Pontim – Museóloga da Coordenação de Patrimônio Museológico/CPMUS – Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Ementa:

Introdução aos conceitos e práticas relacionados à gestão de riscos ao patrimônio museológico, apresentando os agentes de risco mais comuns nos museus na atualidade. Apresentação das ocorrências que mais atingiram os museus no Brasil nos últimos anos. Análise das ações emergenciais e das medidas de mitigação em caso de sinistros. Elaboração do plano de gestão de riscos. Levantamento das instituições nacionais e internacionais que atuam no campo do salvamento de coleções musealizadas.

IV – Ação Educativa e Museologia Social



Inscritos: 95

Ministrantes:

Magaly Cabral – Diretora do Museu da República – Rio de Janeiro/RJ

Claúdia Rose Ribeiro – Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ

Ementa:

Conceitos básicos: museus, Museologia, Museologia Social, patrimônio, memória, cultura e educação. Teoria e prática da ação educativa em museus. A dimensão educativa dos museus. Antecedentes históricos da relação educação e museu. Antecedentes da Museologia Social no Brasil e no mundo. Os museus e os movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX. O Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus em 1958. A Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972. A Declaração de Quebec em 1984. Ecomuseus e museus comunitários no Brasil. Desafios contemporâneos: ação educativa nos museus e Museologia Social. Programas: museus e escolas, museus e professores, museus e trabalhadores, museus e terceira idade, museus e comunidades e outras possibilidades. Museu, educação e cidadania: o compromisso social. A Museologia Social e a ação educativa na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). A construção de políticas de direito à memória (a experiência dos Pontos de Memória).

V – Gestão e Conservação de Acervos



Inscritos: 70

Ministrantes:

Maria do Carmo de Oliveira – Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro/RJ

Liamara Leite Fanaia – Restauradora, responsável pelo Laboratório de Restauração de Papel do Museu da República – Rio de Janeiro/RJ

Ementa:

Estabelecimento de relação entre teoria e prática de preservação, conservação e restauração. Noções de conservação preventiva. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Apresentação de procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio e controle ambiental (iluminação, temperatura e umidade). Aplicação de ações de conservação preventiva em acervos em exposição (embalagem, transporte, elaboração de diagnóstico, controle ambiental). Conservação arquitetônica: a preservação do edifício como bem cultural. A relação entre os espaços arquitetônicos e os bens culturais móveis.

VI – Museus e Turismo



Inscritos: 45

Ministrante:

Maíra Freire – Chefe do Serviço de Comunicação Social e Atendimento ao Público do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST – Rio de Janeiro/RJ

Ementa:

Conceitos básicos: museu e turismo. Fenômeno turístico e atividade turística: relações. Relações históricas entre museu e turismo. Turismo cultural – os museus como ponto de partida para os roteiros. Os museus como espaços de registros da memória da formação cultural do local. Hospitalidade – desde o bem-vindo, ao volte sempre – o bem-receber gera desejo de retorno e divulgação positiva do lugar. A comunicação com o visitante: estratégias de divulgação e *marketing*. Empresas e profissionais de turismo: incentivadores e dinamizadores das práticas de visitação aos museus. Acessibilidade para deficientes (de acordo com o Decreto 5.296/2004) – facilitar o relacionamento e o atendimento às pessoas com deficiência. Informações de acessibilidade aos museus e espaços culturais – sinalizações turísticas internas e externas.

VII – Gestão e Documentação de Acervos



Inscritos: 60

Ministrante:

Rosana Nascimento – Museóloga e Professora da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC – Florianópolis/SC

Ementa:

Museu, Museologia e museografia. A importância da documentação museológica; gestão de acervos museológicos: política de aquisição, inventário e catalogação; elaboração de projetos de documentação museológica; documentação museológica e a pesquisa nos museus; gestão da informação: a construção de bases de dados; sistemas de catalogação e gestão do patrimônio museológico; sistema de informação: padrões e protocolo.

VIII – Comunicação e Redes Sociais em Museus



Inscritos: 43

Ministrante:

André Deak – Pós-jornalista, produtor multimídia, *web producer*, professor, coordenador do site Jornalismo Digital.org e da iniciativa Arte Fora do Museu, juntamente com Felipe Lavignatti.

Ementa:

A comunicação mediada – de Gutenberg a Zuckerberg; ferramentas e canais de comunicação em prol dos museus: do papel ao digital; redes sociais e museus: gerenciamento e estratégias; acessibilidade e sustentabilidade das ações digitais nos espaços museais; análise de dados e estudo de público: ampliando a política pública; comunicação integrada (Jornalismo, Relações públicas e Publicidade); o lugar da comunicação nos museus brasileiros atualmente.



Comunicações Coordenadas

Comunicações Coordenadas

Propostas aprovadas



Nos dias 22 e 23 de novembro de 2011, fizeram parte da programação das Comunicações Coordenadas a apresentação de 51 trabalhos selecionados pela Comissão de Avaliação dos Trabalhos do 5º FNM, sendo 22 para a modalidade apresentação oral e 29 para pôster. A Comissão promoveu uma avaliação conjunta dos trabalhos, em acordo com os critérios de seleção informados na chamada pública dos trabalhos, no período de inscrição:

- a) clareza do texto e da proposta;
- b) pertinência da proposta;
- c) alinhamento com o tema central do 5º FNM;
- d) descentralização dos grandes campos da Museologia;
- e) uma proposta para cada objeto de análise.

As apresentações orais foram divididas em três sessões e contaram com a participação do público, demonstrando o interesse sobre os trabalhos desenvolvidos pela comunidade museológica acadêmica.

Os trabalhos selecionados para exposição na forma de pôsteres, por sua vez, ficaram à disposição dos participantes do 5º Fórum, durante todo o período do evento, em uma área específica de exposição de grande circulação dos participantes. Desse modo, o Fórum Nacional de Museus cumpre o seu papel como espaço para troca de experiência e de divulgação da produção de pesquisas da área museal.

Apresentações Orais

1ª sessão

22/11 – 9h-12h30

Estudos Cemiteriais no Recôncavo da Bahia Proposta metodológica para as pesquisas no Brasil

Menderson Correia Bulcão – Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) com bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Bolsista do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (período: 2011/2012). Bolsista do Programa de Permanência Qualificada da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (período: 2009-2013). Estagiário dos Programas de Documentação Museológica e do Programa de Preservação na Fundação Museu Hansen Bahia.

Objeto

A pesquisa contemplou os estudos cemiteriais no Recôncavo da Bahia, especificamente os cemitérios (sítios arqueológicos) das cidades históricas Cachoeira (Monumento Nacional) e São Félix. A investigação elegeu os cemitérios da Piedade da Cachoeira do Paraguaçu, o cemitério dos Alemães, o cemitério da Ordem Terceira do Carmo, o Cemitério dos Nagôs e o cemitério municipal de São Félix. A ênfase da pesquisa foi o registro dos cemitérios para diagnosticar os problemas de conservação e atuar na proteção desse patrimônio.

Objetivos

O objetivo geral do projeto foi a identificação e o registro dos cemitérios das cidades de Cachoeira e São Félix para obter um panorama das características de cada unidade (sepultura); analisar o potencial informativo das mesmas e apontar mecanismos de preservação cultural; realizar o cadastramento dos cemitérios por unidade de sepultamento através de ficha específica, incluindo o levantamento fotográfico; criar e alimentar um banco de dados sobre os cemitérios, gerado através do programa (*software*); realizar levantamento nas fontes documentais (escritas e iconográficas) sobre os cemitérios; propor medidas para a preservação dos cemitérios da área em estudo; divulgar através de fóruns acadêmicos os resultados da pesquisa; promover uma sensibilização por parte dos moradores do entorno desses cemitérios para a importância destes.

Dentre os objetivos específicos estavam a elaboração da ficha de identificação e registro dos cemitérios; identificar e classificar as sepulturas por sua arquitetura tumular, seus ornamentos e epitáfios; analisar a simbologia expressa na estatuária e na arte cemiterial dos sítios; levantar documentos manuscritos (registros de óbitos, livros de administração dos cemitérios) e fontes impressas (jornais) para o seu uso como fonte histórica; organizar e digitalizar os dados coletados em campo; divulgar e mobilizar as comunidades a conceberem os cemitérios como expressão do gosto artístico e como referência histórica.

Metodologia

A metodologia da pesquisa foi estruturada em quatro grandes momentos distintos:

- 1 – apreciação da documentação escrita (primária e secundária) e iconográfica;
- 2 – delineamento dos aportes teóricos metodológicos;
- 3 – realização do trabalho de campo;
- 4 – tratamento, análise e interpretação das diversas fontes documentais – oral, escrita, material e iconográfica.

A primeira, foi o fichamento das obras de cunho temático. O procedimento a ser adotado consistiu na seleção das obras de cunho temático e teórico-metodológico pesquisados. Foi realizada uma leitura dirigida e anotações para a execução da análise através das leituras sobre arquitetura, simbologias e ornamentos funerários que enfocaram os estudos de casos em cemitérios.

Os trabalhos de campo compreenderam o levantamento das características gerais de cada cemitério e o levantamento das informações específicas de cada sepultura através da metodologia aplicada na arqueologia histórica. Os trabalhos *in situ* consistiram no levantamento das estruturas, no registro das mesmas em fichas específicas, no registro fotográfico das evidências materiais e da paisagem.

Para a elaboração da ficha de registro, foram utilizadas bibliografias de várias áreas do conhecimento, visto o caráter interdisciplinar da pesquisa. Referente aos estudos cemiteriais, os principais autores consultados foram Elisiana Trilha Castro (1999), Maria Elizia Borges (2002), Renato Cymbalista (2002), Cibele de Mattos Mendes (2001). Em relação à análise arqueológica de cemitérios, adotamos o referencial teórico-metodológico de Tânia Andrade Lima (1994).

A ficha de registro de sepultura aplicada à arte e à arquitetura cemiterial e epitáfio foi um dos instrumentos de pesquisa, pois propõe o registro individual das unidades tumulares dos cemitérios, sendo composta por campos que foram preenchidos conforme os itens, essa ficha contemplou os seguintes campos: identificação do sepultado, localização e orientação, descrição e orientação, descrição da sepultura, composição da sepultura, ornamentos, dimensões dos ornamentos, tipologia dos ornamentos, estilos, epitáfios, confissão e dados da pesquisa; escolhemos esses campos e seus respectivos itens pela especificidade da pesquisa com ênfase na arquitetura

e na arte. Nesse sentido, a ficha de registro de sepultura é um documento sobre a pesquisa; a construção do *nomenclator* da ficha de sepultura possibilitou a padronização dos dados e o melhor entendimento das escolhas dos campos e das suas funções.

Harry Bellomo elucida a pertinência dos estudos cemiteriais, desde a pesquisa como fonte histórica, genealogia, preservação da memória familiar e da comunidade, forma de expressão da ideologia política, indicadores da economia e dos padrões da população local e reveladora das posições da população perante a morte.

Resultados da pesquisa

A pesquisa teve como objetivo a realização de leituras orientadas sobre a temática cemiterial, auxiliada pela elaboração da ficha de identificação e do registro dos cemitérios; identificação das sepulturas por sua arquitetura tumular, seus ornamentos e epitáfios; análise da simbologia expressa na estatuária e na arte cemiterial dos sítios pesquisados; levantamento dos documentos manuscritos (registros de óbitos, livros de administração dos cemitérios) e fontes impressas (jornais) para o seu uso como fonte histórica; organização e digitalização dos dados coletados em campo, divulgação e mobilização das comunidades do entorno a conceberem os cemitérios como expressão do gosto artístico e como referência histórica.

Desse modo, houve contribuição decisiva para os estudos cemiteriais no Recôncavo, principalmente pelo seu ineditismo, e por priorizar a pesquisa e a documentação. Os dados da pesquisa estarão disponíveis no Laboratório de Documentação e Arqueologia do Centro de Artes, Humanidades e Letras, no campus Cachoeira.

Com alguns dos resultados finais foi possível inferir que a arquitetura, a arte cemiterial e epitáfios nas cidades de Cachoeira e São Félix expressam ideologia, são marcadores sociais e étnicos, refletem a separação social dos vivos e certo gosto estético. Os cemitérios pesquisados são importantes fontes de pesquisa da cultura material/imaterial e através dos estudos cemiteriais poderemos contribuir para a construção da história local e da região.

Pode-se reunir um conjunto de dados bastante significativo sobre a arquitetura e a arte tumular dessa parte do Recôncavo Baiano, cabe destacar, o volume de documentação produzida que integrará o acervo do Laboratório de Documentação e Arqueologia. Obtivemos um panorama acerca da arquitetura e arte cemiterial de Cachoeira e de São Félix, a partir desse cenário podemos pensar em estreitar as análises em busca de padrões e recorrências simbólicas, bem como seus significados no contexto local.

Museus indígenas entre a Etnomuseologia e a Museologia Social: o museu dos Kanindé de Aratuba – Ceará

Alexandre Oliveira Gomes – Universidade Federal de Pernambuco (Departamento de Antropologia e Museologia)

Esta comunicação visa a apresentar reflexões sobre a relação entre etnomuseologia e museologia social, a partir da pesquisa que resultou na elaboração de dissertação de mestrado (*Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará*), defendida em março de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo da pesquisa foi analisar as múltiplas temporalidades e a construção de sentidos dos objetos do Museu dos Kanindé (MK), povo indígena habitante do município de Aratuba, região do maciço de Baturité, a 130 quilômetros de Fortaleza. A pesquisa etnográfica foi realizada entre março e agosto de 2011, período em que morei na aldeia Fernandes, onde habitam há cerca de 140 anos a maior parte dos grupos familiares que formam os Kanindé, que perfazem aproximadamente 641 pessoas, espalhadas em 185 famílias e 148 residências (Ministério da Justiça, 2011, p. 1).

Metodologicamente, reunimos rigor analítico-conceitual a uma ação museológica didaticamente planejada para funcionar como coleta de dados e instrumento de formação, desenvolvendo procedimentos que fortaleceram o processo de musealização efetuado no MK. A pesquisa sobre os objetos se desenvolveu a partir de alguns procedimentos museográficos, dos quais o eixo orientador foi o processo de organização da documentação museológica, a partir do curso “Inventário Participativo em Museus Indígenas”. Objetivamos qualificar estudantes para atuarem na ação educativa do MK, coletando informações sobre os objetos através de ações de salvaguarda museológica. O grupo que executou esses trabalhos funciona hoje como núcleo pedagógico do MK, atuando na mediação e documentação.

A elaboração do inventário de peças propiciou a sistematização de um esquema classificatório para o acervo, constituído por termos, categorias e subcategorias. A criação de fichas de registro, a marcação dos objetos e o tombamento foram outras etapas do trabalho coletivo. O acervo foi higienizado, armazenado e acondicionado. Foi realizada uma reforma interna e externa, com obras de pintura, piso e fachada. Finalizamos o trabalho técnico com a remontagem do MK, cujo acervo totalizou 430 peças, fora as coleções documental e bibliográfica.

A necessidade de organizar um esquema classificatório fez parte do esforço analítico para a apreensão dos objetos como suportes de informação. Partindo da multiplicidade de tipologias de acervo, materiais e procedências das peças do MK, a categorização abriu portas para o estudo antropológico dos objetos. Esforçamo-nos analiticamente para conciliar os critérios de classificação das peças, com os sentidos construídos sobre as mesmas, pois nos propusemos a entender como as ressignificações dos objetos podem ser compreendidas no interior das dinâmicas das identificações étnicas e sociais. Com o aprofundamento da pesquisa, identificamos e analisamos categorias nativas e narrativas que organizam as diferenças operadas na relação entre memórias e objetos.

Partindo de um acervo constituído, incorporamos os objetos domésticos, individuais e/ou presentes em espaços coletivos, em nosso horizonte interpretativo. No deslocamento do social ao museal, e vice-versa, situam-se as ressignificações dos objetos, percebidas como pontos de inflexão analítica e tensão hermenêutica que nos permitem articular importantes perspectivas para a análise dos processos sociais. A partir do momento em que lideranças e grupos indígenas formam coleções, atribuem sentidos próprios e criam museus, há um deslocamento no lugar da construção do discurso, no modo como os objetos são *revalorados* (SAHLINS, 2003), *re-contextualizados* (STOCKING Jr., 1985) ou *ressignificados* (GONÇALVES, 2007). A noção de *ressignificação*, ferramenta conceitual que possibilita analisar a cultura como variação e fluxo de significação (BARTH, 2000; HANNERZ, 1997; Oliveira, 1999), foi operada para a compreensão dos sentidos dos objetos, da ação museológica indígena e da tradução para a realidade dos Kanindé da experiência de musealização.

Visamos refletir sobre os processos sociais relacionados ao surgimento dos museus indígenas contemporâneos, que constituem regimes de memória específicos e, como parte de movimentos sociais e organizações de caráter étnico, expressam *a condição de indígena com grande exuberância e beleza* (OLIVEIRA, 2011, p. 14). A junção do termo designativo ao fenômeno de apropriação dos museus pelos índios já vem ocorrendo em círculos científicos e entre integrantes dos movimentos indígenas; se constituindo tanto como uma categoria étnica quanto como uma categoria de classificação social e de estudo acadêmico.

A criação de espaços museológicos por povos e movimentos indígenas se destaca no cenário mundial, chamando a atenção de pesquisadores e gestores, seja enquanto objeto de estudo social, seja como processos que demandam a elaboração de políticas culturais. Fenômeno polissêmico por excelência e que perpassa as esferas das organizações sociais de caráter étnico, os museus indígenas remetem a uma profunda relação entre a construção de autorrepresentações e as formas de organização e mobilização dessas populações.

A perspectiva etnomuseológica frutificou na identificação e análise das categorias étnicas de classificação social, novidades e coisas de índios, fundamentais para compreender a noção que os Kanindé possuem de museu e objetos, que remetem a três tipos: *coisas das matas*, *coisas dos velhos* e *coisas de índios*. As associações entre índio/natureza-mata, brancos/patrões, caça/identificação étnica, por exemplo, são partes das construções sociais melhor compreendidas à luz dessas categorias nativas. Os objetos do MK, como construtores das fronteiras sociais, recebem variações semânticas – transformações conceituais e indexais – que possuem uma lógica vislumbrada a partir dessas categorias e das narrativas a elas conectadas, que organizam e dão sentido às suas experiências como povo indígena. A identificação e análise dessas categorias contribuíram para compreender como se organizam as transformações nos sentidos e memórias dos objetos, ou seja, como se processam as diferenças operadas por meio da cultura material.

A seleção dos objetos se desloca em dois sentidos: mostrar o que do passado não existe mais, as *coisas dos velhos*, e guardar os objetos relacionados com uma trajetória como indígenas no presente e no passado, as *coisas dos índios* e as *coisas das matas*, suas antigas *novidades*. A nostalgia de como eram as coisas convive com uma utopia que se constrói em um presente que rompeu com determinada versão do que já aconteceu, para inaugurar olhares que se efetivam em narrativas com pontos de vista, papéis e sentidos diferentes acerca do ocorrido – no qual os Kanindé contam histórias das quais são protagonistas. O MK vem exercendo uma tripla função: espaço

expositivo (comunicação museológica), reserva técnica (preservação e salvaguarda) e local de armazenamento de material referente ao movimento indígena (documental e ritual). Os objetos atuam duplamente enquanto sinais diacríticos – quando utilizados em atos públicos e quando ressignificados enquanto memória indígena no espaço museológico.

Se, por um lado, aproximamos etnomuseologia e museologia social, por outro, efetivamos um diálogo entre os estudos de etnicidade com uma antropologia dos objetos. A aliança entre observação participante e ação museológica propiciou o estabelecimento de uma relação com os indígenas que ia além do vínculo pesquisador-pesquisado. A perspectiva etnomuseológica frutificou à luz da museologia social, possibilitando um rico processo de pesquisa-ação. O desafio é compreender como ocorre a construção das vozes dos povos indígenas, já que, classicamente representados, a sua apreensão está localizada em dinâmicas e escalas de poder que se estabelecem numa relação de pesquisa, enquanto objeto de estudo. Nos museus indígenas, a atribuição de significados aos objetos – como prática social relacionada ao colecionamento e à ressignificação da cultura material – alimenta o debate sobre os limites da representação etnográfica (GONÇALVES, 2007, p. 26), por meio da produção de uma estratégia retórica que textualiza experiências sobre si, reordenando discursos de poder representacional e estabelecendo contranarrativas, através da construção social de sentidos sobre as *coisas*.

Museu Marinheiro João Cândido: uma concepção de museu consoante às novas proposições apontadas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile

Tatiana Mello de Oliveira – Mestre em Memória Social e Museóloga

O objeto desta apresentação compreende um museu que tem por missão promover a preservação, a pesquisa, o conhecimento, a representação e a difusão da memória e história de um homem negro, filho de ex-escravos que se tornou conhecido por ter liderado marinheiros revoltosos com o tratamento dispensado pela Marinha do Brasil, no início do século XX. Esse museu existe e se localiza na Cidade de São João de Meriti, na Região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Trata-se do Museu Marinheiro João Cândido.

A abordagem que o Museu faz acerca do seu tema extrapola a trajetória de vida desse brasileiro que se tornou herói nacional. Há, além dos aspectos atinentes à vida e luta do Marinheiro João Cândido, todo um espectro temático no qual essa figura se insere: a condição do negro na sociedade brasileira no período que compreende a colonização, passando pela escravidão, abolição e pós-abolição. Desse modo, entende-se que focalizar a vida do Marinheiro João Cândido nos conduz a abordar a condição e o papel do negro na sociedade brasileira ao longo do processo histórico.

O Museu tem por objetivos valorizar a história, a memória e o patrimônio cultural de matriz negra que durante séculos foram relegados ao esquecimento. Ademais, potencializar o cumprimento da Lei 10.639/03 que trata do estudo da África e dos afrodescendentes; estimular a autoestima da população negra que, segundo o IBGE/2011, representa 52% da população da cidade de São João de Meriti; proporcionar visibilidade nacional e internacional à cidade; incrementar o desenvolvimento socioeconômico e cultural; fortalecer as ações de promoção dos Direitos Humanos; contribuir para que à cidade de São João de Meriti sejam agregados valores talvez nunca pensados, por exemplo, o potencial de turismo cultural.

A metodologia aplicada consiste no desenvolvimento de programas, projetos e ações que buscam conscientizar a população acerca do valor e da relevância de se preservar a memória, a história e o patrimônio cultural relativos ao tema a que se dedica o Museu. Além disso, em parceria com várias secretarias do governo municipal da cidade tem sido implementadas e consolidadas políticas públicas de afirmação do negro, e de outros grupos étnicos historicamente discriminados, tendo em vista o combate ao racismo.

Alguns resultados já são evidenciados: i) a população vem se identificando e se envolvendo cada vez mais nos projetos desenvolvidos pelo Museu; ii) O Museu tem alcançado reconhecimento que transcende a esfera municipal; tem participado em atividades em âmbito nacional, como a 10ª Semana de Museus. Esse evento, por exemplo, teve uma participação expressiva da população local. iii) O Programa de Aquisição de Acervo do Museu

tem obtido excelentes resultados no que tange à preservação da memória acerca de João Cândido, por meio do Projeto “Memória herdada”, isto é, a família do Marinheiro tem cedido entrevistas e depoimentos sobre a vida dessa figura histórica. Desse modo, o Museu já se mostra como agente de salvaguarda de determinados vestígios e representações de uma memória que corria o risco de se perder devido a circunstâncias diversas.

A temática do Museu Marinheiro João Cândido, sua localização (uma cidade cujo potencial, por muito tempo, fora ignorado pelo poder público), a missão e o papel social do Museu estão consoantes com o discurso construído no contexto em que fora gerado o documento “Mesa Redonda de Santiago”. É um museu que busca ser um agente de transformação de uma realidade muitas vezes antagônica às aspirações da comunidade local.

Um museu mais “vivo”: o que desejam visitantes do Museu de Arte Contemporânea do Paraná

Ariane Alfonso Azambuja de Oliveira – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e Museu de Astronomia e Ciências Afins (bolsista CAPES), graduada em Letras (Licenciatura).

Fernanda Micoski da Costa – Aluna do curso de graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná.

Heloísa Helena Fernandes Gonçalves Costa (orientadora) – Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e Museu de Astronomia e Ciências Afins.

De modo a contribuir para a obtenção de conhecimento sistemático sobre as formas como o patrimônio cultural é comunicado no Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR), este artigo apresenta uma análise realizada sobre os registros escritos deixados por visitantes em um instrumento utilizado pelos funcionários da instituição como meio de comunicação com sua audiência, o Caderno de Sugestões. O MAC-PR está sediado em uma edificação de estilo eclético situada à Rua Desembargador Westphalen, nº 16, no centro de Curitiba, tombada como patrimônio histórico da cidade desde 1977. O acervo do museu possui cerca de 1.550 obras, estando entre elas pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, fotografias, objetos, tapeçarias, colagens, instalações e vídeos e obras representativas da arte moderna e contemporânea do Paraná.

Para melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa, faz-se necessário traçar o contexto do surgimento do MAC-PR, o qual foi criado em 1970. Ao longo dessa década, é consolidada a modernização da arte no estado, em face da realidade artística internacional, uma vez que há a mudança frente ao passado figurativo e a inserção de uma nova estética, a abstrata. Essa transformação completou-se devido a alguns fatores: primeiro, pela atuação de gerações anteriores (nos anos 1940 pelo movimento da *Revista Joaquim* e pelas gerações dos anos 1950 e 1960, defensoras de um movimento de renovação das artes) e, segundo, pelo aprimoramento dos meios de comunicação, decorrente do processo de industrialização do estado, que permitiram um contato maior com o mundo e, logo, com as grandes tendências nacionais e mundiais (BINI, 1986, 1998; FREITAS, 2003). De acordo com o ideário de modernidade em voga à época no Estado, o primeiro diretor do MAC-PR, Fernando Velloso, segundo o que indica o Catálogo Geral do Acervo do museu (2009), imprimiu um estilo de atuação em concordância com as tendências museológicas mais atualizadas da época. Teve por parâmetro a orientação do “museu vivo”, entendido não apenas como depositário e expositor de obras de arte, mas atuante no sentido de estimular e divulgar a produção artística contemporânea (p. 15).

Partindo do contexto exposto acima, objetivamos neste trabalho depreender a percepção de uma fração do público desse museu (aquela que deixou registros escritos no Caderno) sobre as formas como o patrimônio cultural lhes é apresentado nesse espaço museal atualmente, bem como quais sugestões indicariam para mudanças. Para tal, utilizamos como metodologia a categorização dos comentários por seus conteúdos. No momento do estudo, o Caderno de Sugestões possuía 27 comentários, datados entre 3 de março de 2011 e 25 de maio de 2012. A divisão resultou nos seguintes temas: 1) Sentimentos despertados pela exposição; 2) Sentimentos despertados pelo prédio; 3) Crítica às exposições; 4) Sugestão de tema para artista/exposição; 5) Recado para artista; 6) Sugestão de mudança na estrutura do museu; 7) Elogio; 8) Solicitação de aumento da divulgação. Destes, delimitamos como recorte de análise o item 6, com sugestões de mudança na estrutura do museu, tendo em vista sua maior frequência no caderno.

Como “estrutura do museu” compreendemos tudo aquilo que diz respeito a seus aspectos físico e organizacional, os quais podem causar impacto na experiência do visitante dentro do espaço do museu. Trata-se de questões museográficas, tendo em vista a definição do dicionário *Conceptos Claves de Museología* para o termo museografia: “figura prática ou aplicada da museologia, ou seja, o conjunto de técnicas desenvolvidas para levar a cabo as funções museais e particularmente as que concernem ao acondicionamento do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição” (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2010, p. 55). São apontadas pelos visitantes, entre outras coisas, as seguintes sugestões: serviço de mediação contínuo, com ênfase na clareza das explicações, tanto do pessoal quanto do material impresso; possibilidade de tocar as obras; melhor iluminação; padronização da altura das etiquetas, deixando-as na altura dos olhos; música ambiente para “quebrar o gelo”; e elevador para garantir acessibilidade.

Entendemos que, embora se trate de questões ligadas a aspectos mais tangíveis da instituição, elas dizem respeito ao conceito de museu que perpassa as práticas do MAC-PR, bem como a compreensão dos visitantes sobre o que é e como deve ser um museu. Uma das frases escritas por um visitante sintetiza o que consideramos um anseio de mudança em relação a essas práticas, uma vez que sugere que o espaço seja “mais movimentado e ‘vivo’”. Essas reflexões nos encaminharam à discussão sobre o museu como *fenômeno*, conceito debatido no âmbito da teoria museológica e que norteará nossa pesquisa, o qual entende o museu como um espaço ligado à vida, dinâmico, que se adapta à sociedade que lhe é contemporânea. Realizaremos tal debate à luz das problemáticas e sugestões levantadas na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), que gerou um fértil debate sobre a função dos museus, e no que a museóloga Tereza Scheiner (2007; 1999) apresenta a respeito de concebermos o museu como um fenômeno.

Os primeiros estudos teóricos do campo da museologia se desenvolveram subordinados ao conceito de museu tradicional, mas essa ideia começou a se alargar a partir da Mesa de Santiago do Chile, em 1972, momento em que se iniciou a adotar uma visão mais holística e a defender-se o conceito de Museu Integral – esse seria o museu “que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade” (VARINE, 2010, p. 40). Esse será o contexto de início dos trabalhos do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), com o qual se desenvolverá também a corrente de pensamento liderada por Strànsky, para quem o museu é um fenômeno. O autor conceituará a museologia como “a ciência que estuda a relação específica entre o homem e a realidade” (SCHEINER, 2007, p. 151) e dirá que seu objeto de estudo é a musealidade, aspecto específico da realidade.

Considerar o museu como um fenômeno implica em entendê-lo para além da instituição e do modelo tradicional ortodoxo: ele poderá ser também “um laboratório, uma experiência, um instrumento para as comunidades; ele pode se desenvolver em avanço, em um movimento contínuo [...]” (SCHEINER, 2007, p. 154,). Ele será assim identificável através “de uma relação bastante específica entre o humano, o tempo, o espaço e a memória”, relação essa nomeada como musealidade (Ibid., p. 161,). Inexistirá, dessa maneira, uma forma “ideal” de museu, pois ele tomará sua forma possível dependendo de cada sociedade em que estiver presente, recebendo influência de seus valores e de suas representações (Id., 1999).

Assim, à guisa de conclusão, pretendemos compreender de que forma as demandas impressas pelo público no Caderno de Sugestões dialogam com a intenção inicial do museu, manifestada pelo comentário a respeito de seu primeiro diretor, bem como de que maneira esses desejos se aproximam do discutido na teoria museológica sobre os museus poderem ser mais do que instituições tradicionais ortodoxas. Finalmente, essa reflexão pretende pensar esse museu à luz das discussões propostas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, a qual, conforme as palavras de Mário Chagas (2012) em recente preleção a respeito, deve ser entendida como “potência transformadora”, uma vez que sugere o museu como uma instituição de ação. A Mesa completa este ano 40 anos e o museu estudado, 42; trata-se, dessa forma, de um momento propício para se (re)discutir quais são as potencialidades de ambos.

Galeria em casa: um projeto expositivo comunitário

Jean Carlo Nouel – Arquiteto

Jessica Rodríguez García – Museóloga

Oscar Aramendi – Arquiteto

Galeria em Casa é um projeto de arte contemporânea sem fins lucrativos e realizado de forma independente, liderado por um coletivo de artistas de diferentes regiões da Venezuela e do Brasil, com o objetivo de levar a arte atual à intimidade dos lares e moradias, gerando assim a oportunidade de interagir com os habitantes desses espaços, sem protocolos, deixando uma janela aberta para a livre expressão artística, quando se compartilha com o cidadão e o sentir local, buscando a ação comunitária.

É visto e executado como uma exploração de espaços alternativos para a arte, onde há uma confrontação de pensamentos e ideias, proporcionando uma interação mais íntima entre os artistas e a sociedade, gerando espaços de contato e fortalecimento do tecido social, através da arte, deixando nesses lares as portas abertas à cordialidade. Nessa interação, cada artista é livre para indagar em suas próprias buscas, interpretações e significações relacionadas com o momento histórico. A intenção principal é de impulsionar uma cena artística alternativa, forjada através de novas expressões e talentos emergentes.

Nossa filosofia é baseada na igualdade para gerar um compartilhamento empírico cultural entre os seres humanos. Galeria em Casa tem sua origem na moradia, no lar de uma família, considerando sua localização e abertura para realizar a exposição. Cabe observar que nesse procedimento, o projeto pode ser adaptado aos diferentes espaços e estruturas físicas.

Após a seleção do espaço e a localização geográfica, realiza-se um processo curatorial para selecionar os artistas locais, nacionais e internacionais para participar. Posteriormente, são convidados para conhecer o espaço e realizar suas propostas. Nessa exibição, também participam músicos de diversas vertentes com trilha sonora para a intervenção de artes visuais. A intenção final é abrir as portas aos vizinhos e cidadãos propiciando uma interação entre artistas e comunidade.

Já foram realizadas cinco edições, quatro delas na Venezuela e, neste ano, foi realizada a 5ª edição no Rio de Janeiro, com o objetivo de quebrar fronteiras e implementar o discurso desse projeto e assim, verificar se existem as mesmas questões colocadas nas edições anteriores.

A apresentação do projeto no 5º Fórum Nacional de Museus parte do princípio de que poderia ser considerado como uma experiência complementar às políticas da Carta de Santiago, porque atua como modelo alternativo

desempenhando um papel social, onde se traz à discussão de problemas do desenvolvimento urbano em relação ao espaço expositivo e fortalecendo a produção local, a latino-americana, triangulando o diálogo entre a sociedade civil, artistas e a comunidade acadêmica, com o intuito de validar e continuar implementando o projeto nos espaços fora do grande circuito, levando-o para o perímetro urbano e atingindo aquela comunidade que não tem acesso a esses espaços, sem necessidade de um investimento elevado para a montagem da exposição.

A modalidade da apresentação oral foi escolhida com a finalidade de expor a experiência através da projeção de imagens da evolução ao longo dos três anos do projeto Galeria em Casa e ter oportunidade de intercambiar com o público, aspectos que são ou não são abordados no projeto, já que consideramos que é um modelo aberto e que é dotado de uma facilidade para ser implementado de acordo com os problemas encontrados tanto fisicamente como no campo das ideias.

Para mais informações: www.proyectogaleriaencasa.blogspot.com

Museu Goeldi: entre o Clássico e o Moderno

Lilian Bayma de Amorim – Jornalista – Museu Paraense Emílio Goeldi

Silvia Leão – Jornalista – Museu Paraense Emílio Goeldi

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, evento realizado em 30 de maio de 1972, é considerada como um marco na história da Museologia. As discussões apresentadas na ocasião definiram um novo papel do museu como instituição comprometida com a transformação social. A definição de um novo conceito de ação dos museus tem como base a tomada de consciência dessas instituições como espaço de comunicação e de reflexão para melhor entendimento das mudanças sociais. O novo conceito vai além das funções de recolha, conservação e exibição de objetos e tem como princípio o diálogo e a participação da comunidade na concepção de espaços museais, como forma de interação social, além de ampliar seu foco para o patrimônio cultural e natural, tangível e intangível.

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), com sede em Belém (PA), foi fundado em 1866, com o intuito de instalar um museu de história natural e de ciências humanas. A criação de um museu, em Belém, viria suprir a carência de uma cidade que não possuía escolas de nível superior, nem instituições de natureza científica, além de dar apoio às expedições e iniciar coleções que pudessem ser preservadas no próprio país.

O MPEG surgiu no século XIX, como parte de um movimento científico internacional de criação de uma série de museus etnográficos e de sociedades científicas dedicadas à coleção, à preservação, à exibição, ao estudo e à interpretação de objetos materiais. O MPEG é uma instituição que abriga espaços destinados às exposições de suas coleções, fruto das pesquisas científicas; um Parque Zoológico – museu a céu aberto com mostra de coleções vivas da fauna e flora da Amazônia – e por fim, um instituto de pesquisa.

Diante dessa diversidade institucional e da função social que deve ser exercida pelos museus, pretendo com este trabalho evidenciar como o MPEG, criado no século XIX nos moldes de um museu tradicional, vem abrindo suas portas às preocupações do mundo contemporâneo. O presente trabalho é fruto da minha observação como profissional da área de comunicação social responsável pela divulgação das atividades do Museu Goeldi há mais de 20 anos.

Este trabalho também está sendo consolidado por meio do projeto de pesquisa *As exposições como meio de interação entre ciência e público* iniciada em agosto de 2011. A pesquisa, através da análise de discurso, possibilitará identificar quais os discursos assumidos pelo Museu Goeldi para comunicar a ciência. Por se tratar de um museu que tem na sua essência o conhecimento científico, os textos expositivos passam por um processo de tradução. Para atender as demandas da sociedade, a comunicação se faz essencial para que o museu cumpra seu principal papel de mediador entre o conhecimento científico e a sociedade, reafirmando seu papel político-social em manter o diálogo com a sociedade.

Conceitualmente, o Museu Goeldi pode ser classificado como um “museu acadêmico”, por seu caráter essencialmente científico, isto é, sua principal missão está centrada na pesquisa científica, mas aliada à educação e à comunicação. Ao longo de 30 anos de implantação da área de museologia do Museu Goeldi, é possível verificar sua preocupação como instrumento promotor da inclusão social ao contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo sem deixar de ser um equipamento socioeducativo e de lazer.

Minha observação permitiu constatar que apesar de ainda manter funções de museu tradicional, como recolha, conservação e exibição de objetos, o Museu Goeldi promove ações que o levam ao diálogo e à interação com a sociedade. Sendo assim, é possível afirmar que um museu de estrutura tradicional permite a incorporação de novos recursos que contemplam o papel dos museus definido pela Mesa Redonda de Santiago.

Museus de Ciências e o diálogo com as diferenças

Silvilene de Barros R. Morais – Museóloga, Mestranda em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Mônica P. dos Santos – Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Introdução

O tema abordado neste texto, se relaciona à pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reconhecendo, em consonância com as considerações expressas na Mesa Redonda de Santiago, que a parceria das instituições de ensino formal com instituições culturais se apresenta como um instrumento relevante para atender as demandas da educação permanente, ao ampliar a vivência dos alunos, enriquecendo suas experiências e, conseqüentemente, sua expressividade. Portanto, propomos que as visitas às exposições dos Museus de Ciências e Tecnologia contribuam para o desenvolvimento dos alunos integrantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA¹) incluídos nas classes regulares e atendidos pelas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) em diversos aspectos: desenvolvendo suas potencialidades, auxiliando na redução de barreiras à aprendizagem e aproximando da realidade do aluno conceitos científicos difíceis de serem vivenciados em sala de aula. Restam, porém, algumas questões a serem esclarecidas: em que medida essa atividade se torna relevante para os alunos e que aspectos favorecem a sua interação com essas instituições? Esses questionamentos constituem o problema central deste projeto de pesquisa e direcionam toda a reflexão a ser desenvolvida.

Compreendendo que as diversas tensões e mudanças que ocorrem no âmbito da Educação Especial dificultam uma melhor compreensão da sua atuação por outras instituições educacionais, desenvolvemos uma pesquisa que se propõe a auxiliar na ampliação do conhecimento sobre o contexto da Educação Especial no município do Rio de Janeiro. Além disso, propõe-se a reconhecer, a partir da observação dos alunos e do levantamento dos significados expressos por eles após a atividade de visitação ao museu de ciências, os aspectos que contribuem para a qualidade da comunicação entre essas instituições e os alunos.

1 O Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) teve sua origem no Estado do Rio de Janeiro, através do projeto elaborado pelo então vice-governador Darcy Ribeiro (1983) que visava a atender os alunos da faixa etária entre 14 e 25 anos, sendo então denominado Projeto de Educação Juvenil (PEJ). Em 1985, o PEJ se tornou responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) que deu continuidade à alfabetização de jovens, passando depois a atender também a adultos. (Chagas, 2003).

1 – Objetivos

Compreender o contexto da Educação Especial, a partir dos encontros, em andamento, promovidos pelo Observatório de Educação Especial (OEERJ) com professores do município do Rio de Janeiro;

Analisar a interação dos alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), incluídos nas classes regulares e atendidos pelas SRMs, com os módulos de exposição de um museu de ciências, a fim de identificar os aspectos relevantes que podem contribuir para o seu desenvolvimento e para o aprimoramento da comunicação realizada pelas instituições de divulgação da ciência à esse segmento.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- Descrever o processo histórico de implantação das SRMs, o seu funcionamento, sua relação com as classes regulares e o contexto atual da Educação Especial no município do Rio de Janeiro, a fim de identificar as culturas, as políticas e as práticas envolvidas no processo de inclusão educacional;
- Identificar, através dos relatos dos alunos da SRMs, os aspectos do seu desenvolvimento que são favorecidos pelas visitas ao museu de ciências, assim como, a qualidade da comunicação oferecida pela instituição.
- Elaborar em conjunto com os professores, a partir dos significados expressos pelos alunos, novas estratégias que possam ser utilizadas em sala de aula e que possam ampliar o aproveitamento das atividades de visitação aos museus.

2 – Metodologia

Para o estudo do tema proposto será utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa em educação. Esse tipo de abordagem se relaciona com o projeto de pesquisa em questão, pois, segundo Minayo (2011, p.21) “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. São esses aspectos emersos das falas dos alunos e que serão destacados neste projeto e serão objeto de nossa análise.

Para a concretização dos objetivos propostos, desenvolver-se-á uma pesquisa de caráter colaborativo. Segundo Zeichner (1993, apud PIMENTA, 2005, s/p), “a pesquisa colaborativa tem por objetivo criar nas escolas uma cultura de análise das práticas que são realizadas, a fim de possibilitar que os seus professores, auxiliados pelos docentes da universidade, transformem suas ações e as práticas institucionais”.

Propomos a coleta de dados composta de quatro etapas diferenciadas, a fim de reconhecer:

- **o contexto educacional do município:** a partir do recolhimento dos dados no *site* do INEP/MEC, especificamente nas bases de dados que tratam do Censo escolar;
- **o enquadramento legal da Educação Especial, com ênfase na Educação de adultos:** serão analisados os documentos oficiais norteadores da educação especial de âmbito federal, como também, do estado e do município do Rio de Janeiro;
- **a caracterização da atuação e funcionamento das SRMs, seus limites e possibilidades:** As atividades de organização de grupos de trabalho coletivo e entrevistas com professores fornecerão os dados ilustrativos para a presente pesquisa, segundo as diretrizes do OEERJ;
- **A interação dos alunos incluídos no PEJA com um Museu de Ciências:** Essa etapa será constituída dos seguintes procedimentos: a) atividade de visitação ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) com todos os alunos integrantes da classe regular (PEJA), juntamente com os atendidos pela SRM; b) aplicação do “Método da Lembrança Estimulada” (Falcão e Gilbert, 2005), a fim de identificar os significados elaborados pelos alunos no decorrer da experiência vivenciada no espaço do museu; c) elaboração, em parceria com os professores das classes regulares e da SRM, de atividades de desdobramentos que potencializa a experiência e enfatiza os temas abordados na exposição.

3 – Resultados da pesquisa em andamento

As entrevistas com grupos de professores da rede municipal do Rio de Janeiro que atuam nas SRMs já foram realizadas, visando compreender o contexto da inclusão educacional no município. Os dados recolhidos estão sendo organizados e analisados.

O levantamento da legislação sobre a inclusão do Brasil e do município do Rio de Janeiro está concluído, tendo como foco o papel dos museus nesse processo.

O Projeto Ouro Preto Cidade Museal e os ecos de 1972

André Leandro Gonçalves Silva – Graduando em Museologia (Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP)

José Neves Bittencourt – Doutor em História (Universidade Federal Fluminense – UFF, 1997)

Priscilla Arigoni Coelho – Mestre em Memória Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2006)

Esta apresentação é parte integrante do projeto de Pesquisa “Ouro Preto Cidade Museal”, em desenvolvimento no Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, que busca desenvolver uma análise diferenciada da cidade de Ouro Preto abordando-a sobre o conceito de musealidade.

Ouro Preto desde o início do século XX passou por processos de valorização que tiveram como consequência sua nomeação, na década de 1930, como patrimônio nacional pelo IPHAN, e na década de 1980 como Patrimônio Mundial pela UNESCO. A cidade percebida enquanto patrimônio passou por transformações e controle do traçado urbano, desenvolvendo certa unidade urbanística, que poderia ser compreendida como tentativa de congelamento do tempo, ou ainda, manutenção de uma memória ligada ao passado colonial. Tais medidas esconderiam a história posterior da cidade, inclusive o tempo presente. O sentido evocativo e comemorativo da cidade-patrimônio não concebe o habitante como agente transformador da cidade, produzindo uma sensação de distanciamento e descontentamento com o patrimônio, como se observa constantemente com os moradores de Ouro Preto. Porém, os elementos urbanos, nesse caso monumentos tombados, estão em constante uso, portanto, dentro da experiência cotidiana da população. Seria enganoso reproduzir o discurso evocativo e culpar o habitante por esse distanciamento, alegando falta de conhecimento e interesse sobre o patrimônio. Compreendemos que essa sensação se dá pela maneira de conceber e valorizar o espaço urbano.

Aproximar as pessoas de seus bens patrimoniais não é um desafio de hoje. Essas questões foram levantadas pela museologia em 1972, quando ocorreu a Mesa Redonda de Santiago do Chile. Em depoimento, Hugues de Varine (1995) diz que a mudança nas ideias no encontro surgiu a partir da fala do urbanista argentino Jorge Enrique Hardoy, quando todos os especialistas em museus presentes se deram conta de como suas instituições não acompanhavam a realidade das grandes modificações urbanas ocorridas. E a partir dessa ignição e com a participação de outros especialistas, o grupo começou a desenvolver o conceito de Museu Integral que aparece na declaração, sendo para Varine aquilo que dá ao documento de Santiago sua característica inovadora, juntamente com a ideia do museu como instrumento de mudança social. Além de apontar a ideia de patrimônio global, “uma ampliação que considera o homem, o meio ambiente, o saber e o artefato, ou seja, o real na sua totalidade” (SANTOS, 2008, p. 86).

As mudanças geradas pelo encontro obviamente não se deram apenas dentro das instituições, mas principalmente na museologia. Não por acaso a compreensão da museologia como estudo da relação específica do homem com

a realidade, começou a ser desenvolvida por Stransky na década de 1970 (MENSH, 1994, p.11). Nessa relação, a musealidade, a capacidade de artefatos serem documentos e vetores de informação, é um elemento que mobilizado expressa as funções sociais desses artefatos. Nesse sentido, o movimento da Nova Museologia, da década de 1980, dá às propostas da Mesa Redonda de Santiago do Chile um aspecto embrionário, pensando o Museu Integral, fator de transformação social, utilizando a musealidade como ferramenta para estabelecer uma relação entre homem e realidade que permita o desenvolvimento, relacionando museu e cotidiano, estendendo a instituição para o território. Santos (2008, p. 86) considera que esse momento é um marco para o processo museológico: que substitui o sujeito passivo e contemplativo pelo sujeito que age e transforma a realidade.

Os postulados do Encontro de Santiago do Chile e seu desdobramento, a Nova Museologia, dão ao projeto dois precedentes para se abordar a cidade-patrimônio: o território e sua musealidade. Menezes (2003, p. 275), em sua reflexão sobre museus de cidade, nos põe que “o museu de cidade deveria operar a cidade como o ecomuseu opera o território”. A cidade abordada enquanto bem cultural, ao ser devidamente trabalhada, serve de ferramenta para a compreensão da realidade urbana, que ajudará no seu planejamento e desenvolvimento. Para isso, o autor nos propõe compreender a cidade a partir de três dimensões: a cidade artefato, campo de força e representação social. Nesse sentido a musealidade inerente aos artefatos, devidamente aplicada à cidade, permite operar informações de maneira a evidenciar suas linhas de forças e as diversas representações impressas sobre sua materialidade, na qual não se evidenciam apenas o valor cognitivo (documental, estético), mas principalmente os valores de uso, os lugares (Menezes, 2003, p. 275). Essas considerações indicam a possibilidade de uma nova abordagem espacial da cidade-patrimônio que permite a “reconciliação” entre habitante e patrimônio.

Compreendemos lugar a partir do que desenvolve Doreen Massey (2008): um acontecimento onde se cruzam espaço e tempo, portanto, um devir múltiplo. Ouro Preto é testemunho de um momento. Esse espaço, que nomeamos Patrimônio, o valor informacional, pode ser lido de várias maneiras hoje e amanhã, portanto, uma construção mutável; portanto, lugar. O lugar é um espaço onde ocorrem trocas e interações de agentes. Lugar é o ponto de encontro de narrativas e de trajetórias. A cidade museal é ferramenta conceitual que talvez permita mais uma justaposição à cidade-patrimônio: a da operação de informações. A transformação de Ouro Preto em cidade-patrimônio acrescentou à cidade um novo sentido, esse sentido justaposto ao artefato cidade e à noção de lugar apontarão para outros, presentes nas tensões e negociações impregnados na dinâmica urbana. Colocando em evidência essa dinâmica de tensões, talvez seja possível recolocar a população comum na escritura da história da cidade. Trata-se, portanto, da opção de trabalhar considerando a “musealidade da cidade” como uma forma de buscar a construção das identidades nesse espaço urbano levando em consideração a permanente negociação entre individual e coletivo, oficial e informal, renovação e conservação.

O projeto parte da problemática da cidade-patrimônio, para buscar leituras plurais da cidade. Analisando estudos de casos que realizam leituras de Ouro Preto, e que permite direcionamentos para elencar as possíveis ferramentas a mobilizar para a abordagem da cidade em sua musealidade. O primeiro deles foi o projeto “Passos de Guignard” do Museu Casa Guignard, que constrói um circuito na cidade, aquele através do qual perambulou Guignard, circuito que está representado nas suas obras. Dessa maneira, o tratamento museal dado a esses lugares remete a uma relação específica de Guignard com a cidade, podendo suscitar no sujeito essa mesma

relação de identidade. Essa ação se assemelha à proposta de Menezes (2003), de acervos operacionais que nesse caso permitem aos sujeitos uma experiência própria com a cidade que, por sua vez, geram narrativas diferentes – justapondo narrativas individuais à narrativa da cidade-patrimônio.

As reflexões que começaram a ser gestadas em Santiago (1972) transformaram os conceitos da Museologia enquanto campo do conhecimento e esses conceitos servem de precedentes à pesquisa “Ouro Preto, Cidade Museal”, dando condições para pensá-la, cidade patrimônio, dentro de uma nova perspectiva espacial, desenvolvendo novos estudos de caso. Em última análise não fugimos das recomendações de Santiago, pois partimos da ideia de evidenciar a dinâmica urbana para suscitar reflexão sobre a cidade, bem como para dar uma nova possibilidade de abordagem ao patrimônio cultural, que permita uma nova ação no processo de patrimonialização que por vezes separa patrimônio e população.

Casa da Flor – Experimento, poesia e memória: um olhar museal

Danielle Maia Francisco – Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado), Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Mestranda em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

Mário de Souza Chagas – Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ. Mestre em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UFRJ. Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura), Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Graduado em Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO

Este projeto pretende discorrer sobre a natureza social e política de uma construção que é a Casa da Flor, situada em São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro. Espaço tombado pelo INEPAC em 1987, enquadrado na categoria de Patrimônio Histórico e Cultural. A Casa da Flor tem vocação para a perspectiva museal e a complexidade das relações implicadas nos campos de construções, tensões e transformações que permeiam a Museologia no século XXI.

Tal Casa é uma obra de arquitetura, cuja dimensão incorpora memória e experimento. A desagregação imposta ao negro foi transformada por Gabriel Joaquim dos Santos, num diferente modo de expressar culturalmente. Esse arquiteto se incluiu, com sua singular e poética obra, no seletivo grupo dos “construtores do imaginário”. Gabriel Joaquim dos Santos, nascido em Cabo Frio em 1892, quatro anos após a Abolição da Escravatura, tem em suas origens a miscigenação própria deste país: filho de um africano com uma índia construiu sua obra no século XX.

Por caminhos enviesados, a Casa da Flor rompe com o silêncio dos excluídos em meio à extrema desigualdade e mostra a potência cultural que apresenta nosso país.

Este projeto tem por objetivo geral, examinar a função social e política da Casa da Flor, enquanto Patrimônio Cultural e como lugar de produção, sistematização e difusão do conhecimento histórico e museal, estimulando novos métodos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Educação, da História e da Museologia.

A Museologia é a disciplina que vai ancorar este projeto, pois a ampliação dos conceitos de museus e patrimônios na atualidade permite-o que implemente o fazer museológico, que pode se realizar em novos espaços com novas possibilidades.

A Casa da Flor confere uma dimensão para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

O projeto evidencia a existência e compreensão de um olhar museal como parte de uma experiência social que exige desafios de repensar os conceitos da Museologia e suas práticas, como também promover enfrentamentos políticos que cabe ao campo.

A motivação inspiradora da Casa da Flor dialoga com o tema estabelecido para o 5º Fórum Nacional de Museus – 40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade.

A Casa da Flor enquanto produção simbólica possui a força agregadora de uma casa-museu que gera benefícios sociais e políticos para a população da região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. A Casa na contemporaneidade é um arco de linguagem mais abrangente que tem em sua expressão um ponto de vista artístico de um construtor excluído, mas que possui o caráter inerente aos movimentos sociais e políticos que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, onde sabemos hoje que essa luta compõe o cenário do país.

É essencial entender os museus que se espalham no Brasil que se baseiam no tripé da poesia, da capacidade de responder a situações adversas da dimensão social e da política que lhe é conferida. A Casa da Flor pode ser a encarnação desse tripé.

Desse modo, este projeto constitui um estudo em processo elementar que reflete e avalia a intensidade das discussões que promove a Política Nacional de Museus.

Ocupe o Museu – Relato de uma experiência transformadora

Vânia Dolores Estevam de Oliveira – Museóloga e docente do Bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás/UFG

Nei Clara de Lima – Antropóloga e diretora do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás/UFG

Nas comemorações dos 40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, que teve lugar após a “primeira batalha organizada contra a instituição museal” (RIVARD, 1984, apud SANTOS, 2008, p. 72), e em resposta às mudanças ocorridas na sociedade, surge um novo modelo de museu, “denominado *neighbourhood museum*, que tem como objetivo a construção e a análise da história das comunidades, contribuindo para a identificação da sua identidade, colaborando para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural, utilizando as técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos” (SANTOS, 2008, p. 75). Modelo que vem inspirando não só a criação de museus comunitários voltados para os interesses dos mais diversos grupos sociais, mas igualmente ações e experimentos museológicos em museus ditos tradicionais. Modelo que leva em conta que “o museu deve tornar-se apreensível, legível, compreensível como território em sua especificidade, mas também em sua globalidade – quer dizer, em suas relações sistêmicas com o espaço evolutivo que o rodeia (esse é o sentido da palavra *ecomuseu...*)” (BELLAIGUE, 2009, p. 87-88).

Foi inspirado por esses pressupostos herdados da Mesa Redonda de Santiago, e com base no tema proposto para a 10ª Semana Nacional de Museus – *Museus em um mundo em transformação: novos desafios, novas inspirações* – que o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG) propôs a ação intitulada “Ocupe o Museu” que passamos a relatar.

Em um mundo em transformação, os museus precisam estar em sintonia com as novas tendências e necessidades da sociedade. Nesse sentido, as atividades propostas visavam primeiramente a atender a desejos já manifestados pelo público habitual do Museu Antropológico, especificamente no que se refere à abertura em horário noturno. Como o Museu ainda não abre durante finais de semana e feriados, essa seria a única opção para os que trabalham em horário integral. Experimentando o horário noturno, o projeto “Cinema no Museu Antropológico”, que normalmente ocorre em tardes de sexta-feira, realizou uma sessão especial comemorativa no Dia Internacional dos Museus, com o filme “Nós que aqui estamos por vós esperamos” do diretor Marcelo Masagão (1998), que possibilitou o debate sobre o tema da Semana. Arte e guerra, sonho e realidade, vida e morte, temas abordados no filme, nos remetem aos desafios postos para um mundo em transformação, que se impõem como desafios à própria humanidade.

A equipe do Museu Antropológico e os professores do bacharelado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, seguindo as “novas inspirações” e os “novos desafios”, lançaram-se em uma experiência igualmente nova e desafiante. O objetivo era trazer ao Museu o *não público*, ou seja, aquele que por diversos motivos

não conhecia o Museu e que fosse, preferencialmente, do entorno: moradores, estudantes e pessoas que trabalham no bairro² para, em conjunto, elaborar e montar uma exposição a ser inaugurada durante a 10ª Semana Nacional de Museus. Inspirada nos recentes acontecimentos mundiais que vêm provocando grandes transformações políticas, econômicas e sociais, como a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street* – movimento de protesto contra a ganância, a corrupção e a desigualdade econômica e social, essa ideia foi nomeada de *Ocupe o Museu*. A proposta de ocupação pacífica e cultural vinha reforçar a abertura do Museu para novos públicos e novas ideias, bem como mostrar que a Instituição está atenta aos fatos da atualidade.

Uma vez posto o desafio, a equipe começou por lançar-se a campo, pela vizinhança, para atrair essas pessoas à organização da exposição. Essa experiência, ao mesmo tempo em que se constituiu em agradável exercício de sedução e convencimento, também evidenciou a falta de informação sobre o Museu – dentre a maioria das pessoas das proximidades – que ocupa prédio de certa imponência na Praça Universitária. Casas, praças, feiras e estabelecimentos comerciais foram visitados e diferentes grupos foram convidados a visitar o Museu e a participar das reuniões para criação coletiva dessa exposição.

A resposta foi imediatamente aceita e alguns corajosos e entusiastas enfrentaram a empreitada: estudantes, donas de casa, aposentados, designers, fotógrafos. Um vigilante do Museu, ao tomar conhecimento do projeto, também reivindicou sua participação, no que foi prontamente acolhido. As reuniões foram acontecendo e as ideias foram sendo somadas, incorporadas, adaptadas e sentidas. A memória de Goiânia e de sua construção³ foi surgindo e se impondo como tema. Memórias pessoais, algumas tristes, muitas divertidas, todas emocionadas e carregadas de afeto, afluíram em profusão e as pessoas foram abrindo seus baús pessoais de memória, trazendo lembranças e fotografias, máquina de costura e riscos e bordados das avós. A ideia de gravação dos depoimentos pessoais foi também se revelando fundamental para compor a mostra e para integrar o acervo do Museu, fora ele, antropológico.

Como não havia tempo para elaboração de textos, foram utilizados, além de trechos de depoimentos dos participantes, textos literários, sobretudo poéticos, que falassem da cidade e de seus lugares de memória (NORA, 1993). Mesmo na expografia, que por conta da pressa e das providências burocráticas a serem tomadas de última hora acaba se centralizando em um número menor de pessoas, cada participante teve a chance de opinar, sugerir, palpitar, e até mesmo de alterar e incluir no momento da montagem propriamente dita.

Não pensem que a experiência foi fácil e livre de conflitos e problemas. Toda exposição envolve disputa de memórias, de saberes e de poder de convencimento, ainda mais quando envolve pessoas externas ao funcionamento cotidiano do museu. Contudo, sentidos, vividos e ultrapassados os conflitos e solucionados os problemas, a experiência foi muito gratificante e instigante a novos desafios.

² O setor (bairro) Leste Universitário de Goiânia abriga o campus I da Universidade Federal de Goiás, um dos campi da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e a Praça Universitária, importante local de sociabilidade e referência espacial da cidade, onde também está localizado o Museu Antropológico da UFG.

³ Goiânia foi projetada e construída para capital do Estado de Goiás, sendo inaugurada oficialmente em 5 de julho de 1942.

A realização dessa exposição, que recebeu o título de *Ocupe o Museu (com) Memórias de Goiânia* e foi inaugurada no dia 17 de maio, trouxe resultados muito positivos e prazerosos, superando as melhores expectativas como a aproximação de um novo e afetuoso público, que trouxe seus amigos e familiares e que se reconheceu e foi reconhecido nos objetos e fotos expostos. Público emocionado e que emocionou até os que não participaram diretamente do processo, e que se mostrou receptivo e ansioso por “ocupar seu tempo no museu”, que “não era só lugar de coisas velhas”, como disse um dos participantes da roda de conversa que aconteceu após a inauguração da exposição. Entre o idealismo e a contemporaneidade, é possível ficar com os dois sem fugir aos ideais sonhados e construídos 40 anos atrás.

2ª Sessão

23/11 – 9h00 às 10h45

Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago: declaração de uma influência

Maíra de Oliveira Dias – Museóloga (UNIRIO, 2009) e Pedagoga (UCAM, 2012)

O presente trabalho tem por objetivo presentificar a influência de Paulo Freire na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, através de breve análise do texto da Declaração de Santiago à luz de alguns dos valores elencados por Ira Shor (1992) para uma educação empoderadora. O objeto de estudo deste trabalho é a própria Declaração e a metodologia é a pesquisa bibliográfica.

Paulo Freire, que neste ano foi declarado Patrono da Educação brasileira, nasceu no ano de 1921 na cidade do Recife-PE, formou-se em Direito, mas preferiu lecionar. Envolveu-se com a alfabetização de adultos, desenvolvendo um método que alfabetizava rapidamente a partir da realidade dos próprios educandos. Também participou do Centro de Cultura Popular do Recife. Ganhou projeção nacional, e com o golpe militar de 1964 precisou deixar o país, pois era considerado subversivo por estimular o pensamento crítico e a luta pela justiça social. Exilado, abrigou-se na Bolívia, depois passou 5 anos no Chile onde publicou seu livro mais famoso *Pedagogia do Oprimido*, tendo trabalhado na educação popular em ambos países. Seguiu para os Estados Unidos como professor convidado da Universidade de Harvard e, após um ano, foi para Suíça como conselheiro para educação do Conselho Mundial das Igrejas, por onde desenvolveria trabalhos em muitos países, especialmente no continente africano. Nesse período na Europa, Freire também se envolve com o Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP). Em 1979, o educador recupera seu passaporte brasileiro. Em 1980, retorna ao Brasil lecionando em diversas universidades e assumindo em 1989 a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, até 1991, quando se afasta para dedicar-se à sua obra bibliográfica. Freire publicou 19 livros e outros 14 em parceria ou coautoria. Faleceu no dia 2 de maio de 1997.

Em seus livros Freire nunca falou especificamente de museus, utilizando-se muitas vezes a denominação “ação cultural” para as atividades da cultura. Também tangenciou temas como a memória e o patrimônio, mas não os abordou de forma direta. A influência de Freire na Mesa Redonda de Santiago se dá através de Hugues de Varine. Em entrevista a Mário Chagas (1996, p. 8-9), o ex-diretor do ICOM conta que conheceu o educador entre 1970-1971 através de “um grupo de amigos franceses e missionários católicos” com quem Varine ajudou a fundar o INODEP, já citado anteriormente, que Freire presidiria a convite desse grupo até 1974. Foram três anos de convivência que dão peso à afirmação de Varine quando diz que “Paulo Freire é o maior pedagogo político da nossa época, porque ele colocou em prática suas ideias, antes de exprimi-las” (Ibid.).

Varine conta que em 1972, Freire foi indicado para presidir a Mesa Redonda de Santiago e que o delegado brasileiro da UNESCO não autorizou o convite. Eram tempos de Ditadura Militar no Brasil e Freire era um exilado político. Ele, na referida entrevista, conta “Lembro muito que a recusa brasileira (...) não permitiu fazer o que [Freire] me havia prometido: adaptar sistematicamente a formulação de sua doutrina e de seus métodos à prática museológica e museográfica” (Ibid.). Santos também reflete sobre essa influência e afirma que “ao analisarmos o documento da Mesa Redonda de Santiago (...), evento da maior importância para a Museologia da América Latina, que as reflexões de Paulo Freire estão ali presentes, apesar de ele não ter podido aceitar o convite para participar daquele encontro” (SANTOS, 2008, p. 23).

Para destacarmos a “presença” de Freire na Mesa Redonda de Santiago, mesmo que somente através das suas ideias, podemos analisar a Declaração que foi produto daqueles dias intensos no Chile. E para identificarmos sua influência, podemos utilizar a “agenda de valores” para uma educação empoderadora sugerida por Ira Shor no livro *Empowering Education* de 1992, o também coautor do livro *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor* em parceria com Paulo Freire. O educador americano estabelece 11 princípios para que uma ação seja entendida como de uma educação interessada na construção de um sujeito crítico, uma educação que podemos chamar “freiriana”, são eles: participativo, afetivo, crítico/problematizador, contextualizado, multicultural, dialógico, dessocializador, democrático, investigativo/pesquisador, interdisciplinar, ativista (tradução livre de: *participative, affective, problem-posing, situated, multicultural, dialogic, desocializing, democratic, researching, interdisciplinary, activist*; no original em inglês). Para nossa breve análise faremos um recorte e utilizaremos somente 3 princípios: contextualizado, multicultural e crítico.

Logo no início da Declaração, nos “Princípios de Base do Museu Integral”, percebemos a preocupação com a contextualização das propostas. Citam a presença de “animadores” para os temas de destaque (problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico e da educação permanente) e a análise de suas apresentações, afirmando terem tomado “consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina” (ICOM, 1972 apud ABREMC, 2008). Também podemos observar um olhar sobre a realidade que podemos entender como uma “leitura de mundo” como denominava Freire, quando consideram “que os problemas da sociedade contemporânea são devidos às injustiças”.

O pensamento multicultural fica claro ao lermos determinados trechos como: os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvido em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas e sua aplicação não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade.

E a criticidade se faz presente em variados momentos da Declaração, onde se lê a palavra “consciência” muitas vezes. Como em: o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na *formação da consciência das comunidades* que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se

nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (grifo nosso).

Ou ainda quando afirma que “a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem”.

Nos trechos diretamente ligados à educação ainda vemos posicionamentos bem tradicionais, defendendo a escolarização dos museus, e a instituição museu sendo posta em um grau de grande detentora de conhecimentos a serem transmitidos. E de forma geral, o texto inclina-se para um modelo de desenvolvimentismo que afirma a necessidade de um “progresso”. Paulo Freire se fez presente enquanto princípio na Mesa Redonda de Santiago e agora, 40 anos depois, ainda devemos fazer o que recomenda Varine (1996): “Penso que cabe a nós agora, meditar sobre seus textos e suas ideias e adaptá-los aos nossos problemas, cada um na sua área de competência. É o que eu tento fazer no meu trabalho pelo desenvolvimento comunitário na França.” (p.10).

Quando os olhos não são a janela da alma

Naíla Garcia Mourthé – Especialista em Orientação Educacional e em Língua Espanhola, Graduada em Pedagogia. Coordenadora do Setor Educativo do Museu de Artes e Ofícios e Projeto Valor Social ICFG.

Fabricia de Oliveira Silva – Graduada em História. Assistente de Coordenação do Museu de Artes e Ofícios.

Filipe Ferreira Elias – Graduado em Turismo. Educador do Museu de Artes e Ofícios.

Lívio Ramsés Ucrân de Oliveira – Graduado em Tecnologia em Comunicação Assistiva. Educador do Museu de Artes e Ofícios.

Este trabalho tem como objeto o relato da política de ações inclusivas realizadas pela equipe do Setor Educativo do Museu de Artes e Ofícios – MAO desde agosto de 2008. Destacam-se os esforços empreendidos para o atendimento das demandas do público constituído por deficientes visuais.

Em seu desenvolvimento são apresentadas as instituições envolvidas, os princípios norteadores da parceria para a realização da ação, revelando-se a metodologia de trabalho estabelecida e os principais resultados obtidos, que ratificam a urgente necessidade de ampliação das práticas inclusivas para a consolidação de espaços verdadeiramente democráticos em nosso país.

O MAO abre a suas portas em 2006 com um compromisso claro de inclusão, democratização do acesso ao seu acervo e às ações educativas desenvolvidas efetivamente para todos. Mais que receber públicos com demandas diferenciadas, abrir suas portas e acolhê-los, em 2008 a equipe que compõe o Setor Educativo do Museu foi desafiada a ampliar suas ações inclusivas.

Pautando suas ações nos dispositivos legais em vigor, o MAO se encontra inteiramente adaptado para receber pessoas com necessidades especiais de locomoção, disponibilizando rampas e elevadores que facilitam o acesso de cadeirantes a todos os seus espaços. E para o atendimento ao público surdo, conta com educadores que dominam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Considerando o Museu e seu acervo como objeto de aprendizagem e, assim, com um potencial para contribuir efetivamente para o processo de formação de crianças, jovens, adultos e idosos de diferentes perfis, a equipe do Museu se propôs a transpor seu espaço físico buscando o estabelecimento de parcerias com entidades de referência no atendimento a públicos especiais.

A partir de 2008, a equipe do Museu realizou visitas técnicas a diferentes instituições, elaborou propostas pedagógicas, realizou oficinas de sensibilização e recebeu diversos grupos com demandas específicas em visitas

mediadas ao seu acervo. Essas experiências foram mobilizadoras de profundas reflexões sobre uma política de ações inclusivas a ser consolidada pelo Museu no ano de 2012. Os dados apresentados pelo censo IBGE 2010 revelaram que no Brasil existem cerca de 530 mil pessoas cegas e 6.056.684 pessoas com grande dificuldade para enxergar. A equipe do MAO decidiu-se por desmedir esforços para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência visual.

Pela profícua colaboração estabelecida em anos anteriores, o Instituto São Rafael – ISR, que atende a deficientes visuais desde a alfabetização até a educação para jovens e adultos, foi considerado como potencial parceiro para a nova política de Ações Inclusivas do MAO.

O transporte para todos os alunos e educadores da escola, a definição de uma agenda anual que contemplasse uma visita por mês e a organização de momentos de encontro entre as duas equipes de educadores foram assumidos pelo Museu.

Parte fundamental dessa ação é o processo de sensibilização e capacitação da equipe. Para a concretização dos objetivos propostos foram realizados: diálogos com consultores, visitas ao ISR, visitas vendadas junto aos educadores do Museu que se transportaram não somente para a condição do público alvo, mas para a realidade do deslocamento e das sensações quando impossibilitados de enxergar.

Essas atividades contribuíram para a reflexão e melhoramento da prática, pois viabilizaram o contato com realidades pouco exploradas durante a trajetória de formação da equipe educativa. Além disso, permitiram uma aproximação real entre esses grupos com a apresentação das propostas pedagógicas da escola e, especificamente, de cada uma das turmas que visitariam o museu.

Explorar novos universos: sons, sabores, texturas, temperaturas e sensações. Experimentar e vivenciar situações novas. Descobrir. Aprender e contribuir para a aprendizagem de outros. Nossa proposta para a parceria estabelecida em 2012 se pautou na criação de uma metodologia de trabalho que desse subsídio à proposição inicial estabelecida pelo MAO, qual seja: contribuir de maneira responsável para a apropriação do patrimônio, para o acesso irrestrito à cultura e para garantir a democratização do potencial educativo dos espaços culturais tendo como referência o Museu e os prédios que o abrigam.

Em geral, as instituições culturais utilizam amplamente a linguagem visual em suas exposições e mostras, aspectos que comprometem as condições para fruição dos objetos musealizados por parte dos deficientes visuais.

A partir de então, todo o processo de visitação foi delineado. Foram desenvolvidos recursos pedagógicos específicos, tais como: a reprodução em maquete do espaço físico do Museu, a transcrição do folder do Museu para o Braille e a disponibilização de peças para manuseio do público.

Um dos educadores do MAO é destacado para visitar o ISR previamente e acompanhar as atividades da turma por um dia. A visita tem como objetivo diagnosticar a realidade da turma, reconhecendo as especificidades dos

alunos, os conteúdos e as habilidades desenvolvidas pelos professores. Almejando-se que a visita contribua efetivamente para o processo de aprendizagem dos alunos, o educador do MAO promove junto à equipe do setor educativo o planejamento do roteiro e dos aspectos que serão abordados durante a visita.

Para dar início à visita do ISR ao MAO o grupo é convidado a ver de forma tátil as colunas que compõem a fachada e o interior do Museu. Passo por passo vão reconhecendo a amplitude do espaço. Em seguida, são apresentados áudios de depoimentos sobre a criação e o tema do Museu. Embora o grupo permaneça reunido, o atendimento é feito de forma quase individualizada, o que facilita o diálogo e permite uma abordagem personalizada junto a cada um dos visitantes. Os ofícios e seu entorno são descritos e contextualizados. São utilizados recursos audiovisuais nos quais podem ser explorados os sons característicos do mundo do trabalho e depoimentos de oficiais e profissionais.

Em suas galerias o MAO disponibiliza, para cada um dos ofícios, peças representativas identificadas com legenda em braille e nas quais o toque e o manuseio são permitidos. Para essas visitas, além das referidas peças e buscando ampliar as possibilidades de estimulação sensorial, o Setor Educativo prepara um carrinho contendo objetos de sua reserva técnica, o que oferece aos visitantes uma ampla representatividade de seu acervo.

Assim, o visitante tem contato com objetos que permitem uma exploração temática relevante do acervo, e também apresentam texturas, cheiros e formas que o compõem. Exemplo disso é a atividade sensorial realizada nos “Ofícios da Terra”. Nessa minirroça, localizada nos jardins do Museu, é possível conhecer as culturas do café, da mandioca e da cana-de-açúcar, e compreender os processos de plantio, colheita e beneficiamento de alimentos. Os visitantes são convidados a tocarem nas plantações enxergando, com as pontas dos dedos, formas de raízes, caules, folhas e frutos. Descubrem como o homem se apropria desses produtos e os transforma, sentindo o cheiro do café torrado e o sabor da rapadura.

Distante de qualquer escolarização do espaço museal, um dos principais desafios enfrentados foi a realização de uma ação educativa que garantisse aos deficientes visuais um atendimento competente e capaz de explorar todos os demais sentidos, contribuindo para a formação de um público historicamente excluído do acesso à cultura.

Para videntes e não videntes essa experiência se constituiu como fonte de aprendizagens, pois conhecemos novas possibilidades de encontro com o outro e com nós mesmos, revelando que os olhos nem sempre são a janela da alma.

O Segmento da Educação Infantil e os Museus

Cristina Carvalho – Doutora em Educação – PUC-Rio

Este texto se propõe a refletir sobre a presença do segmento da educação infantil em casas de cultura, como museus e centros culturais, e o tipo de atendimento oferecido a esse público. Em que momento as crianças visitam esses espaços com as instituições de educação infantil? Por que os professores realizam essas visitas com as crianças? O que acontece no momento da visita? Como as instituições se preparam para receber esse segmento? Quais os significados atribuídos à visita pelos sujeitos envolvidos? Existem políticas de incentivo ao acesso do público infantil? O que se pode dizer sobre a relação dessas instituições a partir da observação das visitas escolares?

Para a realização da pesquisa, foram selecionados dois espaços considerados ícones para a cidade do Rio de Janeiro: um museu e um centro cultural¹. Apesar das diferenças e especificidades, tal escolha decorreu também de aproximações que as instituições apresentam e que considere importantes para efetivação da investigação: possuem um Setor Educativo que oferece regularmente um atendimento ao público escolar; são estabelecimentos públicos, embora com vinculações administrativas distintas; localizam-se no centro da cidade com facilidades para transporte coletivo (metrô e ônibus), apresentam arquitetura similar; dentre outras questões.

Cabe esclarecer que não foi realizado um estudo comparativo, pois, apesar das aproximações, ou exatamente pelas especificidades, o material empírico do centro cultural, a diversidade e riqueza do espaço, a pluralidade das visitas, difere-se muito da coleta realizada no museu. Vale ressaltar, ainda, que o museu investigado é um espaço com enorme potencialidade, mas que, por razões diversas, passava por profundas reformulações no momento de realização da pesquisa.

Apesar de se constituir em um fenômeno recente, centros culturais são instituições que têm crescido muito nos últimos anos por todo o país, alguns com uma elevada frequência de público e, principalmente, grupos escolares, com vinculações administrativas e estruturas de atendimento ao público pouco conhecidas, mas que podem interferir nas políticas de atendimento oferecidas, o que despertou também o desejo de concretizar esse estudo. Para Chagas (1998), todo museu é um centro cultural, mas nem todo centro cultural é um museu.

No trabalho de investigação, utilizei-me de técnicas de inspiração etnográfica, como a observação prolongada no campo, entrevistas (individuais e coletivas), análise documental, caderno de campo e fotografias.

O estudo, portanto, focalizou o atendimento oferecido pelo Setor Educativo das instituições ao público escolar infantil de modo a interpretar como se dá a mediação com esse segmento da educação.

Criança menorzinha... ninguém merece!

¹ Por razões de natureza ética, optei por omitir o nome das instituições e o contexto das exposições.

As equipes responsáveis pelos Setores Educativos das instituições destacaram a escola como o público mais presente. No entanto, as preferências de atendimento aos diferentes grupos e faixas etárias acompanharam os depoimentos dos monitores: concepções de crianças, adolescentes, idosos, “grupos especiais” e segmentos de ensino apareceram em suas falas. A partir dessas preferências, foi possível constatar uma certa divisão de tarefas: “Não gosto mesmo de criança! Não atendo. Não sei o que podem fazer aqui. E não sei o que fazer com elas”; “Eu sou meio envergonhada na hora de ser uma outra pessoa. Por isso, não faço contação de história e não atendo criança”.

Portanto, as equipes de monitores não só demonstraram, mas explicitaram dificuldades e alegrias em relação aos diferentes grupos escolares, esbarrando sempre em um ideal de visitante. Contudo, “a falta de escuta por parte dos alunos” foi enfatizada por quase todos, indicando que o grupo desejado era o que escutava. A comunicação, para alguns, só se dava pela escuta silenciosa de informações. Em certos momentos, os monitores colocavam-se em posição de “disputa” com as obras expostas e não compreendiam que a exposição, obviamente, despertava reações distintas em cada um, e não, necessariamente, “dispersão”, “gracinha” ou “falta de escuta”.

Sem dúvidas, dentre as dificuldades apontadas pelos integrantes dos Setores Educativos no atendimento ao público escolar, lidar com as crianças pequenas foi a mais recorrente, configurando-se, por vezes, como o mais indesejado dos visitantes. Para alguns monitores, esse segmento representava um grande desafio, e a incerteza de como realizar o trabalho imperava nas visitas. “Criança menorzinha assim de 4, 5 anos, ninguém merece!” Em geral, demonstraram uma concepção de criança que levava à crença na incapacidade desses sujeitos em aproveitar situações de aprendizagem diferenciadas, como a que se passa em um museu ou em um centro cultural.

O desconhecimento das especificidades da infância (OLIVEIRA, 2002) se fez presente na maior parte das atividades propostas ao segmento da educação infantil. Por exemplo, os monitores declararam que “alguém” havia dito que deveriam realizar exercícios de relaxamentos com os grupos da educação infantil, pois as crianças chegavam muito agitadas e, em geral, essa era uma estratégia que se repetia, apesar de sinalizarem que, por vezes, “nem isso dava certo”, pois não sabiam utilizar “palavras que fossem do entendimento das crianças pequenas”. Por exemplo, grupos de 4/5 anos poderiam não responder diante da sugestão apresentada da seguinte forma pelos monitores: “vamos fazer um exercício. Inspirem. Expirem”; mas, se empolgavam e realizavam a atividade se a professora interferisse, sentasse no chão e, já realizando a atividade, falasse: “Vamos lá gente! Vamos respirar juntos! Todo mundo! Soltem os braços, as pernas. Puxem o ar – inspirem. Soltem o ar – expirem”.

Muitas vezes, as indagações trazidas pelas crianças desviavam-se da estratégia planejada pelo monitor diante de uma obra exposta e alguns, resistentes no início, acabavam estabelecendo uma relação muito próxima com as crianças, embora não percebessem a dimensão do trabalho realizado; outros, desde o início, adotavam uma linguagem “infantilizada” para a visita, o que, em alguns momentos, dificultava a interação. Snyders (2001) destaca que a especificidade da infância e sua valorização constituem dois temas estreitamente ligados: “na medida em que se consegue pensar a infância como distinta, ou seja, compreendida no seu presente, é que ela deixa de aparecer como uma ausência em relação ao adulto. A moderna psicologia infantil formou-se demonstrando que a infância não se reduzia a ensaios preparatórios, mas que já constituía uma vida harmoniosa” (p. 30).

Historicamente, as crianças têm sido um segmento que tem ficado à margem das discussões, debates e pauta política (DIDONET, 2003) e, apesar de algumas conquistas, a luta pelos direitos desse público continua. Os resultados da pesquisa assinalam o quanto a criança de 0 a 6 anos continua excluída de alguns campos, como o da área cultural, em decorrência da falta de políticas voltadas para a infância, da equivocada concepção de criança que norteia as ações, bem como emana da relação estabelecida entre instituições culturais e a escola.

Museus de arte: desafios contemporâneos para a adoção de políticas educacionais

Maria Helena Rosa Barbosa – Mestre em Artes Visuais

Na contemporaneidade, um dos papéis do museu é estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Assim, a função social, que lhe é atribuída, potencializa-o como um espaço de comunicação que, por sua vez, dinamiza suas ações educativas, que devem ser pensadas para envolver os diferentes públicos. Nessa perspectiva, ciente da sua função social e educativa para com a sociedade na qual está inserido, bem como dos diversos fatores que contribuem para o êxito das ações educativas no espaço museal, definiu-se como objeto de pesquisa os museus de arte brasileiros, principalmente o que diz respeito às suas políticas.

O problema que norteou a pesquisa foi a seguinte questão: como as políticas de museus de arte brasileiros interferem nas suas ações educativas? Assim, o estudo originou-se de inquietações nascidas no exercício profissional dentro de um espaço museal da arte e nele discute-se a função educacional dos museus. A pesquisa teve como recorte específico as políticas educacionais e as ações delas decorrentes.

Analisaram-se, para tanto, dados obtidos de oito desses museus, de diferentes regiões do país, cujas informações acerca de suas políticas e ações foram obtidas por meio de questionários enviados via correio eletrônico – *e-mail*. Teve como objetivo geral verificar as políticas de alguns museus brasileiros em relação às ações educativas, bem como aspectos específicos dessa atividade. Para tal, os objetivos específicos norteadores constituíram-se em organizar dados sobre o contexto histórico do espaço museal de arte e sobre alguns conceitos que o permeiam; levantar as políticas propostas por alguns museus; e investigar, em documentos, questões fundamentais sobre a função educativa de museus de arte.

Além disso, procurou-se comparar os principais problemas dos museus, especialmente no que se refere à ação educativa; destacar as suas principais fontes de financiamento; e identificar as ações que contribuem para o exercício de uma política educacional em museus.

Para o desenvolvimento do estudo, adotou-se a pesquisa exploratória de natureza qualitativa e de caráter documental. Desse modo, o aporte teórico pautou-se em documentos específicos do campo museológico, como alguns disponíveis no *site* do ICOM e outros como: Brasil (2003, 2006, 2009) e Araújo e Bruno (1995); bem como em publicações de pesquisadores da área museal e de outras áreas de conhecimento. Algumas reflexões foram estruturadas a partir do pensamento de autores, tais como: Barbosa (2005a, 2005c); Bourdieu e Darbel (2003); Chagas (2006); Coelho (2004); Cury (2006); Davies (2001); Franz (2001, 2003); Freire (2006, 2008); Giraudy e Bouilhet (1990); Grinspum (2000); Hooper-Greenhill (1998); Köptcke (2007, 2008); Lourenço (1999); Mason (2004); Santos (2007, 2008); Studart (2004a, 2004b); Tojal (2007); Vergara (2004, 2009).

Quanto às técnicas empregadas na pesquisa, na etapa da coleta de dados, recorreu-se à entrevista, utilizando-se o recurso de dois questionários, sendo que um foi respondido por representante do setor Administrativo e outro

por representante do setor Educativo dos museus participantes. Na análise dos dados, constatou-se, entre outros resultados, que os oito museus desenvolvem diversas ações culturais e educativas e que interagem com públicos bastante heterogêneos; entretanto, as ações educativas em alguns deles estão envoltas em muitas problemáticas. Elas dizem respeito à falta de profissionais no setor Educativo, em determinados museus; à ausência de avaliação sistematizada das ações educativas em outros, bem como à falta de definição conceitual e sustentação teórica em alguns setores educativos estudados.

E ainda, constatou-se que alguns desses museus não possuem políticas claras e definidas, pois não dispõem nem mesmo de um documento oficial que determine diretrizes em relação às suas práticas e ações.

Suppem – Sistema Unificado de Pesquisa de Público em Espaços Museais

Herivaldo Galvão Araújo – Estudante (Bacharelado em Turismo)/Bolsista IC FACEPE/CNPq

Isabela Andrade de Lima Morais – Prof. Dra. do Departamento de Hotelaria e Turismo da UFPE; Dra. em Antropologia

Os museus são os “atrativos estrelas” do turismo cultural (CAMARGO e CRUZ, 2009, p. 315). Diversos desses espaços são utilizados, há algumas décadas, como atrativos turísticos, tal como o Museu do Louvre, em Paris; o Museu do Prado, em Madrid; o Museu Britânico, em Londres; o Metropolitan Museum, em Nova York; e outros.

No cenário brasileiro, as políticas públicas têm percebido a importância da relação entre museus e turismo. No Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), em seu eixo específico de Turismo Cultural, os museus aparecem como uma possibilidade de atrativo turístico. O Plano Setorial dos Museus (IBRAM, 2010), visualiza a possibilidade de integração dos museus com o turismo através da consolidação da cadeia produtiva do museu com outras cadeias produtivas, em especial a do turismo (IBRAM, 2010). Mas, apesar do riquíssimo acervo museológico, no Brasil ainda não há uma identificação cultural da sociedade com os museus. É necessário então que eles se reinventem e expandam seu público, e o turismo cultural pode ser um aliado, já que o processo de turistificação dos museus contribui para a conservação, valorização e preservação do patrimônio natural e cultural, da memória, das identidades e da cultura.

Muito se discutiu sobre o impacto e os efeitos do turismo ao patrimônio (AMARAL, 2006; BARRETTO, 2007; CASTRO, 2007; GOMES, 2009; SANTANA, 2009; VASCONCELLOS, 2006). Atualmente, se afirma que o turismo pode contribuir para “a revitalização da identidade cultural, para a preservação dos bens culturais e das tradições, operando como uma atividade que pode gerar mecanismos de sustentabilidade próprios para a cidade” (ROTMAN e CASTELLS, 2007, p. 63-64).

Em Pernambuco, mesmo com um número considerável de museus, não há uma identificação desses como atrativos turísticos. Isso despertou o interesse de um grupo de pesquisadores do Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco a estudar os museus de Recife. Era nossa necessidade então, conhecer a dinâmica do museu, o dia a dia de trabalho, e por fim, precisávamos entender quem era seu visitante, traçando seu perfil, portanto iniciamos uma pesquisa para entender essa dinâmica.

O que se encontrou na maioria dos museus foi uma ausência de pesquisa de público. E nos museus que pesquisavam o seu público, não havia uma organização sistêmica na coleta de dados – do ponto de vista do instrumento de coleta (questionário), da tabulação dos dados coletados e da utilização dos mesmos.

Os dados de 2011 presentes no catálogo Museus em Números, publicado pelo Ibram, revelam que no Brasil 74,7% dos 3.025 museus cadastrados pelo Cadastro Nacional de Museus realizam pesquisas de público, sendo que pouco mais da metade (53,5%) realizam regularmente a pesquisa. Em Pernambuco, apenas 80,4% dos 98 museus cadastrados utilizam pesquisas de público, sendo que apenas 26,3% aplicam-nas regularmente e 73,5% ocasionalmente (IBRAM, 2011, p. 95).

Diante dessa situação, resolveu-se criar mecanismos que pudessem obter informação sobre o visitante de museus. Assim formou-se o seguinte objetivo: criar um sistema unificado de coleta de dados sobre o público visitante nos espaços museais de Pernambuco. Criou-se então o SUPPEM – Sistema Unificado de Pesquisa de Público em Espaços Museais. O SUPPEM é produto das pesquisas “Museus e Turismo”, desenvolvida no DHT/UFPE, com apoio da FACEPE/CNPq e do PIBIC/UFPE/CNPq.

O SUPPEM foi elaborado com base nas pesquisas desenvolvidas pela Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) e adotou como metodologia a análise comparativa dos sistemas de coleta de dados de setenta museus do território nacional. Após o estudo desse material, criou-se um questionário de avaliação de satisfação e de perfil do público visitante das instituições. O escopo inicial foi o Museu do Homem de Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco. Após a avaliação e reestruturação do questionário, ele foi direcionado também para a Casa-Museu Magdalena & Gilberto Freyre, da Fundação Gilberto Freyre e para o Museu do Estado de Pernambuco, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

Para tabulação utilizou-se um programa *online*. Gradativamente tornou-se possível uma visão do perfil do visitante de museu em Pernambuco, com um estudo de multicaso. Isso possibilitou o início do trâmite para utilização do SUPPEM em mais instituições museológicas, juntamente com o Fórum Pernambucano de Museus.

A pesquisa do SUPPEM realizou coleta de dados durante a 10ª Semana Nacional de Museus, a fim de identificar o perfil do público, a eficiência em estimular a população a visitar museus e a satisfação desses visitantes em relação ao evento. A pesquisa encontra-se em fase finalização.

Pesquisa e Gestão de Acervos: o Grupo de Estudos Política de Acervos do Museu Victor Meirelles

Rafael Muniz de Moura – Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO

O Museu Victor Meirelles/Ibram/MinC (Florianópolis/SC) trabalha, desde o ano de 2009, na elaboração de sua Política de Acervos. O documento estabelecerá as diretrizes gerais para a conceituação e o gerenciamento de seus acervos por meio da definição de processos e procedimentos técnicos concernentes à aquisição, à documentação e ao descarte das coleções.

Como estratégia de incentivo à pesquisa e almejando a discussão e a construção descentralizadas, o Museu Victor Meirelles (MVM) instituiu um grupo de estudos sobre o tema em novembro de 2011 com o objetivo de levantar fontes de estudos na área, bem como trocar experiências quanto à gestão de acervos em museus.

Inicialmente foi criado um grupo de discussões *online* para o qual profissionais de outros museus e estudantes da área foram convidados. O Grupo de Estudos Política de Acervos está aberto a toda comunidade interessada e mantém, visando à divulgação e participação ampliadas, um *blog* (<http://politicadeacervos.wordpress.com>) e uma página no *Facebook* (<http://www.facebook.com/#!/groups/195510243869349/>). Atualmente, são cerca de trinta participantes em diversos estados do país, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Brasília, Pernambuco e Rio Grande do Sul e também de outros países, como Argentina e Portugal.

Após treze encontros presenciais – realizados em sua maioria nas dependências do MVM, compreendendo a leitura de mais de trinta textos e a exibição de dois filmes sobre colecionismo e gestão de coleções – foi possível esboçar algumas linhas de investigação e desenhar um quadro referencial básico para a elaboração de políticas de acervos pelos museus. São três os eixos que se destacam no contexto: o primeiro diz respeito ao percurso histórico que direciona o crescente número de políticas de acervos já elaboradas ou em processo de elaboração pelos museus. Nesse ponto, cabe ressaltar a Convenção da UNESCO de 1970 sobre “*medidas a adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícitas da propriedade de bens culturais*”. Trata-se de uma referência encontrada em quase todos os textos da área, reconhecida como principal influência para que os museus repensem suas ações e modifiquem atitudes e comportamentos quanto à segurança e ao comércio ilícito de bens culturais assim como estabeleçam princípios éticos de aquisição e gestão de bens culturais (O’KEEFE, 1998).

Outrossim, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) publicou, também em 1970, o documento “*Ética de Aquisições*” e em 1986, seu Código de Ética (versão atual de 2004) onde constam diretrizes de aquisição e descarte de acervos: “Em cada museu, a autoridade de tutela deve adotar e tornar público um documento relativo à política

de aquisição, proteção e utilização de acervos”. Somam-se a esse esforço as publicações da revista *Museum*, as diretrizes do International Committee for Documentation (CIDOC) e o trabalho mais recente do International Committee for Collecting (COMCOL), os estudos teóricos desenvolvidos no âmbito do International Committee for Museology (ICOFOM) que em 2010 lançou uma importante publicação intitulada *A alienação e o retorno do patrimônio cultural: uma nova ética global* (ICOFOM, 2010).

O segundo eixo refere-se ao debate em torno da pulsão de colecionar, diretamente relacionado à construção e à afirmação de identidades, que reúne elementos da realidade em espaços tanto individuais quanto coletivos, dedicados à memória. A cultura material revela faces do processo social e os museus devem atuar no ensino e na crítica da percepção dessa realidade (MENESES, 2005). Para fundamentar essa discussão, passamos pela leitura de Pomian (1993), Foucault (1999), Blom (2003), Benjamin (2006), entre outros.

Colecionar, como bem mostra Francisco Marshall, pode significar, a partir de uma análise etimológica “uma relação entre pôr em ordem – raciocinar – (logéin) e discursar (legein), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso”. Nesse sentido, uma política de acervos deve considerar que cada processo de aquisição também se faz enquanto narrativa. As listas do patrimônio (BORGES, 1998; TRAVASSOS, 2006) – e as vertigens que nos causam (ECO, 2010) – provocam tanto a memória quanto o esquecimento nos museus.

Existem ainda outros conceitos relevantes para se pensar a gestão de acervos: objeto museológico, musealização, exposição, gestão e patrimônio (ICOM, 2010), além de outros termos que se referem a essas áreas do conhecimento. Fazer uso de um arcabouço teórico consistente para a construção de uma política de acervos não significa diminuir a importância das exigências práticas cotidianas do trabalho nos museus. Pelo contrário, é a raiz das estruturas e procedimentos técnicos de documentação, conservação e montagem de exposições.

Por fim, o último eixo diz respeito à prática. Como organizar o pensamento e estabelecer um método para elaboração da política de acervos? Por onde começar? Com quem trabalhar? Quais as influências a considerar e as questões a serem registradas ou omitidas? Como transformar o exercício do planejamento em efetiva ação nos museus? E, no caso do MVM, como pensar a questão aplicada ao universo de um museu de arte?

De uma parte, alguns textos orientadores já foram escritos, mas a área carece de mais referências que auxiliem os profissionais de museus nas etapas de elaboração de uma política de acervos. De outra, contam-se as experiências de museus sobre a formação e renovação crítica de suas coleções, como são os casos já estudados do Museu Histórico Nacional (BITTENCOURT, s.d.; FERNANDES, s.d.; TOSTES, 1995), do Museu Histórico Abílio Barreto (BITTENCOURT, s.d.; PIMENTEL, s.d.; FERRON, 2010) do Museu Reina Sofia (Espanha) ou da investigação de James Clifford em quatro museus do Noroeste dos Estados Unidos (CLIFFORD, 2009). É bem possível que as experiências sejam as fontes mais importantes para que os museus alimentem suas discussões. As políticas de acervos já publicadas por outros museus também surgem como fontes donde se pode pinçar conhecimentos, formatos e reflexões aplicáveis.

Os diálogos suscitaram decisões importantes para o MVM, entre elas: a compreensão de seus acervos arquivístico, bibliográfico e museológico de forma integrada; a necessidade da formação de uma Comissão específica para acompanhar e avaliar as aquisições e os descartes de acervos; a atualização dos termos de doação, como-dato, entrada e saída de obras etc. e dos procedimentos técnicos de registro e documentação; a escrita de um documento resumido da política de acervos para divulgação e; por fim, o fortalecimento da pesquisa e da comunicação dos processos de criação artística e do histórico de cada obra de arte.

O Grupo de Estudos Política de Acervos propõe a democratização do conhecimento e o aprendizado conjunto entre os profissionais participantes. Os museus que o compõem têm compartilhado suas inquietações, seus processos de trabalho, suas especificidades e soluções encontradas. O Grupo se fortalece enquanto ferramenta de ação em parceria, formando uma rede ampliada de provocações e reflexão crítica.

O programa arquitetônico-urbanístico nos planos museológicos

Flávia Pedrosa Pereira – Arquiteta e Urbanista, mestrado PRODEMA (Desenvolvimento e Meio Ambiente)

Simone Kimura – Arquiteta e Urbanista, Mestranda FAU/UnB

1. Objeto

O trabalho consiste na discussão da metodologia a ser adotada para a elaboração do Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos dos museus brasileiros, tendo em vista que o Estatuto de Museus (Lei Federal Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) aponta a obrigatoriedade de elaboração do referido instrumento para todas as instituições museológicas. De acordo com a minuta do Decreto que regulamentará o Estatuto de Museus, o Programa Arquitetônico-urbanístico do Plano Museológico deve abranger a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, identidade visual e possibilidades de expansão.

2. Objetivos

Geral: Sugerir metodologia para a elaboração do Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos dos museus brasileiros.

Específicos: Ampliar o entendimento sobre o Programa Arquitetônico-urbanístico dos Planos Museológicos; subsidiar a elaboração de aula para a Unimuseus, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); possibilitar a coleta de informações e reflexões para a elaboração de planos de ação para os museus e a cooperação entre as equipes técnicas das instituições e do Ibram sede.

3. Metodologia

O desenvolvimento do presente trabalho pautou-se na análise dos Planos Museológicos dos museus do Ibram, em uma revisão bibliográfica que amplia o entendimento inicial de um Programa Arquitetônico-urbanístico e nas discussões preliminares da equipe técnica do Ibram para a elaboração das aulas da Unimuseus, curso virtual a ser implantado pelo Ibram.

4. Resultados

A precariedade das informações, reflexões e proposições no âmbito do Programa Arquitetônico-urbanístico presente na maioria dos planos museológicos dos museus do Ibram tornam evidente a necessidade de uma orientação e definição de metodologia a ser adotada pelos museus, a fim de tornar seus planos instrumentos de planejamento que possibilitem a definição de estratégias de ação. Muitas vezes, as equipes técnicas são demandadas e não encontram nos referidos planos as informações necessárias para a elaboração de projetos no intuito de melhorar as condições físicas das próprias instituições. Percebe-se, de início, que há necessidade da compreensão, pelas instituições museológicas, de que o termo urbanístico amplia o entendimento inicial de programa de arquitetura para museus, tornando explícito, que desde a sua concepção, o espaço do museu não pode ser considerado encerrando-se em si mesmo, pois está inserido em um contexto urbano mais amplo, com o qual interage e interfere. Dessa forma, sugere-se a seguinte estrutura para o Programa:

4.1. Atividades preliminares

4.1.1. Estudo da legislação municipal de uso do solo, identificando instrumentos presentes nos Planos Diretores e Leis Complementares que possam servir como incentivo para a implantação/manutenção dos museus, tais como: Outorga Onerosa do Direito de Construir, Transferência do Direito de Construir e incentivos fiscais.

4.1.2. Elaboração de Programa de Necessidades na etapa do Diagnóstico do Plano Museológico: Em arquitetura, o programa é o conjunto sistematizado de necessidades para um determinado uso de uma construção. É elaborado nas fases iniciais do projeto a fim de nortear as decisões a serem tomadas, funcionando como um dos principais determinantes do projeto. O Plano Museológico existente ou a ser criado deve tratar do Programa de Necessidades já na etapa do Diagnóstico, antes mesmo da etapa de definição de programas, projetos e ações.

4.2. Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos de museus existentes

4.2.1. O museu que queremos: Perguntas orientadoras: A atual estrutura do museu, descrita no Diagnóstico, atende ao Programa de Necessidades? Há necessidade de criação, otimização ou supressão de ambientes nos espaços físicos do museu? Existe déficit e/ou inadequação dos espaços no museu? Como se dá o planejamento para utilização dos espaços internos e externos do museu? Como a questão da acessibilidade vem sendo tratada pela instituição? Quais os aspectos da estrutura física que demandam intervenções no museu? De que forma o Programa Arquitetônico-urbanístico pode se integrar a outros programas, tais como o de Segurança, o de Acervos e o de Exposições?

4.2.2. Planejamento de intervenções – definição de prioridades, proposta de cronograma, possibilidades de fomento: Nessa etapa do Programa Arquitetônico-urbanístico, deve haver uma reflexão sobre o “museu ideal” pensado na etapa anterior, entendendo os limites e possibilidades da instituição. Dessa forma, sugere-se a elaboração de uma estratégia de ação para atingir os objetivos, contemplando: 1 – Identificação de intervenções necessárias com definição de prioridades; 2 – Balanço das intervenções já realizadas em períodos anteriores;

3 – Estimativa de custos e possibilidades de fomento; 4 – Estratégia de ação com cronograma; 5 – Estratégia de monitoramento das ações.

4.3. Programa Arquitetônico-urbanístico nos Planos Museológicos de novos museus

4.3.1. Programa de Necessidades como ponto de partida: Diferentemente dos museus existentes e a despeito do porte da instituição, os novos museus podem ser pensados, desde a sua concepção, de forma a atender às demandas identificadas no Programa de Necessidades. Dessa maneira, seguem algumas perguntas orientadoras: Qual a estrutura necessária ao museu para que atenda ao Programa de Necessidades? O museu já dispõe de espaço físico para sua instalação ou necessitará adquirir terreno/imóvel? Como se dará o planejamento para utilização dos espaços no museu? Já foi desenvolvido um estudo preliminar do projeto arquitetônico/paisagístico da instituição? Como a questão da acessibilidade e do conforto ambiental estão sendo/serão tratadas no projeto? Há necessidade de realização de Estudo de Impacto de Vizinhança? O projeto será em prédio histórico? Trata-se de inserção de arquitetura contemporânea em conjunto histórico? Quais são os condicionantes de acordo com a legislação aplicável? Qual a relação do programa arquitetônico com o entorno? Será realizado estudo de acessos e fluxos? De que forma o Programa Arquitetônico-urbanístico se integrará a outros programas, tais como o de Segurança, o de Acervos e o de Exposições?

4.3.2. Etapas de implantação. Memorial descritivo, estudo preliminar, etapas de implantação, possibilidades de fomento: Em se tratando de novos museus, o planejamento das intervenções compreende: elaboração de estudo preliminar com memorial descritivo; estimativa de custos e possibilidades de fomento; etapas de implantação; estratégia de ação com cronograma; estratégia de monitoramento das ações.

5. Considerações finais

Através do presente trabalho espera-se contribuir para o entendimento, pelos museus, das possibilidades de abordagens para o Programa Arquitetônico-urbanístico a fazer parte dos Planos Museológicos, possibilitando um esforço direcionado, que resultará em documentos úteis para a definição de prioridades e de atuação das equipes técnicas.

3ª Sessão

23/11 – 14h00 às 15h30

Museu Julio de Castilhos, 1960-1980: discursos, representações e práticas numa exposição museológica

Andrea Reis da Silveira -Historiadora, especialista em Museologia e Patrimônio Cultural (UFRGS/2003); Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM/2011); Graduanda do curso de Museologia (UFRGS/2012-15).

Este texto apresenta resultados da pesquisa realizada no ano de 2011, para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. O estudo esteve centrado no Museu Julio de Castilhos (MJC), analisado no recorte temporal dos anos 1960-1980, período em que a atuação da Instituição tornou visível um discurso situado na perspectiva histórica.

A escolha pela fase histórica dos anos 1960-1980 do Museu Julio de Castilhos, criado em 1903, refere-se à situação conjuntural, a exterioridade social, parte integrante do processo museológico. Naquele período, o mundo mudou. Movimentos sociais, políticos e culturais ocorridos em diferentes países onde a questão de ordem social era discutir as diferenças e romper tabus contribuíram para rupturas e alterações nos processos e nas relações museológicas. Como exemplo, os estudantes franceses e a “museofobia das vanguardas”, queriam “queimar o Louvre” como modo de contestar os limites e o autoritarismo (HUYSEN, 1994).

No Brasil, o governo militar preconizava a combinação do “milagre” na economia com o centralismo, o endurecimento às liberdades e o conservantismo. Intermediava um discurso de modernização, industrialização e ideologia de integração nacional, ao mesmo tempo em que realizava uma massificação cultural. No âmbito dos museus, surgiam museus regionais e memoriais, pródigos na entronização e no culto aos heróis, buscando a construção de uma memória homogeneizada, única, fundamentada na autenticidade e na tarefa de consolidar a Nação, como realidade (SANTOS, 2008).

Ainda em tempo, os postulados da Mesa de Santiago, a Nova Museologia, ampliavam o conceito e as ações dos museus e do patrimônio, considerados processos e sugerindo maior articulação social e participação ativa das instituições no cotidiano e na reflexão das sociedades.

Nessa reflexão, o Museu Julio de Castilhos, vinculado à administração estatal e conseqüentemente seguidor dos ditames que o regime moldava como sujeito histórico e sujeito à História, atravessava afrouxamentos e redefi-

nições de sua trajetória de musealização com a presença de diferentes atores sociais partícipes desse processo. Mas, de fato, uma mudança conceitual ocorria nas práticas, nos discursos e nas representações históricas e museológicas?

No período entre 1960 e 1980, a Instituição Museu Julio de Castilhos, por meio de seus agentes, patrimonializou 1.646 objetos, semióforos (POMIAM, 1997), que serviam como catalizadores na afirmação das identidades e da construção de narrativas que tornaram a Instituição, um agente cultural centrado em razão do Estado.

A escolha do Museu Julio de Castilhos como tema da pesquisa justificou-se, em primeiro lugar, pelo fato de ser a mais antiga instituição museológica do Rio Grande do Sul, carente de estudos, particularmente, nesse contexto histórico. Em segundo lugar, destaca-se que o MJC serviu durante parte de sua trajetória como paradigma museológico para as demais instituições do Estado do Rio Grande do Sul, constituindo uma imaginação museal (CHAGAS, 2009). Por essa carga de importância, delimitou-se como foco central a historicidade do Museu Julio de Castilhos no contexto interpretativo dos anos 1960-1980, e a partir dos resultados levantados constituiu-se como produto uma exposição museológica em realidade virtual. A exposição virtual como narrativa visual da trajetória institucional do Museu Julio de Castilhos possibilitou partilhar conhecimentos teóricos acadêmicos com diferentes públicos e profissionais. A exposição virtual foi montada em oito módulos, com os pontos de aproximação definidos a partir da área de circulação interna da sala de exposição temporária do Museu Julio de Castilhos na atualidade, em eixos de informação cronológica composta por painéis de texto, totens, imagens e objetos com apresentação de elementos como: pórtico de entrada, painel introdutório, painéis informativos, elementos suspensos, seguindo as etapas de gestão e suas características, que constituíram a historicidade institucional analisada.

A relevância do trabalho está relacionada com o entrecruzamento de dois campos do conhecimento: a História e a Museologia. Para tanto, buscaram-se molduras conceituais e revisões bibliográficas dos pontos de vista da Museologia e da perspectiva da História Cultural, em que a realidade institucional inserida em um processo histórico e social é feita por sujeitos politicamente enraizados, engajados e influenciados por contextos sociais e políticos, cuja proposta repercute na interpretação das histórias e das memórias, e no imaginário dos Museus.

Para empreender a jornada, foi empregado o método de análise dos discursos, das práticas e das representações no patrimônio e nas gestões que atuaram no MJC, embasados num tripé de verificação dos aspectos da infraestrutura institucional, incorporação das coleções e nas relações institucionais que formaram o balanço das administrações, seus contrastes, comparações, continuidades e rupturas.

As fontes utilizadas foram os documentos administrativos e técnicos do Museu Julio de Castilhos como: correspondências recebidas e expedidas, catálogos, relatórios de gestão, livro de registro de acervos, sistema informatizado das coleções, boletins e periódicos de circulação no estado do Rio Grande do Sul na época, tais como: *Diário de Notícias*, *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora*. A documentação e as reportagens possibilitaram a condução das questões a respeito do modo como os envolvidos com o Museu, estabeleciam e desenvolviam seus critérios de atuação.

Para uma análise mais clara, o trabalho demandou um enquadramento sequencial e cronológico e ainda, dados biográficos dos diretores a fim de mapear as complexidades que envolviam as circunstâncias de dentro e de fora da Instituição. As minibiografias delinearam-se interessantes uma vez que, os modos de viver e pensar daqueles atores sociais influenciaram suas formas de condução da Instituição Museu Julio de Castilhos.

Cinco foram os diretores da Instituição no período: Pastor Derly Chaves (1960-1967), General Antônio Rocha Almeida (1967-1971), Professor Ivone Martini e Coronel Joaquim Moraes (1972-1973, como interinos) e Joaquim Carlos de Moraes (1974-1980). Cada um lidou e conviveu, ao seu modo, com a conjuntura política da Ditadura Militar e fundamentou sua atuação na dialética do Museu Histórico e do Museu Memória (SANTOS, 2006). Em suas administrações, tiveram discursos de modernização e dinâmica museal encobertos por conservadorismos nas práticas, na ausência de planejamento e política de investimentos e recursos. O patrimônio institucionalizado em bens da cultura material foi midiaticizado em projetos como “Trem da Cultura” (1973-1980) ou “Museu Vai à Escola” (1974-1980). Os projetos não equacionavam o problema das diversas identidades sul-rio-grandenses, missão precípua do Museu.

O papel das representações sociais na constituição de Centros de Memória

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – Doutora em História e Professora do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille/SC

Cibele D. Piva Ferrari – Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille/SC, bolsista CAPES

Roberta Silva – Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville – Univille/SC

Com esta comunicação pretende-se apresentar resultados de um projeto de pesquisa que tem como objetivo reunir informações e gerar conhecimento interdisciplinar sobre o patrimônio cultural, arquitetônico, arqueológico e ambiental da Ilha da Rita, a fim de produzir uma proposta de requalificação das edificações, revitalização e possível abertura para visitação pública da mesma.

A Ilha da Rita está situada no litoral norte de Santa Catarina, na Baía Babitonga e é considerada patrimônio cultural. Fica a apenas 200 metros de distância da localidade de Estaleiro, no Distrito do Saí, município de São Francisco do Sul, proximidade essa que colaborou para que, na primeira metade do século XX, fosse ali instalada, pela Marinha Brasileira, uma base de abastecimento de água potável, carvão e óleo combustível. A base naval foi inaugurada em 1940 e contou com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas. Atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1940 e 1960, como ponto militar de importância estratégica. Em 1968, a Marinha devolveu a Ilha da Rita ao Município que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios, sob responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul. Com a modernização do Porto, essa função também acabou caindo em desuso e outras foram pensadas, mas dada a impossibilidade de efetivação, a Ilha foi abandonada (COELHO e THIAGO, 2001; BOHN, 2010). Após algumas negociações, em 1999, a Ilha foi cedida à Universidade da Região de Joinville – Univille, que desde então, desenvolve diversos estudos naquele espaço, inclusive para sua possível musealização.

Pode-se encontrar na Ilha um conjunto de bens arquitetônicos que descreve com fidelidade a sua utilização como base naval, além dos aspectos ambientais que possibilitam que ela seja considerada Patrimônio Cultural e que direcionam para a necessidade de Estudos interdisciplinares. A interdisciplinaridade surge no século XX como a possibilidade de suplantar a fragmentação do conhecimento e a compartimentalização das ciências, permitindo, assim, uma reflexão profunda e crítica sobre o conhecimento unificado. Não deve ser vista como uma escolha entre vários modos opostos de produção de conhecimento, mas sim como a utilização de alternativas que se complementam. (FAZENDA, 2001) A prática interdisciplinar, para além da reciprocidade teórica, metodológica e/ou tecnológica, permite a criação de novos conceitos, teorias, modelos, metodologias e tecnologias de pesquisa (PHILIPPI e SILVA NETO, 2011), possibilitando que sejam dadas respostas a novos problemas de pesquisa de

forma abrangente, o que seria impossível com os conhecimentos de apenas uma disciplina. A abordagem interdisciplinar desse patrimônio cultural buscou compreendê-lo através de aspectos que contemplem elementos históricos, sociais, econômicos, ambientais e, principalmente, de sua relação com os indivíduos, as formas como é representado e de como poderá ser apropriado e ressignificado. Nesse sentido, a utilização da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida pela Psicologia Social (MOSCOVICI, 2003), e reconhecida como interdisciplinar por excelência (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 2008), mostra-se de extrema importância para compreender como a população se apropria da Ilha da Rita enquanto patrimônio cultural, como dá sentido a ela, como se relaciona com a sua história e como entende a conservação desse patrimônio com vistas a iniciativas culturais no local, conforme preconizado pela Mesa Redonda do Chile, em 1972 (ICOM, 1972).

A metodologia utilizada para a compreensão das representações que a sociedade tem para com a Ilha da Rita e todo patrimônio ali constituído se deu através de uma abordagem quali-quantitativa, que inclui a realização de entrevistas orais e a aplicação de formulários. A amostra para a aplicação dos formulários foi de 300 indivíduos, habitantes de São Francisco do Sul, divididos igualmente entre os gêneros e entre três faixas etárias a partir dos dezoito anos. Com relação às entrevistas orais, foram realizadas com fuzileiros navais que serviram à Marinha na Ilha da Rita, gestores municipais e pessoas consideradas influentes na organização política e social do município, totalizando 20 entrevistas gravadas, transcritas e autorizadas através da metodologia da história oral (PORTELLI, 1997). Os resultados apontam na direção de que a população, na sua maioria, conheceu a Ilha da Rita através da escola ou por passar na frente dela em passeios de barco pela baía; compreende a mesma como um patrimônio cultural, não apenas por sua beleza natural, mas, principalmente, por sua história. Outro dado relevante é que os entrevistados almejam a revitalização da Ilha, esperam e apoiam projetos ligados às práticas educacionais, porém o objetivo maior é que ela se torne mais um atrativo turístico para o município. As prospecções arqueológicas realizadas até o momento indicam que o sambaqui também existente na Ilha foi muito impactado no passado restando pequena área que está sendo demarcada para melhorar a sua conservação e permitir sua futura musealização. Também por meio do levantamento arqueológico foram identificados remanescentes da edificação onde deveriam ficar os oficiais.

Com relação à arquitetura, procurou-se fazer a identificação e conhecimento das edificações existentes através da análise tipológica, pesquisa histórica, fotográfica e levantamento métrico, bem como o diagnóstico do estado atual das edificações para que se obtivesse exatamente a leitura do espaço como patrimônio, se permitisse uma orientação dos agentes envolvidos em como tratá-los e de como proceder nas futuras intervenções sem que se perca nenhum registro importante da história. Em 1883, na Carta de Restauro, Camillo Boito cita o “restauro moderno”, ressaltando o valor do patrimônio não só como arquitetura, mas como documento histórico, destacando a importância de sua preservação, consolidação e perpetuação (CERR, 2003). Ainda dentro das Cartas Patrimoniais, é ressaltado que o monumento deve ser respeitado e entendido como um bem histórico, ou seja, deve ser entendido e compreendido como o registro de sua passagem pelo tempo, pois conta uma história. Nesse sentido, a intenção da requalificação das casas, tanques e demais edificações existentes na Ilha, bem como da arqueologia, a fauna, a flora, tem como objetivo atender aos anseios da população local e permitir que esse bem de interesse coletivo continue existindo e seja passível de apreciação destas gerações e das futuras.

O Dossiê Museológico: estratégia para autorrepresentação dos grupos culturais na difusão do patrimônio afro-brasileiro

Rita de Cássia Maia Da Silva – Museóloga e Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas

O Objeto, Os Objetivos

O nosso objeto de estudo é o dossiê museológico como estratégia para o tratamento do aspecto imaterial das coleções de museus. Nosso objetivo último é a disponibilização de documentos reunidos pelos dossiês em um banco de dados *online* sobre a memória dos blocos afro e afoxés representados no acervo do Museu Afro-brasileiro da Universidade Federal da Bahia – MAFRO.

Sabemos que os museus preservam para o futuro. Qual futuro? Sem dúvida, um que conduza as comunidades que figuram nos seus acervos à sua autorrepresentação e autodeterminação. Nos processos de musealização, esse sempre será o princípio norteador de todas as atividades.

Os trabalhos de documentar, conservar e comunicar – a tríade da ação específica do museólogo e da instituição museu – comporta uma possibilidade imensa de intervenções, que tanto podem fortalecer, quanto impossibilitar esse princípio.

A tradicional visão sobre documentação em museus propõe a interpretação do objeto de acordo com a materialidade exposta. No entanto, sabemos que esse é um ato de interpretação desse objeto e que, mesmo desenvolvido com bases científicas, rigor metodológico e em busca da precisão que caracterizam todo fazer acadêmico-científico, pode estar permeado ou alimentado por um sistema de valores completamente alheio aos grupos por ele representados.

Desde o início da década de 80, quando foi criado pelo Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e países da África, o MAFRO contribui para a preservação da memória afro-brasileira em Salvador, colocando em evidência a vocação dinamizadora e científica da instituição.

O nosso interesse específico está centrado na coleção de indumentária de blocos afro e afoxés do museu e se justifica pelo seu valor histórico em relação ao passado recente da memória afro-baiana, quando essas associações carnavalescas foram a expressão local do movimento internacional *black is beautiful* e *black power*. Tornaram-se uma curiosa e específica manifestação de um movimento político com proposta de afirmação estética, aqui compreendida como forma de viver específica de um grupo cultural.

Esse é um legado material recente, sem dúvida, mas bastante expressivo. Os agentes produtores desse movimento encontram-se vivos e atuantes e são, portanto, memória viva, podendo agir, dessa forma, como coadjuvantes do processo de documentação museológica.

Metodologia do Trabalho

Propusemos um processo de documentação centrado na constituição de dossiês museológicos da coleção dos blocos afro e afoxés, cuja metodologia busca uma coparticipação dos produtores na interpretação e constituição de memória do acervo, de modo a oferecer um canal para autorrepresentação desses grupos.

As estratégias para a documentação de bens culturais materiais possuem uma longa bibliografia e uma técnica bastante consolidada. Este trabalho, no entanto, concentra-se em uma reflexão do cruzamento entre a documentação do bem material, ultrapassando a exploração dos aspectos físicos e plásticos, penetrando assim no território da imaterialidade que dá significado a todo bem cultural e acaba por configurá-lo como manifestação cultural de caráter imaterial. Dessa forma, erigimos uma metodologia que parte do aspecto material do objeto, com a sua descrição e análise iconográfica, ao imaterial, que aparece no discurso construído pelo produtor cultural como elemento instaurador dos significados.

Utilizamos formas de registros digitais audiovisuais dos blocos afro, afoxés e dos seus representantes, constituindo a base para um centro de referência. Na fase seguinte do trabalho, atuaremos na indexação dos registros coletados, que serão disponibilizados na internet, através de um banco de dados interativo. Desse modo, os usuários poderão manifestar opiniões e fazer até mesmo inclusões de novos registros audiovisuais.

Resultados Iniciais

Já obtivemos os primeiros resultados, em que se observa o interesse de membros da comunidade implicada, ao reconhecer essa ação como uma possibilidade de criação de espaço para a expressão e guarda de valores da sua memória.

Foi evidenciada nas primeiras entrevistas a carência de um espaço mais efetivo para difusão e preservação da memória dos blocos afro e afoxés em Salvador, que é exíguo diante do valor dessa tradição. Também foi reconhecido o potencial do Museu Afro-brasileiro da Universidade Federal da Bahia, em satisfazer essa expectativa dos grupos nele representados. Em acréscimo, foram obtidas informações para a elucidação dos detalhes históricos e iconográficos dos objetos do acervo do museu.

Ressaltamos que se trata do início de um trabalho de grande montante, iniciado a partir de apenas duas peças da coleção, em um universo total de 72 itens de indumentária. Esse é um momento de grande ebulição de ideias em que é fundamental o intercâmbio de informações com trabalhos similares.

Com a realização de entrevistas e fotografias estamos constituindo acervo audiovisual dos grupos representados e seus agentes produtores. Acreditamos que registrando essa memória e veiculando seus resultados, estaremos contribuindo para pesquisas e abordagens futuras sobre a temática não só pelo meio acadêmico, mas também por diversos grupos culturais da cidade.

Do papel ao Ilhéu: a experiência do Ecomuseu Ilha Grande

Ana Luiza Castro do Amaral – Museóloga – Ecomuseu Ilha Grande/UERJ

Julia Wagner Pereira – Mestre em Museologia – Ecomuseu Ilha Grande/UERJ

O início da década de 1970 é considerado um grande divisor de águas no panorama da museologia mundial. É nesse período que são formulados, a partir de uma crítica ao papel dos museus na sociedade e do esvaziamento dos mesmos, os conceitos da Nova Museologia.

No bojo dessas discussões, os conceitos de Ecomuseu e Museu Integral, como novas tipologias de museu, buscavam valorizar as funções social e educativa das instituições museológicas.

Apesar de ambos os conceitos serem contemporâneos e apresentarem semelhanças, foram criados em contexto bem diferentes. A ideia de Ecomuseu surgiu na Europa, onde o museu enfraquecia como fator útil da vida das comunidades, e a proposta de Museu Integral foi concebida na América Latina, por meio da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), e visava a discutir o papel das instituições museais para auxiliar na resolução dos problemas sociais considerando seu caráter educativo nas comunidades.

Gradativamente, novos museus foram criados e neles já estavam presentes características de Ecomuseu e de Museu Integral. Podem ser exemplo desse movimento de modernização do sistema de gestão museológico a Casa Del Museo, no México, e as experiências em Quebec, no Canadá.

Na esteira do movimento da Nova Museologia, em 2009, foi inaugurado o Ecomuseu Ilha Grande e seu primeiro núcleo, o Museu do Cárcere, localizado nas antigas edificações do Instituto Penal Cândido Mendes. O Ecomuseu Ilha Grande compreende toda a ilha, mas tem sua sede em Vila Dois Rios. É formado por quatro núcleos: Museu do Cárcere – MuCa, Museu do Meio Ambiente – MuMA, Centro Multimídia – CeMu e Parque Botânico – PaB.

Vinculado à Sub-Reitoria de Extensão e Cultura e ao Departamento Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Ecomuseu foi criado com o intuito de promover a sustentabilidade da região a partir do fortalecimento das relações entre a população local, a universidade e os turistas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu é possível traçar paralelos e semelhanças entre os conceitos de Museu Integral. Com a intenção de promover a divulgação do Ecomuseu Ilha Grande e aprimorar a execução de novas atividades, este trabalho se propõe a refletir sobre as ações e os resultados obtidos pelo museu na Ilha Grande e as propostas da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Serão apresentados os projetos “Ecomuseu Recicla: alternativas para o desenvolvimento sustentável da Vila Dois Rios” e “Museólogas de Família”, com a intenção de promover uma avaliação dos resultados obtidos, funções sociais e educativas do museu e sua relação com as comunidades presentes em seu entorno.

Museu de Orleans: os primórdios dos impactos de Santiago no Brasil

Roberto Sabino da Silva – Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Mestre em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO

“(...) o impacto de Santiago foi considerável, mas tardio. Até o início dos anos oitenta, ninguém falava em Santiago”.
Hugues de Varine

O presente resumo tem o objetivo de analisar uma das primeiras experiências museais no Brasil influenciadas pelas recomendações da Mesa Redonda de Santiago no Chile: o Museu ao Ar livre de Orleans. A elaboração da proposta de criação do museu foi uma iniciativa do então SPHAN/Pró-memória, dirigido, na ocasião, pelo designer Aloísio Magalhães¹. Atualmente, as recomendações de Santiago norteiam o trabalho de uma infinidade de museus e de profissionais ligados ao campo, no entanto, são poucas as pesquisas que examinam os fatores que contribuíram para o tardio impacto das considerações da Mesa Redonda (VARINE, 1995, p.18) e de como se deram as primeiras experiências brasileiras influenciadas pelo documento. Para compreender o processo de criação do primeiro museu voltado para uma experiência comunitária no Brasil, foram consultadas no COPEDOC/IPHAN — Sede em Brasília fotografias, jornais, revistas, artigos, enfim, uma vasta documentação relativa à fundação do Museu de Orleans. Também foram examinadas algumas publicações do MEC no ano de 1979, período marcado pelo início do processo de abertura política, que vai proporcionar as condições para o florescimento das primeiras experiências dos ideais de Santiago no país.

A década de 1970 – década da Mesa Redonda de Santiago – foi um período pródigo de instalação de ditaduras militares na América Latina. Em vários países do continente; como Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Bolívia, a população experimentou as nefastas consequências de regimes militares que promoviam a tortura, a perseguição política e o cerceamento da liberdade de expressão. Nesse sentido, não é difícil entender a epígrafe de Hugues de Varine sobre os efeitos e impactos tardios da Mesa em 1972, especialmente na América Latina.

Dentro desse contexto ditatorial, como afirma Maria Célia Teixeira Moura dos Santos (2008, p. 81), era natural que o documento de Santiago permanecesse desconhecido ou na gaveta dos gabinetes das instituições de cultura do regime. Até a possibilidade do pedagogo Paulo Freire dirigir os trabalhos do evento, então sob o Regime da Unidade popular, foi formalmente vedada pelo delegado brasileiro junto à UNESCO (VARINE, 1995, p.16).

Em 1972, ano em que ocorreu o Encontro em Santiago, o governo militar promovia as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil. Havia toda uma articulação do governo militar na intenção de elaborar uma programação cultural voltada para o sesquicentenário da Independência. O ‘ponto alto’ das comemorações da efeméride foi o traslado para o Brasil dos restos mortais de D. Pedro I que se encontravam em Portugal. Em 7

¹ Aloísio Magalhães foi o terceiro Diretor do então SPHAN. Promoveu uma ampla reformulação institucional do órgão, abrindo possibilidades para o reconhecimento de expressões culturais que ultrapassavam as políticas patrimoniais que identificavam em obras de arte e edifícios barrocos, os símbolos da nação brasileira.

setembro de 1972, acompanhado por mais um milhão e meio de pessoas na Avenida Paulista², os despojos de D. Pedro I foram transportados ao Museu do Ipiranga, sendo “saudados por estudantes e populares, e das janelas dos prédios, moradores deixavam cair papéis picados.”³.

Predominou nos anos de 1964 a 1980, a implantação de memoriais homenageando os grandes vultos da nação. Mesmo com a tentativa de implantação de uma política museológica que trouxesse novas possibilidades para as ações museológicas no país a partir de 1975, com a realização do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus em Recife, somente em 1980, inaugura-se um museu respaldado nas recomendações da Mesa Redonda de Santiago no Chile.

O museu de Orleans foi inaugurado em agosto de 1980, pela então Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dirigida por Aloísio Magalhães. Respaldo nas recomendações da Mesa Redonda, Magalhães afirmava que os museus deveriam participar de maneira crescente da vida das comunidades, importando nisso uma transformação profunda das atividades museológicas, o que significava uma revisão gradual das atividades de seus responsáveis (CNRC, 1981, p. 1). Essa revisão ia de encontro aos museus de vertente mais ‘tradicional’, o que possibilitaria, segundo o novo diretor do SPHAN/Pró-memória,[...] incorporar à prática museológica a consciência de que devemos dedicar às populações que receberam um legado cultural, e que o reelaboram, uma atenção que considera o seu desenvolvimento social como a própria garantia de enriquecimento das expressões culturais (CNRC, 1981, p. 3).

Localizado em Santa Catarina, na cidade de Orleans, tinha o objetivo de “ser um registro vivo dos primeiros imigrantes que colonizaram o Vale do Rio Tubarão” (MAGALHÃES, 1983, p. 3). Em parceria com os moradores da região, o SPHAN/Pró-memória desenvolveu e financiou o projeto dando total atenção para as tecnologias, produtos e ferramentas utilizados pelos habitantes da região. Ao longo de pouco mais de dois anos, foram desenvolvidas pesquisas na intenção de analisar os diversos aspectos da vida dos moradores da região (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p.3).

Segundo Aloísio Magalhães, essa nova abordagem que passava a ser adotada nas novas políticas relacionadas aos museus, pensava-os dentro de um processo global que não separa as condições do meio ambiente daquela do fazer do homem (CNRC, 1981, p. 4). Dessa forma, não há um privilégio dos objetos, como é comum aos museus tradicionais, em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido (CNRC, 1981, p.4). Nesse sentido, ao transferir a atenção dos objetos para os sujeitos e seu contexto cultural, o SPHAN/Pró-memória inaugurava novas possibilidades para as políticas museais brasileiras. Segundo Magalhães, o Museu ao Ar Livre de Orleans era o primeiro do gênero na América Latina.

Essa inflexão nas políticas governamentais relacionadas aos museus, só foi possível pelo novo contexto social do país, que vivia um movimentado processo social em busca da redemocratização. A partir desse período, a tônica das políticas culturais do regime estaria pautada no incentivo aos “estratos mais baixos da população” (PORTELA,

² Jornal do Brasil de 7 de setembro de 1972, p. 1

³ Jornal Folha de São Paulo de 7 de setembro de 1972, p. 1

1979, p.3), imprimindo uma ação cultural voltada para o interesse da comunidade (CALABRE, 2009, p.95). Esse novo interesse do governo militar pela iniciativa comunitária tinha o objetivo de construir uma imagem do regime como o principal sujeito do processo de abertura política.

Portanto, analisar o processo de fundação do Museu ao Ar livre de Orleans é necessariamente dar um primeiro passo na tentativa de compreender as primeiras experiências museais brasileiras que tentavam adotar as recomendações de Santiago.

Pôsteres

Um futuro a idealizar, um contexto a transformar: o Programa Socioambiental do Museu da República

Alejandra Saladino – Bacharel em Museologia, Mestre em Memória Social, Doutora em Ciências Sociais

André Andion Angulo – Bacharel em Museologia, Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Carlos Daetwyler Xavier de Oliveira – Bacharel em Administração com especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos

Isabel Carneiro Sanson Portella – Bacharel em Museologia, Mestre e Doutora em Belas Artes

Kátia Regina de Oliveira Frecheiras – Bacharel em Filosofia; Mestre e Doutora em Filosofia

Marco Antônio de Souza Lima – Bacharel em Administração de Empresas

Normanda Freitas Lira – Bacharel em Educação

Robson Fonseca de Oliveira – Técnico Administrativo do Museu da República

Objeto

O Museu da República percebe a questão ambiental como elemento estratégico para o fortalecimento da cidadania, um dos valores contidos em sua missão institucional. Em 2011, durante o processo de revisão e avaliação do Plano Museológico da instituição, considerando a necessidade de desempenhar o papel que cabe aos museus no que tange à educação permanente e à sensibilização sobre os problemas urbanos, como orienta a *Carta de Santiago do Chile*, foi criado o *Programa Socioambiental do Museu da República* (PSA do MR). O Programa surgiu da observação das condições atuais do Jardim Histórico do Museu da República e da reflexão sobre algumas de suas problemáticas e potencialidades enquanto espaço de sociabilidade, quando da revisão e avaliação do Plano Museológico da instituição, em fevereiro de 2011.

Durante esse processo, que reuniu o quadro técnico em torno do Plano Museológico, identificou-se que ações relativas aos seus diversos programas – como, por exemplo, o Programa Educativo-Cultural, o Programa Arqui-

tetônico-urbanístico, o Programa Institucional e o Programa de Comunicação – relacionavam-se diretamente ao tema da preservação ambiental – via sensibilização e educação – tinham entre si uma interdependência e necessitavam ser desenvolvidas de forma ordenada. Assim sendo, optou-se por criar um novo programa integrante do Plano Museológico do Museu da República que reunisse essas ações com vistas a evidenciar tal lógica e conectividade entre elas, até então compartimentalizadas nos programas existentes, conforme o Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009). A opção pela elaboração de um novo programa deve-se às suas características formais. Em outras palavras, com a criação do Programa Socioambiental do Museu da República pretendemos fortalecer a transversalidade intrínseca ao Plano Museológico e realizar de forma sequencial ações com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a preservação do meio ambiente. Assim, visamos contribuir para o estabelecimento de um novo padrão de comportamento, orquestrando também uma certa independência no plano administrativo da instituição, calcada nas assertivas dos órgãos ambientais com os quais o Programa deve estar em consonância, que possibilitará parcerias e recursos.

O PSA do MR tem como cenário o Jardim Histórico do Palácio do Catete. Por tratar-se de um patrimônio cultural da sociedade brasileira, há a necessidade de implementar as ações em conformidade e em consonância com os dispositivos legais e recomendações internacionais específicas para a preservação de jardins históricos, nomeadamente a Carta de Florença (UNESCO, 1981) e a Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2011).

Objetivos

O objetivo geral da comunicação é apresentar o PSA do MR, refletindo sobre as especificidades do Plano Museológico enquanto instrumento de planejamento e método de gestão de recursos.

Metodologia

O Programa Socioambiental do Museu da República se baseia no campo jurídico-legal, na elaboração de um diagnóstico preliminar sobre aspectos paisagístico-artísticos do Jardim Histórico e no planejamento de ações socioambientais nessa área. Vale dizer que o referido diagnóstico foi realizado numa perspectiva transversal, em outras palavras, resulta das reflexões estabelecidas entre funcionários das equipes técnica e administrativa do MR.

O Programa inicia-se com um processo de sensibilização interno e externo. Ou seja, o quadro de funcionários do Museu, visitantes e usuários do Jardim Histórico, bem como grupos e organizações estratégicas são convidados a participar de reuniões onde são debatidos os desafios da preservação de uma área verde como o Jardim Histórico, além de outros temas relacionados à questão ambiental.

O PSA do MR contempla a criação de um espaço destinado ao desenvolvimento de ações de cunho socioambiental (o Núcleo de Educação Socioambiental do Museu da República) e o desenvolvimento de um projeto de

revitalização e conservação do Jardim Histórico. Todavia, outras ações relacionadas à lógica que fundamenta o Programa são consideradas e igualmente desenvolvidas, como por exemplo, a restauração do gradil que circunda a área do Museu.

Para a execução e o acompanhamento do Programa foi criado um Comitê Gestor, conforme as disposições legais sobre o tema. No entanto, todos os funcionários do Museu da República são convidados a participar, como colaboradores ou agentes multiplicadores, das ações que conformam a proposta. Vale lembrar que a natureza do Programa, notadamente interdisciplinar e processual, exige participação ampla, continuada e ativa do quadro funcional do Museu.

É importante ressaltar que o Programa toma por base a experiência acumulada pela equipe do Museu da República, que desde a década de 1980 desenvolve diversas atividades na linha proposta, como o Projeto Educação e Trabalho e o Projeto Patrimônio, Vida e Preservação. Por tudo isso, o Núcleo de Educação Socioambiental é compreendido como uma extensão do Setor Educativo do Museu da República.

Resultados

A realização do PSA do MR, cujo lançamento se deu durante a 10ª Semana Nacional de Museus, está promovendo a maior articulação entre distintos setores do Museu, ampliará a perspectiva ecológico-ambiental-patrimonialista de seus funcionários (tornados potenciais agentes multiplicadores) e aperfeiçoará e diversificará os serviços e produtos oferecidos à sociedade, logrando atingir algumas diretrizes do Plano Setorial Nacional de Museus do Plano Nacional de Cultura. Enfim, com a consolidação do Programa esperamos implantar novos padrões institucionais e comportamentais com vistas ao fortalecimento da cidadania.

Interação do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi com jovens através da trilha perceptiva

Aline Schú – Graduação em Ciências Biológicas e especialização em Gestão Educacional

Flávia Biondo da Silva – Graduação em Ciências Biológicas e especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, mestrado em Educação

Gabriele Zanotta Castiglioni – Acadêmica do curso de Ciências Biológicas

Grassiele Rosa Argerich – Graduação em Ciências Biológicas

Kélen Scherer da Costa – Acadêmica do curso de Ciências Biológicas

Objeto

Pesquisa destinada aos jovens que vivenciaram a Trilha Perceptiva montada pelo Museu Zoobotânico Augusto Ruschi (Muzar), durante a 8ª Feira de Ciências e a 4ª Mostra de Inovação Tecnológica da Universidade de Passo Fundo (UPF). Inspirada na “Trilha da Vida”¹, a Trilha Perceptiva do Muzar do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UPF é desenvolvida desde 2002, como espaço destinado a essa atividade nas dependências do museu. A ação educativa é bastante procurada, sendo que até o momento, atendeu cerca de 25.000 pessoas.

Objetivos

Interagir com o público jovem e analisar a vivência de cada um na ação educativa, através do registro de impressões emocionais, instigando o autoconhecimento e as relações com o meio ambiente. Ampliar a sensibilização ambiental e a percepção através dos sentidos.

Metodologia

O estudo foi uma pesquisa-ação participante realizada nos dias 26 e 27 de outubro de 2010, nas dependências do Portal de Linguagens da UPF, na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. A trilha estruturou-se de maneira que os participantes pudessem perceber elementos naturais, tecnológicos e culturais, as relações com os outros e consigo mesmo, tendo como objetivos instigar diferentes interpretações sobre o meio ambiente. Os elementos que compuseram a trilha foram envolvidos por uma corda que serviu de guia durante o percurso. A trilha foi

vivenciada por uma pessoa de cada vez, a qual era convidada a vendar os olhos e percorrê-la sem olhar. Ao final da trilha, o participante deparava-se com sua imagem como uma das partes mais importantes da trilha. Alguns objetos foram dispostos propositalmente de forma sequencial na trilha para estimular relações, como problemas ambientais e com objetos representativos da cultura e da arte. Os participantes também tiveram sua audição estimulada por sons da natureza e, após a trilha, foram convidados a registrar em um cartaz uma mensagem sobre a vivência. As mensagens foram agrupadas em categorias, conforme a expressão emocional dos participantes e analisadas separadamente, onde se quantificou as repetições e analisou-se qualitativamente o seu conteúdo.

Resultados da Pesquisa

Na trilha, a realidade pode ser interpretada de várias formas e ser construída pela objetividade e subjetividade. Constitui-se como um desafio, pois cada um possui habilidades e limites diferenciados, onde as possibilidades de aprendizagem são inúmeras. A trilha provocou a interação dos participantes com os objetos, com os outros e consigo mesmo, e as mensagens foram divididas em categorias conforme as expressões emocionais de: a) bem-estar/experiência boa; b) estranhamento/ desconhecido/medo; c) reflexão; e d) mal-estar/experiência ruim. Foram registradas 199 frases, onde se constatou que o sentimento que mais predominou nessa atividade foi o de bem-estar/experiência boa, somando-se 155 registros. Os outros sentimentos mais destacados foram o de estranhamento/desconhecido/medo com 15 registros nos cartazes, seguido das frases reflexivas com 14 registros. Por último, o sentimento de mal-estar/sentimento ruim, com 6 registros. Das frases restantes, 9 foram desconsideradas por não apresentarem condições de análise. Na categoria bem-estar/experiência boa, a maioria relatou nos cartazes que a trilha foi uma experiência boa e interessante, onde puderam vivenciar muitas sensações. Acredita-se que isso se deve ao fato de a trilha provocar a curiosidade dos participantes, onde são explorados sentidos que muitas vezes não consideramos os mais importantes. A visão é o sentido mais estimulado pela mídia e quando as pessoas são convidadas a permanecer, mesmo que por poucos momentos sem ela, tudo se torna novidade, como um mundo novo a explorar. Para muitos, a vivência da trilha é considerada uma terapia. Relatos dos participantes registrados nos cartazes demonstram suas sensações: “Tentar adivinhar o que toca é muito legal”; “Experiência muito boa para relaxar”. Na categoria estranhamento/desconhecido/medo, a maioria salientou que a trilha lhes causou uma sensação estranha ou que ficaram com medo e assustados. Isso pode demonstrar insegurança e/ou o quanto são dependentes da visão. Contudo, mesmo com o sentimento de estranhamento e medo, a maioria dos participantes disse que a experiência foi boa: “No começo dá medo, mas é bem legal”. As frases reflexivas deixadas pelos participantes abordam temas como a relação com a natureza, interdependência, empatia, importância dos sentidos, valorização da visão e o reconhecimento por parte dos participantes de como cada um ainda precisa desenvolver a sua percepção “é bom descobrir a vida de várias formas, para perceber que tudo está ligado”; “É uma sensação muito boa você não ver as coisas, mas reconhecer pelo toque”; “Bom pelo fato de não precisar enxergar para ver o quanto os outros sentidos ajudam”. Dois participantes relacionaram o percurso da trilha ao ambiente natural, ressaltando a sua importância e o contato com os elementos naturais. Através dos sentidos e devido aos estímulos, ocorreu uma sensibilização dos participantes no sentido de proteção e cuidado com o planeta. A trilha constitui-se como uma atividade de educação ambiental que fornece subsídios para o estudo do comportamento humano. Conforme resolução

adotada pela Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, é necessário avaliar as atividades dos museus junto às comunidades para verificar a eficácia de suas ações. Os museus devem estar atentos às demandas da sociedade, promovendo atividades que instiguem o conhecimento sobre o patrimônio natural e cultural. A percepção valoriza o indivíduo na coletividade e a trilha instiga o autoconhecimento nas relações com o meio ambiente. Ao analisarmos as reações de cada um podemos pensar em atividades mais direcionadas às necessidades individuais, que tenham como objetivos a ampliação da sensibilização ambiental e da percepção através dos sentidos.

Construindo memórias: percursos e atores de uma memória viva da Comunidade da Serrinha (RJ)

Ana Carolina Lourenço Silva – Graduada em História da Arte

Carla da Costa Dias – Professora da Escola de Belas Artes

Nathalie R. Barcellos – Graduada em História da Arte

1. Introdução e Objetivos

Este trabalho orienta-se para a apresentação das análises produzidas no projeto “Preservando e construindo a memória do Jongo da Serrinha” desenvolvido com o apoio do Programa de Extensão (PIBEX) e do Programa de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC) da UFRJ. Assim, o principal objetivo aqui apresentado é o de refletir sobre os processos de construção da memória da comunidade da Serrinha no Rio de Janeiro a partir do mapeamento dos atores envolvidos nas narrativas da comunidade, assim como sobre os caminhos e as estratégias utilizadas para atualização e formação das memórias. Desse modo, este trabalho inclui a revisão do conceito de autenticidade, os usos do passado, a reconstrução da narrativa e, por fim, um novo significado para o que seria patrimônio e as redes formadas entre as lideranças locais, o Estado e centros de conhecimento.

2. Metodologia

O projeto desenvolve, de modo conjugado, atividades de pesquisa de campo antropológica e atividades educativas diversificadas, que instrumentalizam o processo de registro e promovem a reflexão, por parte do grupo, a respeito da sua própria trajetória social e do seu acervo cultural. O projeto, portanto, contribui com as discussões sobre as relações entre museus, memória e cidadania como um ato que coloca a comunidade diante de ações acerca do patrimônio cultural e das responsabilidades que seu público têm com esses bens.

3. Resultados e Conclusões Parciais

O trabalho do Grupo Cultural Jongo da Serrinha — única ONG atuante no local, formada por Tia Maria do Jongo, Adriana Penha, Lazir Sinval, Luiza Marmello, Dyone Boy, dentre outros — trouxe visibilidade para comunidade. A Escola de jongo, os espetáculos, os discos, os filmes e os livros produzidos pelo grupo tornaram o jongo mais conhecido na cidade e no país, tornando-se uma perspectiva de vida concreta para muitos. As frequentes aparições do Jongo da Serrinha na mídia têm contribuído para o desenvolvimento local e para o sentimento de

pertencimento e identidade da comunidade. Esse fortalecimento da identidade local é alimentado pela memória coletiva da comunidade, guardada por suas famílias fundadoras, que graças ao fato de não terem sofrido nenhum tipo de política de remoção preservam até hoje seus tesouros no fundo das gavetas das casas e da memória.

A comunidade já realiza ações de memória, reunindo imagens e textos e recontando, a cada dia, as histórias que fundam sua existência e permanência. Nas oficinas, os personagens antigos são cotidianamente lembrados, de modo que sua presença é algo significativo para a comunidade herdeira dessa tradição cultural.

Nesse sentido, participamos interativamente com o movimento que o grupo de Jongo vem tentando empreender. A Serrinha é um caso exemplar da ampliação do campo do patrimônio no Brasil, gestada a partir da década de 1980. São os próprios atores sociais, os personagens das histórias que devem ser preservados.

Relação comunidade/museu na formulação da exposição “No ritmo do fandango” do MAE/UFPR

Ana Luisa de Mello Nascimento – Museóloga

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR) possui em seu acervo cerca de 2.070 peças referentes à Unidade de Cultura e Patrimônio, das quais destacam-se objetos representativos de manifestações culturais típicas do litoral do Paraná, em especial o Fandango.

Com o intuito de trabalhar junto à comunidade local de Paranaguá, cidade na qual está situada a sede expositiva do museu, o MAE desenvolveu em 2011 uma proposta de trabalho que buscou nos saberes tradicionais locais a referência para a elaboração de uma exposição temporária instalada na própria instituição. Para isso, foi montada uma equipe interdisciplinar que contou com professores, funcionários, alunos bolsistas e a comunidade local, a fim de construir o conceito museográfico da exposição.

O diálogo entre os diferentes atores desse processo curatorial resultou na opção por trabalhar dois eixos temáticos centrais: a confecção dos instrumentos musicais, feitos artesanalmente por mestres fandangueiros, e a realização da festa.

A metodologia adotada pela equipe foi a de pesquisa em materiais de referência sobre as manifestações do fandango no litoral do Paraná e a realização de entrevistas com os mestres fandangueiros da região, as quais foram filmadas e editadas para se tornarem um documentário disponível ao público no próprio espaço expositivo. Graças a essa interação com a comunidade foi possível ao museu incorporar às suas coleções peças doadas pelos próprios mestres para ficarem expostas no MAE. O resultado desse trabalho foi a montagem da exposição e a sua abertura ao público no dia 09 de dezembro de 2012.

Na abertura foi realizada uma mesa de discussões intitulada “No Ritmo do Fandango: Conversando com os Mestres”, seguida da apresentação do grupo de Fandango do Mestre Brasília.

A exposição “No Ritmo do Fandango” abriu os espaços do museu para as manifestações culturais da comunidade local e iniciou, a um só tempo, a prática da curadoria compartilhada com os sujeitos dos saberes tradicionais da região litorânea.

Musealização do patrimônio cultural subaquático: socialização da informação sobre bem cultural arqueológico

Ângela Andrade Ferreira – Graduada em Museologia; Mestranda em Arqueologia – Universidade Federal de Sergipe/UFS

Elizabete Mendonça – Graduada em Museologia e Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ; Professora do Núcleo de Museologia e do Programa de Pós-Graduação

Gilson Rambelli – Coordenador do Mestrado em Arqueologia (PROARQ/UFS); Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia; Coordenador do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/NAR/UFS).

Na contemporaneidade, diante dos desafios enfrentados no âmbito da preservação patrimonial, têm-se discutido sobre estratégias, limites e possibilidades da socialização do patrimônio cultural subaquático, sendo ela categoria “emergente” de patrimônio no âmbito das leis e da sociedade, mas conhecido de longa data no meio científico, onde fora marginalizado. Esse patrimônio tem sido explorado enquanto atração turística numa perspectiva apenas comercial, sem se ter comprometimento com sua preservação e manutenção, fazendo-se valer do fascínio despertado pelo ambiente aquático nos indivíduos, bem como pelos caçadores de tesouros que promovem espoliação constante a esses bens. Porém, o fato é que um dos principais motivos que leva o homem a espoliar o patrimônio deve-se à falta de identificação com o mesmo, logo, não poderia valorá-lo. Nessa perspectiva, para constituir um dado objeto em patrimônio cultural é preciso levar em consideração mais do que sua preservação, e assegurar a socialização da sua existência, assim como assegurar que o conhecimento produzido sobre ele, de fato, chegue à sociedade, não ficando restrito ao meio científico, garantindo sua existência às gerações futuras. Diante do que fora relatado é de importância a compreensão do que vem a ser a comunicação museológica, entendida como as “diversas formas de extroversão do conhecimento em museus”, as dinâmicas sociais, assim como a ampliação do conceito de patrimônio propiciou a ampliação das formas de socialização do patrimônio, bem como aos tipos e às formas de lidar com ele, sendo utilizada como instrumento para a socialização do patrimônio cultural subaquático e para seu desenvolvimento sustentável junto à comunidade a qual esteve ou está inserido.

Visto que após longo período de introversão, na contemporaneidade cada vez mais se tem afirmado que só será possível assegurar a existência do patrimônio para as gerações futuras se for gerido de forma compartilhada entre poder público, academia e comunidade, devendo os dois anteriores não estarem alheios às demandas e às dinâmicas da comunidade. Vale ressaltar, que diante das leis em vigor que não atendem a todas as demandas emergentes necessárias para a preservação do patrimônio cultural subaquático, é impreterível a aplicação de ações de inserções da comunidade no planejamento e na execução das práticas preservacionistas – nesse caso a postura recorrente é a realização de ações pontuais direcionadas aos indivíduos diretamente ligados ao

patrimônio, quando o que deveria ocorrer é a sua socialização ao máximo de indivíduos que se possa atingir, objetivando ter um número maior e cada vez mais consolidado de pessoas que possa vir a corroborar nas ações voltadas para o patrimônio. Neste trabalho, tem-se como foco específico a comunicação do patrimônio cultural subaquático, tendo como reflexão o naufrágio do Galeão Santíssimo Sacramento, um navio de guerra português, que naufragou em 05 maio de 1668, ao se chocar com o banco de areia de Santo Antonio, estando hoje localizado a 4 milhas náuticas do Porto da Barra (em Salvador) a uma profundidade de 32 metros. A opção em se trabalhar o naufrágio do Galeão Santíssimo Sacramento não se deu de forma aleatória, visto que na região onde esse se encontra existem outros naufrágios, que igualmente vêm sendo explorados no âmbito turístico, mas sem oferecer retorno à sociedade e ao contexto em que estão inseridos. Dessa forma, a proposta em longo prazo seria executar as ações arqueológicas e museológicas em cada um dos naufrágios, buscando viabilizar a existência de um “Parque Arqueológico Subaquático” que abrangesse todas as embarcações naufragadas na região do entorno do Farol da Barra, constituindo-se em uma nova opção turística, assim como geradora de conhecimento e renda para a manutenção dos sítios como para a população do contexto em que estão inseridos.

Além da importância do tratamento do sítio, e de suas partes integrantes, e de estruturá-lo para um turismo arqueológico de fato, este trabalho se insere nas iniciativas de promover o ambiente cultural subaquático como parte do que se concebe como patrimônio, visto que, apesar da definição de patrimônio abarcá-lo, ele ainda é visto de forma pejorativa pela comunidade não sendo compreendido em sua íntegra, nem mesmo o seu valor. Insere-se, portanto, no que a Mesa Redonda de Santiago do Chile ICOM, 1972, define como novo conceito de museu “(...) a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve (...)”. A identificação dos limites e as possibilidades da musealização *in situ* do Galeão Santíssimo Sacramento, bem como do seu potencial turístico, servirão para trazer ao conhecimento da comunidade as ameaças que recaem sobre esse patrimônio ao ser explorado de forma predatória, assim como possibilitará a articulação entre os setores público e privado, na busca das estratégias de valorização e preservação do patrimônio e, através de uma ação unificada, tornar possível o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural subaquático da região.

Museologia comunitária e apropriação social do Patrimônio Cultural na Colômbia

Angélica María Núñez – Universidad del Magdalena – Colômbia

A experiência que desejo compartilhar, tem como objeto os museus comunitários em Colômbia, a partir da experiência do trabalho com múltiplas iniciativas de diversas comunidades: indígenas, afrodescendentes, mestiços, que lutam para conservar, valorizar e deixar seus filhos, objetos, lugares, relatos e tradições ancestrais que marcaram a memória do grupo. Este fenômeno se apresenta em comunidades marginalizadas nos relatos históricos oficiais, encontram-se em momento de mudança geracional ou de uma circunstância política particular, portanto, precisam fortalecer os laços de pertença, segundo sua própria forma de lembrança.

A apresentação quer mostrar o fenômeno dos museus comunitários na Colômbia a partir de uma pesquisa acadêmica individual que vai se encontrando com os líderes de cada localidade, articulando ideias e necessidades até chegar a consolidar uma rede de comunicação mediante um *blog* na internet; a partir da qual se começa a visibilizar o movimento em âmbito nacional, dando a conhecer as iniciativas locais, exemplos latino-americanos, artigos, editais, e toda a informação útil para que os museus comunitários prossigam seu processo.

O relato começa no ano 2000 numa pequena igreja colonial, onde um ancião, descendente de africanos, mostra a memória oral de sua população a partir dos objetos da fazenda colonial, e finaliza com o primeiro ano de vida do *blog*.

www.museoscomunitariosencolombia.blogspot.com.

Projeto Expográfico – Universidade da Criança e do Adolescente: Contato, Diversão e Conhecimento

Carine Novaes Moraes – Museóloga – Doc-Expõe Gestão Museológica e Documental

Objeto

Apresentação do projeto expográfico da Universidade da Criança e do Adolescente – UNICA, um Museu de Ciência e Tecnologia que compõe um centro integrado de educação, cultura, esporte e lazer da Cidade do Saber, localizada em Camaçari, Bahia.

Objetivos

Mostrar como uma concepção expositiva pode instaurar programas educativos que levem ao público, principalmente estudantes, maiores informações sobre o objeto exposto e um detalhamento das técnicas empregadas, através de atividades interativas de aprendizagem científica e tecnológica, despertando assim a curiosidade, o senso de observação, a criatividade e o interesse pela ciência. Seguem, dessa forma, as premissas da Declaração de Santiago do Chile – 1972, em que os museus devem atuar como agentes sociais, tornando coleções acessíveis, através de técnicas museográficas modernizadas e tecnologias aplicáveis à comunidade.

Metodologia

A proposta Expográfica para o Museu de Ciência e Tecnologia da UNICA foi concebida com intuito de explorar o ambiente cenográfico com recursos tecnológicos, e aparatos de comunicação, no sentido cultural, funcional e pragmático. De acordo com a concepção museológica, que perpassa a integração de uma vitrine asséptica com elementos de interação do público, em que responde à necessidade de adaptação de peças e tecnologia preexistente a um novo espaço proposto. Essa adaptação refere-se não apenas às novas dimensões do espaço, menor que o anterior, como ainda à existência do Memorial do Polo Industrial de Camaçari, no espaço simétrico ao mesmo, tratando-se também de um espaço expositivo voltado para um público infante juvenil.

Nesse sentido, a primeira referência está justamente na proposição do novo espaço, composto por paredes curvilíneas, que contrastam com a ortogonalidade do espaço preexistente e sugerem percursos que levam os visitantes de um conjunto temático a outro, sem a necessidade da indicação de um roteiro mais rígido.

Os suportes das peças de experimentação da UNICA, chegadas do espaço anterior com uma diversidade de cores que não obedeciam a critérios claros, receberam revestimento em fórmica lisa e fosca azul-marinho, com detalhes em fórmica laranja, numa referência às peças móveis do memorial, estas, em marinho e aos praticáveis em carpete laranja. Esse critério se estende também às poucas peças estofadas do conjunto que serão revestidas com corino azul-marinho ou laranja. Quanto aos suportes praticáveis, adotou-se a forração das superfícies passíveis de serem pisadas com piso vinílico azul topázio, com borda da mesma cor; para acabamento, o mesmo utilizado no piso geral da nova sala agregada à UNICA. As laterais desses praticáveis, entretanto, foram revestidas com a fórmica, em azul-marinho, comum aos demais suportes.

Essa mesma lógica norteia a adoção do piso aplicado na sala nova, agregada à sala principal. Da mesma forma, foram escolhidos três tons pastéis de cinza, amarelo e azul, oferecidos pelo fabricante, que estabelecem uma relação com as cores das paredes e com o porcelanato existente.

Resultados da pesquisa/experiência

A UNICA apresenta hoje uma exposição interativa capaz de sintetizar conhecimentos e discuti-los junto ao público, de forma que o visitante torna-se receptor desse conhecimento, mas também um criador de novos saberes. Essa relação entre diversas ciências, com cultura e com artes em geral, proporciona uma relação de comunicação da prática museológica, em que se transmite o conhecimento através de artefatos, painéis e imagens.

A instituição dispõe, ainda, de um serviço educativo organizado, em que desempenha um papel decisivo na educação da comunidade, desenvolvido no atendimento de visitas guiadas a grupos organizados, como escolas municipais, estaduais, particulares e instituições em geral. Esse serviço incentiva a parceria com professores e um real programa educativo de divulgação científica e práticas pedagógicas, disponibilizando à sociedade o acesso a tecnologias comunicacionais.

Essa atribuição de museu de ciência e tecnologia proporciona a articulação de diferentes pontos de vista, junto a uma visão interdisciplinar da perspectiva educacional, que investe na promoção de cultura, como insiste o pensamento de Bourdieu (1969), de que os museus devem ocupar um lugar de destaque e as práticas educacionais devem estar ligadas a exposições e/ou a atividades em museus, aprofundando cada vez mais a produção de conhecimento.

Colocar, portanto, o frequentador como centro das informações, torna a ação social mais atrativa, o que facilita o trabalho de mediação. Essa prática faz do museu um lugar de aprendizagem ativa, que através de textos, informação dos monitores e da comunicação através do contato com o acervo, proporciona ao visitante a absorção de conhecimento de forma lúdica e divertida.

Integrar museus: Programa de ações museológicas da UFRB no Recôncavo da Bahia

Carlos Alberto Santos Costa – Bacharel em Museologia/UFBA; Mestre em Arqueologia/UFPE; Mestre em Arqueologia/UC-PT; Doutorando em Arqueologia/UC-PT

Rubens Ramos Ferreira – Técnico em Museu – Centro Paula Souza/CETEC; Graduando em Museologia/UFRB

A comunicação tem o objetivo de contextualização do Programa de ações museológicas da UFRB no Recôncavo da Bahia, para o qual temos em desenvolvimento dois projetos: 1) Projeto de levantamento e caracterização das instituições museais do Recôncavo da Bahia; 2) e o Projeto Integrar Museus: proposta de integração das instituições museais do Recôncavo da Bahia com a UFRB.

O primeiro deles consiste numa proposta de identificação, mapeamento e caracterização qualitativa e quantitativa da realidade museológica regional, com o intuito de subsidiar diretrizes adequadas à realidade local que possibilitem a elaboração de propostas de ações da UFRB junto à região.

O princípio que rege essa atividade é o de que não se pode pensar em integração regional entre UFRB e Recôncavo sem o devido conhecimento da realidade que ele abriga. É desse entendimento que deriva o segundo projeto, complementar a esta proposta de pesquisa, que visa à criação de um espaço de extensão e de diálogo entre UFRB e instituições museológicas do Recôncavo da Bahia, com uma série de ações que tenham como meta articular a comunidade museológica do Recôncavo e a universidade.

Atualmente, os dados levantados, previstos no primeiro projeto, estão sendo disponibilizados num ambiente virtual associado ao *site* oficial da UFRB: www.ufrb.edu.br/museu. Tal plataforma digital insere-se, como uma contribuição contundente, em um ambiente de interação social.

A plataforma digital do Projeto Integrar Museus, além de disponibilizar dados sobre o contexto social, e estrutural, no qual os espaços museais do Recôncavo da Bahia estão inseridos, visa a estimular o diálogo acerca da produção acadêmica e dos projetos de Extensão Universitária voltados a atender às demandas sociorregionais do Recôncavo. “Um ambiente virtual que possibilite a inserção dos estudantes da UFRB num diferente cenário de atuação museal, relacionado à associação do patrimônio cultural com a virtualidade. Isto é, como utilizar as diferentes mídias e as novas tecnologias, para atingir objetivos museológicos, a exemplo da pesquisa e, sobretudo, da divulgação de informações” (COSTA, 2011).

A biologia no Museu Antares de Ciência e Tecnologia: uma visão lúdica e interdisciplinar

Anna Thiciane Freitas Santos – Estudante de Biologia

Andréia Borges Andrade – Administração

Aysses do Carmo Oliveira Nascimento – Estudante de Física

Carolina Oliveira de Cerqueira Lima – Bióloga

Eduardo Nunes de Almeida – Estudante de Física

José Carlos Silva dos Santos – Matemático

Laryane Alves de Alcântara – Estudante de Biologia

Lise Marcelino Souza – Museólogo

Maiara Araujo Nogueira Ferreira – Estudante de Física

Marildo G. Pereira – Físico

Otávio de Oliveira Santos – Estudante de Engenharia de Alimentos

Pablo França Alves – Estudante de Física

Paulo César da Rocha Poppe – Físico

Saladina Amoedo Athayde – Bióloga

Thauane Lima de Souza – Contábil

Vera Fernandes Martin – Física

O Museu Antares de Ciência e Tecnologia (MACT) foi implantado em 2009 com o objetivo de popularizar a ciência e desde então recebe a comunidade em geral e escolas públicas e particulares. As exposições permanentes possibilitam que as escolas (dos ensinos fundamental e médio) realizem atividades complementares à sala de aula de maneira dinâmica e interativa. Na dependência do MACT é encontrada a exposição “Planeta Terra: Eras e Épocas”, a qual é dividida em 11 subprojetos com o objetivo de socializar com o público as modificações ocorridas no ambiente, do ponto de vista físico-químico e biológico, sendo trabalhados temas científicos de forma interativa e lúdica. Dos onze subprojetos, apenas cinco estão em atividades e desses três trabalham diretamente com a biologia. Sendo essas exposições intituladas: “Dinossauros e Pterossauros do Brasil”, “A Era dos Mamíferos: A Aurora da Humanidade” e “Espaço Natureza”.

Na exposição “Dinossauros e Pterossauros do Brasil” são encontradas dez réplicas, sendo oito de dinossauros e dois de pterossauros. Todas as réplicas foram construídas com base em fósseis encontrados no território brasileiro o que justifica o título da exposição. Nesse momento do circuito no Museu, é possibilitado ao público uma vivência na Era Mesozóica, sendo discutidas as características ambientais da época, a anatomia e ecologia das réplicas expostas. Com a visualização das réplicas, os visitantes podem apresentar uma aprendizagem ativa e significativa (VALENTE, CAZELLI e ALVES, 2005), pois o acervo permite a visualização das estruturas anatômicas que caracteriza a diferenciação dos dinossauros dos outros répteis, é trabalhado também a cadeia de eventos que levou à separação dos dinossauros dos demais grupos de répteis que andavam pelo planeta durante o Triássico. As réplicas possibilitam avaliar os hábitos alimentares dos animais desse período, entre animais que se alimentavam de peixes, outras tipos de carne e os vegetarianos. Esses hábitos são discutidos pela natureza dos dentes e estrutura da mandíbula.

A transposição de uma exposição para outra é discutida a partir da teoria sobre a extinção dos dinossauros. Existem várias teorias a respeito. No entanto, hoje a mais aceita no meio científico é sobre a queda de meteorito, que gerou constipação devido aos pólenes produzidos pelas angiospermas, por epidemias que nessa época se alastraram por todo o planeta, bem como por mudanças climáticas, de temperatura, e por eventos vulcânicos.

Os eventos que ocorreram no final do Cretáceo favoreceram a sobrevivência dos animais de pequeno porte, como por exemplo, os mamíferos que coabitavam com os dinossauros. Sendo essa a ponte para a exposição “A Era dos Mamíferos: A Aurora da Humanidade”.

O intuito dessa exposição é apresentar réplicas de três mamíferos gigantes (Mamute, Preguiça gigante e Tigre-dentes-de-sabre) alguns exemplares hominídeos (*Ardipithecus ramidus*; *Australopithecus*; *Homo erectus*; *Homo neanderthalensis* e *Homo sapiens*) e **esqueletos desses hominídeos**.

Até o momento, a exposição apresenta exclusivamente os três mamíferos gigantes, trabalhando a Era Cenozóica. Nesse circuito do Museu, é discutido com o público o ambiente encontrado nessa Era, os hábitos de vida desses mamíferos, quais os hominídeos que conviveram com esses animais, e o porquê de a maioria dos animais que viveram nesse período terem sido extintos.

Nesse momento os monitores do MACT discutem as teorias científicas relacionadas a esse tema. Sendo trabalhados os papéis relativos ao clima e à presença dos hominídeos (LORENZEN, et al. 2011).

O final do circuito expositivo do MACT é na exposição “Espaço Natureza” que retrata a era atual. Nesse espaço, o público tem acesso a quadro dioramas, cada um com o bioma encontrado no Estado da Bahia (Costeiro, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado), onde estão animais taxidermizados: aves, mamíferos e répteis. Há a presença de um expositor com exemplares de invertebrados e com estruturas de esqueletos de diferentes animais. O expositor dos invertebrados permite uma ação interativa com o público, pois é um expositor que apresenta exemplares de seis ordens da Classe Insecta e os visitantes são convidados a agrupar esses indivíduos de acordo com sua ordem diferenciando e identificando as características de cada ordem. Além disso, existe um exemplar que pertence a Classe Arachnida, podendo assim ser discutido também as características dessa Classe e o que a diferencia da Classe Insecta.

A flora é representada em exsicatas expostas em quadros com informações biológicas dos grupos de vegetais terrestres (bríófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas). No final do circuito há o questionamento do papel do homem nesses biomas, já que este não é representado até então nesse ambiente expositivo. Após esse questionamento os visitantes têm a opção de seguir dois caminhos que são separados por uma cortina móvel e transparente. Esses percursos são diferenciados por painéis com ações, positivas e negativas, produzidas pelo homem, demonstrando a possibilidade de seguir por um dos dois caminhos.

Os resultados observados nessas exposições demonstram um entendimento mais claro sobre os processos evolutivos, sobre os hábitos de vida dos seres vivos em diferentes eras geológicas e sobre a ação do homem no ambiente. O MACT recebeu um público de 1.359 pessoas entre os meses de fevereiro e a primeira quinzena de maio de 2012. Sendo a maioria do público escolar (521 de instituições públicas e 625 particulares), todas do estado da Bahia.

Ação Educativa no Museu de Arte Sacra Laranjeiras-SE

Coleta Ana Passos Messias

Giceli Andrade Rocha Santos

Josefa Martins Santos Almeida

Orientadora: Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso/UFS

Dentro do que foi proposto na Mesa Redonda de Santiago do Chile há quatro décadas, onde o museu deve desempenhar um papel social, o objeto desse estudo é a transposição dos saberes entre museu/escola que foi transformada em ação educativa: o projeto Tradições Juninas apresentou-se ao alunado do ensino fundamental da Escola Centro Educacional São José, localizada no município de Laranjeiras/SE, através de visitação ao Museu de Arte Sacra, focando a sala dos ciclos juninos e evidenciando seus santos: Santo Antônio, São João e São Pedro, apresentando suas histórias e a representatividade de cada um.

Essa ação teve como objetivo a aproximação dos discentes ao conteúdo museológico de forma expositiva, interativa e lúdica, com o intuito de habitá-los a frequentar essas instituições, incorporando-as à sua rotina. A importância desse movimento se dá na necessidade de cultivar nos estudantes o sentimento de pertencimento à cultura nordestina, aguçando a imaginação e a criatividade a fim de fazê-los participar de forma ativa na construção do conhecimento. A ação educativa foi executada na manhã do dia nove de junho de 2011, das 9h00 às 11h00, com um público de vinte e dois alunos do 4º ano com a faixa etária de nove e dez anos. Como subsídio teórico foi utilizado o texto da autora Martha Marandino que disserta sobre as formas de transposição ou recontextualização da produção dos saberes na educação em museus de ciência. Segundo a autora, entende-se que o museu, no que se refere à sua dimensão educativa, é também um local de produção de saberes próprio. A ação proporcionou aos alunos um contato com a cultura nordestina de forma interativa, promovendo a transposição e a troca de saberes entre escola e museu, com o intuito de chamar atenção de educadores para a importância de buscar meios alternativos de produção do conhecimento. A metodologia aplicada se iniciou com a visita monitorada pelo museu apresentando aos alunos a importância daquela instituição. Tivemos como foco principal a sala do ciclo junino, já que a aplicação do projeto se deu no mês em que são comemorados os festejos juninos. Explanamos sobre a importância dos Santos que fazem parte do ciclo, os tipos de fogueiras que representam cada um deles, houve entrega de letra de cantingas de São João que os alunos cantaram com os colegas, foram entregues papéis com desenhos juninos, giz de cera e lápis de cor para que os alunos usassem a criatividade, e para o encerramento houve degustação de comidas típicas. Toda a ação resultou na participação efetiva tanto dos alunos como da professora, que aplicou atividades e uma avaliação em sala de aula de acordo com a vivência no museu correspondente ao conteúdo da ação realizada. O projeto de ação educativa cultural em museus alcançou o seu principal objetivo, a interação dos alunos com o conteúdo, e as atividades realizadas na instituição, que consequentemente saíram da dimensão museal diretamente para sala de aula, havendo essa troca de conhecimento entre escola e museu.

Museu de Arqueologia e Etnologia: da Mesa Redonda de Santiago do Chile aos desafios contemporâneos

Cristina Castellano – Graduação em Ciências Sociais e Mestre; Especialização em Museologia Para Climas Tropicais e Mestrado em Ciências da Linguagem

Vanilde Rohling Ghizoni – Graduação em Licenciatura em Educação Artística – Artes Plásticas; Especialização em Conservação de Obras sobre Papel; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Viviane Wermelinger – Graduação em Museologia

Nesta apresentação trataremos de mostrar a trajetória do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/MARquE¹ da Universidade Federal de Santa Catarina, instituição que atua no campo da Antropologia e que vem ao longo dos anos trilhando um caminho em que as problemáticas vinculadas aos povos indígenas e as comunidades tradicionais vêm ocupando um generoso espaço de reflexão e atuação.

O MARquE foi criado em 1968 como Instituto de Antropologia, antecedendo em apenas 4 anos a Mesa Redonda de Santiago do Chile. Porém, em seu discurso de inauguração, proferido pelo Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, o perfil de uma instituição implicada com os direitos dos povos autóctones e do respeito ao patrimônio arqueológico, herança dos antigos ocupantes deste território, é uma marca.

“Seus sambaquis, que se estendem por toda a faixa litorânea, [...] sempre foram olhados pelos cientistas [...] com olhos de inveja e cobiça, porque lhes apresentam as mais surpreendentes condições para os estudos mais acurados e mais profundos sobre as ocupações humanas pré-colombianas do território meridional da América. [...] Santa Catarina abriga ainda um reduzido número de aborígenes, remanescentes dos grupos autóctones que a povoaram, ligados aos Postos Duque de Caxias, no Vale do Itajaí, e Selistre Campos, no extremo oeste, além de pequenos grupos dispersos em Calmon e outras localidades, e que são os últimos vestígios de nossos silvícolas que escaparam à sanha dos bugreiros. Além do mais, mosaico das mais variadas etnias, o nosso estado se apresenta como interessante campo para estudo de Antropologia Cultural e Social, já que os fenômenos aculturativos se comportam da mais variada diversificação.” (CABRAL, 1968, p.101)

Cabe salientar que desde seus momentos iniciais, ainda como Instituto de Antropologia, já contava com um espaço que caracteriza um museu, um ambiente onde eram expostos, segundo a expografia utilizada à época, objetos etnográficos e arqueológicos.

¹ O Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC tem seu nome alterado em abril de 2012, passando a ser chamado Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC.

O MARquE é uma instituição pública, universitária e federal, e ao longo deste último ano vem discutindo sua responsabilidade social e política e por fim, resignificando seu papel na comunidade catarinense. Nesse processo a modificação do nome da instituição, de Museu Universitário para Museu de Arqueologia e Etnologia teve um papel preponderante, pois foi fruto de um fórum interno de discussões que implicaram em uma imersão na trajetória do MARquE, da política museológica e mais que tudo, do futuro da instituição, uma vez que em 24 de abril de 2012 inauguramos uma edificação com 1.900 m² destinada exclusivamente às ações de comunicação museológica.

A formação do acervo do MARquE está intimamente ligada com a trajetória da instituição, precursora do ensino e da pesquisa no campo da Antropologia no estado. Esse acervo, por ser proveniente, em grande parte, de pesquisas científicas – realizadas pelos integrantes e colaboradores do museu em diferentes partes do estado e do país – é bem documentado e de valor acadêmico. Compõe-se pelas seguintes coleções: etnográfica indígena, arqueológica e de artes e ofícios. E ainda pelo seu caráter científico, há de se ressaltar a Coleção Documental resultante das pesquisas executadas pela equipe do MARquE.

Dentro da política museológica, no que se refere aos projetos executados com vistas a salvaguarda dos bens culturais, o museu vem implementado projetos com os recursos advindos da aprovação em editais públicos de fomento a museus e que consistiram em ações de conservação, de aquisição de coleção etnográfica, de pesquisa e de comunicação por meio das exposições de seus acervos.

Marcando um novo período na trajetória do MARquE, em 2011 consolidou-se uma parceria com o curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica direcionado aos grupos indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani. Essa parceria foi inserida curricularmente e teve início uma aproximação com os alunos, com visitas a Reserva Técnica, na qual foi possibilitada a aproximação com a produção artefactual dos distintos grupos indígenas. Essa visita foi o primeiro passo para pensarmos, em conjunto, a concepção de uma exposição com o objetivo de apresentar à comunidade a cultura desses três povos. A exposição intitulada: “Guarania, Kaingáng e Xokleng: Memórias e Atualidades ao Sul da Mata Atlântica” usou como metodologia a curadoria compartilhada, onde todas as etapas para a sua montagem foram discutidas pela Divisão de Museologia do MARquE e pelos alunos indígenas.

Esse primeiro projeto efetivamente abriu a possibilidade de outras parcerias destacando desde a confecção e coleta de objetos nas suas respectivas comunidades, que compuseram a exposição e posteriormente foram doados ao MARquE, como ainda a disponibilidade de trabalharem na pesquisa e documentação museológica do acervo etnográfico.

Em 2012, dando continuidade a essa política, inauguramos a exposição “Ticuna em Dois Tempos” em parceria com o Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, com o apoio da UFSC e do Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural. A ação cooperada com os Ticuna, povo que ancestralmente ocupa o Alto Solimões/AM e regiões de fronteira com o Peru e a Colômbia, se deu através da captação das imagens em vídeo com as observações dos Ticuna que vivem na Comunidade Tikuna Wotchimaücü, do bairro Cidade de Deus em Manaus, acerca do acervo iconográfico e de imagens dos artefatos coletado pelo antropólogo Sílvio Coelho dos Santos em 1962. Sublinhamos que essa mesma exposição, será posteriormente montada no Museu Amazônico.

O MARquE confere a essas iniciativas uma reatualização das problemáticas tratadas há tantos anos na Mesa Redonda de Santiago do Chile. Ao considerar as possibilidades de intervenção que uma ação museológica pode promover em uma comunidade, conferindo a visibilidade, a promoção e o fortalecimento da autoestima de um povo, não há dúvidas que a ação museológica é política.

Apesar de os museus não reproduzirem culturas através de suas coleções, não há dúvidas de que os estoques culturais lá representados possuem um poder inovador. Nas palavras de Dominique Tilkin Gallois tais registros e inventários “constituem de fato “memórias adicionais”, ou “artificiais”, que podem auxiliar aos propósitos de fortalecimento cultural de comunidades indígenas. Mas, sozinhos, não constituem uma salvaguarda do patrimônio imaterial.”. (2008, p. 34).

Hugues de Varine sublinhou o caráter revolucionário do documento produzido em 1972, sublinhando que o mesmo não perdeu seu vigor. Acreditamos que as propostas de trabalho museológicas promovidas entre o MARquE e as comunidades indígenas confirmam os princípios fundamentais dos museus e ressaltam a função social das instituições museológicas, demonstrando as possibilidades de integração de museus tradicionais com comunidades.

Projeto Cultural “Onde Estou? Identidade, Memória e Patrimônio”

Daniela Castilhos Pioner – Professora com Licenciatura Plena em Artes Visuais/Habilitação em Artes Plásticas Arte-educadora (Universidade de Caxias do Sul/UCS, 2008); e Especialista em Gestão do Patrimônio Cultural (UCS, 2011)

Objeto

Ação educativa continuada no museu IBS – Instituto Bruno Segalla, envolvendo escolas, o museu e a cidade.

Objetivo Geral

Ampliar e democratizar o acesso da escola ao museu e em outros espaços de memória, visando a despertar nas crianças e jovens de Caxias do Sul a percepção da importância do patrimônio cultural na formação da sua identidade.

Objetivos Específicos

- Realizar 120 oficinas sobre identidade, memória e patrimônio para alunos da rede pública escolar de Caxias do Sul-RS;
- Promover 40 visitas mediadas a diferentes espaços culturais da cidade para alunos da rede municipal de ensino;
- Realizar 40 oficinas de capacitação para professores;
- Organizar e expor, para toda a comunidade, duas mostras de trabalhos artísticos realizados por participantes do projeto;
- Discutir sobre os conceitos de memória, patrimônio e pertencimento como elementos formadores da identidade;
- Promover a integração entre escola, museu e cidade, enquanto agentes culturais e educadores;
- Valorizar o sentimento de pertencimento na construção da cidadania.

Metodologia

A partir do acervo do escultor, medalhista, metalúrgico e político Bruno Segalla, as ações educativas do projeto visam a despertar nas crianças e jovens o questionamento do significado de identidade, memória e patrimônio na formação da cidadania. Utilizamos como metodologia a Pedagogia Questionadora para potencializar a curiosidade e a formulação de significados por crianças, jovens e adultos. O DIÁLOGO é a força motriz da Pedagogia Questionadora, um diálogo que não se limita a roteiros preestabelecidos, um diálogo sem resposta certa nem errada. Podemos julgar qual a interpretação mais adequada ou menos adequada em função do objeto ou ideia analisada. Além do diálogo questionador e propositor de variáveis, também utilizaremos a Proposta ou Abordagem Triangular que compreende as ações de fazer, ver e contextualizar, atualmente representada em zigue-zague: *contexto\fazer/contexto\ver ou ver/contextualizar\fazer/contextualizar ou fazer/contextualizar\ver/contextualizar*. Assim o contexto se torna mediador e propositor, dependendo da natureza das obras, do momento e do tempo de aproximação do fruidor, enfim da unidade *subjetil* (sujeito + objeto). As ações educativas culturais realizadas no decorrer do projeto centram-se em atividades reflexivas e propositivas, a partir das concepções dos participantes e da ampliação de seu conhecimento. São elas:

- Qualificação dos educadores do projeto;
- Elaboração do material de apoio aos professores;
- Montagem do *kit* das descobertas (sacola com lupa, lápis e bloco para o aluno) para a visita mediada a outros espaços de memória da cidade;
- Divulgação das ações educativas culturais do projeto para a comunidade escolar;
- Sensibilização e qualificação da equipe de professores das 40 escolas participantes, e planejamento do projeto, juntamente com a professora titular do grupo de alunos, e a coordenadora pedagógica da escola, de acordo com a realidade de cada instituição participante. Este plano é o subsídio para o planejamento das oficinas e da visita mediada que os educadores do projeto “Onde Estou?” elaboram e organizam;
- Agendamento das oficinas e das visitas mediadas, 4 encontros com cada grupo, sendo que estes encontros deverão acontecer 1 vez por semana (5 grupos atendidos por semana de 5 escolas diferentes);
- Realização de 3 oficinas com as temáticas identidade, memória e patrimônio no museu IBS para cada grupo de alunos (120 oficinas em 10 meses), previamente elaboradas e organizadas pelos educadores do projeto de acordo com a realidade de cada escola;
- Realização de uma visita mediada a um outro espaço de memória da cidade para cada grupo participante do projeto (40 visitas mediadas em 10 meses);

- Organização de duas exposições no Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, cada grupo de cada escola participará com uma produção poética coletiva, representando sua escola;
- Avaliação do projeto, realizado em processo, junto aos professores e estudantes, bem como com a equipe uma vez por mês.

Todas as ações são oferecidas gratuitamente. Nas oficinas e visitas mediadas disponibilizamos transporte gratuito e os educadores acompanham os grupos desde a saída nas escolas até a finalização de cada oficina e de cada visita mediada em outros pontos de memória da cidade.

Experiência: Já realizamos 1.300 atendimentos incluindo 13 sensibilizações para professores, 15 grupos envolvidos em todas as ações do projeto e 13 planejamentos de projetos escolares de acordo com a realidade de cada escola.

Relação museu e escola: a experiência do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável – Macapá/AP

Elane Carneiro de Albuquerque – Graduada em Artes Visuais e Mestre em Educação – Museu Sacaca/IEPA

Moema Teixeira Barros – Pedagoga e Especialista em Gestão de Pessoas – Museu Sacaca/IEPA

Simone Maria de Jesus – Museóloga e Especialista em Didática e Metodologia do Ensino – Museu Sacaca/IEPA

Objeto

Este texto tem como objeto de estudo a relação museu-escola, portanto a relação entre Educação e Museologia, analisada a partir da experiência da ação cultural e educativa do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável no período de 10 anos de Exposição a Céu Aberto – 2002 a 2012, identificando nesse percurso os elementos significativos que colaboram na realização da proposta pedagógica, apresentada como um processo de construção coletiva, considerando as especificidades sociais, culturais e ambientais do contexto amazônico. O texto é importante enquanto subsídio para se pensar o papel social dos Museus pós-Santiago do Chile, especificamente da ação cultural e educativa dos museus no conhecimento e reconhecimento da identidade, da ação política e da produção cultural de homens e mulheres que constituem o patrimônio cultural.

Objetivo Geral

Analisar a relação museu-escola a partir da proposta pedagógica desenvolvida na ação cultural e educativa do Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável no período de 2002 a 2012, na perspectiva do reconhecimento, valorização e sustentabilidade do patrimônio cultural no contexto amazônico.

Específicos

- Analisar a proposta pedagógica a partir do processo de elaboração do Plano Pedagógico, seus referenciais teórico-metodológicos e o desenvolvimento das ações educativas junto às escolas;
- Identificar no percurso elementos que colaboram na realização da proposta pedagógica e na relação museu-escola;
- Subsidiar a reflexão em torno da ação cultural e educativa dos museus a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile;

Metodologia

O estudo centrou-se na pesquisa bibliográfica e análise documental da instituição (Relatórios, Planos de Ação, Plano Museológico, Plano Pedagógico, Acervos e registros fotográficos e audiovisuais) do período de 2002 a 2012.

Resultados da pesquisa/experiência

A construção da proposta pedagógica da Ação Cultural e Educativa do museu aconteceu em um contexto sociopolítico iniciado em 1994 no Governo de João Alberto Capiberibe, com a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – o PDSA, que institui uma nova racionalidade de gestão pública, tendo como discurso a valorização e da sustentabilidade e das peculiaridades socioculturais e ambientais do Amapá, implicando diretamente em políticas públicas culturais. Para o Museu Sacaca, o PDSA significou a necessidade de novos subsídios teóricos e práticos para uma concepção museológica que considerasse também as relações sociais, culturais e ambientais do contexto amazônico.

Nessa perspectiva, o Projeto Museológico foi elaborado em 2000 por meio de uma metodologia participativa, compartilhando com as comunidades, técnicos, especialistas e educadores as expectativas em relação à concepção museológica. Já na montagem da “Exposição à Céu Aberto do Museu Sacaca”, aberta em 2002, foi privilegiada a musealização do cotidiano da população amazônica. As comunidades ribeirinhas das ilhas, castanheiras, indígenas e quilombolas participaram das discussões e construções das *casas tradicionais* da exposição. Ainda neste ano foi realizado o planejamento participativo para a elaboração do Plano Pedagógico, organizado em parceria governamentais e não governamentais, com a presença de educadores(as), pesquisadores(as), técnicos(as) de instituições públicas, representantes comunitários (castanheiros, indígenas, quilombolas, parteiras, ribeirinhos), professores(as) e moradores(as) do entorno do Museu.

A proposta pedagógica do Museu Sacaca tem como referencial teórico-metodológico o Movimento da Nova Museologia e a Educação Popular, compreendendo que a ação pedagógica se configura nos sujeitos e na ação coletiva do espaço museológico. Tais referenciais emergem do debate em torno das diversidades culturais, da cidadania e das ações afirmativas e do papel do museu na coletividade a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972 assim como do reconhecimento do Movimento da Nova Museologia, pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. (SANTOS, 1999, p.11). No entanto, a proposta pedagógica do Museu Sacaca absorve a compreensão dos processos participativos do Seminário de Caracas realizado em 1992. Para Horta (1995, p.34), o Documento de Santiago apresenta a gestão do Patrimônio Cultural como competência e privilégio do museu (atendendo interesse dos técnicos do Patrimônio que buscam a preservação desse patrimônio); não se fala ainda da Comunidade como cogestora destes bens, com sua visão própria e seus interesses, ou seja, um museu cheio de certezas com o papel de mestre e conscientizador do público. Por outro lado, o Documento de Caracas propõe ações e processos considerando as particularidades de cada contexto local e específico, no qual atuam e situam-se os museus.

Nesse sentido, a Educação Popular – EP transforma-se na função pedagógica comprometida com a comunidade em que está inserido. A questão colocada não é mais de intervir *sobre*, mas intervir *com*. Trata-se do dialógico mediante a diversidade, dispensando os *conceitos binários redutores do tipo oprimido/opressor, consciente/não consciente, que não nos permitem atentar para a complexidade dos seres e dos fatos*. (PETIT e GAUTHIER, 2002, p.12).

No período analisado, foi realizada uma diversidade de projetos e atividades educativas junto às escolas, atendendo em média de 887 instituições de ensino e 41.546 pessoas entre alunos e visitantes até 2010. Em 2011 o Museu passou por uma reforma e revitalização, aberto em fevereiro de 2012 atendendo 32 escolas e 18 grupos comunitários até maio. Em 2012 iniciou um projeto de pesquisa com 2 escolas estaduais afim de avaliar os resultados mais qualitativos das ações pedagógicas tendo como tema o patrimônio cultural. Os resultados desse período também encontra-se nas publicações e nas 9 premiações recebidas, dentre elas, o Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, Arte e Cultura.

Nessa perspectiva, a proposta museológica do Museu Sacaca aparece como uma forma diferente de compreender o museu, seu papel social e o próprio conceito de patrimônio cultural, o que implica em entender as ações museológicas e educativas como processo que se realiza na coletividade, na parceria entre o museu, escola e comunidade, na troca de experiências entre conhecimentos e diferentes concepções sobre o mundo que enriquece e constitui o patrimônio cultural. O Plano Pedagógico do Museu Sacaca traz todos esses elementos com o objetivo de ser referência para as ações educativas junto às escolas e comunidades. No entanto, não é uma receita pronta, mas um processo em constante avaliação, reavaliação e transformação, conforme suas necessidades e contexto.

Letrarte: ação educativa continuada no Museu da Chácara do Céu

Fernanda Santana Rabello de Castro – Licenciada e Bacharel em História/UFRJ; Mestranda em Educação/UFRJ

Ozias de Jesus Soares – Licenciado em Pedagogia/UERJ; Mestre em Educação/UFF; Doutor em Ciências Sociais/UERJ

O projeto Letrarte teve origem a partir de algumas constatações e outras necessidades. A primeira constatação foi saber que a maior parte de nossos visitantes era de turistas estrangeiros. Precisávamos com isso construir e fortalecer vínculos mais profícuos com a comunidade mais imediata, de modo a contribuir para a formação de um público local. Ligado a isso, sentimos uma necessidade de realizar um trabalho continuado com uma escola municipal vizinha ao museu.

Nesse sentido, o projeto foi pensado para inserir a arte-educação no contexto de letramento de crianças do primeiro segmento do ensino fundamental numa perspectiva de incentivo à formação integral no âmbito da educação escolar que envolva a experiência com cultura e arte. O Letrarte tem como principais objetivos a identificação da arte como forma de comunicação, o fortalecimento do museu como um espaço de memória local e coletiva e o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dos educandos de duas turmas, uma do segundo ano e outra do quarto ano do ensino fundamental.

Essa é uma experiência piloto que se pretende como parceria duradoura entre museu e escola que possa desenvolver-se nos próximos anos.

Desde sua concepção até o planejamento das atividades, o projeto conta com a participação ativa das professoras, da equipe pedagógica escolar e do setor educativo do museu.

As atividades incluem visitas mediadas às exposições temporárias e de longa duração, oficinas de arte-educação, exibição de filmes seguidos de debate, dinâmicas que utilizam o espaço do entorno do museu, oficinas relacionadas ao meio ambiente (realizadas a partir da identificação e observação das espécies existentes nos jardins e bosque do museu), análises de obras de arte e debates entre educadores, professoras e educandos, formando um tripé baseado em visitas e atividades práticas e teóricas.

Nessa primeira etapa, prevemos uma culminância do projeto em forma de uma exposição, que terá como acervo os trabalhos produzidos pelos alunos, imagens das atividades e um documentário que está sendo elaborado por uma das turmas.

Para tal, os educandos farão parte de todo o processo de elaboração, montagem e comunicação da exposição, realizando a curadoria, pensando na expografia e nas atividades educativas da mesma. Um coquetel de inauguração abrirá as portas do museu à comunidade e terá como convidados especiais os pais e familiares dos educandos.

Todo o andamento do projeto, que teve início em março do corrente ano, está sendo documentado através de relatórios e diagnósticos produzidos pelos educadores do museu. Esse material faz parte de uma pesquisa-ação que se desenvolve em consonância com o projeto.

Com sua realização temos a pretensão de que sirva para instrumentalizar a ação educativa, possibilitar o desenvolvimento de uma ação continuada no museu e servir de exemplo e base para a formulação de políticas públicas no campo da educação museal.

A construção do projeto está balizada pelo Projeto Pedagógico e pelo Plano Museológico dos Museus Castro Maya. Destacamos ainda que essa construção é atravessada pelas discussões presentes na Carta de Santiago do Chile, de 1972, no que concerne ao papel educativo dos museus em uma sociedade com demandas sociais e econômicas, sobretudo na direção de promover ações voltadas para as camadas mais pobres da sociedade, orientados por uma perspectiva igualitária e menos excludente.

Notas preliminares: resultados iniciais e perspectivas do projeto Letrarte

Concomitante com as ações educativas do projeto Letrarte, os educadores do Museu da Chácara do Céu vêm tentando aprofundar seu conhecimento sobre as condições socioculturais das turmas envolvidas, sua história, sua inserção no bairro e sua relação, e de suas famílias, com o museu.

Para isso, realizam-se reuniões com as professoras e equipe pedagógica da escola, para debater a situação específica de educandos que apresentam algum tipo de dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, na socialização com a turma e demais atores envolvidos, ou discutir as condições sociofamiliares de cada um.

Além disso, buscou-se produzir dados que pudessem ser analisados sobre cada um desses aspectos, o que foi possível com a introdução de questionários feitos com os educandos e que se pretende aperfeiçoar aplicando questionários aos pais.

Com essas informações foi possível perceber a participação dos grupos em atividades culturais, seu acesso a bibliotecas e à internet; quantos livros, televisões e computadores têm em casa, etc.

Nas informações que obtivemos a partir dos questionários, concluímos que trabalhamos com grupos que têm pouco acesso a livros, que moram nas comunidades de Santa Teresa, cuja principal diversão e acesso à informação vêm da televisão, que não frequentam museus ou centros culturais, porém têm um significativo acesso à internet.

Essas informações são relevantes para que se elaborem atividades coerentes com o universo cultural dos educandos, e que se pensem ações visando à sua maior frequência em espaços como museus.

Outro aspecto que podemos observar até o momento diz respeito às produções artísticas dos educandos e seu desenvolvimento cognitivo e social. Observa-se, por exemplo, que educandos com dificuldades em leitura e escrita expressam-se muito bem através da arte. Essa forma de comunicação com o mundo sendo explorada e bem direcionada pode ajudar no desenvolvimento da sociabilidade e mesmo ajudar no processo de letramento dos educandos e isso é visto no desenvolvimento de cada um ao longo das atividades, em maior ou menor grau.

Observamos no decorrer do projeto que alguns apresentaram uma melhora expressiva no desenvolvimento oral, elemento que pode ser considerado uma barreira para a construção da leitura e escrita.

O contato com a arte e sua análise e compreensão também têm demonstrado efeitos significativos no aumento da autoestima de educandos e do grupo como um todo, incluindo-se aí professoras e equipe pedagógica.

Observamos que o museu se tornou mais conhecido pelos educandos, inclusive pelos que não participam do projeto, e que a visita ao museu fora do âmbito do projeto torna-se aos poucos uma realidade entre eles.

A intenção do projeto, de ser uma experiência que sirva de base para ações continuadas, se cristaliza na vontade da equipe pedagógica em mantê-lo e no compromisso da mesma em, desde já, pensar nas possibilidades de continuidade para os próximos anos.

Ao mesmo tempo, se concretizam para os educadores do museu algumas das expectativas geradas por uma ideia de museu que inclua a educação como ação museológica fundamental, como ação social necessária e como ação cultural de todos.

Memorial da Força Expedicionária Brasileira: reflexão e perspectivas

Humberto Ferreira Silva – Graduado em História/UFJF

Josenira Monteiro de Souza – Graduada em Museologia/UFBA

Passados 65 anos de sua criação, a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária – Seção Juiz de Fora/MG (ANVFEB – SR-JF), mantém-se como entidade que além de apoiar no tocante aos auxílios de direito dos veteranos e familiares preserva a memória da participação de seus associados na II Guerra Mundial (1939 – 1945). A existência do princípio da instituição de se preservar o *espírito febiano*, revivendo os episódios ligados à história da Campanha da Itália, possibilitou a criação do Museu da FEB José Maria da Silva Nicodemos em sua sede. O objetivo é apresentar um relato sobre o trabalho que envolve os próprios veteranos, a museóloga, os historiadores, os entusiastas e a comunidade. A participação no 5º Fórum Nacional de Museus é um momento de reflexão sobre o que foi feito, sobre os próximos passos a serem seguidos para a institucionalização do espaço e acerca do desenvolvimento de planos educativos. É também uma grande oportunidade de intercâmbio de idéias e pesquisas.

O Museu da FEB situa-se na sede da AMIR (Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas), prédio doado pela ANVFEB – SR – JF, com o compromisso em cláusula de contrato de preservar o museu dos veteranos da FEB. Esse fato demonstra a vontade e empenho dos expedicionários remanescentes com o espaço museal que recorda a ida dos brasileiros para os Apeninos italianos durante o segundo conflito mundial. Cabe registrar que a organização da exposição coube aos veteranos, que deixaram fotografias, cartazes, recortes e objetos referentes à participação militar brasileira na libertação da Itália como documentos a serem musealizados.

Considerando a investigação referente ao acervo e tema do 5º Fórum Nacional de Museus, propomos um diálogo entre o documento produzido na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 e alguns textos de especialistas no campo museológico. A pesquisa aos objetos/bens culturais pertencentes ao acervo institucional revelou-se como terreno fértil para redescobrimos um pouco do que estava naquela sala e o seu valor histórico e sentimental para aqueles senhores. Não eram apenas fotografias, pinturas e cartazes em idioma italiano; e sim uma ação de resistência ao tempo, são os rastros de um enquadramento de memória. (POLLAK, 1989). Essa lembrança, nem sempre homogênea, não é intrínseca ao documento/bem cultural, mas sim à relação entre o sujeito e o objeto de memorização (CHAGAS, 2002). Sendo assim, o contato do veterano com esses documentos descortina várias reminiscências que dão sentido e maiores possibilidades de comunicação do acervo ao público. O museu apresenta então a individualização desses sujeitos (veteranos) e sua identidade coletiva enquanto associados de Juiz de Fora/MG e região. Compartilhando da análise da museóloga Ana Maria da Costa Leitão Vieira sobre o Memorial do Imigrante em São Paulo, conceituamos esse espaço museal como um monumento à memória onde a cultura

material seria meio e não fim em si mesmo, sendo um espaço de compreensão e difusão dos valores culturais que envolvem o reconhecimento desses indivíduos ou coletividades (VIEIRA, 2011). Para nossa surpresa, essa denominação já era utilizada pelo próprio veterano que foi homenageado no nome do museu: José Maria da Silva Nicodemos; daí a sinergia em um novo projeto: o Memorial da FEB (MFEB).

Estava lançada a proposta: o desafio da institucionalização do Memorial como forma de reconhecimento pela comunidade. A Declaração da Mesa Redonda de Santiago ressaltou que os museus são instituições a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e participativa na formação da consciência das comunidades que ele serve, contribuindo para o engajamento delas na ação (MINON, 1972). Qual o legado deixado pelos febianos associados? Aí está a missão desse Memorial, uma forma de culto aos brasileiros que tomaram em campo de combate e homenagem aos expedicionários que retornaram, destacando a participação de jovens da Zona da Mata mineira no maior conflito do século XX. Fato desconhecido por muitos na própria cidade. O espaço assume um caráter pedagógico sobre esse episódio recente, onde capacetes e munições fazem refletir sobre a importância de uma cultura de paz entre os povos e nações. Essas rápidas diretrizes refazem o caminho proposto pela Mesa Redonda de Santiago no tocante à importância dos museus desempenharem um papel decisivo na educação da comunidade.

Através de contatos e recepção do trabalho da ANVFEB – SR – JF entre pesquisadores e profissionais dos museus da cidade, o Memorial da FEB passou a integrar a Rede de Museus e Instituições Culturais de Juiz de Fora, iniciativa que, além de proporcionar uma grande divulgação, resultou na participação do VI Circuito “Caminhos da Cultura”, projeto esse que levou turmas escolares para visitarem o Memorial. Essa realização esteve ligada às atividades desenvolvidas pelo MFEB durante a 10ª Semana de Museus realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), onde foram compartilhados com o público conceitos sobre os museus e desafios do espaço museal, como também uma reflexão sobre a representação da FEB no cinema através do curta-metragem *Heróis* (2011), iniciativa repetida durante o ano anterior, na 9ª Semana de Museus, com a exibição do documentário *O Lapa Azul* e com palestra sobre a participação brasileira na II Guerra Mundial oferecida pelo historiador Marcos Antônio Tavares da Costa. Esses eventos foram de extrema importância para a difusão do conhecimento não só da participação do Brasil na guerra, mas como divulgação e reflexão desse lugar de memória que possibilitou a oportunidade aos alunos, educadores e ao público de manterem contato com o próprio veterano, personagem histórico, em uma experiência fantástica que deve nortear as ações pedagógicas na constituição de um Memorial feito com a comunidade e não para ela, seguindo o conceito da museóloga Waldisa Rússio (RÚSSIO, 1990). Aproveitando o tema da 10ª Semana de Museus: os desafios surgiram e as inspirações estão pulsando. A receptividade e o empenho dos veteranos associados trazem grandes perspectivas na formação de um verdadeiro centro de memória, envolvendo o trabalho de profissionais e pesquisadores juntamente com a sociedade.

Formação estética em espaços virtuais

Gardner de Andrade Arrais – Mestrando em Educação

José Albio Moreira de Sales – Pós-doutorado em Educação

Formação estética como parte da formação humana tem sido elemento de discussão de educadores e artistas, e, em especial, dos professores que trabalham no âmbito da arte-educação. No Brasil, os espaços de discussão dessa temática estão sendo delimitados em entidades associativas e de pesquisas em artes visuais. A presente proposta de pesquisa, tendo por base as discussões mais amplas sobre formação estética de professores, traz como problemática central a formação estética ofertada aos usuários dos museus virtuais e *blogs* dedicados às artes visuais. Essa problemática emergiu dos processos recentes de virtualização dos acervos e da criação de novos espaços de difusão e discussão das artes visuais na Internet, num contexto dos quarenta anos da Declaração de Santiago que aconteceu em 1972. Ao identificar a problemática, os autores sentiram a necessidade de aprofundar uma investigação sobre como os conteúdos desses espaços virtuais estão disponibilizados e mediados para alunos e professores do ensino fundamental, no sentido de favorecer uma formação estética, tomando por base as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN.

O objetivo geral é investigar que formação estética no âmbito das artes visuais está sendo implementada em espaços virtuais, disponibilizados por instituições e pessoas no Brasil, para o ensino fundamental.

Como objetivos específicos a pesquisa pretende realizar levantamento dos espaços (museus virtuais e *blogs*) e de seus conteúdos relacionados à formação estética em artes visuais disponíveis na Internet; caracterizar programas de atividades, ações educativas e acervos de museus virtuais e *blogs* voltados para a formação de público/formação estética, tendo por base as orientações dos PCN; e analisar as tecnologias educacionais contemporâneas utilizadas nesses espaços e suas contribuições na mediação para a formação estética dos alunos/usuários. Utiliza-se como metodologia o estudo de caso, de abordagem qualitativa mediado por computador. A coleta está sendo realizada a partir de observações, entrevistas e coleta de imagens e textos. Os sujeitos investigados são os usuários de museus virtuais de arte e *blogs*. Utilizam-se como referencial básico para discutir conceitualmente, formação estética e arte-educação os estudos de Barbosa (2008, 2009, 2010), que contribuem no tema da mediação cultural em espaços museológicos e na utilização da Abordagem Triangular na formação de professores de arte-educação e na formação estética de alunos do ensino fundamental, compreendendo o ler, o contextualizar e o fazer; de Duarte Jr. (1991) que apresenta os fundamentos estéticos da educação e oferece parâmetros de estética para os escolares; de Johnson (2010) que oferece a metodologia de pesquisa social mediada por computador, que serve de guia na construção dos instrumentos e métodos utilizados na investigação dos espaços (museus e *blogs*) e dos sujeitos (usuários – alunos e professores); e de Bahia (2008) que trata do caráter educativo dos espaços virtuais de artes virtuais. A autora avalia em que medida os modos convencionais de perceber e saber arte são reafirmados, atualizados ou redefinidos na Web. A partir dessa avaliação geral, estabelece quatro

categorias de estudo: (a) Plano do Arquivar, com bancos de dados *online* sobre história da arte; (b) Plano do Simular, com *visitas virtuais* a *sites* de museus de arte; (c) Plano do Problematizar, com o jogo *A terceira face da carta* (Museu Virtual de Arte Brasileira, concebido por Matteo Moriconi e Arthur Omar), a partir do qual debate o uso da reprodutibilidade técnica enquanto procedimento para variação (e não reprodução) de obras de arte no ciberespaço; (d) Plano do Ludo-Educar, com interfaces interativas e divertidas veiculadas no canal educativo de *sites* de museus de arte. Como parâmetros de análise da formação estética, utilizam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN. A pesquisa encontra-se na fase de coleta e análise de dados sobre museus virtuais e *blogs*.

Como achados iniciais, encontrou-se uma grande quantidade de informações nas quais foram identificados elementos referentes à história e à cronologia das artes visuais na Europa e na América do Norte. Ao confrontar os textos das discussões e das formações publicados por *blogs* e museus virtuais com as orientações do MEC em relação a formação de professores em artes visuais e sua atuação no ensino de artes visuais na escola básica, constatou-se que faltam elementos de contextualização da história e do ensino da arte no Brasil, em especial no que se refere aos aspectos regionais dessas produções. Grande parte do material disponibilizado pelos museus são apenas fotografias de seu acervo, organizados cronologicamente como no século XIX, faltando uma melhor estruturação desse material para apresentações didáticas ao público em geral e em especial às crianças e aos professores que trabalham com o ensino de artes visuais. Falta também um melhor direcionamento do acervo de arte brasileira no sentido de fortalecer uma educação patrimonial que valorize os acervos regionais. As conclusões iniciais apontam para a necessidade de ampliação de estudos e propostas que possam dinamizar processos de democratização de uma formação estética no ciberespaço favorecendo o acesso de professores, de estudantes e do público em geral.

Museologia e Conhecimentos Tradicionais: um estudo sobre a Comunidade Artesanal de Poço Verde/SE

Elizabete de Castro Mendonça – Docente do curso de Museologia e do Mestrado de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS

Josimari Viturino Santos – Discente do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS

Rosely Fernandes Bezerra – Discente do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS

Passados quarenta anos do evento que culminou em umas das declarações mais importantes para a Museologia, a Declaração de Santiago do Chile, muitos se perguntam por que ela ainda é objeto de discussão, seja em cursos de Museologia espalhados pelo nosso país, em eventos internacionais e nacionais, ou como tema de artigos, livros, dentre outros. Para nós a resposta é simples: passadas quatro décadas e existindo diversos outros documentos pós-72, ela ainda continua atual. Apesar de muitos esforços e tentativas louváveis de mudar o papel dos museus e da Museologia, sobretudo no que diz respeito ao eixo principal da Declaração de Santiago, o museu enquanto transformador social tendo a comunidade como protagonista, e não como mera receptora desse processo, ainda existe certa distância entre o que chamamos de papel social da Museologia e dos museus e a realidade. Contudo, nos últimos anos têm-se observado, no caso do Brasil, mudanças significativas, essas se dão por diversos fatores que vão desde a qualificação dos profissionais de museus à existência de uma conscientização sobre sua importância pela sociedade como um todo. Com isso, é possível observar dentre outras iniciativas, o surgimento de museus comunitários, de estudos sobre comunidades tradicionais e de ações de preservação do patrimônio imaterial de grupos até então esquecidos. É nesse contexto que surge o projeto “Em busca de suas memórias: artesãs de Poço Verde escrevendo sua história”, o qual foi solicitado pela própria comunidade por meio da Associação de Cultura Artesanal de Poço Verde, entidade composta por trinta e dois tecelões das comunidades de Amargosa II e Malhadinha e está sendo desenvolvido em parceria com o Grupo de Estudos em Museologia, Comunicação, Conhecimentos Tradicionais e Ação Social (GEMCCTAS) do Núcleo de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. Esse projeto visa a oferecer subsídios para que a Associação de Cultura Artesanal de Poço Verde possa identificar objetos e constituir uma base documental sobre as histórias das comunidades onde residem as artesãs, com ênfase na produção tradicional da tecelagem; coletar dados sobre as histórias das comunidades de Amargosa II e Malhadinha e as memórias (individuais e coletivas) de seus moradores por meio de pesquisa em fontes escritas, audiovisuais e orais; produzir registros audiovisuais sobre as histórias e memórias, em especial as referentes aos conhecimentos tradicionais populares relacionados à produção de tecelagem, por meio de entrevistas com antigos moradores das comunidades; e, acima de tudo, promover a preservação da identidade cultural das comunidades, por meio da valorização de suas referências culturais e difusão de sua importância. O projeto tem como metas a constituição de uma base documental sobre as histórias e memórias das comunidades Amargosa II e Malhadinha; a capacitação de representantes da Associação de Cultura Artesanal de Poço Verde para atividades de registro e a preservação da memória local; e a

elaboração de um relatório analítico sobre a viabilidade de criação de um centro de memória sobre as histórias e memórias das comunidades. Diante do que foi exposto, este trabalho tem por objetivos: Demonstrar a importância de preceitos já indicados na Declaração de Santiago do Chile como definidor de postura dos museus e da Museologia até hoje consideradas inovadoras e identificar similaridades entre a mesma e o projeto de extensão aqui apresentado. A metodologia utilizada no projeto é baseada em pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas realizadas pelas artesãs com os moradores mais antigos das comunidades além de um levantamento documental de fontes primárias e secundárias. Até o momento, foram realizadas as seguintes ações: elaboração de roteiro de entrevista e de ficha catalográfica para o registro do material coletado pelas artesãs que estavam em guarda dos entrevistados; o levantamento documental (projetos, relatórios presentes na Associação) ou sob a guarda de suas associadas; levantamento de instituições e programas das esferas municipais, estaduais e federais que atuaram junto à associação; foram também realizadas reuniões de sensibilização com membros das comunidades, organizadas pela associação de artesãos e a equipe da Universidade; obtivemos também por meio da aprovação do projeto no edital Universal do CNPQ em 2011 financiamento para elaboração de uma cartilha sobre a história das comunidades. Todavia, o mais importante é que essas ações contribuirão para a retomada da produção da tecelagem. Por fim, faz necessário ressaltar que mais do que auxiliar na ampliação de mercado artesanal, projetos como esses propiciam aos indivíduos e comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais uma percepção clara acerca do valor de seus saberes. Nesse sentido, esse projeto dialoga com alguns dos princípios discutidos na Mesa Redonda de Santiago do Chile sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, pois valoriza a história e o fortalecimento das identidades locais, sem esquecer a inclusão social, elementos que foram inseridos há décadas como papel dos Museus e dos profissionais da área e que só agora ganham uma maior atenção no campo de atuação da Museologia.

A sala fé do Museu Théo Brandão: relatos e impressões

Julio César Chaves – Museólogo – Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas/UFal

A Sala Fé abriga importantes acervos das religiões populares do Estado de Alagoas. Trata-se de um espaço no qual os visitantes interagem com os objetos e, sobretudo, com os sentidos simbólicos que ali estão expostos. Procuo contextualizar esse espaço dentro da proposta do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas – MTB, a fim de destacar a sua importância para a compreensão dos espaços museais como “zonas de contato”, conforme aceção de James Clifford (2003).

O MTB foi criado em 1975, a partir da coleção de objetos doados pelo antropólogo, médico e folclorista, Théo Brandão, à Universidade Federal de Alagoas. É tido como uma das mais importantes instituições museológicas do Estado de Alagoas, não apenas pela importância do seu acervo, mas também devido ao nome Théo Brandão, pesquisador e um dos membros mais ativos do movimento folclórico nacional. O museu já foi denominado de “A Casa da Gente Alagoana”, “A Casa da Alma do Meu Povo” e “A Casa da Cultura Alagoana”, o que de certa forma evidencia o local como um espaço representativo da identidade do estado de Alagoas, é justamente esse caráter identitário alagoano que está representado na atual exposição de longa duração.

O museu possui um rico acervo de cultura popular, principalmente de Alagoas e também do Nordeste, além de acervos sonoro, bibliográfico e documental, esses três últimos em fase de catalogação.

A atual exposição de longa duração foi inaugurada em 2002. A curadoria foi do antropólogo e museólogo Raul Lody. Compõem a exposição as seguintes salas: “Brava gente alagoana”, “O fazer alagoano”, “O sabor alagoano”, “O que há de novo” (anteriormente nesse espaço funcionava um café onde eram servidas iguarias típicas de Alagoas), “A loja” (inserida no circuito onde existem objetos do acervo, juntamente com artesanatos e outros artigos para venda), “Fé” (dividida em dois módulos); todos esses espaços estão localizados no térreo. No andar superior, está localizado a sala “Festejar alagoano”, também dividida em dois módulos.

A pesquisa que eu desenvolvo na instituição tem como tema traçar uma “biografia social da sala fé”, da exposição de longa duração, entender a trajetória e apropriações da sala, como também dos objetos. O objetivo principal é compreender os sentidos atribuídos a essa sala do ponto de vista do curador, do funcionários, monitores e visitantes.

A ideia da pesquisa surgiu em março de 2012, período que assumi o cargo de museólogo na referida instituição. Na minha primeira visita, notei que na “Sala fé” existiam moedas, bilhetes e alguns objetos pessoais próximos às imagens. Perguntei à monitora Daniela Inês Pessoa, aluna do curso de Licenciatura em História da UFal (que fez o percurso expositivo comigo) se esses objetos faziam parte da expografia e ela respondeu que não, foram

deixados ali por alguns visitantes. De pronto, fiquei intrigado. Oferendas em exposições museográficas não são muito comuns, pelo menos naquele momento não consegui lembrar nenhum caso em particular. O primeiro pensamento foi: o objeto ao ser inserido numa coleção ou instituição museal não perde sua função original? Ao que tudo indica os objetos dessa sala também evidenciam permanências.

A “Sala fé”, como citado anteriormente, está dividida em dois módulos. De forma resumida, tentarei descrevê-la. No primeiro módulo, as paredes estão pintadas na cor roxa. A iluminação é tênue e segundo informações coletadas, o objetivo foi criar uma atmosfera de mistério e luto. No centro da sala existe uma instalação, composta de ex-votos pendentes do teto, amarrados por fios de *nylon* de vários tamanhos, alguns chegam até bem próximos ao chão. Sob os “ex-votos” suspensos encontram-se outros, sobre uma base coberta de terra. São “ex-votos” representando cabeças, pernas, corações, braços, barrigas etc. À direita, após adentrar a sala, existe um pequeno texto com a definição de ex-voto de autoria de Cecília Meireles, mas, para a maioria, passa-se despercebido, pois a iluminação da sala dificulta sua leitura.

O segundo módulo, cujo acesso é a partir do primeiro, está pintado na cor vermelha. No centro, outra instalação, essa também em forma circular, dividida em dois níveis (duas bases, uma sobre a outra), contendo um cruzeiro no centro, envolto com flores de papel e fitas de tecidos coloridos. Compõem a instalação diversas esculturas e objetos, são santos católicos e outros do catolicismo popular (Padre Cícero e Frei Damião), orixás, caboclos, além de algumas quatinhas (moringas). Além da instalação no centro da sala, existem duas esculturas de Pretos Velhos, cinco atabaques e duas pinturas, uma com a figura de um Preto Velho e outro com a imagem de Zé Pelintra.

Como suporte metodológico escolhi a etnografia, acompanhei algumas visitas guiadas, também realizei algumas entrevistas com visitantes, funcionários da instituição e monitores. Além disso, tenho realizado algumas pesquisas referentes aos objetos. O Museu Théo Brandão não possui ainda uma documentação museológica, apenas documentos dispersos. Mesmo assim, após as pesquisas iniciais, consegui algumas informações sobre a origem e trajetórias de alguns objetos, principalmente do módulo dois. Em meados da década de 1980, Raul Lody pesquisou a Coleção Afro-brasileira do Museu Théo Brandão, posteriormente, em 1987 foi lançado o catálogo pelo MinC/FUNARTE/INF. Na sala, também existem objetos doados pela família de um pai de santo já falecido, Pai Geraldo. A família não sabendo o que fazer com os objetos os doou para o museu. Essas duas informações foram fornecidas pela antropóloga e pesquisadora Maria Paula Adinolfi, que está finalizando o doutorado em Antropologia Social na Vrije Universiteit Amsterdam e cujo tema é “patrimonialização da cultura afro-brasileira”. Em entrevista realizada no mês de junho passado, a ex-diretora e museóloga Cármen Lúcia Dantas disse-me que muitos dos objetos do módulo dois foram doados pelo médico legista Duda Calado. Essas informações evidenciam a complexidade da vida social dos objetos da “Sala fé”. Primeiro, soube que a família de Pai Geraldo não quis ficar com os objetos, pois são evangélicos. Segundo, parte da coleção foi doada por um médico legista, daí, mesmo que inicialmente, deduz-se que alguns desses objetos, no caso dos que foram doados pelo médico legista, tenham vindo de batidas policiais, fato esse muito comum ao longo das primeiras décadas do século XX, em Alagoas. Essas informações, até então não eram abordadas pelos monitores do MTB.

Daí surgiu a ideia de utilizar o conceito de *zona de contato* para a “Sala fé”, termo esse cunhado pela Mary Louise Pratt, no livro *Os olhos do império – relatos de viagens e transculturação* e posteriormente utilizado pelo antropólogo James Clifford no texto *Museus como Zonas de Contacto*. A referida sala encaixa-se perfeitamente como uma *zona de contato*, na acepção de James Clifford. A sala é um espaço de disputas, permanências, conflitos e esquecimentos, características comuns a todos os museus.

Da pesquisa em andamento, espera-se dar visibilidade aos personagens e instituições ali inseridas, e criar também um *lócus/fórum* de discussão sobre as religiões brasileiras, liberdade religiosa e história da repressão praticada contra as religiões afro-brasileiras, principalmente no estado de Alagoas.

Espero que essa pesquisa possa contribuir para repensar a função social do Museu Théo Brandão. As trajetórias dos objetos ali expostos revelam relações sociais que não estão explicitadas e cabe à instituição revelá-las.

Conforto Ambiental e Conservação Preventiva: um estudo sobre o Museu de Arte Sacra de Laranjeiras

Elizabete de Castro Mendonça – Docente do Núcleo de Museologia (UFS)

Gerlandia Dias dos Santos – Graduanda em Museologia e Bolsista Proex (UFS)

Ítalo Cesar Montalvão Guedes – Docente do Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (UFS)

Laelze Santos de Oliveira – Graduanda em Museologia e Bolsista Proex (UFS)

Mateus Pereira de Matos Santiago – Graduando em Arquitetura e Urbanismo Bolsista PIIC (UFS)

Rosângela Santos dos Reis – Graduanda em Museologia e Monitora em Museologia e Conservação Preventiva I (UFS)

O Museu de Arte Sacra de Laranjeiras (M.A.S.L.), localizado no município homônimo, foi fundado em 15 de maio de 1978 e é gerenciado de forma integrada entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, a Arquidiocese de Aracaju e a Secretaria de Estado da Cultura. Sua missão é preservar bens culturais relacionados à religiosidade católica do Vale do Cotinguiba. Seu acervo é constituído por objetos dos séculos XVII – XX. Alguns desses objetos são permanentemente incluídos pela comunidade nos festejos religiosos do calendário da Igreja Católica (a exemplo da Procissão dos Santos Reis e da Semana Santa), bem como outros objetos (como a indumentária dos santos) são agregados ao acervo anualmente por meio da doação de fiéis. Nesse processo, o museu, baseando suas ações no diálogo entre a comunidade e a instituição, já atuava conforme preconizava o documento final da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) valorizando a relação de manutenção do bem cultural no seu contexto sociocultural e colocando os procedimentos técnicos e teóricos de conservação como instrumento dessa perspectiva. Essa proposta, aplicada pela instituição desde sua origem mesmo sem ter conhecimento das diretrizes indicadas pela Mesa Redonda de Santiago, pode ser considerada idealista e renovadora na perspectiva museológica mesmo nos dias de hoje. Tais dados, não ocorrem de forma isolada, devem-se aos movimentos sociais da década de 1970 que buscavam a revisão dos paradigmas instituídos, maior participação de diferentes grupos culturais, desenvolvimento e experimentação de novas estratégias e técnicas relacionadas às referidas práticas profissionais, bem como o aperfeiçoamento das existentes. Nessa perspectiva, o próprio conceito de preservação ampliou-se, passando a envolver medidas e ações de ordem administrativas e políticas para salvaguarda dos objetos, contribuindo direta ou indiretamente na manutenção da integridade física e informacional dos bens culturais. Dentro desse conceito, a conservação é uma das medidas constituintes das ações adotadas a garantir um maior tempo de vida útil do patrimônio cultural tangível. Pela importância do M.A.S. L e do seu acervo e diante do manuseio permanente sofrido pelos objetos que o formam, realizou-se um estudo com o objetivo de analisar

os índices de temperatura, umidade relativa (UR) e iluminação para verificar impactos (diretos e indiretos) na conservação dos bens culturais presentes nas áreas expositivas da instituição e no conforto ambiental oferecido aos usuários. Valorizou-se a área de exposição porque, em geral, os objetos mais significativos para a comunidade permanecem nela quando não estão integrados aos eventos religiosos, e pela exposição ser o maior elo da comunicação museológica com o público. O estudo desenvolvido é parte integrante da pesquisa – Conforto ambiental e conservação preventiva: um estudo sobre o espaço expositivo do Museu de Arte Sacra de Laranjeiras –, que está em andamento. Uma ação interdisciplinar entre os Núcleos de Arquitetura e Urbanismo e de Museologia do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, tendo como suporte técnico os Laboratórios de Preservação e Conservação Preventiva (LABPREV/NMS) e o de Conforto Ambiental (LabCON/NAU). A fundamentação teórica está baseada em textos de autores como Bachmann (2001), Bradley (2001), Caldeira (2006), King (2001), Souza (2008), Froner (2008), Corbella e Yannas (2009), Lamberts, Dutra e Pereira (2004), Rivero (1985), Vianna e Gonçalves (2001), Frota e Schiffer (2007), fundamentais nas discussões e entendimento sobre implementação de soluções técnicas sustentáveis que possam auxiliar na prolongação da “vida social” do objeto e discorrem sobre princípios e parâmetros de conservação preventiva e conforto ambiental nas edificações. A fim de alcançar o objetivo proposto, a atividade consiste em investigações objetiva e subjetiva. A etapa objetiva refere-se às análises técnicas do local, por meio de levantamentos cadastrais, observações do local, além de medições de parâmetros térmicos (temperatura, umidade relativa) e lumínicos (nível de iluminância), sendo utilizados para tanto os seguintes instrumentos: termômetro de globo digital portátil (TGD300), termo-anemômetro de fio quente, termo-higrógrafo, psicrômetro e luxímetro digitais. Já a fase subjetiva está associada à aplicação de questionário junto aos funcionários e visitantes, obtendo informações quanto às sensações térmicas e lumínicas dos usuários no espaço físico das áreas analisadas. Com base nessas avaliações, será realizado o confronto dos dados, visando obter um diagnóstico das características relacionadas à conservação do acervo e ao conforto ambiental para os usuários. As informações subsidiarão a elaboração de futuras propostas de melhorias que estão associadas ao prolongamento da vida útil do objeto e proporcionarão ao usuário maior conforto. Dessa forma, o intuito é contribuir para que os elementos representativos da fé cristã possam ser mantidos no cotidiano das manifestações, bem como difundidos no espaço do M.A.S.L. e tornar a informação relativa a eles apreendida pelos usuários com maior eficácia. É notório que dentre as novas concepções relativas às práticas museológicas, o museu ao integrar a comunidade contribui para a construção e manutenção da identidade cultural da mesma.

Desejando um Museu Amazônico: o Estudo de Caso na Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil

Maíra Santana Airoza – Graduanda em Museologia/UFGA. Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ/UFGA

Márcia Bezerra – Bacharel em Arqueologia – Faculdades Integradas Estácio de Sá (1984), Mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1992) Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo/USP (2003). Atualmente trabalha no Centro Nacional de Arqueologia/IPHAN. Professora Adjunta de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA, da UFGA e do Departamento de Antropologia da Indiana University, nos Estados Unidos. É atual Vice-Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira. É representante do World Archaeological Congress na América do Sul e membro do Public Education Committee da SAA. Desenvolve projetos de arqueologia pública e arqueologia etnográfica na Ilha do Marajó. Foi consultora e coordenadora de projetos de educação patrimonial na Bahia, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins entre 2004 e 2011. Bolsista de Produtividade/CNPq.

O presente trabalho contempla os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica “O Lugar do passado: a construção da ideia de museu pelos moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil” realizada no âmbito do projeto “Os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil”, financiado pelo CNPq.

O sítio histórico de Joanes – PA-JO-46 é constituído por vestígios indígenas, coloniais e ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, integrantes de antiga missão religiosa instalada na vila por volta do século XVII (LOPES, 1999). A importância histórica e arqueológica do sítio motivou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN a desenvolver projetos, visando à sua preservação (SCHAAN e MARQUES, 2006; MARQUES e BEZERRA, 2009).

Durante o desenvolvimento desses projetos verificou-se que há uma crescente demanda por parte da população pela construção de um museu que “conte a história de Joanes”. Os moradores criticam a ida do material arqueológico para o Museu Paraense Emílio Goeldi, e, sobretudo, para o Museu do Marajó situado no município de Cachoeira do Arari, distante cerca de 60 km de Joanes. Em 2009 foi instalada na escola local uma pequena exposição de artefatos arqueológicos recuperados durante as escavações (MARQUES e BEZERRA, op. cit.). A exposição causou impacto no cotidiano da escola e dos moradores. Mediante a autorização do IPHAN, manteve-se a exposição sob a guarda da escola pelo período de um ano.

O objetivo desta pesquisa de iniciação científica é compreender as relações entre as comunidades locais, suas ideias de museu e patrimônio arqueológico na Vila de Joanes, Ilha do Marajó.

A metodologia compreende quatro etapas, dentre elas: a) realização de entrevistas individuais e de grupos com os moradores; e b) o mapeamento dos locais (casas, associações, etc.) considerados como museus pelos moradores. A escolha da pesquisa participante tem por finalidade tratar pessoal e metodologicamente a relação

entre o pesquisador e o “outro”, que são sujeitos sociais diferentes do pesquisador (BRANDÃO, 1985; MCINTYRE, 2008). A existência da diferença é uma condição da prática científica, onde a construção do outro antecede o exercício da prática. O “outro” é em muitos casos dissolvido em dados que são adquiridos a partir de pesquisas. Assim, defende-se uma atitude do pesquisador, onde a lógica aplicada na pesquisa não deveria ser a sua e de seu campo, mas a lógica do outro, a da própria cultura investigada, possibilitando que o outro seja também o ator da pesquisa.

O sítio histórico de Joanes compõe a paisagem dessa pequena comunidade, com cerca de dois mil habitantes. É constituído pelas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e por fragmentos de metais, louças, ossos e cerâmicas que indicam a ocupação pré-colonial na localidade. Esses fragmentos de culturas passadas são elementos constituidores das memórias dos moradores (BEZERRA, 2011a). Os artefatos constituem o principal contingente da cultura material. Esses artefatos são produtos de relações sociais passadas (MENEZES, 1984). São, também, vetores que proporcionam relações presentes. Nas entrevistas realizadas, identificou-se que os moradores destacam as ruínas como símbolo e como lugar de convívio da comunidade.

A preocupação com a preservação das ruínas e dos artefatos não está baseada somente no significado construído ao longo da vida dos moradores, mas também nos interesses econômicos estabelecidos no presente. O que ficou evidente nas conversas foi o desejo dos moradores em construir um museu da Vila de Joanes. Já que os moradores requisitam a permanência, na Vila de Joanes, dos artefatos encontrados nos projetos anteriores.

Para os moradores a criação de um museu na Vila de Joanes traria benefícios, tais como: abrigar os artefatos mantidos na escola municipal, contar a história de Joanes, atrair atenção das autoridades competentes para o estado de conservação das ruínas, gerar renda para comunidade e incentivar o turismo local. Para os joanenses a forma mais eficiente de uso do patrimônio local é propiciando uma melhoria na qualidade de vida de sua população no presente e no futuro. O desejo desses moradores pela criação de um museu em sua vila é uma forma de conservarem seu patrimônio arqueológico e de propiciar melhorias econômicas para sua comunidade.

As complexas relações estabelecidas entre os moradores e sua cultura material arqueológica indicam a importância desse patrimônio como elemento na construção das memórias locais e nos processos de consolidação de identidades. Além disso, fica clara a relação indissociável entre a demanda pelo Memorial/Museu e o turismo. Entendemos que a escolha do museu como categoria de análise permitiu aprofundar as reflexões sobre as relações entre os moradores e o patrimônio arqueológico local.

Nesse sentido, tratamos dos usos do patrimônio arqueológico de Joanes e da conexão entre a construção do museu, a constituição do “lugar de identidade” e o turismo na Vila de Joanes.

Urca – O Urbano e o Território Simbólico, um Percurso Museal

Danielle Maia Francisco – Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Mestranda em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

Mário de Souza Chagas – Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ; Mestrado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Graduação em Ciências Sociais (Licenciatura), Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ; Graduação em Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razão não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua.

João do Rio

Este projeto tem por objetivo geral traçar um percurso representativo do bairro da Urca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que possa envolver a comunidade local e acadêmica em busca de uma identificação museológica com a história do bairro.

Este projeto está em desenvolvimento e parte de alguns suportes de memória para sua construção.

Território a ser musealizado

Buscamos através do conceito de território sinalizar para algumas possibilidades de leitura de rotas e paisagens onde os espaços naturais e museais configuram-se em sinais de tempos e espaços variados.

O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural e histórica do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial.

Nessa dialética, há elementos temporais e sistemas espaciais. Milton Santos reforça a ideia de que a dimensão histórica é necessária para ir além de um nível de análise superficial, de forma que a situação atual depende, por isso, de influências históricas.

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. Esses apontamentos foram norteadores para a escolha do percurso museal.

O percurso a ser feito no bairro da Urca no Rio de Janeiro é pulsante e expressivo. Contam histórias sobre espaços-tempos que vêm despertando um sentido de alteridade absolutamente necessário para novos sentimentos e percepções das paisagens que estão nesse bairro. Escolhemos como trajeto a ser pesquisado a Avenida Pasteur, Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha e a Pista Cláudio Coutinho (ou Caminho dos Bem-te-Vis), que são percursos que englobam diversos edifícios e a geografia natural, que são importantes para nosso objetivo neste projeto: a UNIRIO, o Instituto Benjamin Constant, as escolas municipais Minas Gerais e Gabriela Mistral, a UFRJ, os monumentos que ficam na Praça General Tibúrcio (monumento da Intentona Comunista, da Batalha de Laguna, de Frédéric François Chopin) como também o busto de Mário de Andrade que fica na UNIRIO e o Pão de Açúcar são os alvos institucionais e naturais deste projeto.

É preciso experimentar o recurso *flaneur* na pesquisa, aceitando o convite de Walter Benjamin. Percorrer cada rua, cada cidade deixando-se levar pela satisfação de encontrar aberta uma porta de museu e simplesmente entrar. Solicitar a alguém que ali está que nos conte sua história e a história daquele museu, daquela praça, daqueles monumentos. Histórias onde a discussão museológica repercutirá na vida social de seus habitantes ou visitantes.

Representação do índio no contexto da revitalização do Museu Histórico Nacional – Década de 1980

Mayara Manhães de Oliveira – Graduanda em Museologia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UFRJ; Bolsista de iniciação Científica – Museu Histórico Nacional/MHN

O presente trabalho está inserido no projeto de pesquisa “Escritas da História no Museu Histórico Nacional (1922-2012)”, desenvolvido nessa mesma instituição, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e sob a orientação da Prof.^a Dra. Aline Montenegro Magalhães. Tem por objetivo relacionar o processo de revitalização do Museu Histórico Nacional (MHN) — ocorrido na década de 1980, que se apresenta engajado com os princípios da Nova Museologia —, a aquisição da primeira coleção etnológica pelo Museu e a representação de indígenas brasileiros através da exposição “Os donos da terra: o índio artista-artesão”, de 1986.

A metodologia utilizada para esta pesquisa consiste no levantamento e análise de fontes documentais e bibliográficas referentes à trajetória institucional do MHN, bem como à formação de seu acervo museológico. Foram analisados os relatórios anuais da instituição e de seus setores, do período de 1960 a 2011, que constam no Arquivo Institucional. E estão sendo também analisados os processos de aquisição de acervo que constam na Divisão de Controle do Patrimônio, desse mesmo recorte temporal. Quanto à bibliografia, foram analisados principalmente artigos dos *Anais do MHN* e obras de referência no campo da escrita da história, da teoria museológica, da formação de coleções museológicas e da história dos museus.

A revitalização do MHN pode ser entendida dentro de uma conjuntura política propícia para o campo cultural brasileiro. Em 1982, foi criado o Programa Nacional de Museus, no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória. “O Programa deveria atuar como um canal facilitador, levando ao Ministério as necessidades e demandas dessas instituições, e teria a responsabilidade de formular e aplicar programas de desenvolvimento institucional [...]” (PRET, 2005, p.22). Em 1984, por solicitação através de ofício do então diretor do MHN, o professor Gerardo Britto Raposo da Câmara (BRASIL, 1984), o Programa iniciou o projeto de revitalização institucional.

Em 1985, foi proposto um novo direcionamento para essa instituição, que correspondeu a uma adequação aos objetivos do então recém-criado Ministério da Cultura, “[...] voltados para a preservação do nosso patrimônio cultural, para o estímulo à criatividade artística do nosso povo e para a defesa da identidade cultural da Nação.” (BRASIL, 1986a).

No documento *Plano Trienal 1986/1987/1988* (BRASIL, s.d.), nota-se que as ações planejadas estavam em conformidade com os princípios básicos do movimento internacional da Nova Museologia: “O planejamento foi efetuado a partir da reflexão sobre o papel atual da instituição museu, visando à melhoria da qualidade e à ampliação da gama de serviços a serem prestados como resultado do processo interativo museu-sociedade.” (BRASIL, s.d.). Esse movimento, que questiona o papel social dos museus e enfatiza sua relação com o homem e

o ambiente, tem origem em discussões teóricas do fim da década de 1960, sendo o período de maior desenvolvimento entre 1972 e 1985 (DESVALLÉES, s.d.; MAIRESSE, 2011, p.367).

Esses princípios foram claramente apontados na Declaração da Santiago, de 1972, e reafirmados pela Declaração de Quebec, 1984. O primeiro documento estabeleceu o conceito de Museu Integral, “[...] que concebe a instituição como lugar de prática social, como instrumento de desenvolvimento local e de valorização da memória daqueles que estavam sendo esquecidos no processo de construção dos grandes museus.” (CHAGAS, s.d.; SANTOS, 2002, p.205). Contrapondo-se a esse conceito, existe o entendimento de que todos os museus possuem a capacidade de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória e de atuar junto aos grupos sociais (SCHEINER, 2012, p.19).

Nesse contexto, em 1985, o indigenista Luiz Filipe de Figueiredo Cipré doou uma coleção etnológica composta por 358 objetos, procedentes de diversos povos indígenas. Trata-se da primeira coleção dessa categoria doada ao MHN. Anteriormente ocorreram algumas aquisições de objetos indígenas através de doações, porém, no processo de musealização, esses objetos não foram apropriados enquanto evidências originais da realidade em que foram produzidos e utilizados, e sim outras significações foram privilegiadas. Em 1986, foi realizada a exposição “Os donos da terra: o índio artista-artesão”, com parte da coleção Cipré. Pela primeira vez, os índios não são representados como os “bons selvagens”; o objetivo da curadoria foi de apresentar o conhecimento tecnológico indígena em diversos aspectos da vida (BRASIL, 1986b). É possível inferir que essa exposição, realizada durante os primeiros anos em que se sucederam significativas transformações no MHN, é um dos indicativos de que a instituição pretendia estar em consonância com as questões tratadas pelo campo da museologia nesse momento. É, portanto, um reflexo da nova mentalidade do MHN quanto à sua relação com a sociedade.

Museu da Maré seus usos e ressonâncias

Paula Pflüger Zanardi – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Diante dos objetivos apresentados pela Mesa Redonda de Santiago do Chile pretendo neste trabalho exploratório levantar alguns aspectos dos usos contemporâneos de um museu comunitário e apontar em que medida a experiência vivida no contexto desse museu se aproxima ou se distancia das resoluções de 1972.

O presente trabalho consiste em um arrazoado de ideias, ainda em estágio de gestação, sobre uma experiência de pesquisa de campo no Museu da Maré. A pesquisa está sendo realizada enquanto trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela UFSC, contando também com o apoio de toda a equipe do museu e da ONG fundadora, o CEASM.

Pesquisando *no e o* museu (CURY, 2004), uma das questões que emergiu e veio a se tornar central no trabalho de campo diz respeito aos diferentes usos que o público heterogêneo fazia desse espaço e às ressonâncias da exposição frente a esse público. Devido à minha formação imbricada nos procedimentos antropológicos, a pesquisa teve como metodologia e base teórica a etnografia.

No cotidiano do Museu da Maré estão presentes diversas pessoas da comunidade da Maré e de fora dela, todas com seus objetivos específicos, como as Marias Maré que vêm ao museu para fazer seus artesanatos e também, segundo elas, pela sociabilidade promovida nesse espaço. Concomitantemente, o público povoa outras salas levado por diversas intenções: visitar a exposição, fazer uma pesquisa no acervo, participar das oficinas culturais, escolher um livro na biblioteca, ou, como fazem os alunos da escola Bahia, apenas entrar para beber uma água no caminho de casa. Nesse contexto, entendo o museu como um espaço que centraliza e atua como mediador dessas diversas redes, e continua a ser, como foi definido na Declaração de 1972, “uma instituição a serviço da sociedade”.

Parto da ideia de que cada museu decide que história quer contar e como quer contá-la (CLIFFORD, 2003) e que, portanto, a exposição museográfica constitui-se como uma narrativa possível dentre outras. Ainda que conduza o olhar e que proponha um percurso a ser feito, a exposição do Museu da Maré permite que o público invente o seu percurso, indo e voltando, terminando a visita e tornando a entrar, vendo a palafita em primeiro ou guardando-a para o final. Cada visita dura o tempo que lhe é próprio: algumas se concentram em um momento da exposição, passando por outros sem sequer olhá-los. Essa forma de visitação se difere da visita guiada que tende a fechar a narrativa das imagens e objetos com o sentido atribuído pela instituição. Contudo quando a visitação é livre, há na relação entre o sujeito e a exposição a possibilidade de ressonância, conceito utilizado por Gonçalves. Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLAT, 1991 *apud* GONÇALVES, 2007).

O sentido só vai ser estabelecido na relação entre visitante e exposição, ou, nos termos de Russio (ARAÚJO, 2004), homem e objeto. O Museu da Maré traz no centro da exposição a palafita, que dentro dos objetivos da instituição representa o tempo em que as casas da Maré eram construídas sobre as águas da baía de Guanabara. Um homem de meia idade que cresceu na Maré e viveu em uma palafita, ao entrar na que está reproduzida dentro do museu traz somente suas lembranças de infância. Lembranças de um menino de dez anos de idade que ao ver o ferro elétrico recorda o medo das surras com o fio reforçado do aparelho. Uma segunda visita revela outros aspectos, três crianças entram na palafita e a exploram como uma caixinha de tesouros. Abrem as gavetas, retiram-lhe os lenços e depois os recolocam, mexem em tudo: xícaras de porcelana, colheres de pau, bule, moringa e panela. O prazer no tocar, seus gestos cuidadosos e a repetente pergunta “O que é isso?” estiveram presentes durante toda a visita. Por fim, uma terceira experiência surgiu de uma proposta de dois meninos que frequentam o museu assiduamente. Queriam que tirássemos fotos dentro do museu, um dos cenários escolhidos, a palafita. Pediram para que representássemos cenas do cotidiano, nas quais eu cozinhava porque era “adulta” e eles se utilizavam do moedor de carne porque eram “homens”.

Nessas visitas não mediadas (não está tão delimitada a intenção do autor) são acionadas as categorias sensíveis (GONÇALVES, 2007, p.246) para que o visitante vivencie a exposição e a gama de possibilidades de significações – ou ressonância – que se estende. O público se apropria da exposição com criatividade. Ainda que não se configure em uma ação educativa como recomenda a Declaração de Santiago, a exposição apresenta-se como um espaço de aprendizado, seja para rever e ressignificar as memórias de infância ou para incorporar os papéis sociais em vigor.

Relato de uma proposta para a implantação do Complexo Histórico Museológico em Bauru/SP

Ronaldo Gifalli – Graduação em Educação Artística – habilitação em artes plásticas e Mestre em Design pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/UNESP

Neli Maria Fonseca Viotto – Graduação em História pela Universidade do Sagrado Coração/USC e especialista em Museus pela Universidade de São Paulo/USP

Elson Reis – Graduação em História pela Universidade do Sagrado Coração/USC e Especialista em Gerência de Cidades

Alex Gimenez Sanches – Graduado em História pela Universidade do Sagrado Coração/USC

Objeto

O presente artigo relata uma proposta para a implantação de um “Complexo Histórico Museológico”, interligando os museus existentes em Bauru, Estado de São Paulo, por meio da linha férrea com um passeio de locomotiva a vapor de 1919. Segundo Patrick J. Boylan “Os museus devem permanecer fiéis aos valores tradicionais do museu e continuar a enfatizar a preservação e desenvolvimento do acervo que providencia testemunhos físicos da cultura e do meio ambiente do território escolhido pelo museu, quer este seja um simples local histórico ou arqueológico, uma cidade, uma região ou um país inteiro (BOYLAN, 2004, p.vii). A experiência com o passado estimula a compreensão sobre o momento atual e estreita a relação com o meio cultural e as tecnologias. O Departamento de Proteção ao Patrimônio Cultural, órgão sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura Municipal de Bauru propõe um plano para seus museus: o de pensar sobre uma gestão museal e uma prática museológica voltada para uma relação com a sociedade que estimule um sentimento de compreensão por parte do indivíduo e de sua cidadania, em relação ao Patrimônio Cultural, o que, segundo Waldisa Rússio, “... é a relação entre o ser humano e o objeto em um cenário institucionalizado e ideal...” (RÚSSIO, 1990, p.9 apud BOTALLO, 2010, p.48), bem como sugere sistematizar o aspecto museográfico para apresentar suas coleções de maneira contextualizada. Para efetivar este projeto, deve-se refletir, também, em políticas públicas a serem adotadas que são compreendidas como “um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que nesses casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade” (SANT’ANNA, 1995, p. 37 apud MEIRA, 2005, p.3).

Objetivos

A meta do projeto é criar um roteiro museal, no qual o público experimente um passeio de trem, trafegando da Estação da Companhia Paulista até a de Tibiriçá, Subdistrito de Bauru, e com essa ação alcançar outras como as de reviver e/ou o experimentar o meio de transporte, visitar e conhecer os acervos contidos nessas antigas estações, transformadas em espaços de cultura e lazer. Juntamente a esse roteiro, acontecem os procedimentos da pesquisa, documentação e conservação, necessários para a proteção dos bens patrimoniais.

Sob este último aspecto: “conservar é o elemento essencial para a salvaguarda do patrimônio e é caracterizado por um conjunto de medidas e procedimentos que visa à proteção dos acervos contra os agentes de deterioração, que podem ser preventivos ou corretivos” (MEIRELLES, 2010, p.80).

Metodologia

O Departamento de Proteção ao Patrimônio Cultural possui em seu quadro cinco Unidades Museológicas e desenvolve o Projeto Ferrovia para Todos. As unidades que compõem o Departamento são: O Museu Histórico Municipal, criado na gestão do governo de Jânio Quadros, recebeu o nome de Museu Histórico e Pedagógico Morgado de Mateus, pela Lei: nº 860 de 18 de novembro de 1960, e foi inaugurado em 1º de Agosto de 1970. A sua municipalização ocorreu em 18 de maio de 2000, através do Decreto-Lei nº 454. Abriga um acervo eclético documental e iconográfico que mostra a história de Bauru. Já o Museu Ferroviário Regional, criado pela Lei nº 2.731 em 22 de dezembro de 1986, apresenta um acervo de pequeno e médio porte que conta o desenvolvimento das empresas férreas: Sorocabana, Ferrovia Paulista/SA – FEPASA, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Rede Ferroviária Federal. O Museu da Imagem e do Som foi criado pela Lei nº 3.645 em 25 de novembro de 1993, e que acolhe um acervo abrangendo suportes e mídias de diversos períodos. O Arquivo do Museu Ferroviário salvaguarda o arquivo primário documental e iconográfico das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, RFFSA, Sorocabana, Paulista e FEPASA, bem como doações documentais de ferroviários aposentados. E, mais recentemente, incorporou ao seu conjunto uma casa da década de 1930 que contém pinturas decorativas murais dos irmãos Antônio Ponce Paz (Córdoba, 1907 – Mongaguá, 1978) e João Ponce Paz (Málaga, 1900 – Bauru, 1994), além de expor algumas produções individuais desses artistas e promover ações educativas e culturais.

O Projeto Ferrovia para todos acontece desde 2001, e a partir desse período são realizadas pesquisas e levantamentos de dados materiais, estruturais, mecânicos e técnicos, cujos resultados aplicados resultaram na restauração e conservação de uma composição férrea contendo uma locomotiva a vapor 278 de fabricação americana de 1919, um carro de passageiros S-22 de 1943, um carro administrativo 0-1 de 1932 e o carro de passageiro de primeira classe P-11 de 1949. Para Juliana Monteiro: “Somente por meio da pesquisa é que se torna possível explorar exaustivamente os diferentes aspectos dos objetos, proporcionando a produção e a difusão do conhecimento a partir deles e com eles. Isso impede a fragmentação do seu sentido e o consequente esvaziamento de seu valor de memória” (MONTEIRO, 2010, p.32).

Resultado do Trabalho

Todos esses museus, com exceção da casa “Ponce Paz”, estão instalados nas estações das empresas FEPASA, Companhia Paulista e Noroeste do Brasil e integrarão um circuito museológico. As edificações nesse entorno ferroviário estão tombadas pelo CONDEPHAT na esfera Estadual e em processo de tombamento pelo CODEPAC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural na municipal. Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, esse complexo museológico apresenta um significado singular por ter sido o maior entroncamento ferroviário do Estado. Além de recuperar prédios, restaurar e conservar objetos e documentos que narram um período do desenvolvimento da cidade e região, esta proposta pretende revitalizar uma malha férrea ainda instalada e funcional, e reinserir na paisagem uma locomotiva a vapor interligando essas construções.

Rede Mediações Museológicas: uma rede de difusão dos saberes museológicos

Rubens Ramos Ferreira – Graduando em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB

A Rede Mediações Museológicas é o resultado da reunião de estudantes e profissionais do campo da museologia, de diversas localidades da União, que se propõe a desenvolver e a gerenciar projetos de incentivo à cultura e à educação e a divulgar o patrimônio integral: material e imaterial. Tal estratégia visa a desenvolver, realizar e fomentar atividades culturais e educacionais, como: cursos, conferências, seminários, debates, congressos, simpósios, encontros, fóruns, colóquios, palestras, oficinas, *workshops*, exposições (itinerantes ou de curta, média ou de longa duração) e intervenções artísticas das mais diversas linguagens da arte. A idealização da Rede partiu dos estudantes do curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que promovem campanhas de mobilização e esclarecimento da opinião pública acerca dos objetivos da Rede Mediações Museológicas. Suas ações vão de encontro às recomendações socioeducativas e culturais apresentadas em diversos documentos do campo da Museologia – como as documentações oriundas da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), Declaração de Quebec (1984), Declaração de Caracas (1992) e da Declaração de Salvador (Ibermuseum).

A Rede é formada por um Conselho Consultivo e um Executivo: o Conselho Consultivo é a instância que faz as recomendações ao Conselho Executivo, no que tange às teorias museológicas e aos programas de ações aplicadas às produções culturais. A formação dos membros do Conselho Consultivo será realizada por convite formal expedido pelo Presidente. O Conselho Executivo apontará os nomes dos profissionais para a composição do Conselho Consultivo. Aos membros dos Conselhos Consultivos e Executivos será garantido o direito de fazerem referências sobre a Rede Mediações Museológicas em publicações e/ou apresentações de trabalhos científicos, sem a necessidade de aviso prévio, sendo necessário o encaminhamento de uma cópia da publicação ao Presidente do Conselho Executivo para que o trabalho seja documentado. O Conselho Executivo é a instância máxima de representação da Rede Mediações Museológicas, cabendo aos seus membros a gestão e a produção de eventos culturais voltados à promoção dos saberes museológicos. Todos os membros do Conselho Executivo representam, de maneira equitativa, as diferentes regiões do Brasil. Nenhum curso de Museologia será representado por mais de um membro no Conselho Executivo (com exceção da Universidade do qual o Presidente está vinculado).

Responsável pela concepção e gestão das produções culturais realizadas, o Conselho Executivo é composto por um estudante de cada Curso de Museologia – Graduação ou Pós-Graduação –, oferecidos por Universidades/Faculdades em território nacional, sejam de natureza pública ou privada. Assim, os membros do Conselho Executivo representarão as diferentes regiões do Brasil – uma forma democrática de manifestação e diálogo entre as diferentes realidades museológicas do país.

Projeto Museu Solidário

Tanise Binda – Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas/Bel da Universidade de Passo Fundo/UPF

Vânia do Amarante – Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas/LP da Universidade de Passo Fundo/UPF

Flávia Biondo da Silva – Bióloga; Mestre em Educação; Técnica Responsável do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo/UPF

Objeto

A 5ª Primavera dos Museus, programa nacional do Instituto Brasileiro de Museus, teve como tema em 2011 “Mulheres, museus e memórias”. Devido ao tema sugerido, o MUZAR (Museu Zoobotânico Augusto Ruschi) do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo optou por realizar uma ação educativa na associação de reciclagem Associação Amigos do Meio Ambiente (AAMA) e na Cooperativa Mista de Produção e Trabalho dos Empreendedores Populares da Santa Marta Ltda (COOTRAEMPO) de Passo Fundo, pois a maioria de seus integrantes são mulheres.

Objetivos

A ação educativa teve como objetivos a participação na 5ª Primavera dos Museus, a sensibilização das instituições museológicas e da comunidade para o debate sobre o tema proposto, a educação ambiental e a coleta seletiva, possibilitando a troca de saberes entre os colaboradores do MUZAR, da Associação e da Cooperativa. Realizou-se oficina através da exposição itinerante “Curiosidades da Natureza”, levando conhecimento sobre a biodiversidade local, demonstrando sua importância e a relação com o trabalho da associação e da cooperativa. Proporcionaram-se assim, momentos de formação, lazer e interação entre os participantes, valorizando o trabalho destas mulheres.

Metodologia

A atividade foi realizada em duas etapas. A primeira delas aconteceu no dia 21 de setembro, na associação AAMA, localizada na Vila Popular. Nesse local foi montada a exposição “Curiosidades da Natureza”, a qual foi apresentada em forma de oficina, juntamente com a exibição de vídeos do “Circuito Tela Verde”, projeto do Ministério do Meio Ambiente com apoio do Ministério da Cultura. O segundo momento aconteceu na COOTRAEMPO, no dia 23 de setembro, localizado no bairro Santa Marta, Passo Fundo. A exposição foi montada nos galpões, juntamente com o material de triagem, e também apresentada como oficina. Depois, os colaboradores do MUZAR

participaram ativamente do processo de triagem dos resíduos, contribuindo na separação e aprendendo com as segregadoras as diferenças de cada resíduo e seus valores no comércio.

Resultados

Na AAMA, pela parte da manhã, as atividades foram direcionadas aos associados da cooperativa. No primeiro momento houve timidez por parte dos mesmos que com o passar da interação foi diminuindo, fazendo com que questionassem e se envolvessem mais na atividade. Durante à tarde a oficina foi realizada para as crianças, filhos dos associados, que da mesma forma aproveitaram o conhecimento ao máximo, com muita curiosidade. A equipe aproveitou o momento para esclarecer suas dúvidas quanto à coleta seletiva e ao modo correto de separação dos resíduos.

Na COOTRAEMPO os resultados também foram os esperados, houve grande participação e interesse de ambas as partes, associados e colaboradores do museu. A atividade foi desenvolvida o dia todo, concentrando a triagem na parte da tarde.

Nos dois dias de atividade, além da troca de conhecimentos, houve grande interação fazendo com que a experiência vivida refletisse nas ações cotidianas, tanto para educação ambiental, quanto na valorização do trabalho dos associados e cooperativados para a sociedade, como propõe a Mesa Redonda de Santiago do Chile, onde o museu deve ser uma instituição à serviço da sociedade, sendo parte integrante do processo de formação da consciência das comunidades à quem ele serve.

Com o progresso da sociedade vêm à tona os vários problemas que devem ser pensados e resolvidos através da interdisciplinaridade, integrando assim Museu-Comunidade na busca por soluções, pois a idéia de museu como depósito de antiguidades está ultrapassada. Atualmente o museu deve ser uma “instituição a serviço da sociedade que adquire, comunica e notadamente expõe para fim de estudos, conservação, educação e cultura os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem” (Mesa Redonda Santiago do Chile, 1972).

Na culminância do trabalho, montou-se uma exposição fotográfica itinerante da atividade, com objetivo de mostrar através de fotos e depoimentos a importância da educação ambiental para a comunidade. Essa experiência reforça o papel dos museus proposto por Varine como “responsabilidade coletiva da população, traços de identidade de um território, instrumento da educação popular e da invenção criadora do futuro” (1995, p.45).

Coleção Carrapicho/Museu do Homem Sergipano: a cerâmica e sua musealização (2009-2011)

Valdineide Maria da Silva – Universidade Federal de Sergipe/UFS

Objeto

O estudo em questão trata da coleção de cerâmicas do antigo povoado Carrapicho/SE no processo de interação entre o patrimônio material e imaterial a partir da Sala de Cultura do Museu do Homem Sergipano (MUHSE).

Objetivos

Estudar o “modo de fazer” dos ceramistas, comunicado na expografia do MUHSE; identificar a relação da memória e da identidade dos artesãos com a musealização de suas obras; analisar o grau de envolvimento da arte ceramista sergipana com a linguagem expositiva; criar um *blog* para difusão da arte e trajetória de vida dos ceramistas de Carrapicho.

Metodologia

O trabalho se desenvolveu através de algumas etapas, a saber: consultas bibliográficas de autores que já trabalharam com as cerâmicas em Sergipe e em outros estados; pesquisas na sala de cultura do MUHSE; elaboração, aplicação e análise de questionários junto aos artesãos; criação de um produto tecnológico configurado em um *blog* para difusão da arte e trajetória de vida dos ceramistas de Carrapicho através de relatos, vídeos e fotografias.

Resultados

Os objetos de artesanatos expostos na sala de cultura popular do museu são provenientes de doações feitas por artesãos da cidade de Carrapicho, atual Santana do São Francisco/SE, situada a 125 km da capital Aracaju, cuja povoação teve início no século XVI. Os portugueses Pedro Gomes da Silva (pai) e Belarmino Gomes da Silva (filho) foram os fundadores do povoado. Eles montaram uma fazenda à margem do Rio São Francisco, onde plantavam arroz. Foi nessa fazenda que também foi produzida a primeira cerâmica chamada Carrapicho. O artesanato em barro na comunidade em sua grande maioria é composto de peças utilitárias como: farra, boião, cabaça, moringas, pratos e agridais. O processo de preparação começa com a extração da matéria-prima. Ela é prontamente carregada por animais. Em seguida, passa por um processo denominado de “pisa”, onde são retiradas as

impurezas do barro pelo candango (ajudante). Logo depois é acondicionada. E em seguida é feito o processo de preparação, o polimento (acabamento), secagem, queimagem e na maioria dos casos há ainda a pintura. Dentre os artesãos pesquisados foram levantados os nomes de D. Cristina, D. Feliciano, Beto Pezão, Wilson de Carvalho (Capelé), José Ferreira (Zé Marreta) e outros. O trabalho propiciou o resgate da memória dos artesãos ausentes na história da Sala de Cultura através de seus descendentes que forneceram doações de peças, fotografias, catálogos, DVDs, documentação pessoal, dentre outros, que a partir de 2012 passaram a integrar a exposição da instituição. O *blog* tornou-se uma ferramenta interativa para salvaguarda e difusão das memórias do artesanato cerâmico em Carrapicho. O estudo é tema da monografia de conclusão de curso com defesa prevista para o final de 2012.

Museus Escolares no Brasil: entre tímidas experimentações e a força do museu enquanto ação

Vânia Maria Siqueira Alves – Graduação em História; Mestre em História Social; doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Maria Amélia Gomes de Souza Reis – Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense/UFF (2001)

Entre os anos 1950 e 1970 a museologia vivenciou momentos ímpares sobre a discussão do papel dos museus fora do circuito europeu, contribuindo para grandes mudanças nas décadas posteriores. Na América Latina, o encontro do Rio de Janeiro, em 1958, e a Mesa Redonda de Santiago, Chile, em 1972, – esta última, um dos desdobramentos da Conferência Geral realizada pelo ICOM na França, em 1971 –, constituíram momentos importantes da descentralização do debate museológico no qual se discutiu o papel dos museus na América Latina contemporânea.

A Mesa Redonda de Santiago trouxe como inovação ao debate museológico as noções de *museu integral* e *museu enquanto ação*. Essas noções ainda são atuais e permanecem em voga na atualidade, propiciando inúmeras discussões a partir dessas diretrizes norteadoras. Apesar de a Mesa de Santiago trazer a inovação como o essencial de sua mensagem, o impacto da proposta de Santiago foi inicialmente bastante tímido na América Latina e tardio no resto mundo. Entre as experiências desenvolvidas na América destacam-se a *Casa del Museo* e o programa de Museus Escolares no México¹ que desdobraram nos anos 1980 nos museus comunitários locais. (VARINE, 1995) Os encontros de Quebec, no Canadá, em 1984 e de Caracas, em 1992, reafirmaram os pressupostos da Carta de Santiago do Chile.

A partir dos pressupostos da Carta, ocorreram experimentações tais como: análise e discussão da noção de função social do museu; a multiplicação de museus locais de iniciativa comunitária que levavam em consideração a questão da identidade dos partícipes e projetos de reconhecimento e valorização do território e da comunidade; o fortalecimento da formação universitária em Museologia; e a expansão do conceito de museu. (VARINE, 1995)

¹ A Casa Del Museo e o programa de Museus Escolares no México foram programas implantados no México com o principal objetivo de atender aos compromissos assumidos em Santiago Chile, ou seja, integrar o museu a comunidade. O programa de Museus escolares consistiu em promover com os professores, alunos e pais a formação de pequenos espaços museais com o objetivo de converter-se em auxiliares didáticos para melhor compreensão e desenvolvimento do programa oficial da educação primária, especialmente na área de Ciências sociais e naturais, para o qual foi concebido um roteiro que incluiu a trilogia homem-meio-ambiente e cultura. (LUGO, Disponível em <http://www.abremc.com.br/artigos2.asp?id=16> Acesso: 18/05/2012)

O presente trabalho propõe-se a discutir alguns aspectos referentes aos museus que surgiram no âmbito das escolas da educação básica² particulares e públicas, por iniciativa da comunidade escolar, inseridos no movimento de diversidade que também atinge os museus a partir dos anos 1970, que recebem denominações variadas: *museus escolares, salas-museu ou museus-escola*. Utilizar-se-á aqui a concepção de museus responsáveis por salvar a memória escolar. (FELGUEIRAS, 2010)

Busca-se analisar aproximações entre a estruturação desses museus e o essencial da Mesa Redonda de Santiago. Busca-se ainda analisar o papel social dos museus escolares aproximando-o da ótica da Educação Popular (PRIOSTI, 2007), cujo conteúdo é a cultura popular ou cultura viva, no léxico freireano. Para levantamento dos dados da investigação em andamento recorreu-se ao *Guia dos Museus Brasileiros*, do Ibram, apoiando em outras fontes, sobretudo bibliográficas.

A experiência dos museus escolares remonta o final do século XIX com as grandes exposições universais, destinadas em sua maioria a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais e para atender legislações educacionais específicas, especificamente ligados ao método pedagógico denominado Intuitivo ou Lição das Coisas. Nesse cenário surgiram dois tipos de museus: o pedagógico e o escolar. Resumidamente, pode-se dizer que museu pedagógico era o que tratava da guarda de artefatos ligados à educação e museu escolar era o facilitador da aprendizagem (VIDAL, 1999).

O movimento de criação de museus escolares e da educação no Brasil e em diversos países da América Latina, repetindo um processo semelhante ao ocorrido na Europa, revitalizou a partir dos anos 1970, no contexto do surgimento explosivo dos museus no final do século XX (FELGUEIRAS, 2005, p. 97).

Berrio (1996, 2009) agrupa os museus que têm como tema a educação escolar em cinco categorias remetendo a uma perspectiva histórica e museológica diferente: *escola-museu, museu histórico escolar, museu da educação, museu pedagógico e museu/laboratório de história da educação* (FELGUEIRAS, 2011).

Felgueiras (2010) classifica os museus ligados à educação escolar em três categorias: o museu pedagógico, o museu escolar e o museu propriamente de educação. Os museus ligados à educação são museus que tratam da história da educação numa determinada região e os museus escolares são constituídos pelo acervo de uma determinada escola (FELGUEIRAS, 2010).

De acordo com levantamento realizado, foram encontrados alguns museus escolares, cuja constituição, trajetória e características merecem atenção por parte da Museologia e da História da Educação: o Museu Escolar do Colégio Evangélico Augusto Pestana, no Rio Grande do Sul (1973); o **Museu Teresa Adami Bernard de Carvalho em Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais (1978)**; o Memorial do Centro Educacional Menino Jesus em Florianópolis (1978); o Museu Prof. Guido Straube no Paraná (1979); o Museu Histórico Irmã Melânia Mottoso, no Rio Grande do Sul (1984); o Museu do Instituto Metodista Centenário (1994); o Museu Escolar Professor Arnildo

² De acordo com Art 21 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9.394/96, a educação básica é formada pela Educação Infantil, ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino Médio.

Hoppen, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (1996); o **Museu da Fundação Evangélica, em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul**; o **Centro Cultural Deutsche Schule, em Joinville, Santa Catarina (2000)**; o Museu Casa da Memória da Escola Número 1, em Blumenau, Santa Catarina (2001); o Instituto de Educação Erasmo Pilotto, no Paraná (2004); o **Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac**, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul (2004) (GUIA DOS MUSEUS BRASILEIROS, 2011).

A criação dos museus escolares ainda é uma experiência tímida no Brasil, cuja concentração está na região Sul do país. Além desses museus, essa região conta, na atualidade, com alguns programas e projetos por parte das Secretarias de Estado de Educação para estimular a criação de museus escolares nas instituições de ensino que compõem a rede, como é o caso do Paraná e Rio Grande do Sul. A criação desses museus escolares coaduna com as novas competências e missões dos museus contemporâneos, aproximando-os das populações, estimulando a investigação participativa e a participação ativa, consciente e cidadã no presente.

Esses museus apresentam alguns pressupostos que são comuns aos museus comunitários: iniciativa comunitária, sem especialização disciplinar, às vezes sem muito profissionalismo, mas levando em conta a identidade e os projetos de uma comunidade (VARINE, 1995, p. 19). São museus que desenvolvem novos conceitos de museografia e de formação regional para cumprir o papel social do museu, aproximando-se do essencial da mensagem de Santiago que continua inovadora senão revolucionária (VARINE, 1995, p. 13): o conceito de museu integral e de museu enquanto ação. Daí nasce o que Priosti (2007) denomina de “museologia popular”³ muito afinada com o sentido de pertença ao grupo. Essa Museologia autêntica encontra-se em caminho e os seus resultados só o futuro dirá.

³ Raúl Lugo *apud* Priosti (2007) define Educação Popular, o processo teórico-metodológico de educação não formal que um grupo ou comunidade cria e recria para investigar, conhecer, analisar e transformar a realidade socioeconômica, política e cultural que os caracteriza em um tempo e espaço determinados. (PRIOSTI, 2007, p. 6).

Propostas para a democratização de museus da cidade do Rio de Janeiro

Vivian Horta – Bacharel em Museologia pela UNIRIO; Mestranda em Artes Visuais, linha História e Crítica da Arte, pelo PPGAV/EBA/UFRJ

Objeto

A baixa frequência de visitação nos museus da cidade do Rio de Janeiro e casos de sucesso na democratização do acesso através da inclusão da população nos espaços e atividades institucionais.

Objetivos

Traçar um quadro socioeconômico e cultural da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Apontar os objetivos do museu enquanto *instituição a serviço da sociedade*.

Detectar fatores de intimidação dos frequentadores de museus em potencial.

Relatar experiências locais bem sucedidas.

Elaborar propostas práticas para a democratização de museus.

Metodologia

Através de uma análise de dados estatísticos sobre o consumo de cultura, a visitação e a existência de museus no Rio de Janeiro nas últimas décadas pretende-se elaborar gráficos que facilitem sua visualização e entendimento. Após um cruzamento de documentos como o Estatuto de Museus (Lei 11.904/09) e a Política Nacional de Museus, que norteiam e padronizam atualmente o trabalho em museus no Brasil, com as decisões e recomendações da Mesa Redonda de Santiago do Chile, objetiva-se identificar os objetivos do museu contemporâneo em relação à sociedade.

Uma reflexão livre baseada em relatos de frequentadores ou não de museus leva à determinação de três pontos

principais de distanciamento da população em relação aos museus, assim como aponta experiências positivas nesse âmbito.

Finalmente, após todas as fases do estudo, destacam-se as iniciativas bem-sucedidas de algumas instituições rumo à democratização museal.

Resultados da Pesquisa/Experiência/Trabalho

No decorrer deste trabalho foram elaboradas e discutidas diversas ideias para atingir o objetivo proposto. Cabe enumerá-las a seguir:

- 1 – Enxergar museólogos como *difusores, promotores* dos museus, que devem trabalhar para criar o hábito da visitação em amigos, parentes ou conhecidos;
- 2 – Colocar à disposição opções de lazer variadas dentro do espaço dos museus e/ou nos arredores, que podem servir de ponte entre o público – que se sente mais à vontade para frequentar cinemas, teatros, cafés ou lojas – e o museu em si, fazendo com que a familiaridade com o espaço cresça gradualmente;
- 3 – Facilitar o acesso, através de sinalização contundente, divulgação e publicidade. Ver anúncios de museus em veículos de comunicação e mídia faria com que eles se aproximassem mais do cotidiano da maioria das pessoas;
- 4 – Reconhecer quando o acompanhamento é necessário ou não dentro do museu (em caso de deficientes). A atenção exagerada é constrangedora, torna a visita lenta e interfere na liberdade do visitante. O visitante só deve ser acompanhado quando detectada real necessidade ou então a pedido do próprio;
- 5 – Não ressaltar as diferenças entre cada tipo de público, deixando que todos interajam no mesmo ambiente ao mesmo tempo, dentro do possível, apesar da existência de fluxos de visitação diferenciados ao longo da semana ou em certos horários;
- 6 – Tomar medidas simples para que o público se sinta mais seguro na visita. Direcionar o visitante dentro das exposições através de cartazes ou placas é uma medida que evita a intervenção da equipe de segurança ou até mesmo de monitores;
- 7 – Manter uma equipe de segurança bem treinada e solícita. Esses funcionários devem se manifestar, dentro do possível, apenas quando solicitados, devido ao papel que representam junto ao público inexperiente (o de repressores);

8 – Certificar-se de que as principais informações sobre o museu e o acervo estão disponíveis e claras. Na maior parte das vezes o público sente falta de informações que não fazem parte das etiquetas. Outro problema acontece quando a cenografia da exposição atrapalha a visualização ou o entendimento das etiquetas, que são pouco iluminadas ou agrupadas em uma ordem incompreensível. Isso desestimula o público, que se sente num papel secundário perante o acervo ou até mesmo ante o artista exposto;

9 – Realizar pesquisas de público com frequência, não apenas sobre quem visita o museu, mas também pesquisas qualitativas. A opinião dos visitantes deve ser levada em consideração antes de qualquer outra, pois é ele quem se utiliza daquele espaço. O Museu é um serviço e deve ser tratado como tal;

10 – Providenciar *folders* e outros tipos de material sobre as exposições permanentes e temporárias (e em número suficiente), estimulando o visitante a “levar o museu para casa”. Esse artifício não só possibilita a propaganda, feita por quem já esteve no museu, e dirigida aos familiares, amigos ou colegas de trabalho, como também incentiva o indivíduo a dar continuidade à experiência, procurando saber mais sobre o tema exposto, baseado em informações concedidas pela própria curadoria;

11 – Realizar periodicamente exposições de apelo popular, com o objetivo de tornar o museu conhecido para mais pessoas. Informar é uma das prioridades do museu, mas para que esse objetivo seja atingido necessitamos de pessoas. Quando não há ninguém para informar, não há informação.

É inútil apenas enxergar o problema. Os museus do nosso país estão sendo abandonados, com raríssimas exceções. A massa não recebe nenhum incentivo para conhecer os museus. Ao contrário, o que ouvimos são os clichês mais preconceituosos possíveis. Lugar de coisa velha é museu. E o que fazemos para reverter essa situação? Mantemo-nos firmes na posição contrária. Mas, só isso basta? Os museus continuam vazios, continuamos com a certeza de que a nossa opinião – a de que museu não é só lugar de coisa velha – é a correta e nenhum dos dois lados abre mão da própria ignorância. Enquanto o outro lado ignora a importância dos museus, nós ignoramos o outro lado.



Encontro Nacional dos Pontos de Memória

Encontro Nacional dos Pontos de Memória



21/11 – 14h00-22h00

Composição da mesa – 1ª parte

Cláudia Feijó – Representante dos Pontos de Memória; Responsável pelo Ponto de Memória Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS

Marlúcia Santos de Sousa – Representante dos Pontos de Memória parceiros; Responsável pelo Museu Vivo São Bento – Rio de Janeiro/RJ

José do Nascimento Junior – Presidente do Ibram

Telma Teixeira – Gerente de Projetos da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Mediador

Valdemar Lima – Técnico do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Memória da Reunião

O objetivo do encontro foi discutir os avanços, propostas e desafios das experiências dos Pontos de Memória nos últimos anos, rumo à consolidação de uma política pública de direito à memória.

A reunião teve início com Cláudia Feijó, representante dos Pontos de Memória (PM), que argumentou a respeito da necessidade de fortalecimento do programa frente aos percalços enfrentados recentemente. Segundo ela, o programa tem passado por uma fase onde as decisões estão sendo tomadas de forma unilateral pelo Ibram, sem que haja a participação dos PM existentes. Além disso, ela proferiu algumas demandas que haviam sido acordadas entre todos os PM presentes no FNM, tais como:

- Fim da distinção entre Ponto de Memória do Ibram e Ponto de Memória parceiro;
- Maior espaço do Programa dentro do Ibram;
- Disponibilização integral do Prodoc na internet (documento já está presente no *site* da OEI, segundo Telma Teixeira);
- Fortalecimento do programa de forma ampla e democrática;
- Existência de uma rede dos PM no mesmo espaço em que se constituirão as redes dos Grupos de Trabalho do 5º FNM;
- Realização de mais oficinas e capacitação técnica para os beneficiados com o programa;
- Implementação de um Comitê Gestor do programa com a participação dos Pontos existentes.

A representante da OEI, Telma Teixeira, realizou a apresentação institucional da OEI e do contexto que envolve a parceria entre o órgão com o Ibram. Segundo ela, é dado como certo que o programa, com data de validade até o final de 2012, será prorrogado dado o interesse da OEI em manter a iniciativa, pioneira em tantos sentidos.

O presidente do Ibram, José do Nascimento Junior, fez um histórico do programa e falou sobre a importância do projeto dentro do leque de atuação do Instituto. Segundo ele, o fortalecimento, demandado pelos representantes de PM presentes na reunião, é de total interesse do Ibram. Já na reunião acatou a maioria das demandas relatadas por Cláudia Feijó.

Composição da mesa – 2ª parte

Suzenilson Kanindé – Representante do Museu do Kandindé

João Paulo Vieira – Representante da Rede Cearense de Museus Comunitários

Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Diretor do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Telma Teixeira – Gerente de projetos da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)

Mediador

Valdemar Lima – Técnico do Departamento de Processos Museais/DPMUS – Ibram

Memória da Reunião

Na segunda parte, o representante indígena do Museu do Kanindé, Suzenilson Kanindé, realizou uma apresentação demonstrando como a política de direito à memória do programa Pontos de Memória mudou positivamente a realidade da comunidade onde vive. João Paulo Vieira destacou a importância das Redes de Pontos de Memória. Segundo ele, uma Carta das Redes deve ser o ponto de partida para que as iniciativas em Museologia Social possam mostrar ao Estado quais são suas expectativas com os projetos voltados ao tema. O documento deve conter proposta de agenda de trabalho, encontros nacionais, visitas e intercâmbios entre Pontos de Memória, criação de Comitê Gestor do programa e formas de contemplação dos Pontos no Programa Legado Cultural, que prevê investimentos no setor museal em decorrência dos grandes eventos que o Brasil sediará nesta década.

O diretor do Departamento de Processos Museais, Cícero Almeida, reafirmou a intenção do Ibram em expandir o projeto no mesmo escopo do trabalho inicial, destacando a importância da identificação e registro de organizações e atores da Museologia Social no país, da capacitação profissional na área, da metodologia de planejamento e avaliação em rede e da produção de matérias informativas e didáticas sobre o tema.



Reuniões Paralelas

Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

ATA da Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico



Aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2012, às 14 horas, na Sala de Reuniões do 5º Fórum Nacional de Museus – SESC Quitandinha, em Petrópolis/RJ, foi iniciada a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico. O Presidente do Ibram, José do Nascimento Junior, declarou abertos os trabalhos, conforme pauta apresentada aos conselheiros, que consta de 4 itens a saber: 1) Celebração do Termo de Parceria entre o Ibram e a entidade privada qualificada como OSCIP, com objetivo de realizar prestação de serviços para a adequação da infraestrutura tecnológica e de atendimento turístico dos museus da região metropolitana do Recife, no âmbito do Programa Legado Cultural para o Setor Museal; 2) Consulta sobre a celebração do Termo de Parceria entre o Ibram e o Comitê Brasileiro do ICOM – ICOM BR, com vistas ao aporte financeiro para ações que viabilizem a realização da 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013; 3) Informações sobre o Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus – Lei Nº 11.904/2009 e 4) Definição de calendário de reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico para o ano de 2013. Os itens de pauta foram relatados pelo Presidente do Ibram, José do Nascimento Junior.

Deliberações

Relativas ao item 1) Sugeriu a conselheira Ana Maria Tavares Cavalcanti que conste do termo de parceria que a tecnologia a ser utilizada para trabalhos com a OSCIP, seja preferencialmente *software* livre. Conselheira Myrian Sepúlveda dos Santos pediu esclarecimentos com relação a alguns itens do Edital e seus anexos e foi prontamente atendida pelos representantes do Ibram. A conselheira Maria Célia Moura dos Santos pediu esclarecimentos relativos a alguns itens do Edital e seus anexos e foi atendida pelos representantes do Ibram. Pediu que constasse no Termo de Parceria maior ênfase com relação à qualificação profissional dos funcionários dos museus cujos projetos fazem parte do escopo do Projeto Legado Cultural para o Setor Museal da Região Metropolitana de Recife (RMR) com vistas a garantir a transferência de conhecimento. De maneira geral, os Conselheiros entendem que o Termo de Parceria deve deixar claro a importância da transferência de conhecimento do processo de implementação desse Projeto. A Conselheira Eliene Dourado Bina, representando o COFEM – Conselho Federal de Museologia, pede que conste no Termo de Parceria que os projetos dos museus no âmbito do Projeto Legado Cultural para o Setor Museal da Região Metropolitana do Recife sejam assinados por museólogos, de acordo com a regulamentação da profissão. Conselheiro Antonio Carlos Pinto Vieira sugere que o Ibram realize avaliações e acompanhamentos dos projetos de forma criteriosa e com base em indicadores. A Diretora Eneida Braga esclareceu que está prevista na minuta do Termo de Parceria a constituição de uma comissão de Avaliação do referido e que esta contará com um representante do CCPM. Sugeriu a Diretora do DDFEM que os resultados sejam apresentados ao Conselho semestralmente para acompanhamento dos trabalhos da Comissão Avaliadora. A Conselheira Myrian Sepúlveda dos Santos sugere que seja inserido ao Termo de Parceria maior esclarecimento com relação à qualificação profissional dos funcionários dos museus e do corpo técnico dos projetos. José do Nascimento Junior sugeriu que seja previsto um núcleo de monitoramento da execução dos projetos dos museus no âmbito do Projeto Legado Cultural para o Setor Museal da RMR, composto por um representante de cada museu cujo projeto foi selecionado com reuniões mensais para acompanhamento e avaliação da execução dos projetos. Aproveitou o ensejo para esclarecer que o presente Projeto busca oferecer um novo paradigma para a atuação de OSCIPs em que elas têm um papel colaborativo com o poder público para a consolidação, nesse caso, de uma cultura de planejamento para o setor museal, e dessa forma criando as condições para que os próprios museus estruturem suas estratégias de sustentabilidade. O Conselheiro Otavio Elisio Lopes Ribeiro delegou o anúncio do seu voto – a favor da celebração do Termo de Parceria – a Diretora Eneida Braga Rocha de Lemos, que relatou, ainda, a justificativa de ausência do Conselheiro. Incorporados os itens acima, o Conselho aprova a celebração do Termo de Parceria. **Relativas ao item 2)** Os presentes aprovaram, por unanimidade, a celebração do Termo de Parceria Ibram/ICOM BR. **Relativas ao item 3)** O Presidente do Ibram informou aos presentes o conteúdo do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus e pediu sugestões acerca do calendário de reuniões do Conselho para o ano de 2013.

COMPARECIMENTO: Estavam presentes, pelo Ibram: José do Nascimento Junior, Presidente do Ibram, Eneida Braga Rocha de Lemos, Diretora do DDFEM, Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Diretor do DPMUS, Rose Moreira Miranda – Coordenadora Geral da CGSIM, Eliana Sartori – PROFER/Ibram, Solange Neves – CGU/Ibram e Ena Elvira Colnago – DDFEM/CDDP. A reunião contou com a presença dos seguintes membros do Conselho: Antonio Carlos Pinto Vieira, Ana Maria Tavares Cavacanti, Myrian Sepúlveda dos Santos, Aruza Nazareh de Almeida, Eliene Dourado Bina, Maria Célia Moura Santos, Nino Fernandes. A reunião foi encerrada às 16h40, do dia 19 de novembro de 2012. Eu, Ana Cristina Viana de Melo, estive como secretária eventual do Conselho, a tudo presente, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, assino junto aos demais participantes:

Ana Cristina Viana de Melo
 Antonio Carlos Pinto Vieira
 Ana Maria Tavares Cavacanti
 Myrian Sepúlveda dos Santos
 Aruza Nazareh de Almeida
 Eliene Dourado Bina
 Maria Célia Moura Santos
 Nino Fernandes

V Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo de Museologia



Durante o 5º Fórum Nacional de Museus realizado em Petrópolis/RJ, no vigésimo primeiro dia de novembro de 2012, reuniram-se os Professores Universitários do campo da Museologia, no auditório do Palácio Quitandinha, às 9h00, estando representadas as seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Universidade Federal de Sergipe/UFS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Universidade Federal de Goiás/UFG, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e Universidade de São Paulo/USP. Iniciando a reunião a Coordenadora Executiva, Professora Noris Leal (UFPEL), deu boas-vindas e justificou a ausência por motivo de saúde da Professora Ana Paula Pacheco (UFRB), assim, auxiliou na coordenação da Mesa o Professor Gilson Nunes (UFOP). Em seguida, os participantes passaram a se apresentar. Imediatamente assumiu a palavra a Professora Emanuela Ribeiro (UFPE) representando os professores do Grupo de Trabalho para a definição do Estatuto e Estruturação da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia constituído também pelos professores Ana Paula Pacheco (UFRB), Gilson Nunes (UFOP), Noris Leal (UFPEL) e Zita Possamai (UFRGS), que também não pode comparecer à reunião. Basicamente o Grupo de Trabalho apresentou duas propostas que defendiam a manutenção do atual perfil da Rede apenas para professores, criando o estatuto, mas não institucionalizando a Rede, tendo como foco apenas Professores, entendendo que as outras associações existentes na área representam outras categorias que atuam na pesquisa. A segunda proposta pressupõe ampliar

o perfil de atuação da Rede, criando seu estatuto e institucionalizando-a como Associação de Pesquisadores. Nessa proposta, o foco seria ampliado para professores e pesquisadores, com categorias distintas para cada tipo; entendendo que a docência universitária inclui relações entre ensino, pesquisa e extensão. Após a apresentação abriu-se para o amplo debate entre os presentes. Dessa forma, definiu-se que a partir de agora a Rede será denominada Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia e não será institucionalizada nesse momento. A discussão da proposta de Estatuto da Rede se dará via *e-mail* a partir da proposta do Grupo de Trabalho. Definiu-se também fazer um encontro da Rede em 2013 na Reunião Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em conjunto com o Comitê Internacional para Formação Profissional (ICTOP), e ao fim da Reunião Geral, realizar uma reunião de trabalho da Rede. Considerando o término do mandato da Coordenação Executiva, candidataram-se para eleição da nova coordenação os professores Marcelo Cunha (UFBA) e Leticia Julião (UFMG) e a segunda chapa foi formada por Carlos Costa (UFRB) e Elizabeth Mendonça (UFS). Procedida a eleição aberta, a primeira chapa recebeu sete votos e a segunda onze votos. Sendo eleita a segunda. A Professora Noris informou aos presentes que o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) está sendo reformulado por um decreto presidencial e dessa forma a Rede deve indicar um representante titular e suplente dos cursos de graduação em Museologia para o Comitê Gestor do SBM. Assim, foi debatida a possibilidade de manter a decisão da reunião passada e uma segunda proposta foi apresentada: de que a Coordenação Executiva eleita assumira as vagas no Comitê Gestor do SBM, sendo escolhida a segunda proposta. A Coordenação Executiva eleita definirá a ordem dos indicados. A plenária definiu ainda pela formação de um Grupo de Trabalho para auxiliar a Coordenação Executiva na organização da reunião de 2014, que teria caráter de debate, de encaminhamentos operacionais e de apresentação de trabalhos científicos. O Grupo de Trabalho tem como missão, além da organização do evento, o levantamento de pesquisadores que possam participar desse encontro, integrando-se à Rede. Candidataram-se para compor o referido grupo de trabalho os professores Manuelina Cândido (UFG), Leticia Julião (UFMG), Emanuela Ribeiro (UFPE), Mário Chagas (UNIRIO) e Henrique Cruz (Fundação Joaquim Nabuco). O Professor Gilson relatou a proposta apresentada por um grupo de profissionais durante o IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola realizado em Petrópolis a duas semanas de se estruturar um Grupo de Trabalho para constituição de um Curso de Acessibilidade de Museus visando à capacitação de professores de cursos de Museologia que tencionem implantar disciplinas, pelo menos eletivas, sobre esse assunto nas universidades de origem. Tal ação é uma estratégia para ampliar a formação de profissionais para atuação no campo da Acessibilidade de Museus, já que as universidades passarão a capacitar os futuros museólogos. O financiamento seria obtido junto ao Departamento de Processos Museais do Ibram e à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República. Foram nomeados os professores Rita Maia (UFBA), Teresa Scheiner (UNIRIO), que se somam a Gilson Nunes (UFOP), à Diana Farjalla (UNIRIO) e à Ana Fátima Berquó (Instituto Benjamin Constant) que se reuniram no evento citado. Por fim, o mesmo professor lembrou o compromisso dos cursos de graduação em discutir os resultados do Grupo de Trabalho que elaborou a pesquisa sobre o perfil dos cursos e o detalhamento dos campos da Museologia buscando preparar uma proposta de uniformização de nomenclatura e da matriz curricular de referência. Definiu-se que a Coordenação Executiva contatará as coordenações dos cursos para a retomada dessa discussão e realização de um amplo debate na Rede sobre o assunto. Dessa forma, por estarem de acordo com esta ata, assinam-nas os presentes.

Reunião de Sistemas e Redes de Museus Estaduais



Presentes

Simone Flores – Coordenadora da Reunião
 Fernanda Antônio Neto Lobo – Sistema Alagoano de Museus
 Helio de Oliveira – SEC/FJA – Rio Grande do Norte
 Maria Nazarene Maia – SEC – Amazonas
 Maurício Rafael – SEM – Santa Catarina
 Joel Santana – SEM – Rio Grande do Sul
 Ramon Vieira – SUMAN/SEC – Minas Gerais
 Luiz Fernando Mizukami – GTC SISEM-SP/ SEC – São Paulo
 Renata Motta – GTC SISEM-SP/ SEC – São Paulo
 Thais Romão – GTC SISEM-SP/ SEC – São Paulo
 Claudinéli Moreira Ramos – Unidade de Museus / SEC – São Paulo

Gabriela Olevato – SEM – Rio de Janeiro

Mariana Paula Maier Rutenberg – SEM – Rio Grande do Sul

Nathalia Santos da Costa – SEM – Rio Grande do Sul

Maria de Nazaré F. da Silva – SECEL

Gilson Nunes – Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto

Elena Fioretti – CGC

Maria Luiza Lima Raposa – Museu Histórico e Artístico do Maranhão

Dora Medeiros – SEM – Piauí

Maria Amélia de Faria Araújo – Museu Municipal de Arte Sacra D. Paulo Libório

Pauta

- Apresentação da Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal – CGSIM/Ibram: Revisão da Ata do 4ºFNM;
- Revisão da Ata do 2º Encontro da Rede SIMUS;
- Demandas e Diretrizes para o 5ºFNM;
- Escolha do Novo Representante, titular e suplente, para o SBM.

Documentos entregues

- Ata 4º Fórum Nacional de Museus;
- Ata Encontro de Dezembro de 2010;
- Moção de reconhecimento;
- Moção de Apoio (Restauração do Museu do II Reinado);
- Moção de Apoio (Defesa das diretrizes do Ibram para a Política Nacional de Museus e para consolidação do Ibram);
- Moção de Apoio (à Presidente Dilma para continuação das políticas).

Memória de Reunião

A reunião foi realizada na sala 1 do espaço de cursos do 5º Fórum Nacional de Museus, tendo início às 14h00. Estiveram presentes 9 (nove) coordenadores estaduais. O encontro foi precedido pela fala da representante da CGSIM do Ibram, Rose Miranda, que apresentou pontos do Decreto que visa a reestruturar o sistema de cadastramento de museus.

Procedeu-se à leitura da Ata do 4º FNM: Leitura e apresentação dos tópicos discutidos na ocasião.

Prestação de Contas – resultados do 4º FNM: Continuidade das ações de implantação do Sistema Brasileiro de Museus. Simone e Cristina visitaram cidades onde o Sistema não tinha sido implantando ou onde não estava formado, objetivando auxiliar e reforçar a implementação desses.

Leitura da Ata do 2º Encontro de Representantes dos Sistemas de Museus: Apresentação dos tópicos abordados pela Reunião. (Decisão pela formação da Rede Sinos; Articulação Ibram/Rede Sinos; Moção de apoio aos governadores reeleitos e à diretoria do Ibram; Moção de reconhecimento aos organizadores do 2º Encontro de Sistemas de Museus.)

Prestação de contas – Resultados do 2º Encontro: Reunião com o Secretário foi articulada (em parceria com o Ibram), mas não foi realizada – os secretários não puderam comparecer. Apresentação dos Sistemas e discussão do funcionamento dos Sistemas (peculiaridades de cada um). Rede SIMUS – decisão do Grupo. Sensibilização junto às secretarias municipais para a criação de museus e participação no Sistema de Museus. Junto ao SBM e ao Ibram – comunicação de introdução da Redesimus. Moções devidamente encaminhadas. Evento de Minas (previsto para 2011) não aconteceu, era momento de mudança política. Consequentemente, a Rede teve sua articulação prejudicada.

Dora Medeiros (Diretora do Museu do Piauí): Sistema não foi criado, mas com boas perspectivas. Já foi eleito um Comitê Gestor. Prazo de 2 anos já expirado. Com a mudança de governo, não foi eleita outra equipe representativa para esse Sistema.

Gabriela (Representando Luciene Figueiredo – RJ): Importância da organização local dos Sistemas e integração com a Rede Nacional.

Claudinéli (Secretário do Estado de Cultura-SP): Reestruturação do Sistema Estadual (revisão do Decreto de 1986) e adequação à Política Nacional de Museus. Informou o lançamento de publicações voltadas para o resgate e valorização da cultura indígena (sisem@sp.gov.br www.sisemsp.org.br). Propõe que o Ibram se responsabiliza pela organização de Reuniões Anuais dos Sistemas até que o desenvolvimento da Redsimus seja suficiente para coordenar os encontros por conta própria. O Sistema de SP se propõe como sede de um encontro.

Simone: Endossou a proposta de Claudinéli. Fortalecimento da articulação Ibram/Sistemas Estaduais e Municipais. Dificuldade de profissionalização das Redes: muita informalidade. Propõe a profissionalização do setor e racionalização efetiva dos instrumentos de atuação das Redes (solidificação das propostas).

Maurício (Coordenação do Sistema de Museus de Santa Catarina): Falou sobre a busca de soluções. Testemunho sobre o Encontro da Rede SIMUS e do Encontro paulista.

Representante Ceará: Relato sobre o último edital de Sistemas e Redes de museus do Ibram. Poderiam ter 15 projetos aprovados, mas não houve sequer 15 inscritos. Apenas 8 foram aprovados. Propõe a reflexão sobre a atuação pró-ativa dos Sistemas atuais e a capacitação dos museus para fazer uso dos recursos disponibilizados. Disponibilização de recursos/mobilização/capacitação e proveito dos recursos.

Gabriela (Representante RJ): Carência de articulação e importância de parcerias com os municípios.

Fernando (Representante de Alagoas/Diretor do Museu da Imagem e do Som): Deficiência/falta de pessoal técnico na Secretaria de Cultura. Apenas 4 museólogos no estado. Proposta: Ibram deve retomar o projeto de capacitação/qualificação (oficinas e outros formatos), para auxiliar na qualificação dos profissionais locais. Tempo do lançamento do edital foi exíguo para implementar as ações do edital. O Ibram criou uma expectativa muito forte com o Conexões, mas não está havendo reciprocidade. Nenhuma das propostas que o Ibram implementou no tempo de apoio foi executado. Solicita que o Ibram dê um prazo para o atendimento/implementação das propostas.

Joel Santana (Representante Rio Grande do Sul): Versou sobre as ações no âmbito do Rio Grande do Sul. Solicitou ao grupo a aprovação de uma moção de agradecimento para Simone Pereira.

Simone: Solicita apoio dos Sistemas Estaduais para o Sistema do Rio Grande do Sul.

Hélio (Representante do Rio Grande do Norte): Expôs a situação do Sistema do Rio Grande do Norte e seus Sistemas Locais/Municipais. Avaliação sobre as oficinas do Ibram: As oficinas pecam pela repetitividade, o que diminui o interesse do público-alvo. Não existe Ponto de Memória oficial no Rio Grande do Norte, mas o Sistema já conseguiu dar início à implementação de 16 desses. Propôs a reflexão sobre os cursos de Museologia, para que se estendam para além da formação de museólogos, com a criação de cursos técnicos de Museologia. Apoia a proposta de suporte do Ibram às Reuniões Anuais dos Sistemas.

Claudinéli (SP): Propõe a realização de um fórum virtual para agilizar o intercâmbio de informações entre os Sistemas e consolidar previamente o encaminhamento de propostas para as próximas reuniões. Coloca a ferramenta do *site* do Sistema de São Paulo à disposição dos museus. Propostas: Que o Ibram consulte os calendários das Reuniões Estaduais e concilie as agendas de eventos.

Joel (RS): Apresentação sobre a programação do MinC e do Ibram para a Copa. Falou sobre o programa Legado Cultura do Ibram.

Claudinéli (SP): Que o Ibram faça maior contato com as Secretarias, informando e esclarecendo os requisitos dos projetos a serem feitos para o programa Legado Cultural. Propõe que o Ibram realize um evento ou encontro dos Sistemas em 2013, prestando atenção ao cronograma de compromissos já firmados pelos sistemas locais.

Representante do Rio: Sugestiona a utilização do *Facebook* (redes sociais) como ferramenta de comunicação. Expôs as ações realizadas pelo Sistema do Rio de Janeiro.

Maurício (SC): Reafirmou a importância do estabelecimento de parcerias para o fomento das ações do Sistema de Museus do estado como complementação da verba designada pelo estado para a área.

Ex-Coordenador da Rede de Professores UFOP (Gilson) Representante do Sistema Municipal de Ouro Preto: Situação dos cursos de Museologia do Brasil é satisfatória: número suficiente de profissionais se formará por ano. Apresentação do *Jornal do Sistema de Museus de Ouro Preto* e de outras publicações do Sistema de Museus de Ouro Preto.

Propostas e Encaminhamentos

1. Que o Ibram garanta, por meio de viabilização de passagens, hospedagens e outras despesas correlatas, uma reunião por ano para os Sistemas Estaduais e Municipais de Museus (São Paulo se oferece a sediar a primeira). Atenção: somente para os Sistemas Estaduais, não para os representantes estaduais. Aprovada por unanimidade;
2. Que o Ibram apoie a divulgação dos Fóruns e Sistemas Estaduais. Aprovada por unanimidade;
3. Que os estados realizadores dos Fóruns Estaduais de Museus busquem uma interlocução com outros estados que possuam Sistemas Estaduais, por meio de convites institucionais, para que participem dos Fóruns e Encontros de outros estados;
4. Que o Ibram retome o programa de capacitação nos estados, buscando mecanismos e diálogo com os próprios estados no sentido de adequar as oficinas às realidades de cada estado. Aprovada por unanimidade;
5. Que as propostas de trabalho e o termo de cooperação assinado nos estados onde ocorreram conexões sejam efetivados, dada a grande expectativa da comunidade museal. Aprovada por unanimidade;
6. Elaboração de propostas sobre apoio e a criação de cursos técnicos de Museologia. Aprovada, mas não por unanimidade. Maurício e Gilson fizeram apontamentos e ressalvas;
7. Criação de um fórum virtual para a discussão de propostas, com o intuito de discussão de propostas

para sistematizar a Reunião do próximo ano dos Sistemas de Museus. Entre as opções estão a utilização da ferramenta disponibilizada pelo Sistema de São Paulo ou de redes sociais (ex: *Facebook*). Aprovada por unanimidade;

8. Se houver pré-conferência de museus no próximo ano, que o Ibram consulte os cronogramas regionais/locais. Aprovada por unanimidade;
9. Que o Ibram disponibilize mais informações sobre o Legado Cultural. Aprovada por unanimidade.

Proposta Moção

1. De Reconhecimento, para a Simone Flores (RS). Aprovada por unanimidade.

Escolha dos representantes titulares e suplentes dos Sistemas Estaduais perante o Sistema Brasileiro de Museus

Estados que pretendem se candidatar têm que se inscrever e elaborar a defesa de suas candidaturas.

Sistemas presentes (à votação):

São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Piauí, Rio de Janeiro, Amazonas (e Sistema Amazonas).

Total: 9 votantes

Candidatos

Titularidade: CE

Suplente: RJ, SC

Votação do suplente (UF/Voto): RJ – 7/ SC – 2

Ceará foi eleito como representante titular por unanimidade e o Rio de Janeiro foi eleito como suplente com 7 votos.

A Reunião encerrou-se com a redação da Moção de Reconhecimento para Simone Pereira (Redigida por Gilson, de Ouro Preto).

Reunião ICOM

Reunião aberta sobre a 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013 no 5º Fórum de Museus

Participantes

ICOM e ICOM Brasil, Presidentes dos Comitês Internacionais do ICOM, Correspondentes Nacionais dos Comitês, Comitê Organizador da 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013 e Participantes do 5º Fórum de Museus.

Composição da Mesa

Teresa Scheiner (Vice-Presidente do ICOM), José Nascimento Junior (Presidente do Ibram), Mariana Varzea (Superintendente de Museus da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro), Maria Ignez Mantovani Franco (Presidente do ICOM Brasil) e Carlos Roberto Brandão (Presidente da 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013)

Objetivos

- 1 – Apresentação dos Comitês Internacionais pelos seus representantes oficiais;
- 2 – Apresentação da 23ª Conferência Geral do ICOM aos participantes do Fórum;
- 3 – Promoção: apresentação do filme, do *site* e da programação;
- 4 – Apresentação das Formas de participação na Conferência;
- 5 – Programa de bolsas;
- 6 – Estratégia de Comunicação;
- 7 – Debate público;
- 8 – Conclusões.

O resultado principal dessa Reunião Técnica de trabalho foi o cumprimento efetivo do seu objetivo: a elaboração conjunta entre o ICOM Brasil e os Comitês Internacionais do ICOM, da programação da 23ª Conferência. Seguem em anexos, a Grade de Programação da Conferência e o Mapa de Atividades que serão realizados pelos Comitês Internacionais durante o período da Conferência.

Como forma de compartilhamento do sucesso dessa iniciativa, copiamos abaixo, a troca de *emails* realizada entre a Maria Ignez Mantovani Franco (Presidente do ICOM Brasil) e Carlos Roberto Brandão (Presidente da 23ª Conferência Geral do ICOM – Rio 2013) com os Presidentes e Representantes dos Comitês Internacionais que estiveram no Brasil. Além dos agradecimentos, eles falam sobre a experiência positiva dessa Reunião de Trabalho. Como se tratam de *emails* particulares, optamos em não realizar a tradução.

Sobre o ICOM

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi fundado em 1946 e é a maior organização mundial de museus e profissionais que atuam em instituições que têm por compromisso promover e proteger o patrimônio natural e cultural, o presente e o futuro, o tangível e o intangível. Com aproximadamente 30 mil membros em 137 países, o ICOM é uma rede de profissionais com atuação em uma ampla gama de museus e disciplinas relacionadas à preservação do patrimônio.

Mantendo relações formais com a UNESCO e tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU, o ICOM também mantém parcerias com entidades como a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, a INTERPOL e a Organização Mundial de Alfândegas, a fim de realizar suas missões internacionais de serviço público.

O compromisso do ICOM com o patrimônio cultural e a promoção do conhecimento é reforçado por seus 31 Comitês Internacionais dedicados a uma grande variedade de especializações em Museologia, que realizam pesquisas em suas respectivas áreas para o benefício da comunidade museológica.

Ata do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia – ENEMU

Apresentada na Plenária Final juntamente com os resultados dos Grupos de Trabalho



Auditório da Plenária Final

O V Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia – V ENEMU ocorreu nos dias 16 a 18 de novembro de 2012, na Universidade Católica de Petrópolis/UCP, organizado pelos estudantes de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, reunindo 13 dos 14 cursos do Brasil, com aproximadamente 240 participantes. O nome do encontro deste ano foi Museologia em três tempos: as trajetórias de um campo em (trans)formação, cujo tema abordou a questão do fazer e saber museológico, referente à construção e ao desenvolvimento da Museologia de acordo com seu passado, suas ações presentes e suas perspectivas para o futuro. Desse modo, a organização da programação foi elaborada seguindo essa lógica, os três dias do encontro se basearam em três eixos temáticos: passado, presente e futuro.

Sobre os principais resultados

A maior delegação presente no Encontro foi a da Universidade Federal de Sergipe – UFS, com 26 estudantes. Apesar de o evento ter sido organizado pelos estudantes da UNIRIO, houve um número pouco expressivo de participantes da universidade durante o encontro.

Foram enviados 82 trabalhos, entre eles comunicações orais, pôsteres e minicursos.

Foram realizados 2 grupos de discussão com os temas “Movimento estudantil e precarização dos cursos” e “Diversidade Sexual”, onde os pontos colocados foram encaminhados para a Assembléia Geral dos Estudantes no último dia do encontro.

Na Assembléia Geral foi realizada a votação para a nova Executiva Nacional dos Estudantes de Museologia. Foi elaborada, também, a Carta Aberta com as reivindicações dos estudantes que foi lida durante a Abertura Oficial do 5º Fórum Nacional de Museus. Reiteramos aqui o nosso apoio aos Pontos de Memória e ao curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

Durante a Plenária Final, ficou decidido que o VI ENEMU será realizado na cidade de Cachoeira/BA, organizado pelos estudantes de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB. Nós da Comissão Organizadora do V ENEMU desejamos boa sorte e oferecemos nosso apoio e ajuda.

Agradecemos novamente por todo o apoio do Ibram, especialmente a José do Nascimento Junior, Ana Lourdes Costa, Thaís Valente e Ana Carolina Paulo.

Ao Diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira, e à UCP por disponibilizarem o espaço para a realização do V ENEMU.

À UNIRIO, na pessoa do professor Ivan Coelho de Sá.

E por fim, a todos os estudantes e professores que contribuíram para a realização do nosso encontro.

Obrigada!

Samia Jraige

Comissão Organizadora do V ENEMU

Coordenadora do V ENEMU e estudante de Museologia/UNIRIO

Reunião da Rede de Educadores em Museus – REM

Presentes na reunião: Maria Helena Barbosa (REM-SC), Jorge Ramos (REM-BA), Keith Valério Tito (REM-GO), Fernanda de Castro (REM-RJ), Cintya dos Santos Callado (REM-RJ), Flávia Figueiredo (IBRAM–MSM-ES), Aparecida Rangel (REM-RJ), Lélia Milares de Assis (IBRAM–Museu Regional Caeté), Arthur Becker (REM-RS), Alice Bemvenuti (REM-RS), Daniele de Sá Alves (REM-RJ), Vera Bittencourt (REM-RJ), Ana Lourdes Costa (REMIC-DF), Hilda Bárbara Maia Cezário (REM-BA), Átila Tolentino (REM-PB), Márcia Isabel Vargas (REM-RS), Maria da Graça Costa Nina (Museu Histórico e Artístico do Maranhão), Ariane Alfonso de Oliveira (UNIRIO), Maíra de Oliveira Dias (REM-PB), Vânia Dolores de Oliveira (REM Goiás), Raquel de Melo Rosa (Museu Casa Benjamin Constant), Bárbara Mara Harduim (REM-RJ), Mônica Padilha (IBRAM).

Propostas realizadas na reunião para posterior votação

- Criar um Conselho Consultivo da Rede de Educadores de Museus composto por 1 representante de cada Regional (Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte), com objetivo de articular, de apoiar, de acolher e resolver questões regionais que possam surgir. Deverá ter um suplente para o representante regional, pensando essa parceria como uma dupla de trabalho (a dupla poderá ser composta por representantes de REMs estaduais diferentes). Entre os membros do Conselho Consultivo será escolhido o Coordenador Nacional, é preciso definir como se dará essa eleição. O Coordenador Nacional deverá ser um porta-voz, um articulador, responsável por representar a Rede em reuniões e agendas nacionais.
- Outra proposta é criar as Redes de Educadores de Museus Regionais, que seriam polos aglutinadores, seguindo a divisão regional brasileira. Cinco regiões já possuem REM estruturada até a data de hoje e estão situadas nas Regiões: Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

Representantes Regionais

Nomes provisórios:

Sudeste: Ozias Soares (REM-RJ) /Aparecida Rangel (REM-RJ) (suplente)

Nordeste: Maira Dias (REM-PB)/Jorge Ramos (REM-BA) (suplente)

Centro-Oeste: Vânia de Oliveira (REM-Goiás)/esperar nomeação de alguém da REM – Mato Grosso

Sul: Maria Helena Rosa Barbosa (REM-SC)/Márcia Vargas (REM-RS) (suplente)

- Realizar encontros nacionais anuais da REM

Anos pares – junto ao Fórum Nacional de Museus (Ibram)

Anos ímpares – Encontro Nacional das REMs

Proposta para o *blog* – criar questões para esclarecimento e debate:

– quais os pilares, princípios básicos da Rede, estrutura de gestão, periodicidade, modalidade dos encontros, composição (quem participa e como), conteúdos e metodologias.

As questões aprovadas nesta reunião deverão ser encaminhadas as REMs estaduais para que aprovem e manifestem-se com relação às questões apontadas.



Programação Paralela

Mesa de Autógrafo do livro:
As Raízes do Futuro – Hugues de Varine



No dia 23, após a conferência *Homenagem aos 40 anos da Mesa de Santiago*, foi realizada a mesa de autógrafos com o conferencista e autor de *As Raízes do Futuro*, Hugues Michet de Varine-Bohan.

Mostra de Artesanato local



A mostra de artesanato contou com a participação de mais de 15 expositores, que apresentaram um panorama do fazer cultural local. Durante os cinco dias do evento, o público pôde apreciar e adquirir esculturas de animais em madeira, bijuterias, lenços temáticos sobre a cidade de Petrópolis, velas, bonecas de pano, objetos em pátina provençal, trabalhos em *patchwork* e crochês, móveis, objetos criados a partir de papel reciclado e fibra de madeira, entre outros.

Espaço Conhecendo Museus



Uma das mostras mais concorridas foi a da série *Conhecendo Museus*, organizada pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, que apresentou ao público os museus do Brasil, seus acervos e as histórias por trás deles. Projeto desenvolvido em parceria com o Ministério de Educação/MEC, a Empresa Brasil de Comunicação/EBC e a Fundação José de Paiva Neto/FJPN, os episódios são transmitidos semanalmente em vários canais de TV, entre geradoras da EBC, empresas retransmissoras e geradoras parceiras. Através de *tablets* com fones de ouvido, os visitantes do espaço puderam assistir aos programas da série.

Espaço Fundação Roberto Marinho



O Espaço Fundação Roberto Marinho apresentou em painéis expositivos, audiovisual e maquetes os projetos dos três novos museus que estão sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro. O Museu de Arte do Rio, o Museu da Imagem e do Som e o Museu do Amanhã propõem aliar educação, sustentabilidade, preocupação com o meio ambiente, tecnologia, meios de comunicação e cultura.

Exposição Educação museal a serviço da diversidade cultural e da memória social: Prêmio Darcy Ribeiro e Banco Ibero-americano de Boas Práticas em Educação e Museus



A exposição “Educação museal a serviço da diversidade cultural e da memória social” reuniu uma coletânea de iniciativas selecionadas por meio do Prêmio Darcy Ribeiro e do Prêmio Ibero-americano de Educação e Museus. A mostra ocorreu por meio de imagens e textos, apresentados em vídeos e divididos em dois módulos. O referente ao Prêmio Darcy Ribeiro exibiu iniciativas educacionais selecionadas em 2008, 2009 e 2010, que foram extraídas da publicação *Cadernos Educação Museal: Experiências e Narrativas*. O Banco Ibero-americano de Boas Práticas em Educação e Museus abordou projetos premiados pelo Programa Ibermuseus, que é um programa de cooperação intergovernamental para a criação e o fortalecimento de políticas públicas de museus na Ibero-américa.

Exposição Década do Patrimônio Museológico 2012-2022



Bastante visitada, a exposição “Década do Patrimônio Museológico 2012-2022” foi levada pelo Programa Ibermuseus e aborda a história da iniciativa e suas contribuições para o fortalecimento do diálogo entre os países da América Latina e Península Ibérica. A exposição faz uma breve introdução sobre a fundação, o tipo de coleção que abriga e as obras mais destacadas de 14 museus da região ibero-americana: Museu Histórico Nacional (Argentina), Museu de Medicina Natural (Bolívia), Museu Histórico Nacional (Brasil), Museu Mapuche de Cañete (Chile), Museu de la Independencia – Casa del Florero (Colômbia), Museu Nacional de Artes Decorativas (Cuba), Rede de Museus Nacionais (Equador), Museu Sefardí (Espanha), Galeria José María Velasco (México), Museu Nacional da Nicarágua “Diocleciano Chaves” (Nicaragua), Museu de la Nacionalidad (Panamá), Museu de Sitio Pachacamac (Peru), Museu Nacional de Arte Antiga (Portugal) e Museu de Arte Contemporânea (Venezuela).

Estandes comerciais e institucionais



No complexo do Fórum, havia espaços destinados a estandes comerciais e institucionais, que foram ocupados por empresas e instituições de temática museológica, como Tecnolach (empresa que atua no ramo de arquivos para reserva técnica), Neocultura (empresa que produz *audio tours* para visitas a museus, pontos turísticos, etc.), COFEM (Conselho Federal de Museologia), Era Virtual (plataforma interativa de visitação virtual aos museus), Museu Asas de Um Sonho, entre outras.

Votação de Representantes para o CNPC

Votação de Representantes para o CNPC



O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura que tem como finalidade “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”.

O CNPC é integrado pelos seguintes entes:

- I – Plenário;
- II – Comitê de Integração de Políticas Culturais;
- III – Colegiados Setoriais;
- IV – Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho; e
- V – Conferência Nacional de Cultura.

De acordo com o Regimento Interno do CNPC, seu Plenário possui, dentre outros representantes, sete membros da área de patrimônio cultural, indicados pelos membros da sociedade civil, nos colegiados setoriais afins (art. 5º, VII). Um dos setes representantes indicados refere-se à área de museus. Entretanto, a área museal optou por não possuir colegiados setoriais, estabelecendo outro procedimento para a indicação dos membros da sociedade civil.

A ausência de colegiados setoriais na área de museus dá-se pela existência do Sistema Brasileiro de Museus – SBM, criado pelo Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004, marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Dispõe o art. 5º do referido Decreto que o Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro. Dessa forma, o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus substituiu o colegiado setorial na área de museus.

Por essa razão, a Portaria nº 51 do Ministério da Cultura, de 02 de maio de 2012, a qual estabelece o processo eleitoral para os Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural para o período de 2012 a 2014, estabelece que:

“Art. 5º As áreas referidas na alínea “g” do inciso VI e na alínea “e” do inciso VII do § 1º do art. 12 do Decreto nº 5.520, de 2005, não terão processo eleitoral para colegiados setoriais, e os representantes dessas áreas para o Plenário do CNPC, em virtude da ausência de colegiados setoriais respectivos, serão escolhidos a partir de listas tríplexes constituídas conforme os seguintes procedimentos:

I – (...)

II – para a área de museus, as entidades representativas do setor se candidatarão e se submeterão a processo de votação no V Fórum Nacional de Museus a se realizar em 2012, sendo que as três entidades mais votadas indicarão seus representantes para a composição da lista tríplex da área.”

Atendendo ao disposto inciso II do art 5º da Portaria nº 51, de 02 de maio de 2012, o Instituto Brasileiro de Museus publicou o Edital nº 05, de 07 de novembro de 2012, o qual instituiu os critérios para a habilitação de entidades da área de museus e memória que irão participar do processo de votação para composição de lista tríplex para escolha de membro no plenário do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC.

O edital supracitado estabeleceu que o processo seletivo seria composto de etapa inicial de inscrição e habilitação de entidades da área de museus e memória, e etapa final de votação, que foi realizada nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2012 no 5º Fórum Nacional de Museus para eleição das três entidades mais votadas.

Dessa maneira, após a concretização da eleição durante o 5º Fórum Nacional de Museus, foi realizada reunião para apuração dos votos, o que resultou na eleição das três entidades mais votadas, quais sejam: Associação Brasileira de Museologia (ABM), Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR) e Conselho Federal de Museologia (COFEM).

O resultado final do processo de votação das entidades habilitadas foi publicamente anunciado na solenidade de encerramento do 5º Fórum Nacional de Museus e posteriormente divulgado no *Diário Oficial da União*.

Por fim, foi enviado ofício 808/2012/PRES/Ibram à Ministra Marta Suplicy contendo lista tríplice (um indicado de cada entidade eleita) referente ao processo eletivo para escolha de representante da área de museus e memória que irá compor o plenário do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, durante o biênio 2013-2015, sendo por ela escolhida a Associação Brasileira de Museologia (ABM).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

EDITAL Nº 14, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012 – RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DAS ENTIDADES HABILITADAS DO SETOR DE MUSEUS PARA INDICAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DE MEMBROS QUE COMPORÃO O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – CNPC

O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, sediada no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco “N”, Edifício CNC III, Brasília/DF, torna público o resultado do Edital n.º 05/2012, de 07 de novembro de 2012, publicado no *Diário Oficial da União* de 08 de novembro de 2012. O resultado do processo de votação das entidades habilitadas, após eleição ocorrida durante o 5º Fórum Nacional de Museus nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2012, figura no Anexo I.

ENEIDA BRAGA ROCHA DE LEMOS

Presidente – Substituta

Anexo I

Entidade	Quantidade de votos recebidos
Associação Brasileira de Museologia – ABM	166
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM-BR	134
Conselho Federal de Museologia – COFEM	131

Anexos

Carta Aberta do Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU)

V ENEMU – PETRÓPOLIS

Novembro de 2012

Carta de apresentação para o 5º Fórum Nacional de Museus

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer ao IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus – por todo o apoio dado ao V Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia – ENEMU.

Nós, discentes de Museologia organizados no V ENEMU realizado em Petrópolis – RJ, pretendemos através desta carta apresentar demandas e possíveis resoluções. Acreditamos que o IBRAM como autarquia e gestora do campo de políticas de museus, também é capaz de propor meios de educação mais adequados aos estudantes, haja que, promovendo o diálogo entre Universidades, Conselhos, Instituições, Secretarias, dentre outros, alcançaríamos o objetivo de se fazer com êxito uma formação acadêmica condizente as necessidades requeridas pela ética profissional e pelo estatuto de museus.

Como resultado de um diálogo ocorrido no V ENEMU, foram levantadas problemáticas dos cursos de graduação em Museologia, como inexistência de espaços físicos adequados, falta de laboratórios para o exercício da prática museológica, insuficiência de professores especializados, péssimas perspectivas no mercado de trabalho, ausência de participação por parte do COREM e COFEM em debates que envolvem a construção política e ética do futuro profissional museólogo, na medida em que ambos são órgãos que regulamentam a profissão aqui debatida. Vemos claramente uma falha em relação ao ENADE, analisando a necessidade de sua aplicação nos cursos de Museologia. Visando a melhoria na qualificação dos professores, colocamos em foco questões relacionadas à prática docente que possibilitem aos futuros profissionais que sigam a área acadêmica.

Em função das questões aqui levantadas, solicitamos aos órgãos competentes uma atenção especial ao curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pois desde sua criação no ano de 2009, continua inerte. Até o presente momento, o curso não foi implantado, já que não houve concurso para professores da área e tão pouco foram providenciados espaço físico e laboratórios para as disciplinas de caráter prático. Atualmente, o Ministério Público Federal conduz um inquérito civil sobre a situação do curso; bem como o COFEM solicitou à universidade que os professores que estavam ministrando conteúdos específicos de museologia, sem serem museólogos, fossem afastados da sala de aula. A partir da constatação da realidade enfrentada na Museologia da UFSC, é importante que se reflita sobre que tipo de profissionais se formarão nesses cursos novos, visto que este não é o único que apresenta tais problemas.

Considerando a Mesa Redonda de Santiago do Chile, a Resolução 169 da Organização Mundial do Trabalho, a Declaração de Durban, o artigo 215 e 216 da Constituição Federal, a Declaração dos Direitos Humanos, o Plano Setorial de Museus e a Carta das Missões, solicitamos ao IBRAM que apoie a memória e o patrimônio de povos originários, como por exemplo, os atingidos pela futura hidroelétrica de Belo Monte. Sendo no total 31 povos indígenas e diversas outras comunidades tradicionais que lutam para que as 11 ações civis públicas sejam julgadas, e que principalmente os povos indígenas sejam consultados, pois estão sendo ameaçados em nome dos mega-eventos, como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016. Pedimos também, a perpetuação, ampliação,

autonomia, descentralização e fomento ao Programa Pontos de Memória e as Redes dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias, espalhados pelo Brasil, bem como, a ampliação do departamento de Museologia Social e que ele não seja suprimido e/ou extinto das políticas públicas, uma vez que muitos avanços vêm sendo conquistados em prol das comunidades.

Agradecemos a atenção dos que aqui estão presentes, principalmente, dos órgãos que têm relação direta ou indireta à nossa área. Ressaltando que temos grandes expectativas de que as devidas ações sejam tomadas em relação às problemáticas apresentadas por este coletivo estudantil.

Portaria da Comissão Organizadora do Fórum

MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 367, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Publicado no *Diário Oficial da União*, de 23/10/2012 (nº 205, Seção 1, pág. 4)

O Presidente do Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, incisos II e IV, do Anexo I ao Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º – Constituir a Comissão Organizadora do 5º Fórum Nacional de Museus, a ser realizado no período de 19 a 23 de novembro de 2012, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Art. 2º – A Comissão Organizadora de que trata o Art. 1º será composta pelos integrantes da Diretoria Colegiada do Ibram.

Parágrafo único – A Comissão Organizadora desenvolverá suas atividades com assessoramento jurídico da Procuradoria Federal junto ao Ibram.

Art. 3º – A Comissão Organizadora, com poder deliberativo, será auxiliada em seus trabalhos por uma Secretaria Executiva e seis subcomissões:

- a) Subcomissão de Promoção e Programação Paralela;
- b) Subcomissão de Comunicação;
- c) Subcomissão de Infraestrutura e Logística;
- d) Subcomissão de Relacionamento com os Participantes;
- e) Subcomissão do Núcleo de Conhecimento;
- f) Subcomissão do Processo Eletivo CNPC.

§ 1º – A Secretaria Executiva será composta por um Secretário Executivo e uma equipe técnica destinada a assessorar a Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do 5º Fórum Nacional de Museus no desempenho de suas funções.

§ 2º – Caberá à Secretaria Executiva solicitar a indicação dos integrantes das subcomissões referidas no *caput* do art. 3º, podendo ampliar a composição dessas, sempre que houver necessidade.

Art. 4º – Compete à Comissão Organizadora:

I – instituir as subcomissões, atribuindo-lhes competências e indicando a sua coordenadoria;

II – estabelecer o temário do 5º Fórum Nacional de Museus;

III – deliberar sobre os critérios de participação e representação dos interessados, de expositores e debatedores, bem como dos convidados nacionais e internacionais.

IV – deliberar sobre a programação oficial do 5º Fórum Nacional de Museus, compreendida por conferências, painéis, minicursos e mostras de trabalhos no âmbito das comunicações coordenadas;

V – aprovar a programação paralela do 5º Fórum Nacional de Museus;

VI – aprovar o Relatório Final do 5º Fórum Nacional de Museus;

VII – estabelecer as regras do processo eleitoral da lista tríplice dos candidatos representantes do setor museal para o Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, conforme estabelecido no Inciso II, do Art. 5º, da Portaria n.º 51/2012/MinC;

VIII – exercer outras atribuições delegadas pela Presidência do Ibram.

Parágrafo único – Caberá ao Presidente do Ibram a solução de casos não previstos nesta Portaria.

Art. 5º – Compete à Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do 5º Fórum Nacional de Museus:

I – orientar, coordenar, acompanhar e integrar, quando for o caso, as atividades das subcomissões, atendendo aos aspectos técnicos e administrativos;

II – acompanhar o processo de sistematização das proposições relativas ao 5º Fórum Nacional de Museus, elaboradas pelas subcomissões, e proceder com o encaminhamento dessas proposições à chancela da Comissão Organizadora do 5º Fórum Nacional de Museus;

III – promover a difusão das informações relativas à atuação das subcomissões;

IV – zelar pela efetiva realização do evento, possibilitando a infraestrutura adequada, por meio de parcerias, convênios e contratos, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência e a integridade de todos os participantes;

V – propor calendário de reuniões à Comissão Organizadora para debate sobre aspectos relacionados ao 5º Fórum Nacional de Museus bem como proceder à chamada dessas reuniões;

VI – exercer outras atribuições delegadas pela Presidência do Ibram.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



5º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

40 ANOS de Museu de Arte da UFPA
MUSEU DE ARTE DA UFPA

FOM Sesc BRU BRU

EXPEDIENTE

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 5º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Presidência do Ibram

José do Nascimento Junior – Presidente

Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus

Eneida Braga Rocha de Lemos – Diretora

Departamento de Processos Museais

Cícero Antônio Fonseca de Almeida – Diretor

Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Marcelo Hélder Maciel Ferreira – Diretor Interino

Coordenação-Geral de Sistemas de Informações Museais

Rose Moreira Miranda – Coordenadora-Geral

SECRETARIA EXECUTIVA DO 5º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Secretária Executiva

Eneida Braga Rocha de Lemos

Assessoria

Ena Elvira Colnago

Fábio Alcuri

Ana Cristina Viana de Melo

SUBCOMISSÕES DO 5º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Subcomissão de Promoção e Programação Paralela

Sylvana Lobo – Coordenadora

Integrantes

Bruno Aragão dos Santos

Ivy Fermon Cardoso da Costa

Luciana Palmeira da Silva

Patrícia Brígida Pimentel

Colaboradores:

Gustavo Tavares de Sousa

Marcos Calebe Passos Barcelos

Ricardo Alberton Fernandes

Tereza Cristina Sobreira Grangeiro

Subcomissão de Comunicação

Maria Valentina Naves – Coordenadora

Integrantes

Ricardo Alberton

Pedro Turbay

Soraia Costa

Isabela Borsani

Subcomissão de Infraestrutura e Logística

Ana Lourdes Costa – Coordenadora

Integrantes:

Isabela Fonseca

João Staub

Rafaela Alves Felício

Taís Valente

Subcomissão de Relacionamento com os Participantes

Flavia Mello – Coordenadora

Integrantes:

Kelma Câmara Leão

Isabella Fonseca

Patricia Santos

João Staub

Vanessa de Britto Maluf

Vivian de Oliveira Cobucci

Subcomissão do Núcleo de Conhecimento

Patrícia da Cunha Albernaz – Coordenadora

Integrantes

Ena Elvira Colnago

Ana Cristina Viana de Melo

Mônica Padilha Fonseca

André Amud Botelho

Patrícia Brígida Pimentel

Fabiana Ferreira

Cyntia Bicalho Uchoa

Geyzon Bezerra Dantas (Zonda)

Julia Nolasco

Colaboradores:

Mariann Toth – metodologia para os Grupos de Trabalhos

Vanessa de Britto Maluf – traduções

Vivian de Oliveira Cobucci – ementas

Subcomissão do Processo Eletivo CNPC (Portaria Nº 51/2012 – MinC)

Cícero Antônio Fonseca de Almeida

– Coordenador

Integrantes

Flora Brochado Maravalhas

Luciana Hentzi Moraes

Ana Carolina Silva Paulo

Colaboradores:

Pedro de Faria Franco Turbay

Rafaela Mendes Medeiros

Simone Kimura

GRUPOS DE TRABALHOS TEMÁTICOS

I – Arquivos e Bibliotecas de Museus

Coordenadores:

Francisca Helena Barbosa Lima

Mary Komatsu Shinkad

EXPEDIENTE

II – Documentação

Coordenadores:
Mônica Melhem
Noris Leal

III – Promoção e Dinâmicas Culturais

Coordenadores:
Simone Flores Monteiro
Ricardo Alberton Fernandes

IV – Gestão e Sustentabilidade

Coordenadores:
Marco Estevão Vieira
Pedro Faria Franco Turbay

V – Formação, Capacitação e Pesquisa

Coordenadores:
Mayra Resende Costa Almeida
Márcio Rangel

VI – Expografia e Arquitetura

Coordenadores:
Flávia Pedrosa
Roberta Saraiva

VII – Gestão de Risco ao Patrimônio

Museológico

Coordenadores:
Luciana Palmeira da Silva
Bruna Queiroz

VIII – Ação Educativa

Coordenadores:
Mônica Padilha Fonseca
Alice Bemvenuti

EQUIPE EDITORIAL

Organização do Relatório

Ena Elvira Colnago
Patrícia da Cunha Albernaz
Rosângela Cavalcanti Nuto
Álvaro Marins
Ana Cristina Viana de Melo
Viviane Lacerda

Relatoria

Ana Carolina Silva Paulo
Ana Cristina Viana de Melo
Felipe Evangelista
Flora Brochado Maravalhas
Gustavo Tavares de Sousa
Janete Jane da Conceição
Luciana Palmeira da Silva
Monica Padilha Fonseca
Patricia Brigida Pimentel
Pedro Faria Franco Turbay
Renata Pereira Passos da Silva
Ricardo Alberton Fernandes

Transcrição de Áudios

Márcia Regina Lopes

Revisão

Ana Taveira
Márcia Regina Lopes

Fotos

Fabrcio Cruz - Digital Studio Produções

Projeto Gráfico

Marília Ferreira

Diagramação

Elisa Guimarães F. Zubcov

ibram
instituto brasileiro de museus
WWW.MUSEUS.GOV.BR

Apoio:



Realização:



Patrocínio:

